



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 067

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 91^a SESSÃO, EM 13 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Nºs 99, 100 e 101/84 (nºs 185, 186 e 187/84, na origem), de agradecimento de comunicação.

1.2.2 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 98/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre isenção de tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19, da Constituição Federal.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 109/82 (nº 80/79, na Casa de origem), por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 89/84 (nº 155/84, na origem),

pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor José Ajuricaba da Costa e Silva para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Lamarca. *Apreciado em sessão secreta.*

— Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 90/84 (nº 156/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Paulo Cesar Cataldo para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jacy Guimarães Pinheiro. *Apreciado em sessão secreta.*

— Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 91/84 (nº 157/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Pajéhu Macedo Silva para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Mozart Victor Russomanno. *Apreciado em sessão secreta.*

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Realização, em setembro próximo, do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Criação de Junta de Conciliação e Julgamento em Macaé — RJ.

SENADOR ÁLVARO DIAS — Federalização do porto de Paranaguá — PR.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Tramitação de projetos de lei de iniciativa parlamentar e, em particular, os de autoria de S. Ex^e.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Cid Sampaio, proferido na sessão de 31.5.84. (República.)

— Do Sr. Senador Henrique Santillo, proferido na sessão de 12.6.84.

3 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 86^a Sessão, realizada em 7.6.84.

4 — ATAS DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 91^a Sessão, em 13 de junho de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves —

Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maçiel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Caval-

cante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Bene-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

| | |
|----------------|---------------|
| Semestre | Cr\$ 3.000,00 |
| Ano | Cr\$ 6.000,00 |

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

dito Ferreira — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 99/84 (nº 185/84, na origem), de 12 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 496, 498, 500, 505, 506, 510 e 512, de 1983.

Nº 100/84 (nº 186/84, na origem), de 12 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 471, de 1981; 421, de 1982; 63, de 1983; 23, 29, 108, 120, 130 e 154, de 1984.

Nº 101/84 (nº 187/84, na origem), de 12 do corrente, relativa à promulgação da Resolução nº 19, de 1984.

PARECERES

PARECERES NºS 284 E 285, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1984, que renova, até 31 de dezembro de 1985, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais, que menciona.

PARECER Nº 284, DE 1984
(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Relator: Senador Passos Pôrto

Com o projeto sob exame, de autoria do nobre Senador José Lins, pretende-se renovar, até 31 de dezembro de 1985, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais, a que se refere a Lei nº 7.043, de 18 de outubro de 1982.

A justificação do projeto esclarece muito bem o propósito perseguido pelo autor:

"Trata-se de providência que visa a complementar os objetivos consubstanciados na Lei nº 7.043, de 1982, que restabeleceu, por dois anos, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais, aberto na forma do Edital DAS-ESAFT-MF nº 004/80, de 9 de maio de 1980, homologado a 10 de fevereiro de 1982.

Nos termos do preceituado no § 3º do art. 97 da Constituição Federal — que limita em quatro anos o prazo máximo para vigência de concursos públicos — o Concurso de Fiscal de Tributos Federais — a que nos referimos — poderá ser prorrogado até 10 de fevereiro de 1986. Cogita-se, assim, de medida que visa ao interesse recíproco, dos concursados e da Administração Pública, uma vez que possibilitará o aproveitamento dos habilitados na referida seleção, sem a necessidade de apelo a nova competição pública, certamente onerosa aos cofres públicos."

O projeto, como se verifica, é constitucional, jurídico e está elaborado em boa técnica legislativa; no mérito, merece integral apoioamento, por corresponder ao interesse público.

Sala da Comissão, 13 de junho de 1984. — Murilo Baradó, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Martins Filho — Odacir Soares — Hélio Gueiros — José Ignácio Ferreira — Almir Pinto — Octávio Cardoso.

PARECER Nº 285, DE 1984
(Da Comissão de Serviço Público Civil)

Relator: Senador Passos Pôrto

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre Senador José Lins, pretende renovar, até 31 de dezembro de 1985, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais, a que se refere a Lei nº 7.043, de 18 de outubro de 1982.

A medida colimada no presente projeto é renovar, por mais um ano, o prazo de validade do Concurso de Fiscal de Tributos Federais — TAF — 600, uma vez que, através da Lei nº 7.043/82, o referido concurso teve a sua validade restabelecida por dois anos, expirando-se esse prazo no próximo dia 18 de outubro do ano em curso.

A Justificação apresentada pelo eminentemente representante do Estado do Ceará está vazada nos seguintes termos:

"Trata-se de providência que visa a complementar os objetivos consubstanciados na Lei nº 7.043, de 1982, que restabeleceu, por dois anos, o prazo de validade do concurso de fiscal de Tributos Federais, aberto na forma do Edital DAS-ESAFT-MF nº

004/80, de 9 de maio de 1980, homologado a 10 de fevereiro de 1982.

Nos termos do preceituado no § 3º do art. 97 da Constituição Federal — que limita em quatro anos o prazo máximo para vigência de concursos públicos — o Concurso de Fiscal de Tributos Federais — a que nos referimos — poderá ser prorrogado até 10 de fevereiro de 1986. Cogita-se, assim, de medida que visa ao interesse recíproco, dos concursados e da Administração Pública, uma vez que possibilitará o aproveitamento dos habilitados na referida seleção, sem a necessidade de apelo a nova competição pública, certamente onerosa aos cofres públicos."

Como se vê, a propositura é da maior importância e a iniciativa do nobre Senador José Lins só merece o nosso aplauso.

Ante o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1984. — Fábio Lucena, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Jorge Kalume — Alfredo Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 98, DE 1984 — Complementar

Dispõe sobre isenção de tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É isento do tributo de que trata o inciso I do art. 19 da Constituição Federal o imóvel utilizado como residência, desde que a renda do grupo familiar não ultrapasse 3 (três) salários mínimos.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Buscamos, com este projeto de lei complementar, alcançar uma medida da mais pura justiça e longo alcance social.

Na verdade, os tributos municipais de que trata o inciso I do art. 19 da Constituição (predial e territorial urbano) mostram-se irrisórios quando incidem sobre imóveis

ocupados como residência familiar de pessoas de baixa renda, mas em termos de arrecadação municipal, já que para quem os paga, constituem pesado ônus, quase insuportável. Com a possibilidade de gravar mais pesadamente os imóveis alugados a terceiros e menos os utilizados como residência poderão, a partir desse mesmo expediente, evitar diminuição de suas rendas em virtude da aprovação do presente projeto.

Lembramos, finalmente, que a medida aqui pleiteada encontra respaldo na Constituição, no § 2º do art. 19, onde está dito que:

"A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenção de impostos estaduais e municipais".

O requisito do relevante interesse social está por demais evidenciado, eis que o que se busca é preservar da incidência tributária os imóveis de grupos familiares de baixa renda que, de resto, os usam como residência.

Sala das Sessões, 13 de junho de 1984. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO V

Do Sistema Tributário

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 2º A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Municípios e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) O projeto lido, após publicado, será despachado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1982 (nº 80/79, na Casa de origem), que estabelece normas para a concessão do benefício da assistência judiciária na Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 89, de 1984 (nº 155/84, na origem), de 16 de maio de 1984, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor José Ajuricaba da Costa e Silva para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Lamarca.

Item 2:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 90, de 1984 (nº 156/84, na origem), de 16 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Paulo César Cataldo para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jacy Guimarães Pinheiro.

Item 3:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 91, de 1984 (nº 157/84, na origem), de 16 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Pajehú Macedo Silva para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Mozart Victor Russomano.

As matérias constantes da pauta da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. Funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(Suspensa às 18 e 40 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está reaberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A realização nos dias 28 e 29 de setembro vindouro do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, é uma iniciativa patrocinada pela União Internacional Contra o Câncer (UICC), com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

No conjunto dos objetivos básicos determinantes da efetivação do referido Simpósio destacam-se os dois seguintes:

a) analisar os múltiplos aspectos do tabagismo, suas implicações na saúde pública e as medidas mais adequadas para o seu controle; e

b) motivar técnicos nos campos da saúde, educação, psicosociologia, economia e demais atividades, para cooperar na luta contra a crescente invasão do tabagismo em nosso País.

O ilustre Presidente da Comissão Organizadora da iniciativa, Dr. Antonio Pedro Mirra já expediou os convites destinados às instituições e personalidades cuja presença muito contribuirá para consecução dos objetivos colimados.

Essa Comissão Organizadora é constituída pelos seguintes médicos e professores universitários: Ajax Walter S. Silveira, Edmundo Blundi, Francisco C. da Silva Telles, João Baptista Perfeito, Joaquim José Gama Rodrigues, José Rosemberg, José Silveira, Mario Rigatto (Vice-Presidente), Ruth Sandoval Marcondes e Thomas Strego.

São nomes ilustres, tanto no tocante ao exercício das atividades que desempenham nos hospitais, universidades ou laboratórios onde atuam, como no concernente às pesquisas e livros publicados, ou artigos que, freqüentemente divulgam, através das revistas médicas especializadas.

Independentemente das conclusões e resultados praticados do magno Simpósio Nacional de São Paulo,

considera-se como um dos seus mais importantes eventos a reunião da Assembléia Geral que deverá aprovar a constituição do "Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil".

A propósito recebi honrosos convites, subscritos pelos Professores Mário Rigatto e Antonio Pedro Mirra, que solicito sejam incorporados ao texto deste pronunciamento.

O auspicioso advento desse órgão de coordenação nacional muito contribuirá para acelerar a conquista dos objetivos colimados pelos que vêm lutando, com tenacidade, contra as trágicas consequências do tabagismo.

Não se deve jamais esquecer a terrível advertência da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando denunciou o flagelo do tabagismo como "o maior problema de saúde pública da atualidade".

Ao transmitir aos Srs. Senadores, nos limites destes breves comentários, as informações relativas à criação do "Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil", aproveito o ensejo para solicitar também, a incorporação do suíço artigo de autoria do Professor Mario Rigatto sobre "A Epidemia Tabágica — Um Programa de Ação", publicado como Separata da Revista AMRIGS, editada em Porto Alegre, em sua edição de outubro-dezembro de 1983.

Trata-se de uma concisa e valiosa contribuição ao fortalecimento da mobilização nacional contra o tabagismo que se desenvolve com êxito, em todas as Unidades da Federação Brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA:

Porto Alegre, 29 de maio de 1984.

Ilmo Sr.
Sen. Lourival Baptista
Brasília — DF

Prezado Senador:

Em reunião recente, na sede da Associação Médica Brasileira, em São Paulo, um grupo de Líderes da Campanha Antitabágica que se realiza no Brasil, sugeriu uma lista de nomes para comporem um Comitê coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil. A finalidade maior deste Comitê é integrar os esforços que se fazem em nosso País visando a um controle da epidemia tabágica que grassa entre nós. Outro objetivo é permitir a filiação do Brasil ao Comitê Latino-Americano para Controle do Tabagismo, criado, com o apoio da União Internacional contra o Câncer, em reunião realizada no último Congresso Americano de Câncer, na cidade do Panamá, no mês de janeiro p.p.

A composição do Comitê Coordenador de Combate ao Tabagismo no Brasil, proposta nos termos acima, é a seguinte:

— Presidente: Dr. Mario Rigatto, Caixa Postal, 1902, 90.000 Porto Alegre, RS.

— Vice-Presidente: Dr. Antonio Pedro Mirra, Caixa Postal, 5271, 01.000 — São Paulo, SP.

— Documentação: Dr. José Rosemberg, Rua Sabará, 76/12, 01.239 São Paulo, SP.

— Integração Comunitária: Dr. Jayme dos Santos Neves, Rua Marcos de Azevedo, 314, 29.000 Vitória, ES.

— Saúde Pública: Dr. Germano Gerhardt Filho, Rua do Rezende, 128, 20.231 Rio de Janeiro, RJ.

— Educação Comunitária: Sr. Carmen Annes Dias Prudente, Rua Antonio Prudente, 211, 01.509 São Paulo, SP.

— Política: Senador Lourival Baptista, Senado Federal, 70.000 Brasília, DF.

— Dia Nacional sem Fumo: Jayme Zlotnik, Rua Carlos de Carvalho, 928/15, 80.000 Curitiba, PR.

— Televisão e Rádio: Cel. Waldemar O. Bianco, Av. Silva Jardim, 2307, casa 6, 80.000 Curitiba, PR.

— Imprensa: Jornalista Adherbal Fortes de Sá, Rua Mal. Floriano, 1707/409, 80.000 Curitiba, PR.

— Educação Oficial: Dr. Aloysio C. Achutti, Av. Basílio, 210, 90.000 Porto Alegre, RS.

— Igreja: Sr. João Batista Costa, Rua Aneron Corrêa de Oliveira, 66, 90.000 Porto Alegre, RS.

O Comitê acima composto deverá ser referendado pela Assembléia que se reunirá no "Seminário para Controle do Tabagismo", a ter lugar em São Paulo, nos dias 28 e 29 de setembro p.v. Nesta oportunidade será definida também a duração de seu mandato.

Sendo V. Sr um dos componentes do Comitê acima proposto, venho, por delegação do grupo que propõe, consultá-lo sobre a aceitação que V. Sr daria ao convite que aqui lhe dirigimos. Creia que uma resposta positiva de sua parte nos fortalecerá a todos.

Queira aceitar, com votos pessoais de saúde, cordiais saudações. — Prof. Mário Rigatto.

São Paulo, 23 de maio de 1984.
SNCT-031/84 — MC/el.

Ilmo Sr.
Dr. Louival Baptista
Brasília, DF

Prezado Senhor,

Realizar-se-á nesta Capital, de 27 a 29 de setembro de 1984, sob o patrocínio da União Internacional Contra o Câncer (UICC), o Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, no qual serão discutidos seus diversos aspectos, suas implicações na saúde pública e as medidas mais adequadas para o seu controle.

Outro objetivo será também o de motivar técnicos dos campos da saúde, educação, psicosociologia, economia e demais atividades, para cooperar na luta contra a crescente invasão do tabagismo em nosso País.

A Comissão Organizadora tem a grata satisfação de convidar V. Sr para participar do Simpósio na qualidade de Presidente.

Anexo enviamos o programa do evento, onde encontram-se assinalados o tema da sessão a ser presidida por V. Sr, bem como a data e o horário da mesma.

Maiores informações sobre o Simpósio, e demais detalhes pertinentes à Secretaria do evento, serão enviados tão logo V. Sr confirme sua presença. Esta confirmação poderá ser feita por carta ou pelos telefones: (011) 883-1422 e 883-1013.

Na expectativa de podermos contar com sua honrosa presença, subscrevemo-nos

Cordialmente. — Dr. Antonio Pedro Mirra, Presidente.

SEPARATA DA REVISTA "AMRIGS"

SUMMARY

Many authors (7,8,9) warn about the risks of self-medication and of the indiscriminate sale of drugs. Our legislators recognize these risks (2,4,5,6), since the majority of drugs need the presentation of the prescription. However, it seems that the sale of the "Red Band" drugs is only respected for the ones that require the subscription retention (the commonly called Controlled Drugs) and completely disrespected for the others. These suspicions were amply confirmed by the authors.

BIBLIOGRAFIA

- 1 BOCHNER, F. et alii., Handbook of Clinical Pharmacology, Boston, Little Brown and Company, 1978.
- 2 CAMARA TÉCNICA DE MEDICAMENTOS, Resolução Normativa nº 10/78, Brasília, Conselho Nacional de Saúde, 1978.

3 CENTRO DE INFORMAÇÕES TOXICOLOGICAS — RS, Arquivo de Estatísticas, Porto Alegre, 1981, p.27.

4 DIVISÃO NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE DROGAS, MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACÊUTICOS, PRODUTOS DIETÉTICOS E CORRELATOS, Portaria 19 de 6 de setembro de 1977, Brasília, Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1977.

5 _____ Portaria 20 de 6 de setembro de 1977, Brasília, Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1977.

6 _____ Portaria 26, item II de 26 de julho de 1974, Brasília, Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1974.

7 DUPUY, J.P. A Invasão farmacêutica, Rio de Janeiro, Graal, 1980.

8 GIOVANNI, G. A questão dos remédios no Brasil, São Paulo, Polis, 1980.

9 NITSCHKE, C.A.S. et alii. Estudo sobre o uso de medicamentos em quatro bairros de Porto Alegre: R. AMRIGS, Porto Alegre, 25(3):184-9, jul/set 1981.

10 RALL, T.W. & SCHLEIFER, L.S. Oxytocin, prostaglandins, ergot alkaloids, and other agents. In: GOODMAN, L.S. et alii, The pharmacological basis of therapeutics, 6.ed., New York, Macmillan Publishing Co., 1980, cap. 39, p. 939-47.

11 WEINER, N. Atropine, scopolamine, and related antimuscarinic drugs. In: GOODMAN, L.S. et alii, The pharmacological basis of therapeutics, 6. ed., New York, Macmillan Publishing Co., 1980, cap. 7, p. 129.

COMUNICAÇÕES BREVES

A EPIDEMIA TABÁGIÇA UM PROGRAMA DE AÇÃO

Mario Rigatto (*)

O PROBLEMA

O tabagismo, segundo a Organização Mundial da Saúde, é o maior problema de saúde pública da atualidade. É também o maior vício entretido pela humanidade ao longo de sua história.

Que mecanismos de ação permitiram ao tabagismo alcançar tamanho destaque na patologia humana?

O tabagismo determina forte adição por parte dos que a ele se expõem. Isto se deve ao seu rico conteúdo em nicotina, alcalóide cuja capacidade de viciar só é superada pela cocaína. Assim, uma vez fumante, a tendência é a pessoa se manter, pelo resto da vida, fumante.

O tabagismo é a causa de morte um em cada dois fumantes. E causa de doença e invalidez em proporção bem maior. Esta extraordinária agressividade deve-se à nefasta conjugação de quatro distintos mecanismos de ação: neutralização das defesas orgânicas, prejuízo da alimentação celular, aumento do trabalho celular e desorganização da reprodução celular.

A neutralização das defesas orgânicas permite aos 4.000 componentes da fumaça do cigarro penetrarem até o interior dos pulmões, passarem para o sangue que por eles circula e, a partir daí, espalharem-se por todo o organismo, atingindo a praticamente todas as células.

O prejuízo da alimentação celular deve-se aos entraves que o fumo cria ao abastecimento de oxigênio, entre todos o mais importante elemento para o bom desempenho metabólico. Sem ele as células não conseguem produzir a energia de que necessitam para o cumprimento de suas funções.

(*)Professor de Medicina Interna UFRGS. Pesquisador Titular, CNPq. Presidente, FAPERGS. Membro do Comitê Antifumo, AMB. Endereço para separatas: Mario Rigatto — Caixa Postal 1902 — CEP 90.000 — Porto Alegre, (RS).

O aumento do trabalho celular deve-se à estimulação, por alguns componentes do fumo, dos comandos nervosos que regulam a economia orgânica, obrigando cada célula a um trabalho maior que o normal.

Esta conjugação de alimentação diminuída e trabalho aumentado leva a um extraordinário desgaste das células e, consequentemente, das estruturas orgânicas, fazendo do fumante um velho precoce, com todas as doenças e a alta mortalidade da velhice.

Finalmente, a fumaça do cigarro é capaz de desorganizar a reprodução celular através de, pelo menos, 40 substâncias indutoras de multiplicação anómala e desordenada das células, ou seja, indutoras de câncer.

Através destes quatro mecanismos o cigarro tornou-se, em menos de um século, a mais importante causa de doenças cardiovasculares (infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, aneurisma da aorta, vasculopatias periféricas), de câncer (câncer do pulmão, da laringe, dois lábios, da língua, do esôfago, do pâncreas, dos rins, da bexiga), de pneumopatias crônicas (bronquite, enfisema) e agudas (gripe, pneumonia). A ele também se deve a menor fertilidade do fumante (sêmen pouco concentrado com espermatózoides pouco móveis), a menopausa mais precoce da fumante (dois a três anos antes da não-fumante) e o elevado índice de insucessos nas gestações de mães fumantes (as crianças geradas em útero de mãe fumante, se não morrem durante a gestação, nascem fracas, com menor peso e altura, sujeitas a maior morbidade e mortalidade na primeira infância, e irrecuperavelmente reduzidas em sua inteligência).

A evidência até hoje acumulada mostra que, a par de variações individuais, a toxicidade do cigarro é diretamente proporcional ao número de cigarros fumados e inversamente proporcional a idade com que a pessoa se inicia no vício. Em relação ao sexo, o problema é mais grave nas mulheres por apresentarem maior dependência à nicotina. Em outros termos, uma vez viciada, a mulher tem mais dificuldade que o homem para parar de fumar. Além disso, o cigarro multiplica os riscos inerentes ao uso de pílula anticoncepcional (infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, hipertensão arterial). E há ainda as graves consequências para a criança em gestação quando a mulher fuma neste período.

O tabagismo é uma doença infecto-contagiosa uma vez que infecta o fumante e contagia os seus circundantes.

O contágio faz-se através da fumaça: a exalada pelo fumante e a produzida pelo cigarro que queima sozinho, entre pitadas. Esta última, sob vários aspectos, é ainda mais tóxica do que a fumaça exalada pelo fumante. O contágio também se faz através do sangue, no caso da gestante, e através do leite, no caso da nutriz.

Estima-se que o não-fumante que convive com fumante, fuma um terço dos cigarros deste último. Em elevador onde não se proíbe fumar, a ascensorista, em um dia de trabalho, fuma, em média, 10 cigarros. O mesmo se estima em relação a motoristas de táxi. As crianças com menos de um ano de idade apresentam uma incidência bem maior de bronquite e pneumonia quando o pai ou a mãe fumam e maior ainda quando ambos fumam.

Considerando-se a alta percentagem de fumantes na sociedade moderna (30 a 50% dos adolescentes e adultos) é lícito concluir que "todos somos fumantes". A diferença restringe-se em saber "quem pita" e "quem fuma o pito dos outros".

Os prejuízos do cigarro não se restringem à saúde humana. Ele constitui também a segunda mais importante causa de incêndios.

O CONTROLE DO PROBLEMA

Alvos Maiores

Sendo o tabagismo uma doença infecto-contagiosa, o objetivo primeiro deve ser o isolamento dos infectados para evitar o contágio dos não-infectados. Logo após, cabe tratar os infectados, na tentativa de recuperá-los e,

simultaneamente, tentar controlar a fonte de infecção: no caso, os produtos industrializados do tabaco.

Para que estes objetivos sejam alcançados é necessário atuar sobre o fumante e o não-fumante, ou seja, a população, o produtor de cigarro e o poder público.

Programa de Ação

I — *População* — As duas armas mais poderosas para o trabalho junto ao fumante e ao não-fumante são a disseminação de informações científicas sobre os efeitos do fumo e a exaltação do ridículo que o fumante representa, em termos de espécie humana.

Informação — O valor da boa informação já foi testada em vários países desenvolvidos. Não resta dúvida sobre sua eficiência. Assim, na Europa Ocidental, na Escandinávia e nos Estados Unidos, se tem demonstrado que o consumo de cigarros é inversamente proporcional ao estrato social a que pertence o indivíduo. A classe mais alta, que melhor se informa, é a que menos fuma. O operário braçal é o que mais fuma. Na classe mais alta, os que menos fumam são os médicos, pressupostamente os que possuem melhor informação. Igualmente, estudos sobre adolescentes mostram que os que ainda freqüentam a escola fumam bem menos que os que já abandonaram.

Ridículo — A exaltação do ridículo, consagrada por Cervantes em *Don Quixote*, ainda não foi adequadamente usada e testada em termos de tabagismo. Mas é, provavelmente, a melhor arma para neutralizar. O "charme" que a propaganda do tabaco pôs na figura do fumante. Imagens como a do moço-velho, de meio fôlego e espermatóides lentos, e a da moça de pele áspera e fria, beijos mal-cheirosos e voz de velha, devem render bastante.

Crianças — No trabalho junto às crianças, os não-fumantes que mais interessa proteger, é necessário combater o mito de que a juventude é a grande, a melhor, a mais bonita e talvez a única faixa da existência que realmente valha a pena viver. Este mito, extraordinariamente exaltado, é falso: todas as faixas da vida têm encantos e a melhor é possivelmente a da maior idade que se alcança ainda com plena saúde. Mais do que falso, o mito da juventude é pernicioso: rouba às crianças o interesse com que devem considerar sua vida adulta e os cuidados que devem ter com sua saúde para mantê-la boa até à velhice. A visão da juventude como fim maior, leva-as a minimizar os catastróficos efeitos do fumo já que manifestos, como regra, em idade madura.

Cabe aqui destacar a utilidade de difundir junto às crianças os comprovados efeitos nocivos do fumo sobre o desempenho esportivo, e a beleza física, elementos que se enquadram, com destaque, na curta dimensão de futuro das crianças de hoje.

Recuperação dos fumantes — Sabe-se que 95 por cento dos fumantes que abandonam definitivamente o vício alcançam este resultado por decisão pessoal, sem influência externa imediata. Programas que visam ao fortalecimento da tomada desta decisão devem ser estimulados. Os tratamentos específicos contra o tabagismo são válidos para alguns fumantes mas o índice de sucesso não ultrapassa 25 por cento. É útil lembrar aos que tentam parar de fumar e fracassam, que a maioria das pessoas que conseguiram abandonar o fumo alcançaram sucesso não na primeira mas na terceira, quarta ou quinta tentativa. Quando uma tentativa fracassa, o conselho certo é "tentar de novo".

II — *Produtor* — O produtor de cigarros atua dentro da legislação vigente. Mas é também um ser humano que tem esposa, filhos e amigos. É capaz de amar. O programa deve explorar este contexto pessoal: seus brios de homem capaz de conseguir o que deseja na vida mas sem que para isto se sinta obrigado a destruir aos seus irmãos. Seu espírito de solidariedade humana deve ser posto à prova. Um ou dois grandes produtores que se "convertam" poderão alterar decisivamente os contornos da epidemia. O mesmo se aplica aos astros da propaganda utilizados para difusão dos produtos do tabaco.

III — *Poder Público* — O Poder Público, responsável pela legislação e sua execução, regula as relações entre produtores de tabaco e seus consumidores. Como regra internacional, o Poder Público é tímido e caudatório das correntes majoritárias de opinião. Mas lutar pelas exceções vale a pena. Um líder com coragem política poderá abreviar de muitos anos a luta pelo controle da epidemia e poupar o sacrifício de várias gerações.

O Poder Público tem praticamente nas mãos todos os recursos para por fim às doenças e às mortes pelo tabaco. É preciso, no entanto, reconhecer que o seu trabalho é difícil quando a população não está adequadamente esclarecida sobre a necessidade e a importância das medidas restritivas a serem postas em prática, tais como bloqueio da entrada de novos capitais estrangeiros para a produção e industrialização do tabaco, cessação de toda e qualquer propaganda, proibição da venda de produtos de tabaco a menores, proibição do fumo em todos os ambientes públicos, particularmente os fechados.

O Poder Público pode jogar com a política de preços dos produtos industrializados do tabaco. Os ingleses documentaram o fato de que um aumento de 10 por cento reduz o consumo em 3 por cento. Esta redução é bem mais acentuada entre as crianças, dadas as limitações de seu poder aquisitivo. Uma política de aumentos periódicos, ao longo de alguns anos, permitiria reduzir agradavelmente o consumo e, o que é talvez mais importante, daria tempo à economia nacional para substituir, sem desequilíbrios bruscos, a alta tributação proveniente dos produtos do tabaco.

O Poder Público pode também evitar comoções na agricultura do tabaco, criando um programa de incentivos capaz de estimular os fumicultores a se dedicarem a outros plantios.

É absolutamente necessário que o Poder Público faça um estudo completo da economia do tabaco. Na maioria dos países, e no nosso infelizmente também, só se sabe quanto o tabaco paga de impostos. Ignora-se completamente quanto ele retira dos cofres públicos sob a forma de consultas, internações, faltas ao trabalho, pensões, perdas de talentos por morte prematura, incêndios. Cinco países desenvolvidos que fizeram as contas chegaram à mesma conclusão: o tabaco dá prejuízo. A Alemanha Ocidental, último país a realizar este estudo, verificou que, para cada oito marcos com que contribui, o tabaco retira quatorze marcos do tesouro nacional.

Não menos importante é destacar o fato de que os vultosos impostos pagos pela indústria fumageira não correspondem, em sua imensa maioria, a riqueza por ela gerada. Constituem simples repasse de recursos por ela tirados do bolso da população e entregues ao Estado. Um repasse que as loterias efetuam com igual eficiência, não menor satisfação, sem doenças, sem mortes e sem incêndios.

PROBABILIDADE DE SUCESSO

Embora numerosos os pronunciamentos cépticos, a possibilidade de controle da epidemia tabágica é certa e a probabilidade de sucesso é alta. Os países que, de forma mais sistemática e intensa, vêm buscando este controle, como os Estados Unidos e alguns países da Escandinávia e da Europa Ocidental, têm conseguido resultados altamente significativos. No Brasil, uma ainda insuficiente campanha antifumo e um programa de significativos aumentos no preço dos cigarros (programa este ditado pelo desejo de aumentar a tributação, não pelo de refrear a epidemia tabágica) levaram a uma drástica mudança na evolução do consumo de cigarros no país: uma curva continuamente ascendente, tornou-se, nestes últimos dois anos, visivelmente descendente.

Os grandes grupos econômicos mundiais, acionadores da epidemia tabágica, sabem, e muito bem, que os dias deste lucrativo negócio estão contados. Neste sentido, há declarações explícitas de alguns líderes. E manifestações objetivas, como a transferência de capitais da área do fumo para outras áreas de investimento.

O que permite antecipar uma autolimitação no tempo de duração da epidemia tabágica é a abusiva agressividade do fumo. Tivesse o fumo uma agressividade menor e ele talvez se eternizasse como um "mal milenar". Mas a sua devastadora patologia gera, algumas décadas após a sua implantação numa determinada comunidade, uma situação de calamidade pública. Calamidade que, por si própria, aciona processos de reação. Processos tão mais fortes quanto mais bem preparada a comunidade para se defender dos males que sobre ela se abatem.

A grande dúvida na luta contra o fumo não é a possibilidade de derrotá-lo ou não. É a dúvida sobre o tempo necessário para tanto. O prêmio pela antecipação da vitória é grande. Para cada ano, a vida de 100.000 brasileiros. E a saúde e a felicidade de muitos mais.

BIBLIOGRAFIA

- 1 RIGATTO, M. *The smoking blossom in developing countries*. In: PROGRESS IN SMOKING CESSATION. New York. American Cancer Society. 1978. p.66-8.
- 2 _____ O Fumo: o problema e seu controle. Anais da I Conferência de Combate ao Tabagismo (COMBAT I). Vitória (ES): *Liga Espírito-Santense contra a Tuberculose*. Abril de 1980. P.97-100.
- 3 _____ Os juros que não devemos pagar. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*. Ano XXIII. 1066. Maio de 1980. P.7.
- 4 _____ Juventude e maturidade. *Correio do Povo* (Porto Alegre). 1º de abril de 1982. P.4.
- 5 _____ Nem quentinha, nem sofa; nem sensual, nem cheirosa. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*. Ano XXV. 1110. Março de 1983. P.12.
- 6 _____ Experience in a country without smoking control legislation. *Annals of the 5th World Conference on Smoking and Health*. Winnipeg, Canada. July 1983.
- 7 ROSENBERG, J. *Tabagismo*. Série problema de saúde pública. São Paulo. ALMED-EDUSP. 2ª edição. 1981.
- 8 SILVEIRA, J.; NEVES, J.S.; MARTINS, A.C.P.; ROSENBERG, J.; RIGATTO, M.; BLUNDI, E.; RIZZO, A.; MIRRA, A.P. Carta de Salvador: O tabagismo, um novo desafio. *Jornal Brasileiro de Medicina*. Maio de 1979, p. 62-8.
- 9 WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Controlling the smoking epidemic. Report of the WHO Committee on Smoking Control. Technical Report Series nº 636. Geneva. WHO. 1979.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Proporcionar ao nosso crescimento demográfico tem sido o aumento dos efetivos laboriais do País, tanto pelo processo de industrialização e urbanização, como pelo interesse cada vez maior dos trabalhadores, no sentido de se valerem dos proveitos da CLT e dos benefícios do INPS.

Ocorrendo um ingresso anual de mais de um e meio milhão de pessoas no mercado de trabalho, esse aumento se verificou principalmente nas cidades de porte médio, onde o desenvolvimento urbano condiciona o surgimento de novas indústrias, o aumento do número de operários é maior nas cidades de porte médio ou aquelas que se constituem em polos econômicos, no contexto regional.

Tal o caso da cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, progressista município fluminense, onde funciona a 15ª Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil, a exigir, há bastante tempo, a instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, para atender ao número cres-

cente de feitos trabalhistas. Por enquanto, as pendências laborais são decididas na Comarca de Campos, onde, segundo informes autorizados, um quarto do total das ações distribuídas procede de Macaé, hoje detentora de um parque industrial e mercantil de grande porte.

Muitas reclamações trabalhistas, tanto de Macaé, como dos vizinhos Municípios de Casemiro de Abreu e Conceição de Macabu, deixam de ser ajuizadas, em virtude da grande distância que separa esses municípios da cidade de Campos, o que não ocorreria se houvesse uma Junta de Conciliação e Julgamento em Macaé.

Temos informações no sentido de que, por sugestão do Tribunal Regional do Trabalho, há anteprojeto de lei propondo a instalação de aproximadamente 214 juntas, contemplada Macaé com uma daquelas propostas para o Estado do Rio de Janeiro.

Recebemos, a propósito, um ofício do Senhor Sebastião Lopes, Presidente da 15ª Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil, apoiando a iniciativa e pedindo o nosso empenho, no sentido da criação daquela Junta de Conciliação e Julgamento, para atender aos justos reclamos da população trabalhadora de Macaé, Casemiro de Abreu e Conceição do Macabu.

Não há quem discuta a procedência do pedido, que atende a uma aspiração da classe trabalhadora, no sentido de justiça mais rápida e mais barata, que se deve afirmar principalmente no campo do juízo paritário, em maior proveito dos economicamente mais fraco, como é do espírito da legislação trabalhista brasileira.

Temos certeza de que o Ministro da Justiça será permeável aos argumentos dos trabalhadores de Macaé, esperando seja esse pleito igualmente apoiado pelo Ministro do Trabalho, a quem cumpre, em última análise, apoiar as justas aspirações da numerosa classe laboral.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Contristados, mais uma vez constatamos que este é o País onde se governa na base do mente-desmente, do disse-disse-mas-não-disse. É, lastimavelmente, o paraíso da inconsistência, da levianidade verbal, da irresponsabilidade política, onde os órgãos públicos federais já não podem mais esperar confiança e credibilidade da Nação, a qual, estupefata, já não aguenta mais assistir, passivamente, a tanta mazela administrativa e política.

Seria risível, não fosse indignante, a contradição entre dois fatos que marcam o início de uma dura batalha a ser travada entre o povo do Paraná e do Sul do Brasil contra o Governo Federal.

O primeiro sucedeu há poucas semanas atrás, quando o Ministério dos Transportes enviou aparatoso comitiva e convidou centenas de autoridades, empresários e políticos para promover o lançamento, em Paranaguá, do Programa Nacional de Desburocratização dos Portos.

Em meio às cerimônias e visitas, o Engenheiro José Menezes Senna, Secretário-Geral-Adjunto do Ministério dos Transportes e que presidia o evento como representante do Ministro, declarou enfaticamente:

"Quero dizer que Paranaguá, pela atuação de sua administração e de seus usuários, tem o maior respeito junto ao Ministério dos Transportes."

No mesmo dia, o Diretor de Operações da PORTOBRÁS, Engenheiro Carlos Teóphilo, após percorrer as instalações do Porto de Paranaguá e observar in loco o seu desenvolvimento, não conteve seu entusiasmo, e afirmou:

"É impressionante, sob todos os aspectos, o trabalho realizado neste porto. Visitei toda a faixa portuária e vi o belo trabalho realizado; estamos impressionados!..."

Dante de tais manifestações, seria natural que as autoridades presentes e os demais convidados esperassem, consequentemente, o anúncio de providências concretas para dar continuidade a projetos paralizados e para encetar melhorias longamente reclamadas. Seria um desdobramento lógico, que se oferecesse, afinal, uma contrapartida justa ao reconhecido esforço que os paranaenses realizam com benefício para todo o País, de acordo com os propósitos centrais do Programa que então se inaugurava.

Qual, entretanto, não foi a perplexidade geral quando poucos dias depois, o outro fato se dá, Trilhando caminho exatamente oposto, o Ministro dos Transportes, Engenheiro Cloraldino Severo anuncia oficialmente, sua intenção de "federalizar" o mais dinâmico e eficiente Porto do Sul do País: o Porto de Paranaguá.

Sim, Srs. Senadores, nada menos do que isso. Federalizar uma organização eficiente, admirada por seus auxiliares mais influentes e que, absolutamente, dispensa tal medida. Não de perguntar V. Ex's, que razões, que critérios, que benefícios previstos, que necessidades econômicas ou técnicas fundamentariam essa intenção.

Pelo menos nas declarações divulgadas, nenhuma resposta plausível é encontrada para tais indagações. Pura e simplesmente, S. Exº o Ministro, concluiu que lhe convém incorporar à estatal PORTOBRÁS, subordinada àquele Ministério, o Porto de Paranaguá, administrado por uma autarquia estadual, construído, desenvolvido, modernizado bem dirigido pelo Governo do Estado. E mais, que vem — apesar da escassa contribuição federal — cumprindo muito bem seu papel.

Em nenhum momento, os interesses do Paraná, das Regiões Sul e Sudeste, dos 500 mil quilômetros quadrados de território atendido pelo porto, são consultados. Em nenhuma frase, o Ministério dos Transportes alude ao respeito que deve a uma Unidade da Federação e que havia sido alardeado pelo seu Secretário-Geral dias anteriores.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio, é escancaradamente claro, que nem o Paraná, nem Santa Catarina, nem o Rio Grande do Sul, nem as regiões mais afastadas de São Paulo e Mato Grosso podem aceitar, assim sem mais nem menos, que uma instalação portuária de tal importância, seja imersa e virtualmente afogada, na burocracia federal, instalada confortavelmente nos gabinetes de Brasília. Não é admissível, num momento de severas restrições aos padrões de conduta, de eficiência e de credibilidade destes megalorganismos estatais, que se queira tomar o que funciona bem, para fazê-lo funcionar ou não funcionar de acordo com o arbitrio de quem não tem nenhum vínculo, nenhum compromisso sólido com o desenvolvimento regional, com a excepcional dinâmica de uma sociedade que afronta a crise sem ajuda federal, e até mesmo apesar das peias que a União lhe impõe.

E a palavra do Governador José Richa, clara e incisiva, expressa muito bem esta reação:

"Somos contra, protestamos e vamos reagir de todas as maneiras possíveis para impedir essa federalização."

E S. Exº prontamente argumenta:

"Transformamos o déficit de 500 milhões de cruzeiros, acusado em 1982 na operação do porto, em um superávit de mais de 3 bilhões, em apenas um ano de gestão sob nosso Governo."

E, note-se, no primeiro semestre de 1984, este resultado positivo já alcança 4 bilhões.

E o nosso Governador toca num ponto central:

"Estranho que falem em centralização numa época em que a preocupação de todos é justamente o seu contrário, a descentralização. Porque não pen-

saram em federalização do Porto quando ele estava nas mãos do PDS e era deficitário? Acaso querem usar o lucro do Porto de Paranaguá para cobrir os déficit dos outros portos geridos pela PORTOBRÁS?"

Tampouco tardou a reação do povo de Paranaguá, através da voz de seu Prefeito, Dr. Waldyr Salmon:

"O Paraná já vem sendo penalizado seguidamente pela União, como aconteceu com a postergação da Ferrovia da Soja, com a absorção da TELEPAR pela TELEBRÁS e, no caso específico de Paranaguá, pelo abandono das já iniciadas obras de construção de um novo acesso ao Porto, através de uma variante da BR-277, em duas pistas, dentro do perímetro do Município."

E lembra o Prefeito que:

"Não podemos entender a razão deste acomodamento, agora, em torno da federalização; pois é sabido que há mais de dez anos vêm se arrastando nos gabinetes de Brasília os estudos a esse respeito."

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ninguém está concordando com o anunciado intento do Sr. Ministro dos Transportes, ninguém está aceitando um ato intempestivo, abusivo e despropositado como este. E, tampouco, ninguém afasta a hipótese de que há motivos pouco edificantes por trás desta manobra.

E nos cabem sobradas razões para esta postura. Basta que se tenha uma idéia geral do que é o Porto de Paranaguá, de como ele é administrado e do que se fez e se fará, sob a administração estadual, para torná-lo um fundamental instrumento das políticas de desenvolvimento do Paraná e da Região Sul.

Nos últimos vinte anos, o movimento geral do Porto de Paranaguá elevou-se de meras 876 mil toneladas, para mais de onze milhões. E sua importância aumentou, extraordinariamente, desde 1974 até nossos dias, quando passou de 5 milhões de toneladas manejadas entre importação e exportação, para estas onze. Por este Porto, Srs. Senadores, são escoados 93% do milho, 81% do soja, 50% dos farelos e 41% dos óleos vegetais exportados pelo Sul e Sudeste de nosso País, ao passo que, há dez anos atrás, apenas 39% dos cereais exportados por estas regiões, passavam por ali.

No ano passado, as receitas cambiais geradas pelas exportações via Paranaguá alcançaram nada menos de 10% do total de divisas auferidas pelo Brasil: mais de 2 bilhões de dólares entraram em contrapartida pelas exportações feitas através de nosso porto. Foram, por exemplo: 708 milhões de dólares pelo farelo, 508 pelo café, 526 pelo soja em grão. Por este escoadouro, graças a um Acordo celebrado com o nosso País, o Paraguai exportou em 1982, nada menos de 282 mil toneladas de seus produtos e vai chegar a 400 mil toneladas em 1984.

Houve apoio federal, reconheçamos: mas foi principalmente com íngreme esforço, com a consciência de sua estratégica importância e com um vigoroso empenho de investir, que o povo do Paraná colocou o Porto de Paranaguá na posição destacada que hoje ele ocupa no conjunto da infraestrutura portuária e econômica de nossos País. Foram anos de continuado e intensivo trabalho que o Governo do Estado, as empresas e as cooperativas da região e a municipalidade de Paranaguá aplicaram a seu Porto que deram este resultado.

Desde suas origens, foi o Estado do Paraná quem mais batalhou para que fosse instalado. Ali havia apenas uns precários atracadouros, que serviam à cabotagem de pequeno porte; e a força política e econômica dos interesses do Porto de Santos obstavam as tentativas paranaenses de obter apoio federal para desenvolvê-lo. Não obstante, durante a administração de Manoel Ribas, nos idos de 30/40, as obras de base foram adiantadas com recursos próprios do estado e algumas verbas da União.

Dado este passo, heróico diga-se de passagem, ficou facilitado o seu desenvolvimento posterior. A maior parte do café exportado que gerava as divisas ansiadas para a industrialização dos anos cinquenta — era produzido no Paraná; as melhorias nas rodovias de acesso e uma longa luta para modernizar as rotas ferroviárias que vinham do Norte do Paraná — conduzidas pelo Governo Estadual — além do crescente congestionamento do Porto de Santos, acabaram por obrigar a União a dar mais atenção a Paranaguá. E suas instalações foram se ampliando e, vagarosamente, se modernizando.

Não se pode esquecer, porém, que as empresas e cooperativas do Estado e da Região deram contribuição notável para seu desenvolvimento. Elas investiram pesadamente em armazéns, vias de acesso, equipamentos e instalações. Porque era preciso escoar a espetacularmente crescente produção agropecuária da região. Principalmente quando o soja e o milho alcançaram volumes impressionantes de exportação.

E ao longo de todo este período, enfrentando todos os percalços e naturais dificuldades de planejamento, gestão e operação de uma instalação de tamanha complexidade e importância social e econômica, coube a uma autorquia estadual o papel de assegurar o adequado rumo aos programas de investimentos, às melhorias de operação e à administração da área. E ao Governo do Estado coube lutar, sem esmorecimento, para obter financiamentos, remover obstáculos políticos e afastar ameaças ao seu desenvolvimento.

Hoje, finalmente, o governo José Richa se empenha em assegurar ao Porto de Paranaguá a função estratégica que lhe deve ser atribuída no desenvolvimento do Paraná e da Região Sul e Centro-Oeste. Já não se trata, simplesmente, de ter ali um simples mecanismo de embarque e desembarque de cargas. Mas de dar-lhe uma função vital no processamento e escoamento sistematizado de uma gama enorme de produtos — tanto primários como industrializados — que vêm de uma imensa área geoeconómica. E de conferir-lhe um papel renovado de instrumento da política de desenvolvimento regional que se exige para o Extremo-Sul.

E afi já não se trata somente da área física das instalações portuárias. Mas de concebê-la como parte de um complexo econômico e infra-estrutural mais amplo, que envolve as estruturas de comercialização agropecuária, de localização de pólos industriais, além da organicidade que deve ser dada ao sistema viário e de transportes de todo o Estado, no contexto de uma região que abrange o Paraguai, o Mato Grosso do Sul, o oeste de São Paulo e de Santa Catarina. E que vai se interligar com o sistema do Rio Grande do Sul.

E isto não é tarefa que se centralize. Depende de esforços públicos e privados da própria região, como estes que foram levados a cabo nestes últimos anos:

“Em 1980, construção de um frigorífico para 5.500 toneladas de estocagem nos armazéns 4 e 5, através da FIGOBRÁS (Grupo Sadia); 1983, terminal de exportação para 60 mil toneladas conjugado com a fábrica de óleo vegetal para 1.000 toneladas/dia de esmagamento e tanques de óleo vegetal para 16.000m³, inclusive oleoduto. Ainda em 1983, ampliação de capacidade de embarque do berço nº 1 de 300 para 1.000 toneladas/hora. No mesmo ano, tanques para derivados de petróleo e álcool, com acréscimo de 40.000m³ de estocagem, através da PETROBRÁS e em 1984, ampliação da capacidade de embarque de 500 para 1.000 toneladas/hora no ponto de embarque nº 4 através da Cargill.

Em termos de valores, a administração do porto está gastando um total de 8 bilhões e 176 milhões de cruzeiros em várias obras, que tiveram início no passado. Estes melhoramentos são os seguintes: recuperação da estrutura da cobertura dos armazéns 12 e 13, Cr\$ 148,79 milhões; dragagem de manutenção do cais comercial; Cr\$ 274,80 milhões; dragagem de manutenção do cais de inflamáveis, Cr\$ 98,00 milhões; manutenção geral dos equipamentos do corredor de exportação, Cr\$ 850,00 milhões; transferência e montagem do Shiploader, Cr\$ 199,97 milhões (dinheiro este da PORTOBRÁS); reforma de 100 metros de cais e piso, Cr\$ 679,99 milhões.”

Pois bem, quando toda esta fatia começa a dar seus primeiros resultados, quando se vislumbra o amadurecimento destes vultosos investimentos, quando se conclui uma primeira fase do enérgico saneamento de sua gestão operacional e financeira, o Porto de Paranaguá se vê ameaçado de incorporação pela PORTOBRÁS.

Para quê? Voltamos a indagar.

Para deixar postergados, por mais alguns anos, até que o Governo Federal se desvincilhe de suas próprias teias de incompetência, projetos vitais como o de expansão do cais de embarque, dos terminais sempre prometidos e nunca iniciados, de aprofundamento do seu canal, que já conseguimos fazer aumentar de 37 para 39 pés (e que pretendemos fazer chegar a 42 para admitir embarcações de até 120 mil toneladas)?

Federalizar para quê? Para lançar a milhares de quilômetros de distância e a incontáveis semanas de demora as decisões essenciais que devem ser tomadas, prontamente e através de estreita cooperação entre o Governo Estadual, a Administração do Porto, os empresários e trabalhadores, as cooperativas, arrumadores, despachantes, usuários do Porto e povo da cidade que o abriga? Para nivelar a importância das provindências que Paranaguá requer, com a dos pequenos portos perdidos por este imenso litoral, cujos reclamos dormitam nas gavetas dos burocratas do Ministério e dos tecnocratas da PORTOBRÁS? Para diluir, nas combalidas finanças desta estatal, os resultados do trabalho dos paranaenses, catarienses e gaúchos que fazem do Porto de Paranaguá um dos mais eficientes do Brasil?

Não se trata, Srs. Senadores, de uma defesa paroquial de interesses provincianos. A magnitude e a natureza das operações deste Porto e seu impacto sobre o escoamento da produção regional e sobre as transações externas do País não admitem esta redução.

Estamos aqui, não só em nome do povo paranaense e de seu Governo, mas fazendo a voz de toda a Região Sul — alias já contactada, na pessoa de seus Governadores pelo Sr. José Richa — e toda a área de influência do Porto de Paranaguá; para, primariamente, defender um princípio que está sendo violado: o da federação. Em seguida para fazer afirmar uma tendência de toda a Nação, a de que é necessário descentralizar, não como uma delegação de ônus e encargos que deveriam caber ao Governo Central e são repassados para baixo, mas com a atribuição de poder decisório para quem está mais próximo dos problemas a resolver, dos entes sociais a atender e das demandas políticas que legitimamente se devem atender.

E isto o Paraná tem demonstrado que sabe fazer. Não só é um Estado que tem sabido sobrepassar as dificuldades da crise nacional, ajudando a alimentar este povo e a conquistar as divisas reclamadas. É um povo que mostrou saber eleger livre e conscientemente uma administração eficiente, identificada com suas bases sociais, capaz de conduzir um desenvolvimento justo e solidário. E que tem demonstrado aptidão para, melhor do que em governos anteriores, enfrentar os agudos problemas de suprimento de infra-estruturas para apoiar este desenvolvimento. E, em especial, tem ensinado como se tira um Porto tão complexo e tão grande, da ineficiência administrativa, para uma posição ímpar no setor portuário nacional.

Dai registrarmos aqui o protesto, o inconformismo, a indignação do Paraná e da Região Sul, face a esta imperitância, este despropósito, este arbítrio do Ministério dos Transportes.

E deixarmos aqui um desafio: que, antes de qualquer iniciativa de incorporação de nosso Porto, demonstre o Ministério estar melhor capacitado a geri-lo e a desenvolvê-lo, conferindo a mesma eficiência e rentabilidade aos outros portos sob sua jurisdição. Que antes de lançar olhos cobiçosos sobre o Porto de Paranaguá, demonstre ser capaz de ajudar a recuperar as grandes rodovias de escoamento das safras de nossas regiões, demonstre boa vontade em apoiar os projetos de estradas coletoras e vicinais, de que necessitamos, para darmos ao País mais alimentos, mais matérias-primas e mais divisas, com as parcelas de safras que apodrecem, por falta de vias de saída das áreas produtoras.

E, finalmente, que demonstre o Ministro Clóaldo Soares Severo ter boas razões técnicas, econômicas e administrativas para propor esta medida; para que se afastem as fortes suspeitas de que sua proposta não passa de mera concessão clientelística à pressão espúria de prôceres do PDS local, que vêm, nas dimensões e na rentabilidade do Porto de Paranaguá um imenso armazém para acomodar o empreguismo, os favores irregulares e a plataforma eleitoreira dos que não sabem e não podem viver e se eleger sem o apadrinhamento da máquina governamental.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

Brasília, 13 de junho de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por mais de uma vez, tenho me manifestado contra a lentidão, que caracteriza o nosso processo legislativo, e os meios possíveis de paralisação de nossas proposições pela simples inércia, ausência ou silêncio dos parlamentares.

Sempre estranhei que a Constituição previsse meios de agilização do processo ou métodos de aprovação de projetos por decurso de prazo, em benefícios apenas das propostas originárias do Executivo.

E desejei que houvesse mecanismos que obrigasse a manifestação das duas Casas do Congresso Nacional sobre as proposições de iniciativa dos parlamentares, em prazos curtos e rígidos, cuja expiração possibilitasse que as matérias fossem submetidas, imediatamente, à deliberação do Plenário.

Em pronunciamento anterior declarei que é motivo de frustração para um parlamentar ver que se acumulam, sem apreciação de seus pares, os projetos de lei de sua autoria, com os quais deseja dar a sua contribuição à reformulação de ordem jurídica de seu país.

Entendo que é preferível a rejeição de uma idéia pelo Plenário do que o seu engavetamento nas Comissões Técnicas, onde sofre todos os efeitos da lentidão e do esquecimento.

Sei que este tem sido um fenômeno perceptível em outros países, que também vêm decrescer, nas estatísticas, o percentual de leis originárias das Casas Legislativas com um favorecimento ostensivo dos projetos do Executivo, os únicos a terem alguma chance.

Na verdade, perdemos muito da nossa prerrogativa de legislar e a maior parte do direito vigente iniciou-se nas propostas do Executivo.

Entretanto, cabe-nos a maior parcela de culpa, no particular, vez que abdicamos passivamente deste direito, talvez por desencanto, ou por pressentir que nossas ideias não serão transformadas em lei, já que os poucos projetos de autoria de parlamentares, quando conseguem atravessar a barreira que nós mesmos nos impomos, são vetados pelo Presidente da República.

Para comprovar os motivos de minha insatisfação, quero relembrar aqui que, durante esses quatro e meio anos de atividade senatorial, pude apresentar uma série

de projetos de emendas constitucionais e de projetos de lei que, todavia, ou jamais chegaram a ser objeto de discussão no Congresso Nacional, ou o foram em dias de diminuta presença de parlamentares, fato que impediu a obtenção do quórum necessário ao sucesso de qualquer deles. De todos os apresentados, só um foi rejeitado em plenário.

E, no entanto, todas as sugestões eram fundamentadas no interesse público ou na utilidade social.

Na qualidade de Senador, tive oportunidade de apresentar cinco emendas à Constituição, todas elas julgadas prejudicadas por decurso de prazo nos termos do art. 48 da Constituição, conjugado ao art. 84 do Regimento Comum.

Foram, pois, todas arquivadas e três delas, depois de terem merecido parecer totalmente favorável das respectivas Comissões Mistas, sendo que duas delas, tendo tido tramitação com outras que lhes eram correlatas, só tiveram nos órgãos técnicos um sucesso parcial.

1) Pela proposta de emenda constitucional nº 25, de 1980, pretendia alterar o art. 25, *caput*, da Constituição, modificada pela emenda constitucional nº 5, de 1975.

Meu objetivo era mudar os percentuais de distribuição, pela União, do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, de modo que 14% coubessem ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 14% ao Fundo de Participação dos Municípios e 2% a um Fundo Especial a ser regulamentado em lei.

Além disso, determinava que a pretendida distribuição se processasse segundo aumentos gradativos até a integração do percentual previsto, obedecida a seguinte escala: no ano de 1981 — 12%, 12% e 2%; no ano de 1982 — 14%, 14% e 2%.

Justificaria a proposta declarando que a alteração trazida à Constituição pela Emenda nº 5/75 trouxera uma melhoria à situação precária dos Municípios e Estados, em matéria financeira, mas que tal não era suficiente.

Propondo alteração de seus termos, lembrei que o Primeiro Congresso de Direito Financeiro havia sugerido que a União transfira maiores recursos aos Estados e Municípios e que uma melhor distribuição das receitas públicas se impunha para beneficiar sobretudo o Município.

Concluí minha argumentação declarando que não haverá democracia verdadeira enquanto esta situação existir e que o regime de nossos sonhos não pode funcionar, se temos o poder central, dia a dia mais rico e poderoso, com Estados e Municípios aproximando-se da miséria.

Esta proposta teve tramitação com outras 6 emendas correlatas de iniciativa dos Srs. Senadores.

A Comissão Mista encarregada de dar parecer sobre elas ofereceu um Substitutivo que acolhia a todas, parcialmente, mas houve falta de quórum na votação e as propostas foram declaradas prejudicadas por decurso de prazo e, finalmente, arquivadas em 18 de setembro de 1980.

2) A proposta de emenda constitucional nº 32, também de 1980, dispunha sobre as eleições para prefeitos e vice-prefeitos dos municípios considerados estâncias hidrominerais.

E visava suprimir da alínea a, § 1º do art. 15 da Constituição qualquer referência aos municípios considerados estâncias minerais.

Entendia que a forma de escolha de prefeitos das referidas cidades, pelos Governadores dos Estados, tinha sido definida numa fase em que o Brasil passava por um período de excepcionalidade, mas o novo clima de abertura política não mais a justificava em 1980.

Ao reclamar eleições diretas para os prefeitos das cidades catalogadas como estâncias hidrominerais contestava a alegação de que a soma de recursos que lhes eram destinadas era sempre considerável e sustentava que a medida proposta fortalecia, de modo concreto, a tese do

moderno municipalismo nacional que exige sufrágio direto e universal para escolha de Prefeito e Vereadores.

Contudo, tramitando conjuntamente com outras, a minha proposta foi declarada prejudicada pela Comissão Mista que sobre o conjunto opinou e a matéria conexa teve o mesmo desfecho em 27 de agosto de 1980, vez que declarada prejudicada por decurso de prazo e, consequentemente, arquivada.

3) Uma terceira proposta de emenda constitucional, apresentada em 1981, e reiterada em 1982, teve o mesmo destino, após obter, por duas vezes, parecer favorável das Comissões Mistas.

Refiro-me às PEC 25/81 e PEC 08/82, através das quais pretendia dar nova redação ao § 4º do art. 175 da Constituição Federal, exigindo que lei especial disponha sobre a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e sobre a educação de excepcionais.

Entendo que há muito se faz necessária a inserção, no texto constitucional, de dispositivo que reconheça a velhice como fase da vida humana merecedora de atenção especial por parte do Poder Público.

Tal previsão constitucional não só propiciaria a reformulação da dispersa e incompleta legislação vigente sobre a matéria, bem como colocaria o Brasil lado a lado com a maioria dos países desenvolvidos, cujas Constituições modernas não raro reservam espaço para os problemas sociais, que clamam por uma redobrada atenção dos poderes públicos e da comunidade em geral, como é o caso da proteção aos idosos.

4) Idêntica razão de ordem social determinou a proposta de emenda constitucional nº 3, em 1982, em 1982, pelo qual desejei incluir no art. 153 da Constituição Federal um parágrafo que declarasse ser privativa do brasileiro a aquisição da propriedade de imóvel rural por usucapião especial.

Depois de haver funcionado como relator da Comissão Mista que ofereceu substitutivo ao projeto do Governo visando à introdução, entre nós, de um amplo conceito de usucapião, que, por se denominar "especial", poderia incidir sobre terras particulares e públicas, inclusive áreas de segurança nacional, considerei a medida necessária e inadiável.

Desejei assim retomar dispositivos constitucionais de 1934 e 1937 e só admitir a usucapião de imóveis rurais em benefício de brasileiros.

Entendi que, dada a amplitude da usucapião especial de 1981 e a carência de terras cultiváveis em outras partes do globo, necessário seria tomar medidas preventivas que visassem a impedir que o estrangeiro viesse a concorrer com brasileiros no acesso à propriedade, em nosso território, pela via da usucapião *pro labore*.

Mas, se proposta recebeu parecer favorável da Comissão Mista, foi posteriormente arquivada pelas mesmas razões anteriores.

5) Certamente, será este o mesmo destino da minha última proposta tendente a alterar a Constituição e que, pronta para a ordem do dia, teve sua votação adiada por falta de quórum, em 15 de maio de 1984.

Visava modificar o § 10 do art. 153 da Constituição Federal para esclarecer que a lei assegurará aos indivíduos carentes o direito à moradia digna.

Imaginei que, à medida que o Estado se preocupa, de maneira crescente, com o bem-estar de seus jurisdicionados, deve também ampliar a lista de direitos e garantias que lhes concede.

Se o Estado clássico garantiu aos indivíduos direitos políticos, o pragmático Estado moderno tem preocupado em outorgar faculdades de ordem econômica e social.

E, se o direito à moradia tem encontrado abrigo constitucional em certos países, urge que, também no Brasil, ele se instale para maior segurança dos pais de família e de sua prole.

No tocante aos projetos de lei, minhas pretensões tiveram sempre alguma preocupação de ordem social ou política, mas, como as propostas de emendas constitu-

cionais, quase nunca atingiram o seu objetivo, vez que, à exceção de dois, não foram objeto de votação, ou mesmo de discussão, em plenário.

1) O primeiro projeto de lei que apresentei, como Senador, tinha por escopo estabelecer uma jornada de trabalho de seis horas para os profissionais de Direito contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Através dele, a jornada de trabalho assim determina, seria aplicável ao profissional contratado como advogado, assessor-jurídico, consultor-jurídico ou atividades correlatas.

Na hipótese em que o profissional tivesse de desempenhar funções externas, no mínimo, um terço da jornada diária seria destinada a tal fim.

Observado o disposto no art. 461 da CLT, nenhum salário pago pelo mesmo empregador a seu pessoal de nível universitário poderia ser superior ao atribuído ao profissional de direito.

A aplicação da medida proposta não poderia ser motivo de redução de salário, nem prejudicar direitos adquiridos. Aplicando-se aos contratos de trabalho em curso, automaticamente, os contratos que a ela não se conformassem.

Justificuei o projeto demonstrando que o art. 58 da CLT, na sua generalidade, não excetuava o advogado por ser ele, à época de sua promulgação, um profissional liberal, quase nunca colocado na posição de empregado, depois de concluído o curso universitário.

Hoje, porém, o profissional liberal de outrora passou a ser uma nova categoria de empregado e a especificidade de suas funções merecem apropriado tratamento legal.

Este foi o único projeto de minha autoria a ser apresentado pelo Plenário do Senado Federal, que optou pela sua rejeição em 15 de outubro de 1979.

2) O projeto de lei nº 32, de 1980, dispunha sobre a preferência aos posseiros na alienação de terras da União.

Foi o único bem-sucedido, até agora, pois, aprovado no Senado Federal, foi remetido à Câmara dos Deputados onde, desde 14 de junho de 1983, aguarda inclusão na Ordem do Dia.

Minha proposta prevê que a União, ao alienar terras de sua propriedade, deva dar preferência aos posseiros que a explorem e nela residam.

Mas, admito que a preferência possa exercer-se mediante permuta por outra área idêntica em superfície ou valor, indenizadas as benfeitorias produzidas pelo posseiro na terra permitida.

Justificando-o, demonstrei ser dever do Estado assistir o rural na exploração do solo, tendo em vista que o art. 171 da Constituição preceituava que a lei federal dispõe sobre as condições de legitimação da posse e da preferência para aquisição, até cem hectares, de terras públicas por aqueles que a tornarem produtiva com o seu trabalho e de sua família.

E, deste modo, com o projeto, visamos a garantir aos posseiros de terras pertencentes à União o direito não só de preferência para a sua aquisição, como também o de indenização de benfeitorias por eles produzidas em áreas que se alienam a terceiros.

3) Pelo PLS 96/1980 idealizei a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das empresas públicas e sociedades de economia mista.

As referidas entidades deveriam ter na Diretoria e no Conselho Fiscal, pelo menos um diretor e um conselheiro eleitos pela assembleia geral, dentre seus servidores efetivos ou contratados com, no mínimo cinco anos de serviço, que teriam mandato igual aos dos demais diretores e conselheiros, de idêntica categoria da respectiva entidade.

O motivo do projeto foi o art. 165, V da Constituição, que assegura aos trabalhadores o direito à integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação

nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei.

Além disso, o fato de o Poder Público poder organizar e explorar atividade econômica, em caráter suplementar da iniciativa privada, através das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Entendi como natural e justo, portanto, que o Estado, ao exercer atividade econômica típica da empresa privada dê o primeiro passo, a título mesmo de exemplo, com vistas a cumprir o mandamento constitucional e integrar o trabalhador na vida e no desenvolvimento dessas entidades governamentais.

A medida, hoje tão aclamada por estar sendo implementada pela COBAL, continua aguardando votação no Senado Federal, onde, desde 9 de maio de 1983, aguarda inclusão na ordem do dia, após haver circulado por quatro comissões técnicas.

4) O PLS 122/1980, dispõe sobre a colocação em caderneta de poupança de depósitos judiciais.

Trata das ações ou recursos judiciais que exijam para sua propositura depósito prévio em dinheiro e determina que as quantias depositadas sejam colocadas em caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal, à conta do respectivo Juízo, para fins de juros e atualização monetária dos correspondentes valores a quem de direito.

Julguei necessária a proposição por ver que muito frequentemente os depósitos judiciais se desvalorizam quando ao fim da lide, são entregues aos seus beneficiários. Muitos processos se arrastam no tempo e acontece que os valores depositados que, em determinado momento, representavam resarcimento justo, posteriormente não mais correspondem ao que fariam jus os possuidores vencedores, detentores do direito ao seu recebimento.

Este projeto, segundo informação do PRODASEN, também se encontra pronto para a ordem do dia e, desde o dia 12 de setembro de 1983, aguarda a sua inclusão em pauta.

5) O PLS 174/80 dispõe sobre o funcionamento de clínicas especializadas em emagrecimento e no tratamento da obesidade que deverão, para funcionar legalmente, obter licença junto ao Ministério da Saúde.

No meu projeto, esta licença somente deverá ser concedida após verificação pela autoridade competente do preenchimento de requisitos e condições mínimas de idoneidade e capacitação profissional para o exercício da atividade.

Entendo que inúmeros casos de insucesso e os perigos que estas clínicas representam para o consumidor de seus serviços clamam por uma rigorosa fiscalização do Poder Público, a quem incumbe proteger a população.

Se é difícil apurar as responsabilidades médicas por lesões e até mortes causadas por esses tratamentos miraculosos, que, ao menos, se induzem melhor qualificação e maior segurança dos serviços oferecidos ao público, tanto em relação ao funcionamento dessas clínicas, quanto no que se refere à autorização para publicidade de seus métodos, mediante fiscalização prévia e periódica no Ministério da Saúde, na forma proposta neste Projeto, que também passou vitorioso nas comissões técnicas, e, desde 21 de março de 1983, está pronto para a Ordem do Dia.

6) O PLS 290/1980 altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Pela redação por nós proposta, ocorrendo rejeição do contrato de trabalho, por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a pagar diretamente ao empregado optante os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido ao Banco depositário, além de importância igual a 20% (vinte por cento) desses valores e ao montante dos depósitos, da correção monetária e dos juros capitalizados na sua conta vinculada, correspondentes aos períodos de trabalho na empresa.

Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou forma maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que se trata será de 10% (dez por cento), obrigada a empresa aos demais pagamentos previstos.

O problema, que motivou o projeto, foi a angustiante e constrangedora rotatividade da mão-de-obra brasileira, que possibilita a demissão em massa e a consequente substituição de trabalhadores, em geral, contratados por salários inferiores aos que eram pagos aos empregados demitidos.

Meu projeto, neste sentido, ainda encontra-se na Comissão de Legislação Social, para onde foi redistribuído em 7 de abril de 1983 e, portanto, não chegou a ser apreciado no Senado Federal.

Alegrou-me, contudo, ver que idéia semelhante a que o inspirou estava presente no Projeto de Lei nº 2.024 pelo qual se pretendeu alterar a CLT e marcar, de maneira concreta, mas meteórica, o acordo do PTB com o PDS para fins de obtenção de maioria parlamentar na Câmara dos Deputados.

7) O PLS 308, de 1980 acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, no sentido de se considerar como crime de responsabilidade dos Prefeitos o fato de deixarem de pagar, mensalmente, o subsídio dos Vereadores.

Sabe-se que divergências político-partidárias, ou mesmo desavenças pessoais, costumam ser motivos para que alguns Prefeitos "punam" os Vereadores adversários com um atraso, prolongado e injustificado, do pagamento dos subsídios a que têm direito.

Minha idéia é fazer com que a medida enérgica sirva como meio de pressão sobre os Prefeitos desonestos e se mostre como protetora dos Vereadores de todos os Partidos, que não mais teriam de recorrer, senão à própria justiça, para obter o pagamento de subsídios não pagos.

Contudo, o projeto ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, onde, em 16 de novembro de 1983, foi nomeado relator do vencido.

8) Em 1981 apresentei, primeiramente, o Projeto de Lei nº 110, com o objetivo de dar nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.

Pretendi a alteração redacional para que se diminuíssem os prazos, então vigentes, para que o imóvel abandonado seja arrecadado como bem vago e passasse para o domínio do Poder Público.

Tendo em vista que a redução dos prazos deste tipo é uma constante nos direitos modernos e que a arrecadação de bens vagos tem sido usada com sucesso, em alguns países, para sanar problemas fundiários, optei pelo prazo de 10 anos, para o caso de imóvel localizado na área urbana e de dois anos para os imóveis rurais.

A sugestão não foi apreciada, como tal, pelo plenário do Senado Federal, vez que ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, no que tange aos imóveis rurais, a pretendida diminuição do prazo para dois anos passou a constar da Lei nº 6.969/81, sobre a usucapião especial, tendo em vista que o referido diploma legal é fruto de emenda substitutiva de minha autoria ao projeto originário do Executivo.

9) Ainda tratei da arrecadação dos bens vagos no PLS 150/81.

Postulei que, para os efeitos da reforma agrária prevista no Estatuto da Terra a União arrecade bens vagos.

Pela proposta, é considerado bem vago o imóvel por natureza localizado em zona rural e abandonado por tempo igual ou superior a dois anos.

Caracterizo o abandono pela efetiva e comprovada improdutividade da terra, pela sua não utilização ou não exploração econômica, em atividade agrícola, pecuária, pastoril ou extrativa mineral.

Sempre julguei que é necessário estabelecer limitações mais rígidas à utilização produtiva da propriedade rural, em particular da terra, sob pena de se perderem todos os esforços da política de colonização e reforma agrária.

que objetiva, sobretudo, dar terra a quem produz, ou possa produzir e, ao mesmo tempo, propiciar as indispensáveis condições de fixação do homem no meio rural.

Entretanto, também neste particular, não tive muito êxito, pois o meu projeto permanece, desde 2 de setembro de 1983, na Comissão de Agricultura do Senado.

10) Pelo PLS nº 354/81 desejei modificar o artigo 176 da Lei nº 4.737, que institui o Código Eleitoral, no sentido de suprimir o seu inciso V, que possibilita contar o voto, apenas para a legenda, nas eleições do sistema proporcional, quando o eleitor, indicando a legenda, escrever o nome ou o número do candidato de outro partido.

A modificação sugerida impõe-se porque quando o eleitor escreve o nome ou o número de um candidato demonstra a intenção de votar em uma determinada pessoa.

Se, por equívoco, assinala uma legenda diferente daquela a que pertence o candidato, deve prevalecer o voto para o candidato e não para a legenda.

Este projeto encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, e foi objeto de redistribuição.

11) Do mesmo modo, pretendi modificar o Código Eleitoral pelo PLS 355/81.

Pela proposta, será esta a redação do seu art. 92, caput:

"Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, cada partido poderá registrar número de candidatos igual ao dobro do número de cadeiras efetivas da respectiva Câmara."

Na verdade, o art. 92, caput, do Código Eleitoral não oferecia inconvenientes em época de dualidade de partidos políticos.

Com o advento do multipartidarismo no Brasil, tornou-se necessário que ele seja alterado, no sentido de permitir ao eleitor um maior leque de opções entre os candidatos de seu partido.

Embora a iniciativa tenha sido parcialmente acolhida em textos normativos anteriores, mas de caráter temporário, entendo conveniente a alteração definitiva do Código Eleitoral para que acolha de maneira duradoura o salutar princípio da legislação eleitoral de 1978.

Mas este propósito tampouco se concretizou, vez que a tramitação do projeto ainda o mantém na Comissão de Constituição e Justiça.

12) Pelo PLS 130/82 visei o acréscimo de um parágrafo ao art. 73 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos para esclarecer que, quando se tratar de disciplina de voto sobre qualquer matéria com fechamento de questão, somente se considerará legitimamente estabelecida a diretriz quando houver o pronunciamento favorável da maioria absoluta das respectivas bancadas, obtido em reunião destas.

O projeto não desconhece que, em certos casos, devem ser estabelecidas diretrizes gerais e rígidas de obediência a orientação superior, fixadas pelas Convenções ou Diretórios Partidários.

Mas parte da idéia de que, em algumas hipóteses, tratando-se de diretriz específica para a ação parlamentar, como ocorre com a figura do fechamento de questão, será bastante ou, ao menos indispensável, o pronunciamento favorável das Bancadas, obtido por maioria absoluta. No meu entender, a decisão da Bancada compromete e obriga, tanto quanto uma decisão de órgão partidário superior, com a vantagem de abranger a participação de todos, ou da maior parte, na decisão.

Este projeto, felizmente, está em fase final e, desde 1º de agosto de 1983, aguarda inclusão na Ordem do Dia.

13) Desejei alterar a Lei nº 6.708/79, que dispõe sobre a correção automática dos salários, através do PLS nº 102/83.

Pretendi a introdução do reajuste salarial trimestral nos casos em que a inflação atingir um percentual superior a 15%.

Sou de opinião que o efeito corrosivo, que tem a inflação sobre os créditos em dinheiro exige mudança na periodicidade da correção monetária dos salários, sempre que, num trimestre ela ultrapassar a casa dos 15%, de molde a possibilitar, com maior brevidade, a recomposição do poder aquisitivo do salário.

Esta proposta também se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, à espera do necessário parecer, desde 31 de maio de 1983.

14) O objetivo do PLS nº 287/83 foi a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.

Por ele fica o INCRA obrigado a divulgar anualmente a relação dos imóveis classificados, consoante o Estatuto da Terra, como latifúndios por dimensão e por exploração, de área superior a 500 hectares.

Entendo ser inegável a importância dos cadastros dos imóveis rurais realizados pelo INCRA, não só para fins de ordem social, como também para servirem de base a estudos, pesquisas e planejamentos.

Mas, na divulgação desses dados, o INCRA se furta a fornecer dados que permitam a individualização dos detentores do imóvel.

E tal sigilo não se justifica, sendo pois necessário que a lei disponha sobre a relevância de dados mais completos, inclusive para o próprio INCRA.

Do mesmo modo que outras, esta proposição ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, a partir de 17 de novembro de 1983.

15) De maneira correlata, também o PLS nº 288/83 preocupa-se com o problema fundiário e dispõe sobre o arrendamento compulsório de certas parcelas de latifúndio.

Além de outras disposições, meu projeto determina que o proprietário de latifúndio, por exploração ou dimensão, qualquer que seja a destinação das terras, não poderá recusar ao Governo Federal o arrendamento de parcela não superior a 20% da área aproveitável total, para utilização pelos trabalhadores rurais, sob a forma de subarrendamento. O arrendamento inicial será constituído pelo prazo de cinco anos e é sucessivamente prorrogável por mais cinco, a critério do INCRA.

Na verdade, se a Constituição brasileira deu abrigo ao princípio da função social da propriedade, urge tornar realidade palpável suas normas programáticas, oferecendo oportunidade de trabalho ao rursoa que carece de terras.

Aguarda o projeto parecer da Comissão de Constituição e Justiça, desde 23 de novembro de 1983.

16) Finalmente, apresentei o PLS nº 296/83 com o objetivo de possibilitar abatimento, da renda bruta, de despesas com empregados domésticos.

Pela minha sugestão, as pessoas físicas poderão abater, da renda bruta, em sua declaração anual de rendimentos, as importâncias, comprovadamente pagas a título de salários, a seus empregados domésticos, quando a relação de emprego estiver contratada de forma regular, mediante demonstração da assinatura da Carteira Profissional pelo empregador.

Do mesmo modo, poderão ser abatidas as contribuições previdenciárias, efetivamente pagas, devidas pelo empregador, em favor do empregado doméstico quando a relação de emprego for contratada.

Justifiquei a medida declarando que se o imposto sobre a renda, devido pelas pessoas físicas, constitui um encargo extremamente oneroso nos orçamentos dos contribuintes, necessário se faz uma atenção permanente do legislador de modo a, sempre que possível, impedir ou evitar que ele se torne um ônus ainda mais drástico para o contribuinte.

Eis, Srs. Senadores, o fruto de minha contribuição, sem dúvida modesta, à causa de um direito melhor.

Trata-se de cinco propostas de emenda à Constituição e dezenas projetos de lei e, quase todos eles, até o momento, sem decisão final por parte de meus pares.

É evidente que o resultado negativo decepciona e inibe iniciativas futuras.

Afinal, de que vale propor, se o sim é sempre inatingível?

De certo, sei que minha situação não é diferente da de muitos outros companheiros do PDS e, sobretudo, dos partidos oposicionistas.

A propósito, convém finalizar este longo pronunciamento, com alguns dados, que tive oportunidade de coletar no Relatório da Presidência do Senado, e que são o bem reveladores da pouca possibilidade de conversão em lei dos projetos iniciados por parlamentares, de uma ou outra Casa do Congresso Nacional.

Em 1982, vieram ao Senado, como Casa revisora, 155 projetos de lei da Câmara sendo destes aprovados e enviados à sanção apenas 52, sendo 15 de autoria de parlamentares e 37 da autoria do Poder Executivo.

No mesmo ano de 1982, no Senado Federal foram apresentados 236 projetos, mas apenas 7 foram aprovados e enviados à sanção.

Houve um total de 15 vetos presidenciais: 9 totais, 5 parciais e 1 ainda está em andamento. Destes, 6 vetos foram apostos a projetos de iniciativa de parlamentares, enquanto 9 foram relativos a projetos do Executivo emendados.

O ano de 1983, ostenta cifras semelhantes.

O Senado recebeu da Câmara 291 projetos, mas aprovados e enviados à sanção apenas 42 (9 de autoria de parlamentares, 28 de autoria do Poder Executivo e 5 oriundos de sessões legislativas anteriores).

No Senado Federal, no mesmo ano de 1983, 301 projetos foram apresentados por Senadores, mas apenas 4 aprovados e enviados à sanção.

Houve um total de 20 vetos presidenciais: 10 vetos totais; 9 parciais; 1 em andamento.

Foram 17 os vetos a projetos de parlamentares e 3 os vetos a projetos do Executivo emendados.

Creio, Srs. Senadores, que os números falam por si mesmos, neste caso.

E que se não soubermos tomar a atitude, que se faz necessária, para salvaguardar nossas prerrogativas legislativas, dentro em pouco seremos uma Casa desprestigiada, capaz apenas de homologar iniciativas originárias do Palácio do Planalto.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1978 (nº 1.465/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 638 e 639, de 1981, das Comissões:

- de Educação e Cultura; e
- de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1981 (nº 435/79, na Casa de origem), que inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 179 e 180, de 1983, das Comissões:

- de Legislação Social
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1981 (nº 1.595/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 904, de 1983, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com Emendas que apresenta de nºs 1 a 4-CCJ.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1983 (nº 5.615/81, na Casa de origem), introduzindo alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, tendo

PARECER, sob nº 806, de 1983, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal, e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

6

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

7

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de Economia, favorável, com o voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de Finanças, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Educação e Cultura.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 1979

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

— de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;

— de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda do Plenário; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar solução para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia.)

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 99, de 1984, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 68, de 1984, submetendo à deliberação do Senado proposta para que o Governo do Estado do Espírito Santo possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.948.745.000,00 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), para os fins que específica.

12

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1984, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 72, de 1984, solicitando autorização do Senado para que o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

13

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

14

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art.

296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1983 (nº 5.019/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 790, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, (audiência solicitada pela Comissão de Legislação Social), pela constitucionalidade e injuridicidade.

15

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1981, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que atribui às Secretarias de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1982, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta;

— de Agricultura, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça; e

— de Serviço Público Civil, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de lei do Senado nº 76, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando restabelecer o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa, tendo

PARECERES, sob nºs 1.018 e 1.019, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, e, no mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Helvídio Nunes e José Fragelli; e

— de Legislação Social, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SAMPAIO NA SESSÃO DE 31-5-84, QUE SE REPÚBLICA POR Haver SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN — SEÇÃO II — DE 5-6-84:

O SR. CID SAMPAIO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quem observa a situação atual do Brasil fica realmente preocupado com a posição que toma hoje a parcela da comunidade que ainda usufrui do poder. Se nos voltarmos para vinte anos atrás, verificaremos que dentro desse País as Forças Armadas, com o apoio da sociedade, fizeram um movimento que tomou conta do Governo no curso do qual, a sociedade quase que passivamente numa atitude de sujeição voluntária, deixou que um grupo dirigisse o País ao seu talante.

Nessa sujeição voluntária, havia na realidade uma troca de interesses. Aqueles que se beneficiavam das normas vigentes no País, do *status quo* econômico e social, trocavam a sua tranquilidade no usofruto dos seus privilégios pela sujeição absoluta àqueles que exerciam o poder. Esse processo evoluiu e hoje, nos encontramos numa posição em que os interesses dos diferentes grupos sociais não encontram mais apoio nem compensação alguma em troca da submissão, em troca da dependência voluntária, a que se conformaram durante esse longo período. Atualmente observamos neste País índices alar-

mantes de inflação e de depressão a destruirem a economia, provocados e estimulados ambas pelas medidas oficiais.

É incomensurável que quem tem a gestão das questões financeiras admita que, mantendo uma taxa de expansão dos meios de pagamento de 50%, como nos primeiros meses deste ano, a inflação permaneça em torno de 235% e não perceba que o remédio é inadequado. É evidente que as medidas adotadas em lugar de dirimir a inflação e a depressão, as determinam e as estimulam. Além do mais, constata-se que, os governos não preparam a comunidade para a situação atual em que vive o mundo. Se observarmos as crianças e os adolescentes em idade escolar, veremos que 85% dessa parcela da população não têm nem o primeiro ciclo completo. Isto em uma época em que a instrução e a cultura constituem a base do progresso dos povos.

Recentemente, nos Estados Unidos da América, numa publicação oficial, o Governo conclama o povo americano à análise da situação em que vive. A publicação com o título "Nação em Perigo", aponta os riscos e dificuldades em que se encontra o país, em face de lá existirem 28 milhões de americanos que eles denominam de funcionalmente analfabetos, portanto não estão preparados para o exercício de qualquer função. No Brasil de hoje, cerca de 90% da população brasileira pode ser apontada como funcionalmente analfabeto, por que não tem habilitação para o exercício de qualquer função moderna, indispensável ao processo de crescimento econômico.

Desse modo, o País despreparado para enfrentar a crise que o envolve, caminha para um colapso econômico, sem que tenham sido dadas condições à sua população, de encontrar os meios para interromper esse processo que continua em marcha acelerada. Na política tributária brasileira, observa-se a mesma ausência de uma filosofia definindo objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social. Os impostos no Brasil objetivam arrecadar recursos e, nesses últimos 20 anos, centralizar o poder de arrecadação. Em função disto, Estados e Municípios ficaram à míngua quase absoluta de meios para executar programas mínimos que atendessem às suas comunidades. No nosso sistema tributário, não vemos nenhum dispositivo que estimule o desenvolvimento econômico ou a justiça social como filosofia de um programa, ou como filosofia de um código.

Em decorrência das políticas econômicas e financeiras as taxas de inflação e endividamento chegaram a tetos absurdos ao mesmo tempo em que a desigualdade parte da sua população, à míngua de condições sequer para alimentar-se e um pequeno grupo ganhando cada vez mais.

A par disso a política do Governo na área financeira, através da especulação organizada e estimulada, canaliza recursos da área econômica para o setor especulativo. O capital empregado na aquisição de papéis do governo, ganha em papéis do governo, não vinculados a nenhuma parcela de mão-de-obra, não produzindo bem algum, em um círculo fechado e vicioso propicia exclusivamente grandes lucros a uma pequena parcela da população do país que vive da especulação. O estímulo e os lucros crescentes desse aparente bom negócio atraem continuamente contingentes da atividade produtiva, em função da alta rentabilidade que hoje a especulação assegura no Brasil, aos que a ela se dedicam.

Desse modo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é indispensável que desta Casa partam movimentos que busquem organizar os institutos básicos no Brasil, não só para que encontremos soluções para os problemas fundamentais, como também para aqueles que, embora aparentemente paralelos, são condicionantes do processo de crescimento de um povo.

É por esse motivo que, sendo distinguido com a Presidência da Comissão Especial Para Estudos da Reforma

Tributária no Senado procurei conduzir os trabalhos da Comissão no sentido de organizar um anteprojeto de código tributário subordinado a uma filosofia voltada para o desenvolvimento e para a justiça social, buscando corrigir as distorções que hoje marcam a estrutura social brasileira.

E, dentro deste espírito, quero comunicar ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores, que, na próxima semana; essa comissão fará um simpósio para o qual foram convocados os maiores expoentes em questões tributárias no Brasil. E, neste simpósio onde durante uma semana, pela manhã e à tarde, serão ouvidos homens que conhecem deste assunto, para que a Comissão através dos seus membros e dos seus assessores, possa, na realidade organizar alguma coisa de concreto que, dentro de uma determinada filosofia possa dotar o Brasil, de um código tributário que facilite o crescimento do País se constitua em um estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e busque maximizar a justiça tributária...

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é patente o descuido do atual sistema tributário, nesses 20 anos de absolutismo no Brasil, com relação ao processo de desenvolvimento técnico. Não foi dado ao Brasil condição alguma para que acompanhasse ao longe sequer aqueles países que constituem o bloco dos países ricos do mundo. No entanto, se houvessemos nos voltado para a educação e para o preparo tecnológico como fez o Japão talvez tivéssemos nos aproximado do patamar que assegura aos povos, não riqueza, mas um bem-estar relativo às suas populações.

É pois necessário que se estabeleçam no Brasil, nos códigos que condicionam a sua vida como Nação, diretrizes que o levem ao preparo do seu povo nos campos da tecnologia e da ciência. É esse o caminho que conduz a humanidade ao progresso. E essa nossa diretriz não se pode restringir a palavras, mas a uma preocupação traduzida na fixação efetiva de uma filosofia que imponha aos nossos códigos, diretrizes que mesmo contra a vontade ou atendendo à vontade de eventuais ocupantes do Governo, esses princípios e o País preparem, na realidade, a sua população e equipe os seus filhos para que eles, vencendo o analfabetismo quase crônico, melhorando as suas condições técnicas e de conhecimento científico, possam, na realidade, definir os novos rumos que um país, sem essas condições dificilmente pode seguir.

Era esta a comunicação que queria fazer ao sr. Presidente e aos Srs. Senadores, e pedir-lhes a cooperação neste sentido, em termos de assumindo a nossa parcela de responsabilidade, dentro de uma comissão como a que presido, preparamos um código que, efetivamente possa dotar este País de condições que assegurem à sua população, através de normas e de leis, recursos que permitam além de educar seus filhos, dotar-lhes dos conhecimentos essenciais não só à sua subsistência mas às condições indispensáveis hoje aos povos, para viverem como nações livres.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não, honra-me muito o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Jorge Kalume — A escolha do nome de V. Ex^e para Presidente da Comissão de Assuntos Tributários tem o justo sentido de homenagear a respeitável figura de V. Ex^e. Os conhecimentos de que V. Ex^e é portador, estou certo de que trarão grandes benefícios para a nossa política tributária. Espero que desse encontro, que dentro em breve V. Ex^e levará a efeito, saiam subsídios que servirão, naturalmente, de inspiração às nossas autoridades. Quero, nesta oportunidade, então, me congratular com o estimado colega.

O SR. CID SAMPAIO — Eminentíssimo Senador Jorge Kalume, agradeço a sua contribuição e o aparte com que

me honrou. Espero, com a colaboração e o esforço conjunto com os membros desta Casa, realmente poder organizar um código que, em harmonia com os novos princípios que presidem hoje a possibilidade de crescimento dos povos e desenvolvimento dos países, possamos dotar o Brasil de um código que lhe permita, realmente através de uma posição sistemática, da adoção de uma política e de uma filosofia, adequar o País e prepará-lo para a grande missão que incumbe hoje as nações que querem ser livres e querem ter algum significado no concerto universal.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Cid Sampaio, quero, em princípio, dizer a V. Ex^e que vou participar desse simpósio. Acho-o oportuno, sobretudo porque as personalidades convidadas para o debate são, realmente, as pessoas mais categorizadas em Direito Tributário e Fiscalismo, no Brasil. Quero ouvir delas se, realmente, elas acham que a Emenda Constitucional nº 18 e o Código Tributário do Brasil, que foi, em 1965, uma grande conquista do Direito Público Brasileiro, porque até então tributo no Brasil era uma coisa empírica, era a tributação em cascata, o Governo, através dos técnicos do tributo, convocados para fazer a codificação do tributo no Brasil, trouxeram uma grande contribuição à organização tributária em nosso País. A experiência, realmente, que é outra coisa mais do que a teoria, mostrou a centralização do tributo no Brasil, mas, o partilhamento dos tributos com os Estados e Municípios deu de certa forma, uma estrutura orgânica de administração no Brasil. Creio que um projeto de tributo, em qualquer país, simboliza um processo de desenvolvimento econômico e social. Estamos, realmente, numa fase de transição no Brasil e é oportuna a revisão desse código. Acho que o Brasil cumpre uma das suas grandes finalidades, fazendo convocar esses homens que têm experiência no exercício do tributarismo no Brasil, para que, aqui conosco, possamos abrir novos caminhos da democratização do próprio tributo, rever mitos e desfazer equivocos, porque há muita coisa que fala sobre tributo que deve ser mantida no interesse público da Nação. Era esta a comunicação que, também gostaria de fazer a V. Ex^e, não sou especialista, mas estudo tributação e quero participar e conversar com esses homens, para ver se temos novos caminhos, porque todos eu procurei examinar, há pouco tempo quando fui relator, aqui, de seis propostas de emenda à Constituição, para ver se elas trazem luzes, porque no instante em que o vi, senti que o Código Tributário de 1965 é bastante atual e deve ser mantido na medida em que não prejudique a autonomia dos estados e dos municípios.

O SR. CID SAMPAIO — Senador Passos Pôrto, agradeço a honra do seu aparte, permita-me, no entanto, ilustre Senador, discordar do seu ponto de vista.

A célebre discussão que se processou no País, pela aprovação do atual sistema tributário, versava sobre o inconveniente do imposto em cascata, todavia, quando foi estabelecido o ICM, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias em substituição ao IVC, Imposto sobre Vendas e Consignações, objetivava-se obter a redução da sobrecarga que apresentava a taxação em cascata. Mas, desde aquele momento, partindo da premissa da impossibilidade de reduzir a arrecadação em cada estado, procurou-se, nos diferentes estados, fixar uma alíquota que assegurasse ao estado a arrecadação que tinha anteriormente. Então, os estados mais desfavorecidos com o novo processo, tiveram, através da alíquota nacional que foi fixada, condições para continuar arrecadando a mes-

ma coisa, enquanto que outros estados que passaram a cobrar o imposto na origem, tiveram a sua arrecadação grandemente aumentada. Então, o que resultou do processo é que o imposto, sem ser em cascata, passou a ser muito mais oneroso para a população que o próprio imposto em cascata, cujo grande inconveniente apontado seria o excesso de tributação, ainda com um agravante: na tributação inicial, no estado produtor de mercadoria a receita passou a ser maior e se veio somar à receita anterior, mantida nos estados consumidores, onerando grandemente as populações das áreas periféricas do Brasil. Eles ficaram, assim, obrigados de pagar um tributo elevado que é recolhido no Estado produtor de onde e portanto, não recebendo benefício algum, os que pagam o imposto grandemente aumentado. Foi esta a causa da grande distorção, da grande desigualdade que hoje, amplia as diferenças que existem entre os Estados do Brasil. Não quero negar as vantagens do sistema melhor organizado do Imposto de Circulação de Mercadorias. O fato de uma operação fiscalizar a outra e desse tipo de imposto desestimular as organizações verticais, em que as empresas buscam evitar o ônus da tributação que incide sobre a matéria-prima, ou outros insumos que são comprados a terceiros, constitui realmente, um benefício. Mas é necessário que tudo seja analisado em seu conjunto, para que os reais benefícios possam ser melhor adequados. O que realmente deve ser analisado no processo tributário brasileiro como um todo, é a ausência da preocupação de estimular o desenvolvimento econômico e de propiciar a justiça e a equidade sociais. As isenções e os incentivos concedidos, não objetivam propiciar investimentos nem conduzi-los a setores prioritários. Os incentivos que existem foram criados à margem e paralelamente ao Código Tributário, em funções de pressões políticas e pressões de diferentes regiões.

Não existem incentivos que ajudem, facilitem ou deem recompensa a empresas que canalizem recursos para os órgãos de pesquisa, mesmo que para isso elas e eles se associem.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Pois não, com muita honra.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador, justamente um dos objetivos colimados e atingidos, pelo Código Tributário Nacional, foi dar novas missões ao tributo. Há 14 imposições tributárias no Brasil, 10 são de natureza federal, duas estaduais e duas municipais. Desses 14, V. Ex^e se refere ao ICM, que, realmente, é o Imposto de Circulação de Mercadoria, cuja base é a circulação da mercadoria...

O SR. CID SAMPAIO — Que representa 90% da arrecadação dos estados.

O Sr. Passos Pôrto — ... realmente, ele é aplicado nos países unitários, na Europa, em países que não tenham o princípio federativo como base institucional. Ele foi uma experiência, no Brasil, que tem sido modificada ao longo dos anos; ultimamente mesmo tem-se modificado com benefício para a nossa região. O ICM, hoje é cobrado parte onde há geração do produto, e o consumidor recebe a outra parcela; e há uma correlação entre Estados produtores e Estados consumidores para que beneficie, inclusive, a nossa região. Quanto a isenções e incentivos, e o que nós do Nordeste não poderíamos reclamar do Código Tributário Nacional, porque o Imposto de Renda, no Brasil, tem sido um instrumento usado até demais, em processos de incentivo e de isenção. As isenções estabelecidas o foram para produtos, sobretudo produtos de exportação, visto que não se pode exportar tributos.

Todas elas foram feitas com o intuito de incentivo; algumas fracassaram evidentemente, porque os objetivos

não foram colimados; mas, de qualquer forma, a estrutura institucional do importo, no Brasil, a impressão que tenho é de que, salvo algumas modificações, salvo algumas distorções, como, por exemplo, princípio da anterioridade das leis, que não eram respeitadas, a criação do FINSOCIAL, que foi uma forma de tributação fora do código, e tantas outras, isso se poderia discutir, mas como estrutura geral do objetivo do tributo, no interesse do incentivo à produção, no interesse da transferência da renda, no interesse da transferência inter regional interestadual do produto do próprio tributo, eu creio que foi uma colaboração e uma experiência valiosíssima que deve ser examinada, agora, nesse simpósio.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço o aparte de V. Ex^a que muito ilustra a minha exposição; todavia, nobre Senador, o ICM ao ser posto em prática, no País, não fez diferença entre as diferentes regiões; só muito recentemente conseguiu-se reduzir as alíquotas das exportações feitas para as regiões nordestinas, em face de uma situação de fato e de calamidade em que a região se debatia, exaurida com o processo tributário que lhe era explorativo. Já veio como remédio, não veio como solução que desse, realmente, condições a que o processo tivesse uma evolução racional.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SAMPAIO — Com muita honra, nobre Senador Benedito Ferreira.

Sr. Benedito Ferreira — O próprio Senador Passos Pôrto colocou muito bem a questão do ICM. Ele é um tributo para Estado unitário. Entãopau que nasce torto até a cinta é torta. E o grande mal do ICM é que se vem tentando consertá-la, adaptá-la ao sistema federativo, à custa de remendos. Mas na realidade ele é um imposto inadaptable ao sistema federativo, a não ser que mudássemos o fato gerador, e que colide com a nomenclatura do tributo: Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Se o fato gerador passasse a ser o consumo da mercadoria, aí sim, nós teríamos um equilíbrio federativo com o ICM. Mas na forma que ele está, nós estamos pregando remendo podre em camisa esfacelada. Eu não vejo solução. Eu diria a V. Ex^a só uma indicação. Goiás exportou, em 1980, excessentes agropastoris na ordem de 150 bilhões de cruzeiros. Goiás importou, só de petróleo em 1 milhão 150 mil toneladas, 154 bilhões de cruzeiros. Logo, nós ficamos aí com um déficit da ordem de 4 bilhões e alguns milhões, para pagar a conta de petróleo. Veja V. Ex^a o que é o Estado comprador. Eu estou citando efetivamente um produto que não tem ICM. Mas, como é que Goiás continua comprando? Comprando com o seu endividamento, com o endividamento da sua economia. Então, nesse processo de transferência de rendas em favor de São Paulo, Rio de Janeiro, que são os dois Estados manufatura, lá do seu Pernambuco, a matéria-prima que sai de lá, embora Pernambuco, já tenha a situação mais ou menos melhorada em relação ao Nordeste.

O SR. CID SAMPAIO — Não Senador, estamos fechando.

O Sr. Benedito Ferreira — Mas pelo menos um outro Estado menos aquinhado que Pernambuco. Basta dizer que Pernambuco tem os pernambucanos, só por isso já há o handicap. Mas tomemos o exemplo do nosso sofrido Piauí, que é um Estado eminentemente provedor de matéria-prima. Ora, com algumas latinhas de cera manufaturadas lá em São Paulo paga-se toda a Carnaúba que vai do Piauí. Com alguns pedacinhos de sabonete embrulhado, que venha lá de São Paulo para o Piauí, paga-se toda a matéria-prima do óleo de babaçu, que foi e ainda é em que todo o ICM que foi remetido ele volta na contra partida de poucos produtos manufaturados.

Logo, não vejo outra solução para o ICM, que não mudarmos até o seu próprio nome mudando o seu fato gerador, com o que nós cominaríamos os grandes Estados da Federação a fiscalizar como fazem os Estados pobres, ou seja, que estrangulam, exaurem os seus contribuintes, porque precisam acudir suas folhas de pagamento, enquanto que São Paulo e aí eu diria como dizem os meninos, na gíria de hoje, não está nem aí, através de ICM, fiscalizam coisa nenhuma. Daí a grande concentração do capital em São Paulo; todo mundo está indo para lá. Primeiro eles tiveram a felicidade de estar mais perto dos portos, depois tiveram a felicidade de ter toda a infraestrutura carreada para lá, são os erros políticos do pretérito, e agora, para completar essa tendência centralizadora, que teve seus benefícios, teve seus aspectos positivos, sem dúvida nenhuma a partir de 64 para cá, convencionamos nobre Senador Cid Sampaio, hoje é preciso uma revisão mais do que urgente, porque não vejo como sairmos desse cipoal em que nos encontramos na forma como estamos indo.

O SR. CID SAMPAIO — Agradeço a V. Ex^a, o aparte que vem corroborar justamente o que estou afirmado. Creio que uma revisão no sistema tributário brasileiro, possibilitará, não só mais justiça, mais equilíbrio entre as diferentes regiões, mais equilíbrio entre a renda das pessoas e como, finalmente, o estímulo para as atividades hoje indispensáveis ao crescimento e florescimento do País. Esses são os objetivos que deve perseguir qualquer filosofia de governo, qualquer filosofia que presida a elaboração das leis em determinada Nação, porquanto, quando isto não existe, nos diferentes códigos de um mesmo País, quando faltam à harmonia, princípios comuns que sejam atendidos e perseguidos, esse país anda em zigue-zague, com um rendimento muito mais baixo do que poderia alcançar, mesmo quando o seu povo, tem virtualidades que assegurariam a esse país condições mais prósperas, numa caminhada mais rápida pra os estágios de maior desenvolvimento.

Mas, Sr. Presidente e Sr. Senadores, nesse meu pronunciamento desejo também, salientar a que ponto chegou a situação do Brasil. O movimento civil militar que empolgou o poder teve a princípio o apoio da sociedade brasileira. Depois, com a implantação do arbítrio, esse apoio traduziu-se em uma dependência consentida de diferentes grupos sociais, em função de sua permuta com interesses e privilégios que lhes eram assegurados. A força submetia os demais segmentos da sociedade.

A desordem administrativa e a insolvência interna e externa, porém, comprometeram a estrutura do poder. Chegamos a um ponto que a sociedade em seu conjunto não mais crê no sistema e no Governo. A Estabilidade, as vantagens da prosperidade econômica, da segurança no emprego, desapareceram. Assistimos rebeldessem contra a atual posição do pequeno grupo, quer permanecer nos postos, os empresários, os operários os estudantes, o clero, os profissionais liberais, a classe média em peso.

A tranquilidade, a segurança e a ordem, a troco do que a classe média suportou 20 anos de arbítrio, desapareceram nos constantes assaltos, na insegurança de um débito externo aterrador, no desemprego perverso e cruel. A prosperidade e os lucros que obtidos, no silêncio imposto aos prejudicados pela repressão e pela força, também desapareceram. Hoje não mais existe retorno algum à sociedade. A indústria desarticula-se, as fábricas fecham, a estrutura nacional de produção é sucateada, a classe média se sente desamparada na sua segurança física e na ameaça de desemprego crescente. O operário que ainda trabalha está sacrificado por uma interpretação errônea do processo econômico e financeiro. Os seus salários, altamente comprimidos, estão hoje submetidos a uma redução contínua de consumo. Enquanto isto a parcela de desempregado é jogada entre duas alternativas

trágicas. Viver de esmola, humilhado e sem poder manter a sua família; ou cair na marginalidade indo buscar na violência os recursos que não pode obter através de um trabalho honesto.

Desse modo, é toda a sociedade que desassistida exige o retorno à ordem democrática, a substituição dos homens que ocupam atualmente o Poder. Esses homens insistem, no entanto, em lá permanecer. Insistem em recusar ao povo o direito de escolher seus novos dirigentes para que eles possam, na realidade, encontrar um caminho que lhes conduza a um maior bem-estar, a harmonia de um pacto social em que todos os segmentos da sociedade recebem o retorno que lhes cabe.

Nesta hora, salientando as dificuldades em que vive o País, permito-me renovar o apelo a cada Senador no sentido que um esforço comum para a solução do problema político, que é urgente, e não pode ser retardado, e que também nos dedicemos simultaneamente ao estudo de códigos, de normas e de leis que permitam reorganizar administrativamente e politicamente este país.

Só assim, ao abrirmos o caminho para a liberdade, se criarmos as condições de percorrerlo com eficiência e em paz, chegaremos a ordem justa e igualitária que assegure a todos a participação no bem-estar coletivo. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 12-6-84 QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Argentina democrática teve um gesto significativo de soberania e independência, rejeitando, até de forma inesperada para muitos, o programa de recessão econômica suicida imposto pela representação do Fundo Monetário Internacional, principalmente no que se refere às condições relativas aos salários dos seus trabalhadores e ao seu déficit orçamentário e acabou enviando o seu próprio programa anti-recessivo ao diretor-gerente daquela instituição. Esse repúdio argentino ao programa de "austeridade" suicida, proposto pelo Fundo, que o jornal *Le Monde* classifica de interessante e revolucionário, faz jus aos aplausos de todos os democratas latino-americanos, e, estou certo, está a merecer o nosso apoio e a nossa solidariedade. Essa oposição formal de um governo democrático da América Latina, do porte do Governo argentino, à teoria ortodoxa dos dominadores, segundo a qual qualquer recuperação econômica do mundo desenvolvido precisa se fazer por ajustes duros e socialmente insuportáveis pelos povos dos países pobres e devedores, tem o alto significado de passo importante na luta pela mudança da ordem econômica internacional que está a prevalecer nos dias atuais.

Por outro lado, coloca em xeque, mais uma vez, a posição dos bancos internacionais credores, cuja credibilidade continua decrescendo para os seus acionistas em seus respectivos países, sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte e também, passa a incomodar os governos insensíveis dos países altamente industrializados. A posição do Imperialismo não é outra senão a expressa pela Primeira Ministra britânica Margaret Thatcher, no encontro dos Sete Grandes, em Londres, segundo a qual é preciso que os países do Terceiro Mundo alienem, ainda com mais docilidade e entreguismo, suas riquezas naturais, suas potencialidades para o pagamento de suas dívidas, dívidas, essas que, como se sabe, em grande parte, são consequência dos juros elevadíssimos dos últimos dez anos, cobrados pelos bancos credores.

Ao analisar, ontem, em São Paulo, inclusive os resultados da reunião dos Sete Grandes em Londres, o empresário paulista Presidente da FIESP, já aderiu à causa

do cartel dos devedores, ou seja, da solidariedade latino-americana para endurecer o jogo e para impor condições de renegociação que levem à suspensão dessa sangria dos recursos econômicos da América Latina, especialmente do nosso País. Diz o Sr. Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, Presidente da Federação das Indústrias no Estado de São Paulo, que a estratégia de formação desse cartel de devedores é uma estratégia correta — e é claro, o País inteiro clama por isso, as oposições há muito tempo vêm, através das tribunas do Congresso Nacional, verberando por isso.

Não sendo dócil e subserviente ao FMI e às imposições dos credores internacionais, como infelizmente acabaram sendo as autoridades econômicas brasileiras, o governo argentino democrático, com apoio interno, jogou acertadamente e deu passo importante no sentido de fortalecer a posição latino-americana, tanto assim que esse precedente está sendo considerado perigoso, tanto pelo FMI, como pelos bancos norte-americanos que são os mais comprometidos com as dívidas da América Latina. A solidariedade latino-americana é indispensável ao seu fortalecimento, para não ceder às pressões dos credores internacionais, sobretudo norte-americanos.

Por outro lado, entristece-nos a posição tibia do Governo brasileiro permanentemente fraca e dócil. Certamente não seria a mesma se tivéssemos um governo democrático, legítimo e com credibilidade interna.

No próximo dia 21, estará se realizando uma reunião importante, em Cartagena, na Colômbia, dos chanceleres e dos ministros da área financeira dos países devedores da América Latina. A posição brasileira precisa ser dura em relação às negociações da dívida externa na América Latina, e deve continuar defendendo um tratamento político para o problema, porque é realmente um problema político da mais alta relevância para o mundo.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

SR. HENRIQUE SANTILLO — O País não terá como suportar por mais tempo a sangria representada pelo pagamento de juros elevadíssimos de sua dívida externa. Atualmente, cerca de 5% de seu PIB está se evadindo anualmente com o pagamento da dívida externa, 75% dos quais apenas para o pagamento dos juros dessa dívida externa.

Para se retomar efetivamente o desenvolvimento econômico, que é, hoje, a exigência maior da sociedade brasileira, é preciso que se dê um basta a isso tudo. Portanto, a posição do Governo brasileiro, a posição dos Ministros brasileiros, precisa ser a da defesa da soberania dos países da América Latina, da defesa dos interesses dos povos latino-americanos que começam a ascender politicamente.

Isso é coisa nova, é coisa que os países credores, os países imperialistas, desconhecem, a necessidade cada vez maior e mais premente dos povos latino-americanos de ascensão política e de estabelecer governos legítimos e democráticos que defendam a soberania de seus países, a sua independência e os seus interesses nacionais.

Ouço o eminentíssimo Senador Jorge Kalume, com prazer.

O Sr. Jorge Kalume — Em que pese o meu respeito à conduta da Argentina, todavia eu gostaria de esclarecer também a V. Ex^a que não é diferente a conduta do Brasil. Haja vista a carta assinada pelo Brasil, Argentina, Colômbia e México em defesa dos seus interesses, embora quem empresta dinheiro tenha o direito de exigir os juros que bem entender. Cabe a nós, tomadores, saber nos defender. Quero, nesta ocasião, congratular-me com V. Ex^a por esse seu pronunciamento em defesa também dos interesses não só do Brasil como dos países devedores, conhecidos como do Terceiro Mundo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eu até gostaria muito de concordar com V. Ex^a, eminentíssimo Senador Jorge

Kalume — V. Ex^a é um dos Senadores mais amigos e mais corteses desta Casa — mas, lamento, não poderei concordar.

Veja, V. Ex^a, que o Governo que apóia nesta Casa — estou certo, apóia com pureza d'alma — é um Governo que acaba de enviar ao Fundo Monetário Internacional a sua quinta carta de intenções. Uma carta de intenções firmada por um País representado, na verdade, Senador Jorge Kalume, a sua política econômica que esse País promete e assegura cumprir.

O fato do Governo brasileiro, em um ano, ou pouco mais de um ano, enviar cinco cartas de intenções, significa, primeiro, que esse Governo está perdido, sem política econômica própria.

O Sr. Jorge Kalume — Isso faz parte da estratégia da política econômica.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Em segundo lugar, dá mostra inequívoca de sua subserviência e docilidade às imposições dos credores, ao contrário do que V. Ex^a está dizendo, com o que concordo. Cabe aos devedores, no caso, acumular forças para também poder, numa mesa, discutir as regras que devem imperar em relação aos empréstimos, em relação a essas dívidas.

O Sr. Jorge Kalume — É o que o Brasil está fazendo hoje, nobre colega.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Infelizmente, não, eminentíssimo Senador. Inclusive no episódio resultante da reunião dos sete maiores países industrializados do Ocidente, a posição do Governo brasileiro tem sido dúbida, tem sido fraca, tem sido pusilânime, não tem sido a posição que os demais países latino-americanos desejariam que esse Governo tivesse.

Eu, particularmente, tenho em mim, eminentíssimo Senador, que a causa principal dessa tibieza deve-se mesmo à falta de credibilidade interna, por se tratar de um Governo que não é legítimo e não conseguiu realmente representar todos os interesses nacionais, todos os interesses brasileiros.

Tivéssemos nós um governo democrático, um governo eleito diretamente pelo povo, esteja certo V. Ex^a esse governo estaria adotando posições tão firmes quanto o governo argentino acaba de adotar.

Ouço o Senador Humberto Lucena.

O Sr. Jorge Kalume — O Governo da Argentina foi eleito indiretamente, não pelo povo, mas por um colegiado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Senador, acho que seu aparte, desta feita, não poderei responder...

O Sr. Humberto Lucena — Felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento que representa o ponto de vista de toda a Bancada do PMDB nesta Casa. V. Ex^a, ao enaltecer a atitude da Argentina, que mais uma vez pontifica no cenário político internacional, com sua atitude de enfrentar o Fundo Monetário Internacional e procurar lhe impor as suas condições para aceitar um acordo que lhe permita continuar o seu esforço de crescimento da sua economia, V. Ex^a deixa muito claro, como não poderia deixar de fazê-lo, que tudo isso decorre da situação singular daquele país no contexto latino-americano, por ter, recentemente, conduzido ao poder um líder da dimensão de Raul Alfonsín, que tem absoluto respaldo popular para fazer o que faz em nome da soberania nacional. Há poucos dias, aquele ilustre Presidente deu, inclusive, um grande passo na política interna da Argentina, que foi o acordo com o peronismo, através da ex-Presidente Isabelita Peron, o que engrandeceu o seu apoio dentro do território argentino e lhe assegura hoje, esse prestígio na cenário não apenas latino-americano mas internacional.

V. Ex^a também lembra que se nós tivéssemos — e, realmente, é um fato — um Governo eleito diretamente pelo povo, estaríamos na mesma posição da Argentina, procurando impor os nossos pontos de vista aos governos dos países que são os mais importantes para nós, no que tange ao nosso endividamento externo. Entretanto, isto, não ocorre com o Brasil. Estamos ainda em pleno autoritarismo, com um Governo dividido entre si — V. Ex^a sabe do esforço que procura fazer, agora, o Chanceler Saraiava Guerreiro, a quem nós temos que homenagear pelo seu posicionamento isento, no sentido de dar uma conotação política à negociação da dívida externa brasileira. Mas S. Ex^a começa a sentir restrições dos Ministros da área econômica, que não estão, em absoluto, concordando com a sua orientação quanto à dívida interna, que é fundamental para a solução da problemática brasileira. Vamos, portanto, fazer votos, nobre Senador Henrique Santillo, para que, inclusive, esses últimos episódios da política nacional acabem convencendo a todos, indiscriminadamente, de que a grande saída é devolver ao povo o direito de eleger o seu Presidente da República.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço imensamente o seu aparte, eminentíssimo Líder, e concordo com ele plenamente. É a área econômica a grande responsável pela dubiedade, pela tibieza, pela fraqueza do Governo brasileiro, com relação ao problema da dívida externa do País. Vou mais distante para dizer que o grande responsável, sem dúvida, é o Presidente João Baptista Figueiredo, responsável pelas contradições do governo, pela inércia, pela impotência deste Governo, sem sombra de dúvida. Certamente isso se deve, como bem disse V. Ex^a, à falta de legitimidade deste Governo, um motivo a mais, e muito forte, para que não esmoreçamos na luta imediata pelas eleições diretas à Presidência da República...

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — A única forma de dar legitimidade e eficiência a um Governo, porque sem legitimidade, sem credibilidade, não haverá nunca Governo eficiente. A questão não é moral, embora os parâmetros morais devam nostrar o nosso comportamento político, a questão é política, é, sobretudo, uma questão de eficiência de Governo. A verdade é uma só: Governo eficiente, só Governo com credibilidade; Governo com credibilidade, só Governo legítimo, e o povo brasileiro está a proclamar que o Governo legítimo só é aquele eleito diretamente pelo seu voto. O raciocínio, portanto, é de ordem política sobretudo. O País está a exigir um Governo legítimo, para que supere, também, esse importantíssimo estrangulamento da vida nacional, que é devido a sua dívida externa estonteantemente grande, sobre a qual se paga 5% do PIB anualmente só de juros.

Ouço o eminentíssimo Senador Fábio Lucena, com prazer.

O Sr. Fábio Lucena — Nobre Senador Henrique Santillo, gostaria apenas, com a sua permissão, de situar a diferença básica entre o governo da Argentina e o Governo brasileiro, no que se refere à manifestação da soberania nacional. O governo Alfonsín, ao contrário do Governo Figueiredo, impôs ao FMI, na sua Carta de Intenções, uma condição: ele não aceita qualquer forma de recessão. A Argentina, com o seu governo democrático, não aceita o crescimento negativo da economia; não aceita a fabricação do desemprego; não aceita a redução das importações dos produtos essenciais para a sua indústria. É uma diferença essencial, gritante, nobre Senador. Lá, não houve capitulação; lá, houve a manifestação da soberania nacional. Aqui, no Brasil, ao contrário, houve lamentavelmente, a capitulação, a rendição, o abandono dos postulados básicos da nossa soberania.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Carrega-se de razão V. Ex^a. Além de tudo o governo argentino não permi-

tiu a expropriação dos salários de seus trabalhadores, colocando como ponto maior de sua Carta de Intenções, enviada diretamente ao Diretor Gerente do FMI, a questão de se dar aos trabalhadores argentinos de 6 a 8% a mais do que a inflação, nos seus reajustes salariais periódicos. Ao contrário do Governo brasileiro que, com docilidade e entregando-se como se entrega a "rapadura", lutou, pressionando o Congresso Nacional, para que aprovasse o Decreto Lei nº 2.065, que acabou sendo aprovado e, aí está, como instituição jurídica maior para lesar criminosamente os trabalhadores brasileiros. Eis a grande diferença: um, democrático, legítimo, com muita credibilidade e apoio interno, capaz, portanto, de levantar a cabeça e dizer não; outro, ilegítimo, sem credibilidade, de cabeça baixa, sempre a dizer sim e sempre a dizer amém.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^e com imenso prazer.

O Sr. Octávio Cardoso — Naturalmente, compreendo o papel de V. Ex^e ao fazer este tipo de colocação política quando aborda um dos assuntos sensíveis a toda nacionalidade brasileira e a comunidade latino-americana. Reconheço é uma colocação política que V. Ex^e, como oposicionista, tem o direito de fazer. Eu só não poderia deixar de fazer alguns reparos a enfoques que V. Ex^e não aborda bem. Em primeiro lugar, a eleição argentina, embora tivesse tido uma participação popular, ela não foi, a rigor, uma eleição direta: ela foi uma eleição indireta. Apenas coincidiu a eleição dos delegados com as eleições gerais e, posteriormente, o Presidente foi eleito por um colégio eleito nessas eleições gerais. Em segundo lugar a situação que o Brasil atravessa, a grandeza de sua dívida é proporcional à sua grandeza territorial. Na verdade outros países, com governos de investidura democrática, como o México, a Venezuela, estão também numa situação como a brasileira. O que importa não é dizer agora que a Argentina bem e o Brasil mal. Nós desejamos que a Argentina se saia bem na sua proposta, cujos resultados ainda não conhecemos. Agora, os resultados alcançados pela política econômica do Brasil, a partir das tentativas de renegociar a dívida, essa sim, nós já conhecemos, que é o reaquecimento da nossa economia, a reação da economia brasileira, aos olhos dos analistas internacionais. V. Ex^e há de ver que são apenas caminhos diversos para se chegar aos mesmos resultados. Não se pode dizer que a Argentina caminhou mais do que nós, em absoluto. O Brasil, neste ponto da renegociação, está mais longe do que a Argentina. Oxalá a Argentina tenha na sua proposta, como desejamos que tenham os outros países latino-americanos, que precisam formar uma frente contra os nossos credores internacionais, para que se apercebam da situação aflitiva em que vivem.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eminente Senador, folgo realmente saber em princípio que também V. Ex^e, respondendo pela Liderança do seu Partido, o partido do Governo nesta casa, considera também sensível, altamente sensível, o problema da dívida externa brasileira. Lamento, no entanto, nem mesmo responder à segunda parte do seu aparte vindo logo a seguir do intrôito. Realmente, creio que não mereça resposta. Dizer que o Governo Argentino não foi eleito diretamente porque os delegados foram eleitos ao mesmo tempo em que o Presidente fazia a campanha popular e mobilizava os argentinos aos milhões nas praças e na avenidas, não merece resposta. V. Ex^e há de permitir.

A terceira parte da sua intervenção, essa sim, creio que mereça uma resposta, porque afinal tocou exatamente no ponto sensível do meu despretensioso discurso de apoio, de solidariedade e de enaltecimento à posição ar-

gentina, nesta Casa, hoje. V. Ex^e há de convir que o próprio Governo que V. Ex^e apóia nesta Casa subscreveu uma manifestação, juntamente com outros seis governos, dizendo o contrário do que V. Ex^e está dizendo agora, afirmado justamente que o problema é de ordem política e que tem na sua maior parte pontos em comum. Quer dizer, a dívida brasileira, a dívida argentina, a dívida venezuelana e a dívida mexicana têm hoje pontos em comum, altamente importantes e altamente marcantes, a ponto desses países, num documento subscrito pelos Presidentes, pelos seus Chefes de Estado, afirmarem que é preciso discutir em globo o problema. É preciso discutir englobadamente, numa visão de conjunto, toda essa dívida externa da América Latina. Isso dito pelos Chefes de Estados dos sete maiores devedores da América Latina.

O Sr. Octávio Cardoso — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Desculpe-me ter de dizer-lhe uma outra coisa: a dívida externa brasileira, realmente, é proporcional à sua extensão territorial, mas, é também diretamente proporcional à irresponsabilidade dos seus últimos governos. Lamento ter de constatar isso, ter de afirmar isso: é também diretamente proporcional à pequena moral desses governos, à ilegitimidade desses governos, à irresponsabilidade desses governos.

Concordo que possa haver até caminhos diferentes. Não posso concordar, no entanto, que o caminho da docilidade, da subserviência seja um deles, pelo menos de um País que quer ser soberano. A posição do Brasil através, sobretudo, dos Ministros da área econômica, cujo responsável maior é o próprio Presidente da República, tem sido essa, de docilidade e de subserviência aos ditames do FMI; segundo, impondo-se uma política chamada "austerita", mas na verdade uma política que descarrega sobre os ombros dos assalariados, sobre os ombros dos trabalhadores a grande paga, o grande ônus pela superação da crise econômico-financeira. Contra isso nós ficamos, em relação a isso nós nos rebelamos. Não agora, apenas, mas desde o princípio. E é certo que os frutos ainda não vieram, as consequências ainda não vieram, de uma posição soberana do Governo argentino, mas há uma certeza, que a meu ver será inegável: é de que ele soube afirmar a soberania de seu país, o Governo argentino soube afirmar, efetivamente, a soberania de seu país, soube impor-se, ou, pelo menos, soube colocar efetivamente na mesa de negociações uma política econômica interna ditada pelo próprio Governo argentino, legítimo representante do seu povo, diferentemente do Governo brasileiro. Ninguém duvida de que a política econômica interna adotada pelo Governo brasileiro, sobretudo nos dois últimos anos, é uma política que tem a rejeição da quase unanimidade da Nação.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o eminente Senador Nelson Carneiro com imenso prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Há dois dias eu lembrava a V. Ex^e que a tática dos países ricos era dividir o problema latino-americano. E é o que estamos vendo. Cada dia mais, os bancos e os credores latino-americanos procuram dividir as Nações que protestam e, em vez de tomarem como um todo o problema, dividem, porque só dividindo poderão reinar. Este é um assunto que devemos sempre acentuar, em favor dessa unidade que deve caracterizar a luta dos países latino-americanos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Estou de pleno acordo, mas uma vez, com o substancial aparte de V. Ex^e, rico de conteúdo e de proposta.

É a solidariedade latino-americana que precisa prevalecer no momento atual, é a única capaz de nos fazer fortes para superarmos esta crise dos países pobres. Não dá para aceitar, pacificamente, que os países ricos, os países

altamente desenvolvidos, superem os seus problemas descarregando apenas sobre as economias dos países pobres, dos países subdesenvolvidos, o ônus de superação de sua crise.

O Sr. Luiz Viana — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o eminente Senador Luiz Viana, com prazer.

O Sr. Luiz Viana — Embora discordando em vários pontos de V. Ex^e, eu, em termos gerais, acho que V. Ex^e presta um bom serviço ao Brasil com as palavras que está proferindo. Mas, queria lembrar aqui — e talvez V. Ex^e já tenha falado, eu cheguei há pouco — as recentes declarações, constantes de nota da Ministra Thatcher, dizendo que os países subdesenvolvidos, os países devedores, deveriam abrir as suas riquezas aos países credores. A propósito, Sr. Senador, lá, há poucos dias, um livro escrito e publicado pelo Brigadeiro Deoclécio Siqueira, "Caminhada com Eduardo Gomes", e nesse livro ele conta um episódio que quero evocar neste momento. A guerra terminava, os Estados Unidos tinham construído várias bases em território brasileiro, que eram necessárias para que, juntamente, vencessemos a guerra. Pois bem, em dado momento, numa das reuniões havidas entre comandantes brasileiros e comandantes americanos, um dos comandantes americanos perguntou ao Brigadeiro Eduardo Gomes: "quando o Brasil irá discutir com os Estados Unidos o uso comum das bases aqui construídas?" O Brigadeiro, com aquele temperamento, com aquele caráter que lhe era peculiar, respondeu apenas numa palavra: "never!" Isto é, nunca, nós nunca iremos abrir as nossas riquezas aos nossos credores. Pagaremos quando pudermos, pagaremos honradamente, mas devemos pagar sem o sacrifício do Brasil e do seu povo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouviu o Senado um dos maiores liberais deste País. E, pelo conteúdo do seu aparte, eu creio poder concluir que preciso ainda acreditar no meu País, devo ainda acreditar no meu País. Essa posição supera as fronteiras partidárias, porque é uma posição de defesa da Pátria, da Pátria verdadeira.

Fez V. Ex^e uma referência à posição da Ministra Margaret Thatcher. Eu iniciei o meu breve discurso fazendo, também, uma referência a essas palavras, contra as quais nós nos colocamos. Palavras que nós devemos repudiar, palavras que devem ser repudiadas por todas as consciências latino-americanas, por todas as consciências do Terceiro Mundo. Essas palavras refletem a posição do imperialismo dominador dos países altamente desenvolvidos que, irresponsavelmente, não se importam de levar o planeta à convulsão. Pouco receiam levar o planeta à convulsão, pouco receiam manter dois terços da humanidade na situação de submissão e de miséria. Contra isso nós nos colocamos, e em relação a esta posição não há fronteiras partidárias, graças a Deus.

Ouço o eminente Senador Octávio Cardoso, Líder do PDS, para em seguida ouvir o Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas. Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^e está esgotado. Se formos estabelecer um debate agora, ficarão prejudicados os demais inscritos.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Logo depois dos apartes, concluirá meu breve pronunciamento.

O Sr. Octávio Cardoso — Apenas gostaria de dizer que ou eu me expressei mal ou V. Ex^e me entendeu mal. Eu não disse que o problema não era político. Sei que o problema envolve política na sua mais longa acepção.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Ex^e quis dizer que o problema não era global, que não poderia ser tratado em globo e da mesma forma, que cada problema da dívida externa de países latino-americanos deveria ser tratado de forma diferenciada. Essa é a posição dos ban-

cos credores, contra a qual nós nos colocamos. Aliás, o próprio Governo que V. Ex^e representa, nesta tarde, aqui, também já reconheceu isso assinando aquele manifesto dos sete maiores devedores da América Latina. Foi isso que eu quis dizer.

O Sr. Octávio Cardoso — Nisso estamos de acordo. O que eu quis dizer é que, independente da política interna de cada país, os países latino-americanos eram, todos eles, em maior ou menor escala, devedores dos países ricos e que era preciso haver uma conjunção de forças, uma solidariedade entre os países latino-americanos. Aliás, o nosso Governo está envolvido nesse problema, para superar essas dificuldades. Queria também dizer que concordo com V. Ex^e que os ônus, os riscos da economia dos países ricos e financiadores não devem ser suportados pelos países que necessitam de recursos, de financiamentos. É preciso haver critério na negociação dessa dívida. E eu queria, apenas, registrar que V. Ex^e, quando elogia a política externa do Governo brasileiro, está reconhecendo pelo menos um setor de esforço e sucesso do nosso Governo que é essa política externa.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sempre tive essa inteireza de reconhecer no Itamarati uma política externa razoavelmente boa para o Brasil.

V. Ex^e fique bem certo, com isso eu também concordo. Eu discordo é da posição da área econômica do Governo brasileiro, a qual coincide com a posição dos banqueiros internacionais credores do País que acham que cada caso é um caso e deve ser tratado de forma diferenciada e separada, porque querem aquilo que o eminente Senador Nelson Carneiro disse e repetiu: querem dividir-nos para continuarem dominando, com mais tranquilidade, para continuarem sugando-nos mais tranquilamente, sem sombra de dúvida.

O que a América Latina deve fazer a estas alturas é, após a reunião de Cartagena, imediatamente programar uma reunião de cúpula dos Chefes de Estado latino-americanos, para que eles possam, realmente, com firmeza, colocar a posição dos povos latino-americanos; porque a posição dos povos latino-americanos é inequívoca, é uma posição clara, é uma posição de retomada do desenvolvimento, para que os custos sociais da superação da crise minorem, se reduzam. Porque os custos sociais impostos pelos credores são insuportáveis para esses mesmos povos. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Para concluir, já me escusando com o nobre Presidente, ouço o aparte do eminente Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Senador Henrique Santillo, eu também li o livro citado pelo Senador Luiz Viana, "Caminhando com Eduardo Gomes". Possivelmente, o never deve existir no vocabulário inglês, porque no vocabulário português há muito tempo que nós não escutamos esse nunca. Tanto assim que o Brasil assinou, esta é que é a verdade, com os bancos internacionais e com o Fundo Monetário Internacional, um estatuto colonial, primeiro, permitindo o fórum de Nova Iorque; segundo, entregando os nossos bens em penhora no exterior. E muito mais, Senador Henrique Santillo, ainda ontem, eu, num aparte, lembrava a V. Ex^e — está escrito lá, está assinado pelo Brasil no contrato — que nem modificando a estrutura de poder, neste País, o contrato poderá ser alterado com os bancos internacionais, capitaneados, particularmente, pelo Banco Morgan. Portanto, eu não sei se a palavra nunca deixou de existir no vocabulário português, ou se os homens é que não estão mais correspondendo à expectativa da Nação brasileira. Era o aparte que eu queria dar a V. Ex^e (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eu agradeço o aparte de V. Ex^e, estou de acordo com ele. Realmente, volto a dizer, a posição do Governo brasileiro tem feri-

do, violentamente, a soberania nacional. Houve entreguismo do mais deslavado. Do aparte do eminente Senador Luiz Viana, retirou, no entanto, um ensinamento: aqui no Congresso Nacional temos condições de nos unir em defesa dessa soberania. Essa é a grande questão.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATA DA 86^a SESSÃO, REALIZADA EM 7-6-84

(Publicada no DCN (Seção II) de 8-6-84)

RETIFICAÇÃO

No Expediente da sessão, no autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1984, encaminhado à revisão do Senado pelo Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados.

Ná página 1824, 2^a coluna, em sua ementa,

Onde se lê:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1984 (Nº 273/79, na Casa de origem)

Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encostas de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Leia-se:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1984 (Nº 273/79, na Casa de origem)

Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA 6^a Reunião, realizada em 9 de junho de 1983.

As dez horas do dia seis de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Presidente, Passos Pôrto, Gastão Müller, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Cardoso e Álvaro Dias e os Senhores Deputados Hermes Zaneti, Ruy Côdo, Francisco Dias, Israel Novaes, Seixas Dória, Ferreira Martins, Stélio Dias, Roberto Rolemberg, Teodoro Ferraço, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida o Professor Paulo de Tarso, Secretário de Educação e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, para ocupar lugar de honra à mesa.

Posssegundo, o Senhor presidente concede a palavra ao Professor Paulo de Tarso, que presta seu depoimento sobre "Programa Alternativo para a Educação".

Após a exposição do Professor, usam da palavra, os Senhores Senadores Passos Pôrto, Álvaro Dias e Gastão Müller, e os Senhores Deputados Ruy Côdo, Roberto Rolemberg, Stélio Dias, Ferreira Martins, Seixas Dória, Israel Novaes e Hermes Zaneti.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento do ilustre convidado, assim como a presença dos Senhores Senadores, Senhores Deputados e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, farei a presente Ata, que, lida e aprovada se-rá assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 6^a REUNIÃO, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 9-6-83, REFERENTE À PALESTRA DO PROFESSOR PAULO DE TARSO, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON; VICE-PRESIDENTE: SENADOR GASTÃO MÜLLER.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número legal, declaro iniciados os trabalhos desta reunião da Comissão de Educação e Cultura.

Vamos ter a honra e o prazer de ouvir hoje a contribuição do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Prof. Paulo de Tarso Santos. Embora seja uma personalidade do maior relevo na vida pública deste País, eu me permitiria ler alguns dados do seu rico currículum:

O Prof. Paulo de Tarso Santos nasceu em Minas em 1926. Em 1942, foi para São Paulo, tendo sido aluno da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, obtendo, como estudante de Direito, vários prêmios. Em 1955, eleger-se Vereador de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão. Foi Deputado Federal por São Paulo em duas legislaturas pelo mesmo partido. Foi Prefeito de Brasília e ocupou o cargo de Ministro da Educação durante parte do Governo João Goulart. Viveu no Chile de 1964 a 1970, tendo trabalhado nas Nações Unidas como Técnico em Programas de Educação e Desenvolvimento. Agora exerce as funções de Secretário da Educação do Governo de São Paulo.

O Prof. Paulo de Tarso Santos nos deu o privilégio de ser um dos mais importantes colaboradores do Projeto Educação, que foi iniciativa da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Tendo sido convidado para participar do Projeto Educação, ele foi, como todos nós, surpreendido com a notícia de que os "deuses do Olimpo" governamental haviam decidido desconvocá-lo. Eu telefonei para o Prof. Paulo de Tarso Santos e ele concordou em, pelo menos, exercer um direito que não lhe havia sido cassado, o direito de utilizar os serviços dos Correios do País para enviar sua colaboração para o Projeto Educação.

Hoje, neste clima de abertura democrática, já não há nenhuma restrição à participação do Prof. Paulo de Tarso Santos no nosso ciclo de conferências sobre Projetos Alternativos sobre a Educação e a Cultura em nosso País.

O Prof. Paulo de Tarso Santos, hoje como Secretário de Educação, deve utilizar uma verba provavelmente superior à do Ministério de Educação e Cultura para todo o País. Segundo a nossa Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, revelou ontem, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, o total das dotações do MEC para esse ano girava em torno de 550 bilhões de cruzeiros. A titular da pasta de Educação imagina que, até o fim do ano, esse total se eleve a 800 bilhões de cruzeiros. Provavelmente, em São Paulo, somando-se as verbas da Secretaria da Educação das três universidades estaduais, que não constam do orçamento da Secretaria da Educação, o total deve ser superior ao do Ministério da Educação e Cultura.

A situação só não é mais dramática do que na área da Saúde, porque o ex-Ministro da Saúde Almeida Machado, me revelou que sentia uma grande surpresa, ao tomar posse no Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil, e constatar que o total da verba do Ministério da Saúde para todo o País era inferior ao das verbas apenas de um hospital de São Paulo, o Hospital das Clínicas daquela Unidade da Federação.

Já nas três primeiras reuniões da nossa Comissão, sobre esses projetos alternativos para Educação, contamos com a colaboração do Prof. Darcy Ribeiro e da Prof. Eurides Brito. Foram logo aflorados alguns pontos que merecem certamente a atenção do nosso conferencis-

ta de hoje. O Prof. Darcy Ribeiro defendeu a tese de que o ensino de Primeiro Grau no Brasil não deve mais ter oito anos de duração, mas apenas seis anos. Por outro lado, o ex-Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, também manifestou-se contrário à manutenção de três turnos nas escolas do Estado do Rio, iniciativa lançada no tempo do Governador Carlos Lacerda, quando era Secretário de Educação o Prof. Flexa Ribeiro. Entretanto, quando aqui compareceu a Profa. Eurides Brito, ela comentou a existência, em São Paulo, de escolas, embora não em grande número, que têm até cinco turnos. Esse será um outro ponto que será abordado por nosso conferencista de hoje.

Finalmente, há também uma controvérsia em torno da conveniência de ser iniciado o curso de Primeiro Grau aos seis anos de idade e não aos sete anos, como acontece hoje no Brasil. Vários países desenvolvidos, inclusive a França, iniciam o curso de Primeiro Grau com alunos de seis anos de idade.

Por outro lado, nós gostaríamos de ouvir um comentário do Prof. Paulo de Tarso Santos sobre as diferentes orientações das universidades de São Paulo e das universidades do Paraná, ambas mantidas pelos Governos estaduais. Em São Paulo, todas as suas universidades estaduais são gratuitas, enquanto no Paraná as universidades estaduais cobram anuidades.

Tenho o prazer e a honra de conceder a palavra, neste momento, ao Prof. Paulo de Tarso Santos.

O SR. PAULO DE TARSO SANTOS — Sr. Senador João Calmon, digníssimo Presidente dessa Comissão, demais membros da mesma, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores:

Esta exposição está programada em cinco partes: a primeira, eu a chamei de marco conceitual e nela eu vou tentar precisar um pouco a linguagem educacional utilizada para a elaboração do documento e, por consequência, para essa exposição. Numa segunda parte, vou propor aos Srs. Senadores e aos demais interessados na reunião, um retrospecto histórico sobre a Educação, não com o propósito de parar na admiração do passado, mas com o objetivo de admirar o passado para entender melhor o presente e antever o futuro. Numa terceira parte, eu faço uma rápida análise do quadro normativo da Educação no Brasil até a Lei nº 7.044, de 1982, que alterou a Lei nº 5.692. Numa penúltima parte, eu formulo uma hipótese para o diagnóstico da Educação nesse momento no Brasil e, finalmente, na conclusão, eu irei propor a elaboração de uma nova lei democrática de diretrizes e bases para o Brasil.

Essas são as cinco partes. Eu trouxe um roteiro escrito, não trouxe o texto, e assim peço permissão para começar a exposição.

A educação, como uma das ciências do homem na vida social, deita raízes na própria natureza da pessoa humana. É, portanto, impossível refletir sobre a educação sem uma reflexão a propósito do homem. Se eu tomo o homem frente ao mundo como parte do mundo, a minha primeiraconclusão é a de que o homem é sujeito, que ele transforma o mundo para entender as suas necessidades. Assim, as relações do homem com o mundo são relações de dominação, o homem domina o mundo, procurando transformá-lo, para que as coisas se transformem em valores capazes de atender aquilo de que ele necessita para realizar-se humanamente. E, ao observar o outro homem, que também é sujeito frente ao mundo, entre os homens se estabelece uma relação que se costuma chamar de intersubjetividade, ou seja, o homem reconhece no outro homem também sujeito frente ao mundo. E o homem se realiza através desta tríplice tomada de consciência, ao observar-se a si mesmo e autotransformar-se, ao observar o mundo e transformar o mundo e ao observar o outro também como sujeito frente ao mundo, o homem se realiza como homem. Assim essa concepção antropológica-cultural do homem

deve ser básica para qualquer reflexão sobre educação, desde que à argumentação anterior acrescentemos que o homem é sabidamente um ser de convivência.

Com base nesses pressupostos, eu proponho como conceito de educação o seguinte:

A educação é um processo de intercomunicação cultural, entre homens concretos, numa sociedade determinada, orientado esse processo no sentido da realização. Seria, portanto, absolutamente inútil formular uma concepção abstrata e intemporal da educação. Se isolarmos a educação do contexto social a que ela pertence, estaremos fazendo um exercício puramente acadêmico. Assim, educação e humanismo são conceitos que se aproximam.

Cabe, neste ponto, esclarecer que o humanismo tem sido algumas vezes injustamente considerado apenas como uma categoria ideológica, isto é, como a categoria do dever ser. Toma-se o humanismo da revolução burguesa do fim do Século XVIII, como uma categoria de dominação inter-humana, e com base nisso, condena-se o humanismo como se não houvesse um humanismo realista, como se todos os humanismos fossem idealistas, ou seja, concebidos fora da realidade.

coube a um autor neo-marxista, Erich Fromm, revolutionar o conceito de humanismo normativo. Erich Fromm disse o seguinte: Se eu parto de uma concepção, a priori, do homem, situando-o nas suas circunstâncias, isto é, situando-o no reino de suas necessidades, esta visão postula um quadro normativo que permite ao homem atender a essas necessidades e viver humanamente; aí razão pela qual ele chama de humanismo normativo, esclarecendo que a estrutura social e as instituições sociais devem estar organizadas de maneira a permitir que as suas normas facilitem a realização do homem como homem. As críticas feitas ao humanismo burguês, ao humanismo da Revolução francesa, costumam ser estendidas ao que se convencionou chamar de humanismo cristão, como se o humanismo cristão fosse o outro nome do humanismo burguês, quando sabemos que o que caracteriza o humanismo cristão é a sua nota transcendente, o homem transcende infinitamente o homem, mas não num idealismo alienado. Sobretudo, atualmente, a visão cristã do humanismo se aproxima dessa indicação que eu fiz do humanismo realista, ou seja, procura-se considerar o homem na sua círcunstância.

Se o homem tem necessidades, se as ciências, no seu progresso, permitem o conhecimento dessas necessidades, o grande desafio que se põe para o cientista humano, para o especialista das ciências sociais, para o sociólogo, para o filósofo das ciências sociais, é o de ajudar a pensar a emergência de estruturas adequadas à satisfação das necessidades do homem.

Assim um dos problemas prévios ao trabalho do educador seria a formulação de uma escala de valores éticos sociais, como critério para o exercício da liberdade na vida social. A Lei 4.024, de 1961, que eu como Deputado tive a oportunidade de ajudar a votar, fala de inspiração dos princípios deliberadade. Essa inspiração nos princípios deliberadade supõe, como transpondo alguns valores éticos-sociais, ou seja, critérios para o exercício dessa liberdade. Poder-se-ia dizer que se o educador tem critérios para o exercício da liberdade, ele está conduzindo o aluno, é o que se convencionou chamar, em teoria da educação, de dirigismos ou direcionismo; isto seria uma posição direcionista, mas, na verdade, quando falo de valores éticos-sociais, não estou falando de uma doação eventual do professor ao aluno, mas estou falando de uma proposta que o professor faz ao aluno, proposta crítica em que ele próprio problematiza o que está dizendo e dasfia o aluno, na sua capacidade de raciocínio, para aceitar ou rejeitar esses valores. Sabemos que o aluno tem a sua própria cultura, tem seus próprios valores, e por isso, é que a educação foi por mim apresentada como um processo de intercomunicação de cultura. A síntese entre a cultura do professor e a do aluno é o resul-

tado que se procura alcançar com o processo educacional.

Sabemos que a Lei nº 5.692, de 1971, falou em qualificação para o trabalho e a Lei nº 7.044 preferiu, recentemente, falar em preparação para o trabalho. Nas duas aparece o homem como sujeito diante do mundo transformando-o como objeto de sua ação humana, aí a razão pela qual a Lei nº 7.044, acertadamente, do ponto de vista teórico, considera a preparação para o trabalho como uma dimensão da formação do homem.

Quanto ao cidadão, se o homem é um ser de convivência, há que analisá-lo nessa perspectiva, como homem concreto numa sociedade determinada. Por outro lado a intercomunicação de cultura é mediatisada pela realidade nacional, aí a razão pela qual a primeira Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, falava como objetivo da educação no fortalecimento da unidade nacional.

Aqui eu termino a parte que chamei de marco conceitual.

O escritor Pedro Nava, há poucos dias, numa festa justa que lhe ofereceram seus amigos no Rio de Janeiro, interrogado por uma repórter sobre os seus 80 anos e sobre a experiência que derivava dessa idade, teve a oportunidade de dizer: a experiência funciona como os faróis de um veículo voltados para trás, só iluminam o passado. Eu diria, acrescentando alguma coisa ao que foi dito por Pedro Nava, que, ao iluminar o passado, a experiência permite ver melhor o presente, dialeticamente volta-se ao passado para que se veja o presente e para que se possa antever o futuro.

Assim é preciso pensar na educação desde o período colonial no Brasil, em que ela funcionava em bases duais, o estatuto da dominação, o estatuto colonial, a teologia, o latim, a linguagem, formavam a escola para as élites clássicas, e para os nativos analfabetos ficava a possibilidade de obter alguma qualificação apenas como mão-de-obra.

O Ministro Jarbas Passarinho, nesta mesma Comissão, fez uma síntese histórica muito completa da educação brasileira, lembrando que o Padre Manoel da Nóbrega e especialmente o Padre Anchieta teriam sido os pioneiros da Lei nº 5.692 ou da lei do ensino profissionalizante porque, ensinou o ex-Ministro Passarinho, Anchieta foi aluno de carpintaria, de alfaiataria e de sapataria.

Está claro que isto não exclui a dualidade do ensino na época colonial, que é reconhecida por todos os historiadores da educação.

A Lei chamada Januário Barbosa, que o Ministro Passarinho considera como "origem da educação nacional", surgiu em torno de 1826.

Em 1882, Rui Barbosa, inspirado no liberalismo político e econômico, já defendia a escola gratuita primária de 8 anos. Em 1822! Portanto, o não-atendimento do Ensino de 1º Grau de 8 anos, gratuito e obrigatório, tem no Brasil mais de 100 anos, e essa dívida educacional não pode ser mais rolada, como se procura rolar a dívida econômica. E não há que falar em moratória.

Com razão me ponderava, ainda há pouco, o nobre Senador João Calmon, que ontem, neste Congresso, houve dois pronunciamentos: um, econômico; outro, feito pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, educacional. A Ministra esteve reunida durante cerca de 4 horas e meia. Também o pronunciamento econômico foi longo no Senado. Ambos de categoria, sem embargo das opiniões que se possa ter sobre o conteúdo dos dois pronunciamentos.

Pois bem, os jornais de hoje reservam um espaço para o pronunciamento econômico algumas vezes superior ao espaço reservado à análise que a Ministra fez do problema educacional.

Ora, já é chegado o momento de se criar no País um clima que permita compreender a importância da educação, inclusive como fator de desenvolvimento, e até como investimento de muito bom rendimento a médio

prazo. Os economistas da educação já demonstraram essa tese.

Depois de Rui, cito-se Anísio Teixeira, cujo nome invoco aqui com o respeito que ele merece, mencionando que tive a honra de ser seu amigo. Ele defendeu o que ele chamava "a doutrina da igualdade social pela educação". Isto, por volta de 1950.

Finalmente, haveria de mencionar Francisco Campos e o que ele fez pela administração da educação; Gustavo Capanema, com os seus 11 anos no Ministério, é a Reforma Capanema, com 4 anos do 1º ciclo, correspondentes ao antigo ginásio e os 3 anos do clássico e do científico.

Passo a abordar, espero que com as luzes deste passado, embora seja um pouco frustante, o quadro normativo da educação no Brasil.

A primeira menção deve ser feita à Lei nº 4.024, de 1961, que foi a mais abrangente de todas as leis que se votaram até hoje sobre o problema da educação. Esta lei inclui normas sobre todos os graus; princípios teóricos gerais; normas sobre administração do ensino e normas sobre recursos para a educação.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases, de 1961, houve toda uma tomada de consciência, que se pensava na época, definitiva, sobre a importância da educação.

Já na Constituição de 1946 havia vinculado 10% "da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Em 1962, quando estive no Ministério, aplicou-se em educação 11,6% da receita dos impostos da União.

Já na Constituição de 1967 houve a absoluta exclusão de qualquer vinculação dessa receita à educação, fato que vem sendo reprovado pelo Senador João Calmon, a meu ver, com inteira procedência.

Em 1980, gastou-se apenas 5% em educação.

Portanto, vejam V. Exs: em 34 anos — se tomarmos ao período de 1946 a 1980 —, houve uma diminuição brutal dos gastos em educação. As verbas que hoje se gastam não chegam à metade do que se gastava há 3 décadas.

A Lei nº 5.692, de 1971, tentou — acredito que com muito boa intenção e com certa inspiração teórica apreçável — transformar-se num instrumento de qualificação profissional para o trabalho, a partir do reconhecimento — de resto indiscutível — da necessidade de técnicos de nível médio no processo de crescimento econômico do País.

Infelizmente as leis isoladas não resolvem os problemas.

A Lei nº 5.692 inspirou-se mais em Dewey, em sua "Visão da situação ensino-aprendizagem"; própria do pensamento deste Educador. E aqui cito o Professor José Mário Pires Azanha, da USP — "o aprende fazendo"; "a experiência é primariamente uma ação ativo-passiva; não é cognitiva"; então, a Lei nº 5.692 inspirou-se mais na concepção pedagógica de Dewey — ouso dizer — que na realidade nacional. Isto porque não se pesquisou adequadamente a demanda educacional do desenvolvimento; não se tratou de verificar se havia pessoal docente qualificado para a qualificação profissional desejada; não se estabeleceu o elenco das especializações profissionais de acordo com a realidade econômica do País; obrigou-se o aluno a uma opção profissional prematura. Como é possível pedir a alunos do 1º Grau ou do 2º Grau que optem — sobretudo os alunos do 1º Grau — que optem por uma especialização profissional?

A idéia de que o 2º Grau fosse ao mesmo tempo preparatório do 3º Grau e terminativo, permitindo àqueles que desistissem de estudar o cumprimento de uma função social, é teoricamente inatacável. No entanto, as escolas não tinham equipamento necessário para formar todo esse elenco de profissionais. Ouço dizer que não tinham e não terão nunca, porque, como é possível uma escola industrial acompanhar o avanço da tecnologia industrial? É absolutamente artificial pensar-se que uma escola téc-

nica vai poder ter equipamento que acompanhe o desenvolvimento tecnológico. Aí, a razão pela qual, ao final, proponho uma solução para o problema em termos distintos.

Neste ponto, com a permissão dos presentes, formulou uma hipótese para o diagnóstico da educação no Brasil.

As novas circunstâncias em que vive o homem brasileiro, derivadas de todo o quadro normativo da educação brasileira.

É impossível manter num regime democrático uma educação autoritária.

Se o Brasil está numa fase de transição de um regime autoritário para um regime democrático, a educação não pode ficar indiferente a essa transição.

Não é possível aplicar-se num regime democrático uma educação autoritária, porque, afi, teríamos uma desfasagem entre a educação e o quadro institucional que ela integra.

Vejamos a características da educação autoritária. Do ponto de vista político-administrativo, ela é centralizadora, conservadora e repressiva. Como repressão, cita-se o Decreto nº 477, que, com o AI-5, passou a ser o Regulamento Disciplinar da Educação.

A escola funcionava, como costuma funcionar até hoje, como agência de conformismo e preparadora de mão-de-obra e não como agência de formação de transformadores da realidade social.

Do ponto de vista financeiro, houve uma drástica redução de verbas e, do ponto de vista cultural, houve a trágica alienação, trimestralmente representada pelo 12 acordos MEC-USAID. A projetada colocação de 51 milhões de livros nas escolas, sob controle de técnicos da USAID, reservando-se ao MEC apenas a tarefa de impressão, no Brasil, mediante ainda compra de direitos autorais de autores não-brasileiros, especialmente americanos, vai ficar como melhor referencial de como se pode organizar uma educação absolutamente alienada da realidade nacional.

Nenhum país pode alienar a outro o direito e o dever de educar o próprio povo. Por outro lado democrático, a meu ver, surge fundamentalmente, como uma igualdade de oportunidade de acesso de todos ao melhor ensino possível, portanto, para mim, não é democrática a educação que garante apenas vagas para todos, esse é apenas um aspecto do problema. Se eu garantir vagas numa escola de cinco turnos em que o aluno fica duas horas e meia apenas na escola, estou praticando um simulacro de democratização da educação e não uma educação democrática real. Assim, a qualidade do ensino não pode ser afastada da análise da educação democrática. Estabelecer uma educação democrática não é apenas aumentar a quantidade de vagas, é melhorar a qualidade do ensino, ou, pelo menos, garantir a todos igualdades de acesso ao melhor ensino possível. Ora, a repetência, a evasão no primeiro ano do 1º grau, por exemplo, é um sinônimo de decomposição, que tem causas intra e extra-escolares e indicam, infelizmente, que ainda não alcançamos a educação democrática.

Recentemente a Professora Maria Madalena, do MEC, declarou aos jornais que a taxa de evasão e repetência no 1º ano é de 50%. Creio que, em São Paulo, não estamos muito longe dessa taxa, e os prejuízos que essa evasão e repetência causaram ao País em 1982 foram estimados pelo Ministério da Educação e Cultura em 120 bilhões de cruzeiros, só no primeiro ano. Por isso, é que a Secretaria de Educação de São Paulo, procurou concentrar seus recursos técnicos para diminuir, em dois anos, essa taxa de repetência a 25%, porque temos consciência de que afi está um dos pontos de estrangulamento de todo o sistema. Num total de 7 milhões de crianças matriculadas no País, 3 milhões e meio não passam do 1º ano do 1º grau. Assim o "Projeto Vencer" do MEC é oportuno e a decisão anunciada pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, após uma reunião do Conselho Federal de Educação, de que o satisfatório atendimento ao

ensino de 1º e 2º graus vão ser considerados, daqui para a frente, uma condição básica para autorização de um curso superior, me parece uma medida altamente oportuna.

Outro número que, infelizmente, desqualifica a chamada educação democrática entre nós é o referente ao aumento de analfabetos em números absolutos. A proporção de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler e escrever caiu de 24,3%, em 1976, para 22,75%, em 1981, portanto, em termos proporcionais, houve uma leve diminuição, mas o número absoluto de analfabetos aumentou de 15,6 milhões, em 1976, para 16,9 milhões em 1981. São dados do IBGE, divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo em 5 de junho de 1983.

Aqui tenho a ousadia de propor a esta Comissão e a sua Presidência ilustre uma conclusão que resulta, não apenas da curta experiência que tenho como Secretário de Educação de São Paulo, mas todo o tempo que dediquei à reflexão sobre educação e ao trabalho na área da educação.

Acho que temos necessidade, nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e todos os presentes, temos necessidades de uma nova lei democrática de diretrizes e bases. Já existe um antecedente para justificar isso: a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz foi co-autora de um texto, que tenho comigo, e que ordenou, unificando, todas as leis referentes à educação, inclusive, as Leis de Diretrizes e Bases. Este antecedente está publicado e pode servir de base para elaboração de um pré-projeto de diretrizes e bases para o Brasil.

Por que falo eu em lei democrática de Diretrizes e Bases? Porque eu não creio, Sr. Presidente, que seja admissível um "pacote" educacional ou uma lei de diretrizes e bases formulada, em Brasília, no Ministério da Educação e imposta a todos os Estados da Federação. Acho que essa lei deve ser precedida de um macrodianólogo nacional prévio à sua votação e que lhe assegure a eficácia que vem da aprovação nacional.

Para que os Srs. tenham uma idéia, São Paulo levou cerca de 5 anos para adaptar sua estrutura administrativa ao ensino profissionalizante. Suponho um debate que inclua universidades, instituições científicas como a SPBC, entidades de classe do professorado, Conselhos Estaduais de Educação, Centros Acadêmicos, Escolas, Comunidades Eclesiais e especialistas em educação. O que não é possível é que a nova Lei de Diretrizes e Bases deixe de contar com o consenso da Nação; ela deve ser o resultado de uma reflexão de toda a Nação e nós temos, hoje, recursos humanos, altamente qualificados, capazes de pensar essa nova Lei de Diretrizes e Bases.

Há naturalmente, a necessidade de um pré-projeto. Surgiu que o pré-projeto parte desta Comissão, porque esta Comissão acumulou méritos para tomar uma iniciativa de vulto tão significativo. Ela poderia, quem sabe, convocar técnicos para que, em conjunto com os políticos, possam elaborar um anteprojeto, a ser submetido ao referido macrodianólogo nacional.

E eu me arrisco, ainda, Sr. Presidente, a fazer algumas sugestões de conteúdo dessa nova lei. Acho que ela deve dar ênfase à descentralização e hoje, ainda, leio nos jornais que o Ministério da Educação pensa reservar 25% do salário-educação para aplicação em projetos municipais e intermunicipais. Louvo a iniciativa do Ministério sempre e quando esse dinheiro não seja distribuído pela União, mas seja confiado à gestão dos Estados, porque isso fortaleceria a Federação; e se esses recursos forem concentrados no Ministério da Educação e Cultura, considero que nós estariam dificultando a vida federativa e não facilitando-a como é do nosso dever.

Mas a idéia de aplicar uma parte do salário-educação em projetos municipais e intermunicipais parece altamente oportuna, só que faltou, à idéia incorporar um projeto de emenda constitucional da autoria do Deputado Ruy Côdo, aqui presente, que permite que os recursos do salário-educação sejam aplicados, também, no cha-

mado ensino pré-escolar e não apenas no ensino do 1º grau.

Ao referir-me à emenda do Deputado Rui Côdo, eu quero reiterar o apoio que a ela dá, através da minha pessoa, o Governo do Estado de São Paulo. Nós consideramos essa idéia altamente positiva.

Deve haver um aumento do poder deliberativo e consultivo dos conselhos estaduais de educação, mas aumentando a representatividade desses conselhos. Esses conselhos devem realmente ser representativos da comunidade em todos os seus segmentos.

Proponho ainda que, pela primeira vez, a pré-escola entre na Lei de Diretrizes e Bases, disciplinando-se, de uma maneira geral, está claro, não como pré-escola, porque ela hoje é uma escola verdadeira, mas como ensino infantil, afeto primariamente aos Municípios, que vão poder contar, pelo menos na visão que proponho, com possibilidade de gastar os 20% obrigatórios atuais também nesse ensino infantil. Sustento que a nova lei deve estimular, mais que a Lei 5.692, a autonomia das escolas, com participação da comunidade, através dos conselhos escolares, e garantia da liberdade de ensino. Aqui os Senhores poderiam dizer: Mas isso já não existe? Eu acredito que não na dose necessária.

Quando eu discuto o livro descartável, a propósito do livro didático, um dos problemas que me preocupa é a economia, porque o livro descartável, como sabemos, tem duração muito curta e a sua possibilidade de vida útil costuma ser estimada em um ano. Mas para mim, pior que isso, no livro descartável, é a educação programática que ele traz. Nele os exercícios já vêm prontos, inclusive as respostas costumam vir prontas, o que é um convite a não atuação, a um trabalho pouco ativo do professorado; o professor deve criar; não há educação sem criatividade; se os exercícios vêm prontos, inclusive com respostas, isso é uma desconfiança na capacidade de criação do professor. O professor deve ser capaz de criar, ouvindo o aluno e acreditando no saber do aluno como fonte de conhecimento. Os livros descartáveis descartam também o saber do aluno. Isso não é nada extraordinário porque o sistema, eu disse ainda há pouco, descarta 50% dos alunos no primeiro ano do 1º Grau e costuma descartar também escolas que não foram adequadamente construídas.

Outro problema é o da desburocratização da escola. A escola hoje está muito burocratizada. O professor gasta um tempo precioso com preenchimento de papéis, alguns dos quais são inúteis, não pelo menos suscetíveis de uma simplificação. É esse tempo que o professor utiliza no manejo de papéis é tempo que se perde para a atividade docente.

Nova visão do ensino profissionalizante, através de uma diversificação do 3º ano do 2º Grau em áreas de estudo, como preparação para um 4º ano, eminentemente prático, com carga horária predominantemente extra-escolar, através de estágios monitorizados nas universidades. A Universidade de São Paulo, através da sua Faculdade de Medicina, fala na possibilidade de formar em 1 ano oito tipos de especialistas de nível médio na área da Medicina. Portanto, para um aluno que tenha os três anos de escolaridade do 2º Grau é possível, numa boa faculdade de medicina, a formação de técnico de nível médio, para exercer funções importantes, em um ano. Também poderiam ser formados, a curíssimo prazo, técnicos em Geologia, para cumprir certas tarefas como auxiliares de geólogos de nível superior. Acho que esses estágios extra-escolares devem ocorrer também nas empresas, ou melhor, em certas empresas previamente preparadas para esses estágios. E ainda, Sr. Presidente, nos serviços nacionais de aprendizagem. É estranho que até hoje o SENAI, o SENAC, não hajam aparecido numa Lei de Diretrizes e Bases. É preciso que eles apareçam, porque eles cumprem um papel muito importante.

O aluno que tenha os três anos do 2º Grau pode, num estágio monitorizado no SENAI ou no SENAC, rapidamente profissionalizar-se aproveitando o know-how desses serviços. No entanto, não há uma só menção em qualquer lei de diretrizes e bases aos serviços de aprendizagem. Acho que isso é perder o know-how do ensino profissionalizante, que o mundo inteiro hoje reconhece, Sr. Presidente, como de alta qualidade.

Ouso ainda propor que a nova lei regulamente, ainda que de maneira geral, a educação pela televisão e pelo rádio. Costuma-se dizer que essa educação é informal. Não vejo por que uma lei de diretrizes e bases não deva preocupar-se com certos aspectos da educação informal. Lembro, Sr. Presidente, estatísticas que apendi, quando trabalhei nas Nações Unidas: uma criança está mais exposta, em número de horas, à televisão e ao rádio que à escola e à família reunidas. Portanto, se considerarmos apenas o número de horas de influência cultural, os nossos filhos e netos são mais educados pela televisão que pela escola e pela família. Não é possível que uma lei global de diretrizes e bases ignore esse fato tão importante.

Acho que o subsistema privado deve estar também regulamentado na lei, Sr. Presidente. Aqui, naturalmente, a lei vai ter que distinguir o subsistema privado com fim apenas lucrativo ou fundamentalmente lucrativo do subsistema privado que tem uma vocação educacional autêntica.

Sustento a necessidade de uma municipalização gradual do ensino, inclusive fomentando os Conselhos Municipais de Educação, que poderão surgir gradualmente, considerando-se a população, o número de escolas, a existência de secretarias da educação, e que esse processo comece pela municipalização total do ensino infantil, até chegar à gradual municipalização do ensino do 1º Grau. Mas isso será uma quimera se nós não transferirmos para o Município os recursos financeiros necessários a esses encargos. Daí a importância da emenda Rui Côdo.

Manutenção do salário-educação nas bases atuais. Não sei se está presente o Deputado Paulo Lustosa — eu peço desculpas por mencionar seu projeto na sua ausência — mas ele tem um projeto que modifica o salário-educação em bases, a meu ver, inaceitáveis que prejudicam fundamentalmente o Estado de São Paulo. O nobre Deputado há de permitir portanto que, falando em nome do Governo do Estado de São Paulo, eu me manifestei aqui contrário ao mérito desse projeto.

Manutenção da gratuidade do ensino oficial a todos os níveis.

Respeito à autonomia acadêmica e administrativa das universidades. Hoje, a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz mencionou que a União tem 53 universidades, portanto, a sua ação aí, no 3º Grau, é bastante importante.

Empréstimos subsidiados ao ensino universitário e convênio MEC-Universidades, com recursos vinculados à pesquisa dos vários aspectos da realidade nacional.

Finalmente, Sr. Presidente, sustento que a Universidade deve ser a consciência crítica da Nação. Num momento de transição, em que se procura prefigurar o instante histórico seguinte do Brasil, à Universidade incumbe o papel importante de pensar as instituições e a estrutura social do País, de modo a funcionalizá-las em benefício do homem brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex* e todos os presentes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Vamos iniciar a fase dos debates. Está facultada a palavra a quem dela quiser fazer uso.

O SR. PASSOS PÓRTO — Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de saudar o Secretário de Educação de São Paulo, o ex-companheiro, Deputado Paulo de Tarso, de cuja convivência guardo grandes recordações. Fui seu eleitor quando ele foi Prefeito de Brasília, naquela época as oposições não queriam permitir que um parlamentar exercesse o governo do Distrito Federal, e ajudei a que se democratizasse, que se permitisse que um representante

do povo, mesmo de São Paulo, exercesse a administração, naquela época, do Município do Distrito Federal.

Mas, Professor Paulo de Tarso, vi com muito respeito a exposição de V. Ex*, uma exposição sensata, uma exposição dentro dos moldes de uma educação alternativa, através da modificação da Lei de Diretrizes e Bases, que foi justamente feita pelo Poder Legislativo. V. Ex* foi contemporâneo da sua discussão e da sua aprovação.

Eu gostaria, Professor Paulo de Tarso de inicialmente, lhe fazer a seguinte pergunta: V. Ex* não incluiria, dentre as alternativas para a educação brasileira, uma velha aspiração, aliás do Congresso, a instituição de um banco de educação, como instrumento financiador da educação e, sobretudo, um financiamento àqueles que concluem os seus cursos, e não têm condições para o início de sua atividade? O Governo procurou, através do crédito educativo, atenuar o problema, mas, realmente, não o resolveu. Primeiro porque só estabeleceu o financiamento ao curso superior, em condições mínimas. E eu continuo, não sou especialista em educação, mas continuo entendendo que se o Brasil tivesse um banco de educação, inclusive com representação dos Estados, com bancos estaduais, seria uma forma direta de ajudar nos custos da educação que, evidentemente, são muito caros, e que precisam da colaboração de todos. E o financiamento talvez fosse uma das formas interessantes de se ajudar a resolver esse velho problema brasileiro.

Esta seria a minha primeira pergunta a V. Ex*

O SR. PAULO DE TARSO — Ao agradecer as palavras amáveis do Nobre Senador Passos Pôrto, a quem eu também rendo as minhas homenagens neste instante, minha resposta seria a seguinte: está claro que a educação necessita de um financiamento mais efetivo, e a idéia do Senador de criar um banco educacional deve ser objeto de uma reflexão. Eu não estudei o problema ainda, mas ele me parece interessante e digno de consideração. Já de início me ocorrem duas observações sobre o que V. Ex* disse. A primeira seria uma ligeira variante de sua proposta, que os bancos oficiais tivessem carteiras especializadas em crédito educacional para as universidades e para o financiamento dos sistemas educacionais.

E a segunda observação, com o perdão de V. Ex*, é a manifestação do meu temor de que esse banco da educação entre na parafernalia do controle oficial de depósitos compulsórios e outros, que poderão, na prática, dificultar grandemente o objetivo tão louvável, que V. Ex* defende.

De qualquer forma, eu fico solidário com V. Ex* no desejo de que a educação possa contar com um financiamento mais efetivo, talvez através de um banco da educação.

O SR. PASSOS PÓRTO — Professor Paulo de Tarso, aqui na letra "f", "Hipótese para um Diagnóstico", V. Ex* traz à baila um problema já aqui falado pelos dois deponentes anteriores, Dr. Darcy Ribeiro e a Prof* Eurides Brito, Secretária da Educação do Distrito Federal. Esse problema da repetência, da evasão no 1º ano do 1º grau, como sintoma de uma decomposição, que tem causas intra e extra-escolares. A minha impressão é que as causas talvez sejam mais extra-escolares do que intra-escolares. Não sei, dentro da escola, se haveria esses motivos da repetência e da evasão. Acredito mesmo que elas tenham origem nessa estrutura econômica, nessas desordens sociais, e que realmente é uma coisa da maior preocupação, porque todos os dados estatísticos trazidos aqui à Comissão mostram que, neste período crítico da educação, no 1º ano do 1º grau, há uma saída, uma evasão de estudantes de tal ordem, que vão justamente enriquecer os quadros do analfabetismo brasileiro. Porque, no 1º ano do 1º grau, um cidadão que sai nessa faixa, ele tem um processo de regressão, ele é um analfabeto em potencial.

Eu perguntaria, na situação de São Paulo, qual seria o projeto alternativo do Governo Montoro como solução para ver se, quem sabe, São Paulo que foi sempre pioneiro nas soluções brasileiras em todos os ramos, qual a solução que se daria para se sair dessa crise "estrangular" da educação brasileira?

O SR. PAULO DE TARSO — Como sempre muito objetiva a pergunta de V. Ex^e. E minha resposta, eu previ, será mais pedagógica do que financeira, porque a Secretaria tem o seu esquema pedagógico, mas reconhece a dificuldade de financiá-lo. Primeiro, será preciso diminuir o módulo do 1º ano, no entender da Secretaria, para, no máximo, 25 alunos, a fim de que a atenção do professor ao aluno de 1º grau seja mais pessoal. Hoje o módulo anda ao redor de 40, 45. Segundo, que a professora de 1º grau, que à tarde, para ganhar um salário menos inadequado, fica, de escola em escola, lecionando outras matérias, possa especializar-se em educação do 1º grau. Assim, ela à tarde, continuaria trabalhando com os alunos mais atrasados do 1º grau, naquilo que chamamos de cursos de recuperação. Hoje, são apenas 5 dias de recuperação por ano, que é nada. A idéia é que os alunos mais atrasados tenham duas horas de recuperação por dia com a mesma professora que leciona pela manhã. Outra idéia seria a monitoria, através dos alunos que cursam escolas de educação, inclusive no sistema oficial, nas habilitações pedagógicas.

Eu vi funcionando em São Paulo, na 5ª série do 1º grau, uma monitoria espontânea, Senador, sem nenhum estímulo da direção da escola. Eu perguntei e verifiquei o seguinte: um aluno mais adiantado, de comum acordo com seus companheiros, numa demonstração de coleguismo, se reunia com os alunos mais atrasados, para a eles ensinar português, matéria na qual ele era bastante capacitado. Eu acredito nessa monitoria, não como substituto do professor, porque o professor é insubstituível, e não como uma concorrência ao trabalho docente do professor, porque nós temos em São Paulo, hoje, o problema de garantir a possibilidade de efetiva escolha de aulas para todos os professores, e não iríamos transformar monitorês-alunos em concorrentes dos professores, mas eles seriam auxiliares pedagógicos.

Outro problema seria a atuação de uma equipe de psicólogos, que atuasse junto aos alunos, aos professores, às Associação de Pais e Mestres, para reconhecer as causas da repetência. Porque as causas da evasão, a meu ver, como V. Ex^e muito bem disse, são predominantemente extra-escolares, e não cabe analisá-las, eu creio, no âmbito desta exposição.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) Com a palavra o Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO — Ilustre Senador Presidente, João Calmon, antes de fazer as perguntas e cumprimentar o ilustre Secretário da Educação do meu Estado, Dr. Paulo de Tarso, eu queria saudar V. Ex^e como o batalhador número um desta Casa e do congresso Nacional em relação ao problema da educação.

Eu queria sugerir, e se fosse Senador eu já teria sugerido, um projeto, porque V. Ex^e, nesta Comissão, é um parâmetro dela. V. Ex^e tem talento para debater problemas mais importantes desta Nação, que é o problema educacional. Fica aqui a sugestão, aos eminentes Senadores, para esta sala se chame João Calmon.

Eminente Secretário Paulo de Tarso, quero agradecer a V. Ex^e a manifestação que tem feito ao meu projeto. Tenho acompanhado pelos jornais, inclusive V. Ex^e encaminhou um cartão ao nosso digno Líder Freitas Nobre, e nele V. Ex^e citava a minha emenda constitucional sobre a pré-escola, municipalizando o ensino pré-escolar. V. Ex^e diz que ela é a Lei Áurea do ensino. Muito obrigado a V. Ex^e. Já mandei até colocar num quadro a xerox deste cartão que V. Ex^e encaminhou ao Deputado Freitas Nobre, pedindo a aprovação desta emenda.

Também agradeço o ofício de V. Ex^e, num total de 4 páginas. Realmente a nossa emenda, nós fomos buscá-la quando éramos Líder na CPI do Menor Abandonado, em 1975 e 1976, e não vimos outro remédio, a não ser começar pela criança. Lá no fundo do poço é que a gente começa a solucionar os problemas. Então, através da nossa emenda, destacamos como sendo o ensino primário e mais outras medidas, para com os municípios, porque todos os problemas estão aí, quem conhece melhor os problemas é o Prefeito, os vereadores, as autoridades municipais, e não temos, de maneira alguma, outro remédio. V. Ex^e, inclusive, sugere que o nome seja ensino infantil, eu acho válido. Agradeço este apoio que V. Ex^e tem dado a esta emenda. Tenho a certeza de que, tanto o Senado, quanto a Câmara, no dia em que esta emenda for a plenária, e vai ser agora no mês de setembro, todos nós, sem bandeira partidária, mas com a bandeira da criança, a bandeira do ensino será hasteada dentro do Congresso Nacional.

Eu sugeri, através de um projeto de lei, a extinção do MOBRAL, porque o MOBRAL, realmente, foi criado para cuidar do problema educacional do adulto, mas ele perdeu a sua finalidade e o volume de analfabetismo no Brasil aumentou. Então, nós pedimos a sua extinção, porque ele passou a cuidar de pré-escola, quando nós defendemos a municipalização da pré-escola. É evidente que nós temos que tomar outro caminho com relação ao MOBRAL, propondo a sua extinção.

Eu gostaria de saber como V. Ex^e vê o MOBRAL. O mesmo problema também está ocorrendo com a LBA. A LBA passou a fazer a pré-escola, em vez de cuidar da assistência, que era a sua finalidade. Então, veja agora, todo mundo quer cuidar da pré-escola, quer dizer, a coisa toma um curso de descentralização e nas mãos de órgãos que não têm a competência. Então, é preciso armar um dispositivo, através do Ministério da Educação, para que ele trace a política, que desça até a Secretaria de Educação dos Estados e depois às Secretarias de Educação dos Municípios, para realmente coordenar esta política.

Eu não sei se V. Ex^e está de acordo, queria saber a sua opinião sobre esses dois pontos que eu ataquei, aqui, no Congresso Nacional, se na opinião de V. Ex^e é válida ou não. Como V. Ex^e é realmente um homem de conhecimento total sobre os problemas da educação desde o seu início, um homem versado sobre o problema educacional, e também como falou aqui, nesta Comissão, o Dr. Darcy Ribeiro a respeito da pré-escola, eu gostaria, que V. Ex^e se manifestasse sobre o assunto.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Deputado Rui Côdo, V. Ex^e ouviu durante a minha exposição a importância que eu atribuo à pré-escola, e a opinião favorável que tenho sobre sua municipalização. A Secretaria de Educação de São Paulo tem, neste momento, cerca de 2 mil e 900 classes de pré-escola. A idéia é que estas classes possam ser gradativamente municipalizada? Todo problema está em que, cada vez que se municipalize, se transfira ao município também os recursos financeiros para o encargo. Porque a simples transferência, sem os recursos financeiros, pode, de presente, se transformar numa prebenda.

Quanto ao MOBRAL, é sabido que os seus resultados, sobretudo na área rural, foram negativos. E hoje ele se dedica, em parte, à pré-escola, em parte, a uma atividade comunitária cultural. Ora, eu acho que a atuação da União — e isso está nas leis que disciplinam a educação e que eu mencionei ao longo da exposição — deve ser supletiva e não concorrente com o Estado. O MOBRAL, se se dedicar a centros culturais comunitários dos municípios, vai ser um instrumento da União para competir com os Estados. Então realmente neste sentido, ela já estará deixando de cumprir seus objetivos. E, na verdade, ele não tem, que eu saiba, dado maior atenção, neste momento, ao problema da alfabetização,

mas está procurando outros objetivos. O ideal seria na linha da sugestão do Senador Passos Pôrto, e na linha das considerações que V. Ex^e fez, redirecionar os recursos do MOBRAL para o ensino do 1º Grau, que é o grande desafio educacional deste País.

O SR. RUY CÔDO — E a LBA refazendo a pré-escola? A LBA vem também promovendo a pré-escola.

O SR. PAULO DE TARSO — A minha opinião coincide com a de V. Ex^e: a pré-escola deve ser municipalizada, mas, sempre quando o município tiver recursos para isso.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG — (Fora do microfone) — Sr. Presidente, quero reiterar as homenagens... (falha na gravação) em razão da educação. Sr. Secretário, nós, Deputados por São Paulo, temos a honra de lhe-lo Secretário de Estado, pelo seu passado, pelo conhecimento, pelo gabarito profissional e, inclusive, pela lealdade política e pelo seu comportamento.

Entretanto, a primeira parte da palestra de V. Ex^e fixou um marco conceitual, em que V. Ex^e analisou o aspecto das relações de dominações do homem em relação àquilo que queria realizar.

Ressalto uma pergunta que não é específica de educação. Mas, conhecendo o pensamento de V. Ex^e, a análise inicial da sua palestra, eu entendo que talvez sejam conflitantes algumas afirmações, e gostaria de ouvir de V. Ex^e se tudo isso proposto para a educação não precede a necessidade aboluta da reforma política. Porque todos esses princípios, altamente sociais, estão sendo propostos dentro de um regime capitalista, absolutamente selvagem, como dizem — eu entendo que o capitalismo, por natureza, é selvagem — mas como resolver ou amenizar uma área do capitalismo, chamada capitalismo selvagem, ou capitalismo um só, quando V. Ex^e afirma que leis isoladas não resolvem o problema. Concordo com V. Ex^e, mas entendo também que uma legislação, uma nova legislação de diretrizes e bases, também é isolada sem a reforma política, sem a Constituinte, sem a eleição direta.

Outro aspecto, de que eu gostaria que V. Ex^e analisasse, é o aspecto da educação pela rádio e televisão. Acho que só seria possível o aproveitamento efetivo do rádio e da televisão, se estes fossem estatais, porque um projeto de educação pela televisão, acompanhado da sua programação estabelecida pelo mesmo capitalismo selvagem, que admite todas as formas de propaganda antieducacionais, com mensagens morais absolutamente contrárias aos princípios que V. Ex^e defende para a educação, não seria essa educação, pelo rádio e televisão, sem que estas fossem estatais, inócuas. Não seria conflitante? Compensaria, afinal, mesmo com essa liberdade da televisão? Não prejudicaria esse projeto de educação? Essas são algumas observações para ser resumidas.

O SR. PAULO DE TARSO — Eu diria a V. Ex^e, inicialmente agradecendo a sua pergunta, nobre Deputado, que eu não acredito em nenhuma reforma do 1º grau, que é a minha preocupação fundamental, nem da educação em geral, como solução, apenas, técnica ou legal. O problema é fundamentalmente político, e a posição em que me situo é de uma opção clara, no mais amplo sentido do tema, pela convivência democrática. E quando V. Ex^e menciona a Constituinte, que seria o grande contexto no qual se inseriria a nova lei democrática de diretrizes e bases, e menciona a eleição direta, refere-se V. Ex^e a dois pontos programáticos do partido a que ambos pertencemos, e, portanto, eu não posso deixar de ficar solidário com V. Ex^e e o faço muito prazerosamente.

Acho que já é chegado o momento de se falar numa ideologia democrática, sem receio e sem patrulhamento ideológico; porque há muita gente que patrulha ideologicamente e se considera dono de certos termos. Ideologia, por exemplo, muita gente considera que só pode ser usada para significar a racionalização no processo produtivo dos interesses de uma classe social. Ora, essa é uma posição teórica que hoje pertence ao patrimônio intelectual da humanidade, mas não é a única. Por que não falar num corpo de idéias, assim eu chamo a ideologia democrática, um corpo de idéias centradas na convivência democrática, que permita ver a realidade atual do País e prefigurar uma realidade melhor para o futuro? Ou seja, um corpo de idéias que permita formular uma utopia viável — vejam que eu penso bem ao usar a expressão. Aqueles que estão envolvidos no processo de transformação social, que somos todos nós, não podem deixar de formular uma utopia; sempre se educa, por exemplo, em função de uma idéia melhor, portanto, em função de uma utopia. Todo o problema está em que essa utopia seja viável. Os iluministas, por exemplo, imaginaram uma sociedade igualitária, no fim do Século XVIII, e tiveram uma sociedade estratificada em classes. Portanto essa utopia se revelou inviável. Daí a necessidade de que a política conte com a contribuição da ciência, que é que vai dizer da viabilidade da utopia. De perfeito acordo, portanto, com V. Ex^a, quando mostra que um contexto democrático é indispensável para que todos esses assuntos, aqui abordados, tenham consequência.

Quanto ao problema econômico, V. Ex^a abordou do prisma de uma crítica ao capitalismo. Eu, com a experiência que acumulei ao longo dos anos, prefiro dizer que é necessário reorientar a economia, reorientando os elementos fundamentais de sua organização: seus elementos estruturais. E chamo elementos estruturais da vida social a maneira segundo a qual estão organizados os três elementos fundamentais de qualquer organização social, ou seja: o poder; a renda e a cultura. Se nós conseguirmos reorientar o poder; se conseguirmos um novo esquema de distribuição da renda; e se conseguirmos acesso à cultura objetiva e à criação de condições que permitam a criatividade cultural, então eu creio que estamos no caminho correto.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG — E o problema da televisão?

O SR. PAULO DE TARSO — O problema da televisão, eu peço permissão a V. Ex^a para divergir, digamos, provisoriamente, porque toda a reflexão intelectual é provisória, pode ser que eu concorde com V. Ex^a a algum tempo mais, mas, nesse estágio de minha reflexão, eu não teria condição de sustentar a estatização da televisão e do rádio. Porque eu acho que, embora a propriedade privada de rádio e televisão tenha gerado abusos que todos conhecemos, ainda assim isso pode ser um mal menor que a estatização desses meios de comunicação. Meu receio fundamental é o das verdades oficiais, nobre Deputado. Imagine V. Ex^a se o rádio e a televisão começam a defender verdades oficiais, verdades patrocinadas pelos Senhores do poder! Tengo receio de que isso complique ainda mais o problema. Mas, com todo o respeito que devo à idéia de V. Ex^a, a minha é uma opinião provisória.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG — Mas, eu coloquei o problema, se V. Ex^a me permite, porque V. Ex^a falou do aproveitamento da rádio e da televisão no processo de educação. Eu perguntei, se elas não sendo estatais, estando livre na divulgação de tudo aquilo que o interesse comercial, que o poder econômico exige, não conflita com o problema de educação. Acho que, até certo ponto — o projeto de educação pela rádio e televisão, pode ser desnaturalizado, pela liberdade econômica da televisão. Esse é que é o problema.

O SR. PAULO DE TARSO — Eu entendi mal, a pergunta de V. Ex^a.

Acho que realmente a União deve ter poder normativo sobre as estações privadas no sentido de defender o interesse nacional, e tem. Esse poder deve ser exercido da maneira mais prudente possível, mas firmemente. Acho que o número de horas que a rádio e a televisão dedicam à educação é muito pequeno, deveria ser ampliado. E acho que a Lei de Diretrizes e Bases não pode ignorar a importância fundamental da educação informal, transmitida através da rádio e televisão.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Stélio Dias.

O SR. STÉLIO DIAS — Sr. Presidente, Sr. conferencistas, inicialmente faço minhas as palavras do nobre Deputado Ruy Côdo, em que faz uma menção especial ao nobre Senador João Calmon, Presidente já por duas vezes desta Comissão de Educação do Senado. Gostaria não só de ver o nome do Senador João Calmon inscrito nesta sala, como também, até diria, pelo seu trabalho insano, seu trabalho constante e permanente em favor do processo educacional brasileiro; e inscrito até, num arroubo de mais entusiasmo de conterrâneo e colega de partido, como um dos merecedores do Prêmio Nobel da Educação, que deve ser concedido pelo seu trabalho, em favor da educação no Brasil.

Cumprimento o nobre Secretário de Educação, pela sua palestra brilhante, didática, e gostaria de fazer algumas considerações e perguntas a V. Ex^a. Primeiramente, gostaria também de cumprimentá-lo pela posição contra ao patrulhamento ideológico, já que nós, educadores, temos que ficar num campo de reflexão mais do que de ideologia; talvez esse seria o melhor caminho. E quero dizer que, apesar de concordar com alguns pontos explicitados por V. Ex^a, creio que, nós na parte de educação, estamos sendo levados para um processo ilusionista, e neste processo ilusionista a de educação, nós procuramos sempre o processo normativo vindo do estado carioca, naturalmente para resolver os problemas de educação. Ficamos quase, Sr. Secretário, dez anos para dizer onde se lê "qualificação para o trabalho", leia-se "preparação para o trabalho".

Então, vejo que essa tentativa de V. Ex^a digna de louvor, seria mais um processo ilusionismo, se nós não tivemos à frente tudo aquilo que o Senador João Calmon vem defendendo há anos, que é um processo e uma estrutura do financiamento da educação no Brasil.

Com relação à educação autoritária — essa é a minha pergunta principal a V. Ex^a — creio que já é hora de nós, parafraseando a já suada frase de Kennedy: não perguntar mais o que a União faz pela educação, mas o que os Estados fizeram e podem fazer para a educação no Brasil. Dentro dessa linha, Sr. Secretário, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a, se V. Ex^a também não considera a estrutura do sistema educacional, a nível de Estado, autoritária para os municípios, cuja órbita o Estado manobra.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Deputado Stélio Dias, eu me sinto honrado com a pergunta de V. Ex^a, porque estou informado que V. Ex^a é um especialista em educação, com formação no Exterior e que já ocupou o cargo de Secretário de Educação do Espírito Santo, portanto, não falo sem experiência própria e isso me parece fundamental, que quem opine, opine lastreado numa experiência vivencial própria, para que isso não se transforme num exercício puramente acadêmico. Primeiro, eu concordo com V. Ex^a quanto ao processo ilusionista é acho que a lei, absolutamente, não resolverá o problema da educação no Brasil e eu tive a oportunidade de dizer isso ao longo da exposição. Aí, a razão pela qual, acho que uma nova lei de diretrizes e bases, que queira ser democrática, deve ser precedida do que eu

chamei de macrodiálogo nacional, exatamente para evitar que isso seja um ato de ilusão. Se a Nação for colocada na discussão do problema, e isso de maneira ordenada, através das universidades, das entidades de classe, como eu menciono no esquema, então, acredito que a lei pode ser um momento expressional da vontade da Nação. Ora, se isso é verdade, a lei passa ter o apoio da Nação e esse apoio pode levar a solução do problema financeiro, sem o qual todos nós estaremos perdidos, como o nobre Senador Passos Pôrto salientou.

Agora, quanto à afirmação de V. Ex^a de que os Estados também são autoritários em relação aos Municípios, quero dizer que V. Ex^a tem razão, porque a educação autoritária — eu não tomo como sinônimo apenas de educação da União — a educação autoritária é uma maneira de viver a educação, confundindo autoridade com autoritarismo. Autoridade, sabe-se, vem de autor, autor da vida; por exemplo, o pai, por ser autor da vida, tem o poder de chamar o filho à vida. O autoritarismo é a desformaçao da autoridade, é o exemplo daquele professor que, sobrepondo-se, se ao aluno, quer doar ao aluno sua cultura, V. Ex^a conhece bem o problema.

Então, eu acho que a convivência democrática, intra-escola, é elemento fundamental não só para a revisão do ensino federal, ou da visão que a União tem do problema, mas também da visão que os Estados têm do problema. Eu acho que, neste momento, a revisão deve abranger também a orientação normativa dos estados.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Ferreira Martins.

O SR. FERREIRA MARTINS — Sr. Presidente, Sr. Conferencista, Srs. componentes da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados presentes e demais participantes. Eu não entrarei em comentários sobre as conceituações teóricas emitidas, em relação às quais, muitas delas, estou de acordo; entendo também que a reflexão, em termos dos textos legais que regem no Brasil, tem que se fazer permanentemente. Condeno a legislação centralizadora que veste a mesma camisa para todos os Estados deste País, com realidade, muitas vezes, totalmente diferentes impondo-se, por exemplo, oito anos de escolaridade obrigatória, quando nós sabemos que existem Estados em que a maioria dos professores são leigos.

Eu acho que nós precisamos inclusive, como se disse ontem, durante a conferência da Ministra Esther Figueiredo Ferraz, repensar a nossa educação para o ano 2.000, principalmente no que se refere ao ensino superior, e sobre esse aspecto particular. Portanto, eu não me deterei em relação a estes conceitos e prefiro ficar um pouco mais no aspecto programático que nós vivemos agora. Queiramos ou não, nós somos um País subdesenvolvido. É indiscutível que há necessidade que se dê prioridade à educação, não apenas ficando sobre o aspecto conceitual em relação a este fato, há necessidade de canalização dos maiores recursos, isto é indiscutível.

Nós temos uma realidade hoje, para o País, que talvez impeça até que a educação, ainda que houvesse esse propósito, recebesse aquilo de que necessita. Eu considero, talvez erradamente, mas em função da minha experiência também, que o grande problema educacional brasileiro, hoje, está fora da escola, na idade que antecede a escolaridade de sete anos. Isto parece que já se tornou um fato aceito pela grande maioria e quando se diz, inclusive, que temos que atacar efetivamente a pré-escola, ou atender a criança na idade que antecede a escolaridade dos sete anos; mas, sem recursos, isso dificilmente se atingirá. Por ironia, os próprios recursos que são fixados, desde logo, para a educação, obrigatoriamente, só podem ser aplicados no 1º Grau, seja os 20% da receita tributária, seja mesmo o salário-educação que, indiscutivelmente, ainda é a grande fonte de recursos que sustenta o desenvolvimento dos nossos processos.

Eu cito o exemplo de São Paulo, em que, praticamente, os recursos vindo do Tesouro paga o pessoal, e quase nada mais. Vive-se, efetivamente, do salário-educação. Mas é indiscutivelmente que o grande problema está na idade que antecede a escolaridade e nas primeiras séries do 1º Grau, particularmente na primeira série. Evidente, isso está demonstrado científicamente, que a criança totalmente desassistida, que não recebe o mínimo cuidado no que se refere à alimentação e saúde, que vive no ambiente cultural totalmente perverso, acaba chegando à idade de escolaridade de sete anos com idade mental de cinco. E aqui está efetivamente o grande problema e que acabou obrigando os organismos educacionais se transformarem também em agência de promoção social. O Estado de São Paulo, provavelmente, gastará este ano mais de 12 milhões de cruzeiros apenas em merenda escolar. Diz-se que isso não deve ser tarefa do organismo educacional, mas tem que se fazer, porque, efetivamente, muitas vezes, é a única refeição substancial que a criança recebe durante o dia e também o maior atrativo da presença dela na escola.

É dentro dessa realidade que nós vivemos. Sabemos todos, todos os pedagogos sabem e aqueles que vivem o processo educacional que nós temos que perseguir o modelo pedagógico. Eu não seria tão ousado em chegar aos vinte e cinco alunos por classe, mas pelo menos, aos 35. Claro, que seria ótimo se nós não precisássemos de ter três períodos, se ficássemos em apenas dois. E quem sabe, pudéssemos manter as nossas crianças todo o dia na escola! Mas nós sabemos que o Estado de São Paulo, que se diz o mais rico da União, mas eu acho que é o mais rico de problemas, tem escolas ainda que, apesar de todo o esforço que se faz, funcionando em cinco períodos. E se persegue, inconsistentemente, o modelo pedagógico de ter, pelo menos 35 alunos por classe e três períodos apenas. E nós sabemos que não vamos alcançar isso a curto prazo. Eu faço votos sinceros para que, até o final da administração atual, que se chegue a isso, mas tenho, sérias dúvidas, conhecendo a realidade que conheci durante este período.

Portanto, apesar de todo esse esforço de atendimento pré-escolar, feito no caso específico de São Paulo, seja através da ação direta da Secretaria, com implantação de novas classes, seja através do estímulo dos Municípios, concedendo recursos através de convênios, estímulos de outra ordem, a implantação de modelos pedagógicos especiais no atendimento da merenda, em relação à primeira série, nós acreditamos realmente que há um problema seriíssimo, de difícil solução a diminuição do índice de repetência, que tem que se baixar, a repetência reiterada que conduz efetivamente à evasão. Daí, eu gostaria de ouvir do ilustre Conferencista de uma maneira bem objetiva, quais as medidas que serão tomadas, para que nós possamos baixar dos 40% da repetência para 25%, que seria um êxito indiscutível. Mas, no momento em que nós sabemos que não temos condições, por maior que seja o esforço, de dar o atendimento necessário ao nível do 1º Grau, como chegar à pré-escola? Eu acho que é o cerne efetivamente o problema. Estou convencido de que não há numa escola formal, em termos do atendimento da pré-escola. Nós não teremos recursos para isto, a curto prazo, talvez o atendimento informal, isto está demonstrado científicamente, se nós pegarmos essa criança carente dormindo em baixo de uma árvore, damos a ela alguma assistência de saúde, uma alimentação adicional, atividades recreativas programadas e um adulto, que possa com ela conversar, até para desenvolver o seu vocabulário, essa criança chega até à idade de 7 anos em condições de receber o modelo pedagógico que lhe é oferecido.

Para mim, em termos nacionais — e mesmo em termos de São Paulo, talvez seja o grande caminho. Daí não me ter soado estranho até quando se pretendeu redirecionar

o MOBRAL, no sentido de aproveitar os seus cursos implantados, para se fazer alguma coisa nesse setor, onde reside, indiscutivelmente para mim, o grande problema da educação brasileira. Costumo dizer, sem evidentemente deixar de entender a importância do ensino de 2º Grau, do ensino superior que, em termos nacionais, ensino de 2º Grau é luxo e ensino superior é privilégio. E mais privilégio ainda quando gratuito o ensino superior.

Numa realidade como esta, em que nós sabemos que a seleção natural começa antes da escola, se aprofunda ao longo dos oitos anos da escolaridade do 1º Grau, em São Paulo, para cada 100 crianças que ingressam na primeira série, apenas 40 concluem a oitava, chegando ao ensino de 2º Grau, que, por maior que seja o esforço, nós não conseguimos nos ombrear com as boas escolas particulares, que pagam bem os seus professores e não precisam exigir deles 40 horas de aula por semana, que dispõem de recursos audiovisuais que, dificilmente, o Estado vai conseguir a curto e a médio prazos. Quando, efetivamente, todos os demais recursos são colocados à disposição das escolas, que cobram caro por isso, e a esta clientela ainda se oferece a oportunidade dos cursinhos, altamente onerosos, mas que não educam, mas que ensinam a fazer o vestibular, não há dúvida nenhuma e não precisa de um aprofundamento maior para verificarmos que, nas nossas escolas oficiais gratuitas, o ensino superior, numa grande parte da clientela, teria condições efetivamente de pagar os seus cursos.

Eu não advogo a tese — aliás, a segunda questão que eu colocaria — eu não advogo a tese, absolutamente, da gratuidade do ensino em todos os seus níveis. Sabemos inclusive que no Estado de São Paulo, cerca de 80% do ensino superior é mantido por escolas particulares, num momento em que não se dispõe de recursos para a pré-escola, não se dispõe de recursos para melhorar a qualidade do ensino de 1º Grau, até em termos de rede física, para termos os nossos 25, quem sabe, ou 35 alunos por classe em três períodos, qualquer recurso adicional aplicado ao ensino superior, além de um determinado limite, me pareceria ocioso. De tal sorte que entendo que isto merece uma reflexão mais profunda, mas jamais para adovogar a tese da gratuidade do ensino em todos os níveis e para todos. Isto seria praticamente impossível dentro da realidade brasileira.

No que se refere — e gostaria de então ouvir alguma coisa a mais a esse respeito da fundamentação dessa tese da gratuidade total, em todos os níveis, para todos evidentemente, muito democrático, aparentemente, mas na verdade, acho inviável — no que se refere a uma lei democrática de diretrizes e bases, eu também gostaria de entender um pouco melhor, imagino que seja talvez uma lei descentralizadora, como esta, que eu penso que deveria oferecer uma maior flexibilidade para os Estados equacionar e encaminhar os seus problemas, sem nenhum sentido de uma análise comparativa negativa. Evidente que os problemas de São Paulo, do Rio, de Minas e outros Estados são diferentes, dos problemas do Piauí e de outros Estados mais pobres da Federação. E esta realidade tem que ser atentada, ou então nós corremos o risco de termos efetivamente uma farsa durante muito tempo. Claro que estamos perseguindo os oito anos de escolaridade obrigatória para todos, é o mínimo que cada um de nós deseja. Mas, como já disse aqui a Professora Eurides Brito, muitas vezes nós somos obrigados a deixar a criança duas horas na escola a deixar nenhum minuto. É, enfim, o problema da realidade que temos que enfrentar.

Então, eu gostaria de, em síntese, ouvir mais a respeito das medidas concretas para a diminuição da repetência, principalmente na primeira série do 1º Grau, *ipso facto*, também para a evasão, que é decorrente principalmente da repetência reiterada. Como se procurará, no caso específico de São Paulo, encontrar dentro da nossa realidade de atual; atingir este objetivo de 25 alunos por classe, e certamente por um período de quatro horas no mínimo,

que seria também o fator adicional necessário para se atingir a qualificação que se deseja? O problema da gratuidade em todos os níveis, em termos de fundamentação; evidente que eu teria outras considerações a fazer, mas outros também o desejam e eu prefiro então aguardar, quem sabe, uma outra oportunidade.

O SR. PAULO DE TARSO — Eu começo por abordar a última parte da pergunta do nobre Deputado Ferreira Martins. Ele manifesta a esperança de que esta nova lei de diretrizes e bases, que eu defendo como necessária, seja uma lei descentralizadora. E realmente eu assim a vejo. Se V. Ex^e me der a oportunidade, de ver na página oito a primeira sugestão que eu faço de conteúdo para a nova lei é exatamente a descentralização.

Realmente, eu não acredito na eficácia de um ensino que esteja centralizado na União, que esteja centralizado no Ministério da Educação e Cultura, em Brasília. Isto é fruto de uma experiência de quem já viveu como Ministro da Educação. Eu faço inclusive autocritica quanto a isso. Todas as iniciativas, muitas das quais eu tive a honra de iniciar, padeceram desse vício, de terem sido pensadas de cima para baixo, desde Brasília. E hoje só acredito na eficácia de uma norma que possa ser o resultado de um consenso possível da Nação toda, através de um amplo diálogo. Reitero que este problema não é somente técnico, ou só legislativo. Concordo que este é um problema fundamentalmente político. É preciso que haja decisão política de conceder recursos à educação, e acho que a grande luta neste sentido é convencer os economistas. Os economistas têm que estar convencidos de que o investimento em educação dá bons resultados, pelo menos, a médio prazo.

Outro ponto que V. Ex^e analisou é como chegar ao módulo de 25 alunos no 1º ano do 1º Grau. Em resposta ao nobre Senador Passos Pôrto, eu disse que anunciaría a minha solução pedagógica, embora reconhecesse que não estava equacionado o problema financeiro. Realmente, nós consideramos que, do ponto de vista pedagógico, para chegar ao 1º ano, do 1º Grau, atingindo 25% apenas de repetência e evasão em dois anos, é preciso dispor de recursos adequados.

Novamente voltamos à decisão política, porque V. Ex^e sabe, como homem que tem experiência do poder, que destinar recurso à educação significa sacrificar outras prioridades. Eu não posso priorizar determinadas obras, por exemplo, e ao mesmo tempo priorizar a educação, se os meus recursos orçamentários são limitados. Nós estamos vivendo um momento em que essa limitação se generaliza por todo o País. Então, eu acho que o problema é fundamentalmente político, e politicamente o que devemos sustentar é que a educação é prioritária; portanto deve prioritariamente receber os recursos adequados.

Outro ponto que V. Ex^e abordou, é o da pré-escola. Eu concordo que aí está uma área ainda pouco analisada, que nunca entrou na lei de diretrizes e bases devidamente, que deve entrar numa nova lei de diretrizes e bases, e que deve ter um financiamento adequado. Acho, por exemplo, que essas 2.900 classes de pré-escolas que o Estado de São Paulo tem devem ser municipalizadas. Agora, como dar aos municípios recursos para que eles possam manejá-las, este é o problema político que deve ser analisado no plano político. Sustento devo honrar um diálogo permanente entre a equipe da educação e a equipe econômica do Governo, para buscar uma síntese do pensamento das duas equipes, de forma a conseguir financiamento adequado para a educação, coisa que, pouco a pouco, há de se conseguir.

Mas, V. Ex^e abordou um ponto, que é tipicamente educacional, pedagógico, que me parece fundamental: que eu não havia abordado no roteiro, e V. Ex^e trouxe à minha memória: é o problema que V. Ex^e chamou de ambiente cultural perverso. Realmente boa parte dos alunos do primeiro ano do 1º Grau que provêm dos segmentos mais carentes da população, que vivem — e eu

concordo inteiramente com a expressão, inclusive a considero adquada — que vivem num ambiente cultural perverso. Agora, o problema do vocabulário, este eu tenho uma reflexão sobre ele, desde a época em que estava integrando a equipe educacional da FAO, no Chile, porque tenho dado estatístico, nobre Deputado, que ilustra o ponto de vista de V. Ex^a. Um aluno de primeiro grau, que provinha de segmentos mais carentes, domina entre 50 e 100 palavras no seu linguajar diário, permanente, contínuo. Na Baixada Santista houve uma pesquisa, que me foi comunicada pela direção Regional de Ensino, que indica que o aluno de primeiro grau domina 70 palavras. No Chile nós fizemos uma pesquisa e verificamos que o aluno usava em média 50 palavras, sobretudo o aluno das áreas rurais. Ora, um professor de nível universitário domina cerca de cinco mil palavras. Então, se o professor que domina cinco mil palavras fala a um aluno que domina cinqüenta, ele está dando aula em língua estrangeira. E esta é uma das causas fundamentais da repetência do 1º grau, do choque cultural. Porque um aluno de cinqüenta palavras, quando vem para o primeiro ano do 1º grau, é como se ele estivesse descido na Lua, como estivesse no Planeta Marte, porque tudo para ele é diferente. Se ele vive em favela, o ambiente, então, é ainda mais extremadamente diferente do seu e a solução estaria, claro, não numa reversão do vocabulário do professor, para que ele use cinqüenta palavras, mas para que ele amplie o vocabulário do aluno, conhecendo a cultura do aluno através de uma pesquisa científica adequada, não através de palpite, mas que esse vocabulário seja pesquisado. Tudo isso invoca problema do financiamento como sem-pre.

Agora, eu diria a V. Ex^a, em síntese, o seguinte: o Governo de São Paulo pensa atacar o problema do primeiro ano do 1º Grau primeiro, priorizando o problema do primeiro ano do 1º Grau num contexto dos problemas educacionais; segundo lutando para que a educação tenha a prioridade de que necessita. Os resultados nós vamos verificar quais serão no fim de dois anos, porque a única meta que a Secretaria se impôs até agora — e eu considero aqui meta no sentido técnico, como objetivo quantificado — objetivos temos muitos, mas só quantificamos este de obter, em dois anos, a redução para 25%. Alcançar essa meta vai ser o objetivo dos recursos técnicos fundamentais da Secretaria e de uma luta no interior do Governo para que, na medida extrema das possibilidades, haja recurso financeiro para isso. Eu espero que, no final de dois anos, não seja tão decepcionante o nosso esforço. Se não pudermos chegar a 25%, vamos chegar a 28%, 29%, 30%. Mas a meta é chegar a 25%.

O problema das escolas de mais de dois períodos.

Eu concordo que o ideal seria que as escolas tivessem dois períodos. Não considero viável isso no Estado de São Paulo, digo isso com toda clareza. Acho que é viável que as escolas tenham três períodos em São Paulo. Para isso devo suprimir o quarto período em duzentas e sessenta escolas, mais ou menos. Parece que são duzentas e sessenta e três escolas. E, por incrível que pareça, parece que vinte e três escolas — não são muitas, graças a Deus — mas são vinte e três escolas que têm cinco períodos. Ora, essas vinte e três escolas são apenas problema para a Secretaria. Não são solução. Manter o aluno duas horas e meia na escola, com essa avalanche de alunos e todos os problemas que a socialização cria entre eles, isso não é uma solução, mas é um problema. Talvez deva dizer que é outra meta que a Secretaria tem e que considero viável, é exatamente, não chegar aos dois períodos, infelizmente nem pensar nisso, isso é absolutamente inviável. Mas chegar a três períodos, suprimindo-se o quarto período de cerca de duzentas e sessenta escolas e suprimindo-se dois períodos em cerca de vinte e três escolas, isso eu acho viável.

Quanto à comparação das escolas particulares com as escolas públicas, concordo inteiramente com V. Ex^a. Acho que esse paralelo é absolutamente improcedente

porque a disparidade é tamanha que seria como comparar coisas irremediavelmente desiguais. Dou um exemplo concreto. O Colégio Santa Cruz em São Paulo, dos pais canadenses. Há cerca de quinze dias, em conversa que mantive com um dos seus diretores, o Padre Corbeille, que é membro do Conselho Estadual de Educação, eu perguntei a S. S^a, ingenuamente, devo confessar, qual era a sua taxa de repetência e evasão no primeiro ano do primeiro grau. S. S^a me respondeu: "0%. Para não dizer que não tivemos nenhum aluno repetente, no ano passado tivemos um, porque os pais se desquitaram e ele viveu o drama psicológico do desquite e isso o afetou. Mas nas férias ele se recuperou e depois passou para o segundo ano." Mas vejam, S. S^a trabalha com dois professores e paga aos professores uma importância acentuadamente superior àquela que o Estado pode pagar. S. S^a tem monitoria de alunos de pedagogia e tem um equipamento audiovisual que o Estado não pode nem sonhar em ter. De forma que concordo com V. Ex^a quando faz a análise dessas diferenças fundamentais entre a escola pública e a escola privada. Mas, acho que a escola pública pode aproveitar, em parte pelo menos, o know-how da escola privada. Pode recrutar na escola privada monitores e pode, em convênio com as escolas privadas, pensar em programas de reciclagem de professor primário, em programas de capacitação de professor primário, que, pelo menos, vivendo naquele reino de suficiência em termos de recursos materiais e humanos poderá ter uma idéia da escola pública ideal, dos nossos sonhos.

O SR. FERREIRA MARTINS — Permite-me V. Ex^a apenas pela oportunidade? (Assentimento do orador.) — Realmente todos nós sabemos que o programa da reciclagem, do aperfeiçoamento dos professores é um dos dramas que vive todo o sistema de ensino, principalmente o sistema de ensino com uma dimensão maior, como é o caso do Estado de São Paulo com cento e oitenta mil professores, aproximadamente. Dentro deste enfoque, claro que não basta nós reciclarmos três, cinco mil professores por ano num universo tão grande. Então, gostaria também, se fosse o caso, de ouvir alguma coisa a respeito da programática, digamos, de aperfeiçoamento de professores, no caso, que é fundamental também para o nível de ensino.

O SR. PAULO DE TARSO — Aqui, nobre Deputado, a Secretaria que tenho a honra de dirigir neste instante, e que já foi dirigida por V. Ex^a, pensa em algumas ideias fundamentais. É claro, estamos apenas há três meses à frente da Secretaria. Outras idéias surgirão. Uma delas, de certa maneira, é inovadora. Nós pensamos em fazer projetos pluri-estaduais, aproveitando as cidades de fronteira. Por exemplo, em Poços de Caldas, fazer curso de capacitação para professores de Minas Gerais e de São Paulo; em Ourinhos, fazer curso de capacitação para professores de São Paulo e do Paraná e assim por diante.

Quer dizer, estudar programas pluriestaduais para capacitação de professores para somar esforços de recursos dos Estados — recursos humanos, recursos financeiros. Quer dizer, numa hora de crise, quando o Estado não pode capacitar sozinho seus professores ou reciclá-los isoladamente, a solução nos parece ser a soma de esforços com outros Estados. Para isso vamos nos encontrar no Rio de Janeiro, na próxima segunda-feira, com os Secretários da Educação de Minas Gerais, da Guanabara e do Paraná para começarmos a estudar esse problema. Inclusive, pode-se estender o esforço ao livro didático. Se os Estados se entendesse para comprar os seus livros didáticos, os preços seguramente cairiam. É a chamada economia de escala. Se, ao invés de comprar um milhão de livros didáticos, compro dez, vinte ou trinta milhões, o preço tenderá a cair. E isso convém altamente aos Estados. Está claro que o livro didático deveria ter uma parte comum aos Estados e uma parte específica para a realidade de cada Estado.

Outro problema será o de aproveitar aqui, na medida do possível, os avanços tecnológicos, como o videocassete, por exemplo, para capacitar o professor no trabalho, nas escolas. V. Ex^a conhece bem a CENP, a Coordenadoria de Ensinos e Normas Pedagógicas da Secretaria. A coordenadoria poderá pensar o conteúdo de um programa de capacitação para um determinado grupo de professores e utilizar o videocassete para isso na própria escola. Todo o problema está novamente no financiamento. Por quê? Porque o professor não se dispõe a participar de cursos, se ele não está ganhando a hora-atividade, e com toda a razão. Por que não há de ganhar o professor a hora-atividade quando ele está vigiando recreio, que não é tarefa sua, ou quando está corrigindo provas, quando está preparando aulas, ou quando está participando de reuniões pedagógicas, ou quando está participando de um curso de reciclagem. Eu acho que o Estado tem que se preparar para remunerá-lo também durante as horas que ele se dedica a sua reciclagem. Está claro que eu aqui estou no plano da utopia, V. Ex^a dirá, mas eu acho uma utopia viável. Não sei em que prazo, mas é uma utopia viável.

O SR. FERREIRA MARTINS — A última pergunta a respeito do problema do ensino superior gratuito em todos os níveis.

O SR. PAULO DE TARSO — Aqui estamos realmente em posições divergentes, mas queria apenas lembrar a V. Ex^a que não sustentei a tese do ensino particular gratuito. Se V. Ex^a viu o meu esquema, aqui está na página 9. Manutenção da gratuitade do ensino oficial a todos os níveis. Eu realmente tenho essa opinião pelo seguinte, nobre Deputado; eu considero que o ensino é um dos direitos da pessoa humana. A pessoa humana tem como direito fundamental a vida. Deve ter como direito a casa, alimentação, transporte coletivo e a escola. Então, se a escola, sobretudo a escola básica, é um entre os direitos humanos, eu não vejo como cobrar-se pela criação das condições que permitam a realização desse direito. E o direito de acesso à escola é um dos direitos humanos. Talvez ainda não reconhecido como tal, mas que deve ser reconhecido como um dos direitos da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Aliás o Brasil é subscritor da Carta Universal dos Direitos do Homem, que garante a escola fundamental completa a todas as crianças. No Brasil apenas 13% das crianças concluem a escola de 1º grau.

O SR. PAULO DE TARSO — A escola fundamental sim, mas o nobre Deputado referiu-se mais ao ensino superior. Eu acho que não apenas é direito da pessoa o ensino fundamental, como o ensino médio e o ensino superior.

O SR. PASSOS PÓRTO — E à cultura e à informação...

O SR. PAULO DE TARSO — Exatamente. Então, o Estado deve procurar criar condições para que esse direito humano seja realizado independentemente de pagamento. Agora, o Estado pode fazer isso? É um problema de prioridade novamente. Eu não quero tornar polêmica essa exposição, porque acho que nós não ganhariamos nada com isso.

No plano nacional, se houvesse uma mudança de prioridades, talvez essa gratuitade do ensino oficial não fosse um problema, como V. Ex^a está com razão, dizendo que é.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Secretário.

Primeiramente escusa-se abordar questões já focalizadas, uma vez que, impossibilitado de estar no início da sua exposição, não pude acompanhar uma exposição, que sei brilhante, já que o Estado de São Paulo pode se considerar um Estado feliz, por ter o Secretário de Educação que tem.

O SR. PAULO DE TARSO — Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. ÁLVARO DIAS — Esse "causo", essa tragédia da educação no Brasil é resultante para nós, da Oposição, de uma política educacional elaborada a nível de Estado e não de sociedade, com objetivo, segundo setores da Oposição, nos quais me incluo, de manter este sistema de dominação política e econômica vigente no País. E com esse objetivo, os ideólogos da segurança nacional amoldarem os currículos, eliminando matérias, ou colocando-as em segundo plano, matérias que levam o jovem a pensar, a meditar, a discutir, a analisar a organização social e política da Nação. Com isso transformaram universidades em simples escolas técnicas, como se a Nação fosse apenas uma grande agência de empregos. Aliás, hoje, há uma grande residência de desempregados. Mas, Sr. Secretário, não sei se essa questão foi abordada na sua exposição, já que aqui não estava, e gostaria de ouvir a sua visão a respeito desta interpretação da Oposição. Se a Oposição, ao interpretar dessa forma, que essa política educacional é intencional, e tem o objetivo, por parte dos ideólogos da segurança nacional, ao colocar a educação como um subsistema desse sistema político maior, para estabelecer este regime de dominação política e econômica, ou se a Oposição se equivoca quando assim analisa a política educacional do País? Esta seria a primeira questão formulada.

E a segunda questão trata-se do tema já abordado anteriormente pelo Deputado Ferreira Martins. É claro que me coloco contrariamente ao seu posicionamento. Aliás, o meu Partido, o PMDB, o nosso Partido se coloca contrariamente ao posicionamento do Deputado Ferreira Martins. O programa do nosso Partido prega a gratuidade do ensino em todos os níveis. Naturalmente o argumento que se coloca contra o programa do nosso Partido é de que é inviável o ensino gratuito no País. Mas nós temos exemplos de outras nações, nações mais pobres do que a nossa, que oferecem o ensino, não como luxo, não como privilégio, mas considerando o direito de todos. Em nosso País, lamentavelmente, isso não se verifica. Ao contrário, há escolas, especialmente universidades, que se transformam em balcões vendendo diplomas como se vencessem mercadoria. É uma questão de prioridade, disse bem V. Ex^e. Eu apenas gostaria, discutindo mais esse assunto, porque eu o considero fundamental para o desenvolvimento do País, eu gostaria de ouvir de V. Ex^e algumas sugestões que pudessem ser colhidas pelo Governo, no sentido de mostrar a viabilidade da gratuidade do ensino no País. É claro que algumas sugestões já foram colocadas aqui, no Congresso Nacional, através de outras tribunas, em outros setores nesse País; V. Ex^e mesmo há pouco disse que se o Governo estabelecer educação como prioridade encontrará recursos para tal, eu adiantaria até mais; se o Governo invertesse, colocasse a educação no local em que coloca a segurança nacional, e a segurança nacional no local em que coloca a educação, por certo nós teríamos condições de manter o ensino gratuito em todos os níveis do País. Isso no meu entendimento é realmente o grande erro desse regime do Governo, um crime que se comete contra a Nação, já que nós não podemos admitir que a verdadeira segurança esteja no poder das armas, no poder da força. A verdadeira segurança está no poder das idéias, que há de se sobrepor sempre ao poder das armas e ao poder da força. Eu gostaria de ouvir, se V. Ex^e pudesse, nesse instante, deixar registrada, algumas sugestões no campo da prática, para que o País encontre recursos no sentido de manter o ensino gratuito em todos os níveis.

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Senador Álvaro Dias, devo dizer inicialmente a V. Ex^e que, na exposição, eu sugeri a necessidade de uma nova lei democrática de diretrizes e bases. Porque eu considero que a Lei nº 5.692 alterada pela Lei nº 7.044, não abrange toda a gama, todo o espectro da educação nacional. E tomei a iniciativa de sugerir alguns pontos para o conteúdo dessa lei, mas um desses pontos, que vem ao encontro das ponderações de V. Ex^e, é de que essa lei nunca deverá ser imposta de cima para baixo. Não deverá ser o trabalho de tecnocratas da educação, não deverá ser a expressão apenas do ponto de vista do Ministério da Educação, deve deslocar-se, como V. Ex^e falou do Estado para a sociedade, através do que eu chamei, na exposição, de um macrodiálogo nacional. De tal maneira que, a partir de um pré-projeto, que eu sugeri ao nobre Senador João Calmon, seria elaborado pela Comissão de Educação e Cultura do Senado, pelos méritos que ela já conquistou, através do Projeto Educação, este projeto seria levado a debate em toda a Nação, universidades, entidades científicas, como a SBPC, entidades dos professorados, entidades de alunos, comunidade eclesiás, em suma, todas as entidades realmente representativas da Nação, para que surja um consenso em torno de sua lei de diretrizes e bases. Não estará resolvido, nós todos os sabemos, o problema da educação no Brasil, porque o problema não é técnico, nem exclusivamente legislativo, nem predominantemente legislativo. O problema é político, de prioridade. É preciso optar pela convivência democrática, e conceder prioridade máxima à educação. Enquanto esta decisão política não for tomada, nós podemos aqui fazer exercícios mentais sobre outros aspectos menores da educação, à espera de que a política chegue à conclusão sensata da prioridade devida à educação.

Quanto às universidades, V. Ex^e disse bem, elas têm funcionado, mais como agências de conformismo social, para que as coisas fiquem como estão, do que como a consciência crítica da Nação, que elas devem ser. Eu sustentei, na exposição, que elas devem, gradualmente, transformar-se no centro de reflexão sobre os problemas que a Nação está enfrentando no atual instante de transição, formando agentes transformadores das instituições e da estrutura social. Isso pede um processo de conversão das universidades, que está claro, é um processo lento, mas necessário e viável.

Agora, V. Ex^e me pede sugestões sobre o problema do financiamento, que, como foi aqui unanimemente reconhecido, é o grande ponto de estrangulamento do equacionamento dos problemas educacionais. Existe um estudo que está publicado pelo Senador João Calmon e pela Comissão de Educação e Cultura do Senado, do Professor Melchior, de São Paulo, em que sugere várias alternativas como fonte de receitas específicas para a educação, incluindo entre outras um imposto que se criaria sobre a herança. Ele chega a falar até nas corridas do Jockey Clube, tendo a coragem, como acadêmico que é, de descer a um casuismo perigoso, ele fala na reabertura do jogo, com um pesado tributo para a educação. Ou seja, o Professor Melchior precisaria ter a autoridade que tem para abordar esses temas polêmicos todos...

O SR. ÁLVARO DIAS — V. Ex^e concordaria com a reabertura do jogo com esta finalidade?

O SR. PAULO DE TARSO — Não tenho ponto de vista firmado, peço perdão a V. Ex^e, por não ter dados empíricos suficientes, mas acho que o esforço do Professor Melchior é um esforço válido de procurar novas fontes de financiamentos. Eu sim me arriscaria a incluir mais uma fonte entre as que ele menciona, embora com receio de que, amanhã, esta sugestão se transforme no único título de uma eventual notícia do que eu disse. Este é o grande risco. O grande risco é que os assunto tem tal apelo popular, que eu tenho medo de ler amanhã: o Secretário de Educação de São Paulo sugere tal coisa, o que limitaria esta exposição a um dos seus aspectos as-

sim quase que ocasionais. Mas eu, provocado pelo desafio de V. Ex^e, vou incluir uma sugestão a mais. Não sei se é viável, porque não sou especialista em cálculos atuariais, e não sei como funcionaria isso. Mas vários Estados tem a sua loteria estadual, São Paulo não tem a dele, se São Paulo pudesse criar uma loteria estadual, talvez esta loteria estadual pudesse aumentar os recursos para a educação. Peço aos Srs. da Imprensa, que, ao noticiarem o assunto, o situem no contexto amplo, em que ele foi formulado.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES — O problema da loteria estadual é um problema que tem uma configuração diferente, ela foi extinta porque dava prejuízo, exclusivamente por isso. De sorte que reativá-la seria agravar os prejuízos do Estado, não seria nenhuma fonte de renda. E, ao mesmo tempo, seria uma contribuição a mais a esta pande de batota oficial que se abateu sobre o País.

O SR. PAULO DE TARSO — Eu ouço com o maior respeito a opinião do Deputado Israel Dias-Novaes, porque conheço nele uma autoridade excepcional para opinar sobre os problemas de São Paulo. Apenas desejaria, vejam bem que eu digo desejaria, que as circunstâncias tivessem mudado eventualmente de modo a afetar o quadro negativo, que V. Ex^e aponta objetivamente. Porque em outros Estados a loteria não é deficitária, é possível que se encontre o caminho para que não seja deficitária em São Paulo, acho que a concorrência com a Loteria Federal é que a torna deficitária.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES — É tão deficitária, Sr. Secretário, que além do mais o governo descobriu uma fonte de renda, sua fonte de renda principal na jogatina. Então, agora, V. Ex^e, em primeiro lugar, teria dificuldade em encontrar um dia vago para a loteria paulista. Todos os dias estão ocupados pela batota governamental, é a loto, é a loteria esportiva, é tudo enfim, jockey três dias por semana... V. Ex^e sabe perfeitamente que quando o problema aqui e ali se agrava, o Governo cria um jogo novo. (Risos.)

O SR. PAULO DE TARSO — Em face das ponderações do nobre Deputado Israel Dias-Novaes, eu me encarrego de relativizar ainda mais a sugestão ousada que apresentei em resposta ao desafio do nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Seixas Dória.

O SR. SEIXAS DÓRIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, eu quero também, juntar a minha voz às homenagens que aqui foram rendidas ao eminente Senador João Calmon, pela proficiência com que dirige esta Comissão de Educação do Senado, e até assinaria um pedido para que lhe fosse dado o Prêmio Nobel da Educação, se houvesse tal prêmio Nobel para educação. Lamento não ter estado presente à explanação feita por V. Ex^e desde o começo, mas a minha admiração e a minha amizade por V. Ex^e são profundas e eu o considero um dos homens probos, honrados, e dos mais cultos deste País.

Estive manuseando o seu roteiro e parece-me que o problema não foi abordado, embora respondendo aos interrogatórios dos Srs. Parlamentares V. Ex^e tivesse divulgado, mirada, falado mesmo: é o problema do livro. Acho que o livro encarece profundamente a educação neste País. No meu tempo, e eu já tenho 66 anos, o livro do mais velho servia para todos os outros irmãos. Hoje o problema se mercantilizou de maneira verdadeiramente impressionante e dramática. Estou cuidando disso, porque estou com um projeto já pronto, e devo apresentar já na próxima semana, criando o banco do livro. Eu gostaria que V. Ex^e tratasse desse assunto um pouco mais alongadamente, porque entendo que é um assunto fun-

damental, e como num país como o nosso, que estava em desenvolvimento, não se pode falar em desenvolvimento econômico sem se falar em educação, é preciso que se dê acesso a todos, democraticamente, para que possam ter uma boa educação.

O SR. PAULO DE TARSO — Agradeço as palavras do nobre Deputado Seixas Dória, de quem me honro ser amigo há muitos anos, a quem aprendi admirar como homem público, sabe, inclusive, sacrificar-se pela coisa pública com dignidade.

Queria pedir ao Deputado que visse a página 8 do roteiro, em que menciona o problema do livro didático. Mas, eu o abordei realmente muito de passagem, e a pergunta de V. Ex^e me dá a oportunidade de voltar ao tema para aprofundar um pouco a análise.

Devo dizer a V. Ex^e que existe em São Paulo uma Fundação do Livro Escolar que promoveu, recentemente, um seminário com todas as empresas editoras de livros escolares, que representam 94% dos livros escolares utilizados no País. Imagine que, em São Paulo, estão concentradas as empresas que, no dizer delas próprias, representam mais de 90% dos livros utilizados no País e foi possível chegar-se a algumas conclusões: 1º — A durabilidade do livro não se alcança, como eu pensava, como leigo, apenas com a capa dura, a capa dura não significa, por si só, segurança da durabilidade, a durabilidade se alcança com o sistema de grampeamento e com o sistema de colagem das folhas entre si. Em São Paulo já há uma tecnologia que permite fazer livros mais duráveis.

A idéia da Secretaria é que o livro seja da escola e que a escola empreste o livro ao aluno, para que ele devolva no fim do ano. Foi unânime a opinião de que esse livro pode ter uma duração média de três anos. Então, os gastos com livros didáticos diminuiriam imensamente, se a escola pudesse ser a dona do livro, como ocorre na Alemanha e parcialmente nos Estados Unidos, etc.

Então, a escola, dona do livro, emprestaria o livro didático ao aluno educando-o, para que tratasse bem seu livro a fim de não apressar o seu fim. Este é um dos pontos.

Outro ponto é a opinião definitiva que eu, pessoalmente, tenho contra o chamado livro descartável. Primeiro, porque a duração média é de um ano só. Portanto, V. Ex^e tem razão, isso agrava o já dramático problema de financiamento da educação, porque o Departamento de Auxílio Escolar em São Paulo pode atender a uma parte mínima dos alunos quanto à compra e à doação de livros escolares, uma boa parte dos alunos têm que comprar esses livros, e sabe Deus como irá comprá-los, agora, com todo o problema de penúria e de crise que estamos vivendo.

Além disso, eu disse aqui e repito, o livro escolar tem um defeito pedagógico, a meu ver, insanável, porque ele obedece ao princípio da célebre educação programada, que vem dos Estados Unidos, que teve seus méritos, como avanço da pedagogia educacional, mas que tem que ser utilizada com o maior cuidado, porque, no livro didático, os exercícios vêm prontos, formulados, e até as respostas vêm prontas em alguns deles. Ora, isso é um desestímulo à liberdade de ensino do professor, à criatividade pedagógica do professor. Muitas vezes o professor, o bom professor, formula um exercício baseado num ponto que o aluno levantou, porque o saber do aluno também é fonte de conhecimento e não pode ser desprezado.

Na verdade, considerar-se que só o professor sabe, equivale a uma orientação autoritária da educação na escola. Quer dizer, o relacionamento professor-aluno na escola, está claro que deve ser um relacionamento democrático, mesmo porque não há outra forma de educar. A educação verticalizada permite comunicados do professor ao aluno mas não permite comunicação, a comunicação se logra no diálogo, horizontal, a verticalização permite a dominação pedagógica e permite que o peda-

gogo ou o professor transmita comunicados, não faz comunicação.

Insisto em pedagogo o tempo inteiro pois estamos falando do ensino de 1º e 2º Graus, mas lembro que hoje já os especialistas em educação, quando se referem à educação de adultos, preferem usar a expressão antropogogia e não pedagogia, porque pedagogia, por suas origens, é uma expressão limitada à criança, por isso a educação de adultos é chamada, em teoria educacional, de antropogogia.

Mas, não existe nem antropogogia, nem pedagogia, nem nenhum tipo de educação se o professor crê, ingenuamente, que só ele sabe, porque educação é um processo cognitivo a dois: aluno e professor desvendam a realidade que mediatiza a sua intercomunicação de cultura.

Então, a educação é um processo cognitivo, mas para que seja um processo cognitivo, o professor tem que respeitar o saber do aluno, ainda que esse saber seja um saber não letrado, não erudito, mas ele tem que respeitar o aluno que, por muito "atrasado" que seja, tem uma cultura; tem valores para o exercício da sua liberdade e para o cumprimento do papel de viver, que é o seu papel fundamental.

Costumo dizer, repetindo tantos educadores, que educação é, antes de tudo, um gesto de amor, um ato de amor, além de ser um ato político também. Ora, não há amor numa comunicação verticalizada.

Concluindo, diria que V. Ex^e tem toda razão quando dá ao problema do livro didático a prioridade que ele merece e o transforma em objeto de uma iniciativa sua que aplaudo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI — Sr. Presidente, Senador João Calmon, Srs. Senadores e Deputados, eminentes Secretários:

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo na condição também de Presidente da Confederação de Professores do Brasil, especialmente porque tenho recebido notícias, através da APEOSP, do excelente tratamento, relacionamento e diálogo, que V. Ex^e tem mantido com a Organização dos Professores do Estado de São Paulo. Penso que V. Ex^e está praticando com a APEOSP o que V. Ex^e recomenda para a sociedade brasileira, o diálogo para construir uma nova proposta para as diretrizes e bases da educação.

Como já vai bastante adiantado o horário, vou me ater unicamente a uma questão, porque penso que ela é extremamente atual e tem muito a ver com esta proposta que V. Ex^e está apresentando.

Também não tive oportunidade de ouvir a explanação, mas li o roteiro e vejo V. Ex^e falando em Lei de Diretrizes e Bases.

Como V. Ex^e sabe, está em discussão no Ministério de Educação, no Conselho Federal de Educação, no CRUB e com alguma participação já inicial, mas esperamos que seja mais atuante da ANDES, uma proposta de reforma da universidade brasileira. O MEC a situa mais no campo de uma avaliação da reforma mas, na verdade, o que se busca e a tendência é essa, é uma reforma da universidade.

A minha preocupação é no sentido de que, se é verdade que há um divórcio entre o sistema educacional e a realidade em que se busca agir, que se busca transformar, pelo menos no interesse da maioria da população brasileira, vejo que há esse divórcio, sinto que há esse divórcio; há um divórcio também muito grande dentro do sistema de ensino, ou seja, de repente, a universidade é a universidade, e o ensino de 1º e 2º Graus é o ensino de 1º e 2º Graus, não tem nada uma coisa a ver com a outra. Isso é tanto verdade que a Lei nº 5.540, que reformula o ensino superior não prepara até hoje os professores ne-

cessários ao ensino de primeiro e segundo graus, decorrente da necessidade da Lei nº 5.692.

Então, vem a questão: quando V. Ex^e coloca essa necessidade de uma discussão nacional em cima da elaboração de uma proposta para uma lei de diretrizes e bases, V. Ex^e coloca isso apenas a nível de 1º e 2º Graus, ou não seria o caso de barrar um pouco este projeto, que já está andando aí, que vem aí para o Congresso, quem sabe, neste ano, para que houvesse uma discussão e criarmos o que poderíamos chamar de Sistema Educacional Brasileiro numa só lei; chega desse retâlho, não é possível, riós não vamos sair disso!

Tenho defendido essa proposta em congressos e não tenho encontrado eco, e cada vez mais estou convencido, profundamente, de que não teremos soluções para a realidade educacional brasileira se não discutirmos uma proposta de lei para todo o sistema educacional brasileiro.

Esta é a questão, gostaria de ouvir V. Ex^e sobre isto.

O SR. PAULO DE TARSO SANTOS — Pois não.

Agradeço muito as expressões de V. Ex^e, sobretudo, porque vejo que chegou a seu conhecimento o esforço que tenho feito para manter o melhor relacionamento possível com as entidades de classes do professorado de São Paulo, através de medidas concretas, porque o professorado anda cansado de retórica e de discursos, com razão.

Então, tenho procurado colocar a imaginação a funcionar, para descobrir todas as medidas concretas possíveis que melhorem ou que otimizem as relações dessas entidades com a Secretaria e, não faço mais do que o meu dever.

Agora, inteiramente de acordo com V. Ex^e quando fala da necessidade de uma lei, como eu a prevejo, que deve ser global, e abranger todo o sistema educacional brasileiro, uma só lei abrangendo todo o sistema educacional brasileiro. Eu acho que a Lei nº 5.692, por exemplo, ao abordar o problema do ensino de 1º e 2º Graus, não é uma lei de diretrizes e base. É uma lei do 1º e 2º Graus simplesmente. E a Lei nº 7.044 limitou-se a transformar "qualificação para o trabalho" em "preparação para o trabalho". Fundamentalmente foi isso, com outros detalhes, deu um pouco mais de flexibilidade aos conselhos estaduais, etc.. Mas ficamos na superfície dos problemas. Para aprofundar isso, eu acredito num macrodiálogo, insisto na palavra, que abranja todas as entidades nacionais ligadas ao ensino e com condições de participar da discussão de um pré-projeto dessa lei global. Está claro que eu mencionei as entidades representativas do professorado, porque sem o concurso delas essa lei ficaria afetada, ficaria empobrecida.

Quanto à referência que V. Ex^e fez ao caráter democrático da lei, devo dizer a V. Ex^e o seguinte: que eu fiz questão de chamá-la de lei democrática de diretrizes e base por um duplo motivo, primeiro, porque eu a vejo democrática na sua geração, não uma coisa que o Ministério faz e impõe à Nação, mas uma coisa que desloque a discussão do Estado para a sociedade e que obtenha, na sociedade, um consenso máximo possível, para que a lei tenha a eficácia que deve ter, e nos ajude a obter dos políticos a decisão, esta sim, fundamental, que concede à educação a prioridade sem a qual ela não terá os recursos financeiros para realizar nossos belos sonhos, que não passarão de sonhos, na medida em que não haja uma decisão política.

Quando V. Ex^e menciona que tem pregado no deserto algumas teses educacionais, menciona o divórcio que, infelizmente, existe entre educação e política. Eu faço votos de que esse divórcio desapareça, e só acredito na Nação mobilizada porque a esta os políticos costumam ser sensíveis, se ela está mobilizada.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Novaes.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES — Nobre Senador João Calmon, eu devo dizer a V. Ex^a, em primeiro lugar, que faço minhas as palavras ditas a seu respeito, por todos os interpellantes que se seguiram, e mais, V. Ex^a acrescenta um ponto a mais na sua larga contagem cívica ao trazer hoje à esta sala, a este auditório, o Secretário de Educação de São Paulo. V. Ex^a continua sendo o personagem de um dos livros mais interessantes já publicados no jornalismo brasileiro, denominado "João Sem Medo"; V. Ex^a é o João Sem Medo permanente.

Fomos juntos a Cuba, num Congresso Internacional, e lá, enquanto todos se preocupavam com os debates, o Senador João Calmon desaparecia e andava pesquisando aspectos novos da educação, até mesmo em Cuba. De sorte que V. Ex^a é um obcecado da educação, e isto é um título que deve ser utilizado até nos seus cartões de visita.

Trazer o Secretário de educação de São Paulo, Dr. Paulo de Tarso, me pareceu uma medida extremamente ajuizada e oportuna. O Secretário Paulo de Tarso levou para a Secretaria de Educação de São Paulo, na qual ele foi provido num instante de grande inspiração do Governador Franco Montoro, levou uma experiência de Místerio, quer dizer, uma visão nacional, e não apenas isso, uma visão internacional. Isto me parece essencial no seu comportamento. Só que, às vezes, eu até o imagino meio acossado, dentro das limitações estaduais. O que existe é isso, é o provincialismo geral no Brasil. O Estado ainda é o Estado hobes, no Brasil, é o Leviatã. Então, temos, às vezes, algumas pessoas exímias, doutrinando para um País afliito. E, no entanto, essa legislação mostra-se inadequada para as características nacionais. Então, um homem com visão nacional e internacional sente-se pejado ali na sua atividade, porque tudo que ele queira remodelar depende de legislações federais ineptas, superadas, adotadas em momentos históricos diferentes.

Essa Lei do Ensino de Diretrizes e Bases, por exemplo, reflete um instante de autoritarismo exacerbado, covarde no Brasil, e no entanto está em vigor. Só que não se admite, num regime de abertura, que uma lei como esta, medieval, prevaleça. De sorte que isso é fundamental.

E enfim a Secretaria... Eu tenho a impressão que o Secretário encontra óbices que ele aqui não declinou, talvez por questão de tempo e pela sua cautela de político, porque é claro que não se pode ser um bom administrador no Brasil sem ser um bom político, porque o País exige uma habilidade extraordinária para lidar com isso.

Eu ouvi com muita atenção as objeções do Dr. Luiz Ferreira Martins, e até estava esperançoso de uma polêmica — V. Ex^a sabe que o Brasil é muito amoroso de polêmicas — então, quando S. Ex^a começou, eu achei que nós teríamos um pega-pega muito promissor, mas o Sr. Secretário não veio polemizar e nem, acrédo, o Deputado alimentasse esse propósito para lamentação nossa.

Mas eu ouvindo e admirando, como admiro, porque trata-se de um educador marcadamente vocacionado, eu senti que nas suas perguntas, na verdade, ele queria transferir para o Secretário novo, seu sucessor, as suas frustrações, ele queria saber como o Secretário resolveria problemas que ele não pôde resolver por falta de meios, e então, a sua interpelação foi um desafio, na verdade. "Quero saber de V. Ex^a, Sr. Paulo de Tarso, o que V. Ex^a vai fazer com isso, para cuja solução não encontrei eu meios?" O Secretário Paulo de Tarso está justamente procurando estes meios, e de acordo com a expressão dele mesmo, eu tenho a esperança de que ele os encontre.

Mas, Sr. Secretário, V. Ex^a então, depois de superada a angústia do Deputado Ferreira Martins, abordou outros aspectos que me parecem sobremodo relevantes, sobretudo nesse momento brasileiro.

O Governador Seixas Dória e eu andamos apressados pelas outras Comissões, onde há depoimentos com o nosso comparecimento obrigatório e quando chegamos aqui V. Ex^a já havia concluído a sua exposição. Então,

nós levamos uma desvantagem danada, porque não sabemos, na verdade, a minúcia do tratamento que V. Ex^a deu aos seus temas, e ficamos preocupados com a redundância. Mas eu posso dizer a V. Ex^a que uma questão que nos preocupa, e eu não sei se V. Ex^a a abordou na profundidade necessária, refere-se ao ensino rural.

O ensino rural é um problema, na verdade, desafiante. V. Ex^a sabe que é um problema que não depende da boavontade ou sequer da inteligência, do discernimento dos secretários; os secretários têm passado e o ensino rural tem ficado, o ensino rural fica para trás, em matéria de secretários.

E com o êxodo rural — o Senador João Calmon já abordou esse assunto que eu me lembro — com o êxodo rural evidente, não promovido pelo homem que foge, mas pela situação vigente. Hoje o mato está despovoado e despovoando-se o mato, as escolas primárias rurais também se despovoaram.

V. Ex^a sabe, Sr. Secretário, que os professores geralmente querem passar "como gatos sobre brasas" pelas escolas rurais, aquilo é uma etapa em suas carreiras, então, ali não existe, por exemplo, transporte, alimentação, então a escola rural é um mito no Brasil, um mito!

Ainda há poucos dias, lá no interior de São Paulo, um menino me dizia em uma daquelas fazendas: "eu queria muito aprender a ler, já tenho 12 anos, mas o meu pai não me leva". O pai não levava por maldade, não levava porque não podia. Nenhuma escola havia ali à mão. E pode-se dizer, mas o ensino primário é obrigatório, e o pai responde por isso, etc. Eu pergunto, a fiscalização deve ser muito precária sobre isso, porque os pais, na verdade, não respondem por coisa nenhuma. De sorte que é um problema estrutural. Não há recursos para melhoria da rede rural de ensino, e ao mesmo tempo, o suposto beneficiário desse ensino rural não encontra meios próprios para atender às imposições.

O Brasil é um País dividido em várias porções, como sabemos, mas a porção rural; em matéria de cultura, é a mais abandonada de todas. Ali é que reside o centro fundamental do analfabetismo, dá impressão até de que os regimes que se sucedem timbram em manter o rurícola analfabeto, porque é mais cômodo dominar e controlar um analfabeto do que um informado.

Então isto pode ser até uma miséria ideológica, este abandono a que se condensa o ensino rural e o seu suposto beneficiário, que não é beneficiário de coisa alguma.

Esta a primeira questão que formulo a V. Ex^a

O SR. PAULO DE TARSO — Nobre Deputado Israel Dias-Novaes, na verdade, V. Ex^a abordou um tema que não foi adequadamente abordado na exposição, de forma que V. Ex^a não perdeu nada quanto a isso, por não estar presente. Eu me penitencio de não haver abordado mais detidamente o problema do ensino rural, destacando-o dos demais aspectos do 1º Grau, porque entre outras responsabilidades, tenho a de ter sido membro, durante muitos anos, do Conselho Mundial de Ensino Agrícola, de Ensino Rural das Nações Unidas, composto pela FAO, OIT e UNESCO.

Participei de vários congressos para discutir o problema do ensino rural. E a conclusão a que chego, observando a realidade brasileira e comparando-a com o que pude aprender na experiência internacional, é que a educação agrícola não foi inaugurada no Brasil ainda, ela precisa ser inaugurada.

As tentativas das escolas isoladas, por muito meritórias que sejam, estão muito longe de haver resolvido o problema, ou sequer de haver penetrado mais profundamente na solução do problema.

Em São Paulo, o problema das escolas isoladas, sabe o Deputado Ferreira Martins, por ter sido Secretário de Educação, é um problema terrível, porque começa por transformar o transporte num verdadeiro desafio. Quando a Secretaria não pode dar o transporte às professoras,

elas recorrem aos municípios e quando os municípios não têm condições de dar-lhe um transporte, fica um drama manter a presença da professora nessas escolas isoladas, que são escolas de uma só classe, como sabe V. Ex^a.

Existe no Brasil, para não ficarem também, num tom assim totalmente pessimista em matéria de educação rural, uma única experiência que merece ser estudada, avaliada como ponto de partida para o tratamento que a nova lei democrática de diretrizes e bases daria ao ensino rural. É um serviço de aprendizagem que se chama SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) que o Professor João Calmon conhece, é uma iniciativa da UNESCO com o Ministério do Trabalho, se não me engano. E esse serviço, com a assistência da ONU, formulou um diagnóstico muito interessante sobre as deficiências da educação rural no Brasil, que eu recomendo à análise, como sempre criteriosa, de V. Ex^a

Eu tive oportunidade de ler alguns documentos deste SENAR e acho que aí está o ponto de partida para o equacionamento dos problemas da educação rural do Brasil.

Quanto ao outro ponto que V. Ex^a abordou, devo dizer que, na esperança de merecer também a concordância do nobre Deputado Ferreira Martins, que eu sou amigo da polêmica, mas sou muito mais amigo da educação. E depois lembro-me nobre Deputado, V. Ex^a me visitou no Chile, me deu essa honra. E lembro-me de, neste País, haver lido um poema de um poeta venezuelano, que se chamava Andrés Eloy Blanco, e que foi Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, morreu, infelizmente, atropelado por um playboy na saída de uma boate na Capital do México. Ele publicou, entre vários outros livros, um livro que se chama "Giraluna": ele chamava de giraluna, poeticamente, a sua companheira, que seria a mulher do girassol. O poeta seria o girassol. Mas há um poema dedicado aos filhos, em que ele diz assim, eu repito sempre, porque foi uma das lições mais importantes que o exílio me deu.

"Por mi ni un solo odio, hijo mio,
Ni um solo rancor por mi.
No derramar ni la sangre
Que cabre en un colibri
E las hijas de mi enemigos
Para ti han de ser sagradas
Como las hijas del Cid"

E termina com essa beleza:

"El Cid abre herida nueva
No golpea en la cicatriz"

O Cid abre ferida nova, não golpeia na cicatriz. Olha, o bom guerreiro não deve estar preocupado com cicatrizes já feitas, e se for necessário, tomara Deus que não seja, é preferível que novas cicatrizes sejam abertas, mas nunca golpear em cicatrizes já abertas.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES — Sr. Secretário, apenas uma segunda indagação, à luz ainda da sua experiência ministerial. Eu tenho impressão que V. Ex^a, como Ministro, teve oportunidade, embora breve, de mostrar um espírito muito original. Isso é que é importante no Brasil, porque se V. Ex^a cai na rotina, se V. Ex^a fosse apenas mais um Ministro, se V. Ex^a for apenas mais um Secretário, V. Ex^a não dará contribuição ponderável aos grandes desafios brasileiros.

V. Ex^a timbrou em ser um Ministro original, um Ministro aberto, e está buscando em São Paulo ser também um Secretário aberto. E já que V. Ex^a citou em espanhol tão bem pronunciado, um poeta moderno, um poeta da Espanha conhecido meu e do Senador João Calmon, já

trocamos idéias por isto, que é Antônio Machado, que me recorre agora quando ele diz:

"Caminante, no hay camino
Se hace camino al andar"

Então, isso, eu tenho impressão que deveria ser o princípio de todos os administradores brasileiros, porque não há caminho no Brasil, se faz caminho ao andar.

Então, o Ministro que chega tem que trazer a sua contribuição. A sua ponderação, a sua mentalidade nova. Então, a propósito disso, eu pergunto a V. Ex^e, por motivos ideológicos o Governo insiste em ignorar a lição Paulo Freire?

O SR. PAULO DE TARSO — Não, o Paulo Freire, que V. Ex^e sabe é um grande amigo meu, pelo qual eu devo um respeito fraternal, foi meu companheiro no Chile e que hoje tem o respeito de todo o mundo culto, quer dizer, discutir a capacidade pedagógica do Professor Paulo Freire, pelo menos, não é de bom gosto em um auditório acadêmico.

Mas, ele é considerado um metodólogo e um filósofo da educação. Na verdade, ele é muito mais um filósofo da educação do que um metodólogo da educação. O MOBRAL tentou aplicar o Método Paulo Freire parcialmente, isto é, o sistema das palavras geradoras, mas esquecido de que, fundamental nesse método, é que, através da descodificação da própria cultura, o analfabeto acabe por descobrir o mundo onde ele vive e se situe criticamente nesse mundo. Essa parte o MOBRAL não usou, o MOBRAL só utilizou a parte das palavras geradoras.

Paulo Freire é muito mais o homem da filosofia da educação, que tem uma visão original da educação, corajosa, e que é sobretudo uma visão terceiro-mundista da educação, que o mundo todo aplaude: ele foi festejado em Harvard, na Europa, no Oriente e eu tive oportunidade de estar com ele na Holanda, na Suíça. Ele é festejado ainda na África toda, talvez seja o pedagogo mais conhecido em toda a África.

Eu sugeriria, aproveitando o aparte do Deputado Israel Dias-Novaes, que esta Comissão, de tão valentes tradições, convide o Professor Paulo Freire. (Muito bem! Palmas.) Convide o Professor Paulo Freire, para, numa próxima oportunidade, vir aqui dar a colaboração insubstituível do seu talento para o projeto tão importante que V. Ex^e defende.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Gastão Müller, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Ser disciplinado é ser educado e o ilustre Presidente João Calmon me soltou ao ouvido que eu encerrasse o ciclo de debates.

Estou cumprindo disciplinadamente a ordem do meu Presidente e como o Deputado Israel Dias-Novaes e todos os outros avalizo, assino e endosso todas as homenagens prestadas ao Senador João Calmon, nesta Comissão.

Para terminar, ilustre Secretário Paulo de Tarso, que já conhecia muito de nome, é um exercício mental. O Sr. disse que existe no Brasil mais ou menos 15 milhões de analfabetos, a minha preocupação sempre foi — uma vez que eu comentei isso em um debate na Câmara e o Senador João Calmon me cobrou, quando ainda éramos Deputados, são 15 milhões de analfabetos ou de deseducados? Porque há uma diferença, a meu ver, entre o analfabeto e o deseducado.

O SR. PAULO DE TARSO — Seguramente.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Porque há muita gente analfabeta e bem educada e há muita gente alfabetizada

mal-educada. Eu queria ver, ouvir e sentir o pensamento do ilustre Secretário sobre este problema.

O SR. PAULO DE TARSO — V. Ex^e não sabe a alegria que me dá permitir que eu termine abordando um ponto tão interessante que V. Ex^e levantou. Porque, na verdade, V. Ex^e com a sua pergunta focaliza a diferença entre a cultura letada e a cultura iletrada. Está claro que existe uma cultura iletrada. Para mim, pessoalmente, o maior expoente desta cultura foi o meu avô paterno, que tinha longos diálogos comigo, que eu não entendia direito e só vim a entender adulto, no exterior. Eu o citei num livrinho que acabo de dar ao Senador João Calmon. Ele dizia-me uma coisa que hoje é uma norma maior da minha vida. "A vida é uma viola desafinada que não afina nunca. E viver é aprender a tocar na viola desafinada ou desafinável". E ele dizia mais o seguinte: "por isso, quando o violeiro é bom, ele toca em qualquer viola e quando o violeiro é ruim, o instrumento é que não presta".

Então, V. Ex^e veja a capacidade profunda, numa aparente brincadeira, referir-se à sabedoria de viver. Aqueles que quiserem afinar a viola, não vão tocar viola. E Guimarães Rosa retoma o tema, no Grande Sertão Veredas, através de Riobaldo, para dizer que não é possível apascentar os bons num pasto e apascentar os maus no outro. O bem e o mal convivem nos avessos do homem. Não existe homem inteiramente bom nem homem inteiramente mau. O bem e o mal estão dentro de cada homem.

Por isso, eu, louvando as palavras de encerramento de V. Ex^e, peço permissão para citar um analfabeto sábio, que é, com perdão de V. Ex^es, o meu avô paterno. E de recomendar que aqueles que se dedicam à educação se disponham a tocar numa viola desafinada, tirando dela a maior harmonia possível.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Está encerrada.

Eminente Ministro Paulo de Tarso Santos renovo a V. Ex^e nossos agradecimentos por sua notável contribuição a este ciclo de debates. Levarei em consideração a sua sugestão sobre a elaboração de um ante-projeto de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, sob os auspícios desta Comissão do Senado. Seu magistral pronunciamento de hoje nos será extremamente proveitoso quando iniciarmos o trabalho que V. Ex^e sugere. Está encerrada esta sessão.

8ª Reunião, realizada em 23 de junho de 1983

As dez horas do dia vinte e três de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Álvaro Dias, Gastão Müller, Eunice Michiles, Affonso Camargo, Fernando Henrique Cardoso e José Fragelli, e os Senhores Deputados Dilson Fanchin, Renato Bueno, Celso Sabóia, Santinho Furtado, Aroldo Moleta, Valmor Giavarina e Hermes Zanetti e a Senhora Arlete Richa, primeira dama do Estado do Paraná, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida a professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Educação e Cultura do Governo do Estado do Paraná, para ocupar lugar de honra à mesa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra à professora Gilda Poli Rocha Loures, que presta seu depoimento sobre "Programa Alternativo para a Educação".

Após a exposição da professora, usam da palavra os Senhores Senadores Álvaro Dias, Eunice Michiles, Fernando Henrique Cardoso e Gastão Müller e os Senhores

Deputados Celso Sabóia, Valmor Giavarina, Santinho Furtado e Hermes Zanetti.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento da ilustre convidada, assim como a presença dos Senhores Senadores, Senhores Deputados, e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 23-6-83, REFERENTE À PALESTRA DA PROFESSORA GILDA POLI ROCHA LOURES, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON.
VICE-PRESIDENTE: SENADOR GASTÃO MÜLLER.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número legal, declaramos aberta esta reunião, para o prosseguimento da série sobre Programas Alternativos para a Educação e a Cultura no Brasil".

Já prestaram depoimentos, a esta Comissão, os ex-Ministros da Educação, Darcy Ribeiro, Paulo de Tarso, e a atual Secretaria de Educação do Distrito Federal, Professora Eurides Brito.

Hoje, temos a honra e o prazer de apresentar a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, Professora Gilda Poli Rocha Loures. Seu "curriculum vitae" é rico e eu me dispensaria de sua leitura, porque ocupa nada menos de seis laudas datilografadas. A Professora formou-se na Fundação Estadual da Filosofia, Ciências e Letras de Jaceguá, no Paraná, e depois, também, fez um curso universitário na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, em Cornélio Procópio, também no Paraná. Concluiu vários cursos pós-universitários e, hoje, está à frente da Secretaria da Educação do seu Estado.

Registro, com o maior prazer, a presença, entre nós, da Sra. Arlete Richa, esposa do Governador José Richa, o qual brilhou intensamente não apenas na Câmara dos Deputados, mas também no Senado Federal.

Agradeço a presença, também, dos nossos colegas da Câmara dos Deputados.

Tenho o prazer e a honra de passar a palavra à Professora Gilda Poli Loures.

A Sra. GILDA POLI — Eminentíssimo Senador João Calmon, ilustre presidente da Comissão de Educação deste Senado, Senhores Senadores, Senhores Deputados, Senhora Arlete Richa, Primeira Dama de nosso Estado, amigos que me honram com sua presença.

Quero, de início, dizer da satisfação de estar entre os Senhores para discutir sobre a educação, na qualidade de Secretária de Estado do Paraná; satisfação, porque esse assunto diz respeito à minha própria vida, dedicada quase que exclusivamente ao magistério no ensino de 1º e 2º graus e, por sete anos, no ensino superior, em cidade interiorana do nosso Estado.

Quero, também, no momento, manifestar meu orgulho, ao falar para tão eminentes personalidades, numa casa de importância ímpar, como é o Senado Federal.

Esperamos que as colocações que oferecer venham contribuir não somente para o confronto dos problemas da educação, mas principalmente para superá-los. E, para superá-los, precisamos urgentemente do debate franco e aberto; necessitamos enfrentá-los pela inovação educacional, oriunda de ampla discussão. Por outro lado, essa discussão, é, a meu ver, mais do que oportuna, pois o País vive um de seus momentos mais importantes de transição política, na qual se tenta a consolidação de

conquistar democráticas indispensáveis ao seu processo de crescimento.

Esse crescimento que, no início, se fez às custas de críticas e denúncias ao poder autoritário, hoje demanda cada vez mais o respaldo de respostas concretas que assegurem e viabilizem o compromisso assumido de realizar um Governo, que represento no Paraná, cada vez mais identificado com as necessidades do povo.

Num governo que representa a maioria da população, a escola pública passa a ser instrumento importante para que essa população ascenda ao conhecimento elaborado socialmente e, na nossa estrutura escolar elitista, atingível apenas por uma minoria, a escola pública representa, ainda, possibilidade de que a população, com o conhecimento nela veiculado, passa a ter elementos para organizar-se, produzir e manifestar-se.

É com esse objetivo da organização, da produção e da manifestação dessa grande população que nós, no Paraná, lançamos, como primeira grande medida concreta deste chamamento da comunidade à escola, o processo de eleição para escolha de diretores, sobre o que depois, num debate, nós podemos nos aprofundar.

No entanto, é preciso ainda que lembremos que os estudos sobre a criança e o seu desenvolvimento vêm desfindo, há muito tempo, novos indicadores sobre os estágios ou etapas desse desenvolvimento. Desde essa época, todas as pedagogias que nós conhecemos passaram a se orientar por esses padrões, respaldados nessas pesquisas. Acontece que tais estudos representam, sem dúvida nenhuma, um grande avanço científico e nos colocam diante de um quadro que permite perceber as possibilidades de desenvolvimento das capacidades e das necessidades fundamentais da criança em cada etapa.

Mas, o que é importante, no momento que atravessamos, é que não nos esqueçamos de que esses estudos se referem basicamente a um tipo especial de criança, a um tipo de criança de uma sociedade que já conseguiu oferecer condições de vida que atendam às necessidades básicas, a uma sociedade onde a alimentação, a nutrição, a habitação, a estabilidade relativa da família, no que concerne ao trabalho e às oportunidades culturais, estão garantidas.

No entanto, na sociedade brasileira, na nossa sociedade, a maioria, a grande maioria das nossas crianças, diria enfaticamente, a absoluta maioria das nossas crianças vive e se desenvolve em condições completamente distintas daquelas utilizadas para essas pesquisas. São condições nas quais, nós sabemos, no Brasil e em outros países da América Latina, a realidade é o desvio desse padrão. A nossa realidade é o desvio do padrão. A compreensão disso poderia conduzir professores, pedagogos e agentes sociais da educação ao conhecimento das carências e dificuldades em que vive nosso povo.

A Secretaria de Educação do Paraná, baseada nesta grande realidade, de que a grande massa da nossa população não é aquela criança-padrão da pesquisa, lança, como grande meta de inovação, o seguinte: o resgate do compromisso político da ação pedagógica, sobre o qual nós gostaríamos também de explicitar, num debate, o que pretendemos.

Uma das críticas mais contundentes ao atual sistema de ensino oficial é a de que, além da excessiva burocratização e programação da instrução, esse sistema sofre a doença da multiplicidade e superficialidade. É preciso centrá-lo em aquisições fundamentais, é preciso garantir uma educação nacional de tipo universal, que conte com os requisitos básicos indispensáveis às aquisições fundamentadas nas necessidades da criança brasileira, como decorrência das necessidades humanas referenciadas em conteúdo de caráter regional, municipal, comunitário, ligados ao concreto e ao experimental. Não é possível realizar educação democrática ajustada aos interesses nacionais, se o processo educativo não objetivar que todas as crianças escolarizadas ultrapassem um nível intelectual prático, concreto, em direção a um nível mais eleva-

do de conhecimento e operação conceitual. Esta também, no Paraná, é uma grande preocupação da Secretaria de Educação, não só no sentido de evitar a evasão escolar, como também no sentido de garantir a permanência e o acesso à escola. Sim, porque a escola não está cumprindo sua função de instrumentalizar as crianças com o raciocínio, com capacidade de análise e espírito crítico exigidos na luta contra as dificuldades e os empecilhos ao desenvolvimento do grupo que convive com os mesmos problemas. A escola, infelizmente, deixa-lhes bem claro que são seres inferiores desprovidos de inteligência e sem força de vontade para terem direito às coisas conquistadas pela civilização.

É uma maravilha o progresso do mundo: o advento, nas cidades, da luz, da distribuição de água, foi muito bom que tudo isso tenha ocorrido para a humanidade, para que os homens vivam melhor. No entanto, temos, aqui, o depoimento de uma menina favelada que afirma, com muita ênfase: "Para nós nada disso tem importância, porque a gente não tem cabeça, não é inteligente, não consegue arrumar bom emprego, porque não sabe nada".

A escola, então, faz com que racionalmente - isto é um grande crime - eles aceitem que são inferiores, sem ter direito a coisa alguma. A escola exime-se da possibilidade de ser acusada de praticar injustiça social, porque se empenha em ser neutra, em estar acima da sociedade.

Outra colocação que farei e que, sem dúvida, mereceria pesquisa, é que, a despeito das diferentes realidades regionais, em termos de Brasil, salvaguardadas nuances aspectos e ligeiras limitações, os problemas educacionais não são privilégios deste ou daquele Estado.

Qual a unidade federada que não apresenta índice alantamente de analfabetismo, de evasão, de repetência, de livros de qualidade suspeita, de despreparo e má remuneração do professor?

Qual o Estado que não tem um quadro como este? Os problemas se repetem, variando apenas de intensidade, o que nos leva a afirmar que eles têm raízes comuns, a nosso ver, raízes ligadas, primeiro, à realidade sócio-econômico-cultural do nosso País, à nossa própria formação histórica paternalista e autoritária, à estrutura do próprio sistema escolar que repete o autoritarismo e o paternalismo dentro da escola. Embora não possamos separar esse dois aspectos, vamos prender-nos, por momentos, ao segundo: a escola em si, em suas contradições e nas possíveis respostas aos seus problemas, dentro das condições que temos.

Muitas observações serão tomadas aqui, até como lugar comum. Mas talvez o que esteja faltando, também, dentro das escolas, e um pouco de verificação das distorções ocorridas no espírito das leis.

A primeira das observações é que devemos rediscutir, redescobrir e repensar os objetivos de ensino de 1º e 2º graus. Está lá na Lei: "Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania". Será que isto ocorre? Qual é a formação necessária para alcançar essa tríplice intenção do ensino? Parecemos que não é a que, até então, ofertou o sistema educacional e se o foi, não convenceu à maioria dos educadores e educandos deste País.

Enfatizou-se a preparação para o trabalho, isolado dos demais aspectos. Esqueceu-se, por exemplo, que sem liberdade política não há cidadania, há apenas tirania.

A democracia, o sentimento de Nação só tem, de fato, espaço para ser fomentado na escola, se é respeitado fora dela. Não se pode respirar cidadania dentro de uma escola, se, fora dela, não existe esse espaço. Não se pode falar em democracia dentro da escola, se a sociedade que a contém não é democrática.

A dificuldade em encontrarmos saída para o problema educacional deriva, em grande parte, da origem e auten-

ticiade dos modelos pretendidos e da distância entre eles e os projetos políticos aos quais o modelo educacional deveria estar entrelaçado.

Teremos indispensavelmente — é indispensável que isto ocorra — que sair do falso pudor, é uma crítica que fazemos aos educadores, pois esse falso pudor é muito comum entre os educadores, de que o sistema escolar estaria acima, distante de qualquer plano político e econômico e que a prática pedagógica é prática neutra. Isso é um erro, isso é um absurdo, porque a escola está inserida numa comunidade e deve refletir os anseios desta comunidade. Não existe escola neutra. A neutralidade científica é uma falácia. O que acontece, de fato e sempre acontece, é um atrelamento do sistema escolar ao modelo social, político e econômico. Por isso, eis a denúncia que fazemos: o que falhou em nosso País foram os planos e os modelos políticos e econômicos que serviram de inspiração ao sistema escolar. Não falhou apenas a escola, não falhou o professor, o que falhou, na realidade, foi o sistema, o modelo político e o modelo econômico, porque o sistema escolar é apenas um reflexo desse sistema político e desse sistema econômico.

No momento em que chegamos a esta conclusão, de que o modelo de sociedade que pretendemos construir, falhou, teremos, fatalmente, que repensar o sistema escolar brasileiro.

A discussão sobre o sistema escolar é, e deve ser, antes de tudo, uma discussão política. É por isso que volto a afirmar que a grande meta que permeia todas as decisões da Secretaria da Educação do Paraná é, exatamente, o resgate do compromisso político na ação pedagógica, porque entendemos que a discussão sobre o sistema escolar deve ser, antes de tudo, uma discussão política.

Por que, perguntamos agora, se deu mais importância a recursos para a indústria automobilística, cujos produtos são utilizados por apenas 7% da população brasileira e se reduziu, gradativamente, o montante dos recursos para a educação, necessária a toda a população? Esta redução de verbas para a educação, era uma das queixas que o Senador nos fazia antes de aqui ingressarmos.

Por que se abandonou o ensino público? São decisões políticas.

Por que temos que tomar emprestados recursos do BNH para a construção de escola, nos conjuntos habitacionais construídos pelo próprio BNH?

Por que ensinamos à aluna do curso de magistério, a didática da matemática, uma matemática que ela mal conhece? Por que se diz, e isto é fundamental, ao município para que cuide da educação fundamental e se lhe reserva apenas 2% do orçamento? Como fazer isso? Por que se brinca de iniciação para o trabalho, no primeiro grau, quando não existe tempo suficiente para desenvolver, a contento, a programação necessária e indispensável ao núcleo comum?

As respostas a esses impasses e contradições não derivam apenas de novas leis, novos decretos, mas principalmente de uma postura, advinda de discussões e, basicamente, do conhecimento da nossa cultura.

Precisamos fazer, nesse sentido, como aconselhou o Professor Darcy Ribeiro, uma crítica histórica da razão sociológica para os nossos problemas da educação. Precisamos, ainda, ser realistas em relação às nossas condições e limitações atuais. Foram necessários mais de dez anos para se reconhecer que o modelo de profissionalização compulsória do ensino de segundo grau era inviável, era um equívoco. Precisamos, ainda, ressarcir o compromisso político dos que atuam na educação, tanto como dirigentes do sistema educacional, quanto como seus agentes mais diretos.

Existe grande engano no entendimento desse compromisso político. Sempre se escreveu, nos documentos de educação, o termo "Política Educacional" e se fez do professor, ora sacerdote, ora tarefeiro da educação, em

outras palavras, nunca se procurou comprometer o professor com o povo, com a sua realidade, com a sua sociedade, para onde o seu exercício profissional deve estar voltado. E, aqui, retomamos o processo eleitoral de diretores, dentro do Paraná. Apenas um começo deste comprometimento. Faz-se, então, da escola repartição burocrática de comercialização do saber.

Precisamos, repito, ser realistas, isto é, fazer uma escola que deixe a tentação de ser espetáculo, como aquela construída com vidro fumê na reserva indígena de Manguirinha e sem lugar para a professora fixar o seu cartaz de pregas.

É preciso que não ocorra o que aconteceu na Secretaria do Paraná, quando assumimos. No Departamento de ensino Supletivo encontramos, em cada seção, grandes condicionadores de ar encostados, e havia verbas para comprá-los, e não havia um dicionário da Língua Portuguesa por seção, porque não havia verba para isso.

O trivial, o feijão com arroz, não foi conseguido, não foi ainda conquistado, e nós nos distraímos discutindo o uso do vídeo-cassete na escola. A preocupação com a quantidade, embora legítima, é crucial, pode mascarar uma educação descharacterizada do compromisso com a mudança social.

O conservadorismo na educação não é vencido somente com o apelo do ensino técnico e com a aplicação de tecnologia que, embora avançada, garante muitas vezes o atrelamento e a dependência dos detentores da mesma.

A incipiente pesquisa em nossa universidade pouco tem a ver com soluções que nos libertem da dependência externa. A pesquisa que não estiver voltada para o sistema produtivo, poucas chances terá de ir até um fim socialmente útil. As poucas que avançam ou são sustentadas por idealistas, ou acabam com os seus resultados engavetados, ou sendo vendidos aos interesses privados.

Muitos governantes, infelizmente, acham desperdício pagar a um pesquisador para descobrir soluções novas. Os que o fazem não estão interessados em ver e aplicar resultados.

O sistema escolar, como organização burocrática, passou a preocupar-se com normalizar e controlar e raramente com inovar.

A maior queixa do professorado do Paraná, e quero acreditar que dos outros Estados, é que eles se transformaram em burocratas do ensino. O professor de primeiro e segundo graus passa a maior parte de seu tempo preenchendo fichas.

A questão comum que se levanta diante do incomum, do novo, é invariavelmente a seguinte: isto está assegurado e respaldado pela lei. O novo, diferente, passa a ser sinônimo de errado, de ilegal, e não se questionam as razões e os resultados e, sim, o formal. Tudo que se desvia do formalismo tende a ser considerado como perturbador da ordem estabelecida e da autoridade constituída, investida, diplomada. Por isso as descobertas, as invenções, são raras. A participação passa a ser estiolada, passa a ser sinônimo de dizer "sim" ao pacote pronto.

Cabe à escola e ao sistema escolar, como agentes de democratização, distribuir o saber social produzido, para que as pessoas à margem do desenvolvimento tenham condições plenas, e não condições mínimas, de acesso ao saber e, por meio dele, se organizem na conquista e defesa dos seus interesses e necessidades.

Como afirma Carlos Roberto Jamil Cury: "Democratização significa uma correlação de forças, em que os sujeitos se organizam para a defesa de seus interesses, especialmente na redefinição mais igualitária do modelo de desenvolvimento existente".

Como afirmamos e enfatizamos anteriormente, as soluções para os problemas da educação remetem-nos à questão política.

A equipe da Secretaria de Estado da Educação, do Paraná, procura identificar possíveis respostas as quais nos

propomos desenvolver a curto e médios prazo. A título de exemplificação, destacamos algumas das ações programadas para tanto:

1. O resgate do compromisso político na educação pedagógica.

2. A melhoria da qualidade de ensino em todos os graus e modalidades, com prioridade para o ensino público.

3. O incentivo ao desenvolvimento de programas de alfabetização de adultos que apresentem metodologias diferenciadas das adotadas pelos sistemas.

4. Revisão de cursos e exames referentes às funções do ensino supletivo, atualmente em execução no sistema estadual de ensino.

5. Elaboração de projetos para atividades, dentro e fora das escolas, que garantam o conhecimento e domínio dos processos tecnológicos aos educandos provenientes das classes marginalizadas.

6. Criação de Centros Culturais de Educação Integrada, meta que consideramos importantíssima, centralizados em atividades coletivas de caráter científico e crítico, onde o fazer e o pensar sejam meio e fim.

7. Facilitação do acesso e permanência do aluno na escola.

8. Remanejamento de recursos, projetos e de bolsas de estudo, aplicando-os em atendimentos específicos, material, transporte, vestuário.

9. Oferta de cursos especiais à comunidade, podendo-se utilizar, eventualmente, elementos pertencentes à mesma.

10. Criação e instalação de Centros de Profissionalização a nível de segundo grau, para atenderem clientela que objetiva a profissionalização efetiva.

11. Importante: valorização do professor que atua dentro da sala de aula.

12. Implantação gradativa da educação especial na rede pública estadual.

Descobrimos que a nossa Constituição dá direitos iguais para todos; no entanto, a ação, no Estado, diferencia os alunos que necessitam de educação especial, dos outros, porque não lhes dá nem aquilo a que os considerados normais têm direito.

Em síntese, em linhas gerais, é esta a proposta da Secretaria de Educação do Paraná.

Gostaríamos, então, de ficar à disposição para as perguntas, quando então teremos oportunidade de aprofundar os pontos que os Senhores entenderem necessários.

Muita grata. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Iniciamos a fase dos debates concedendo a palavra, inicialmente, ao nobre Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, ilustre conferencista, Professora Gilda Poli:

É gratificante para nós, sobretudo, do Paraná, receber a visita da sua Casa, porque a sua ação na Secretaria de Educação do Paraná enfatiza que a retórica da Oposição não é diferente da prática.

Os compromissos partidários, ressaltados especialmente, em campanha eleitoral, estão sendo cumpridos, rigidamente, na ação efetiva de V. Ex^a na Secretaria de Educação do Paraná. Por isso, as nossas homenagens a V. Ex^a, que nos honra com a sua presença na Comissão de Educação e Cultura, do Senado.

Está implícito, na exposição competente que fez, que a crise da educação é resultante da crise política no País; que a educação é, talvez, a maior vítima do regime político implantado pós-64, no Brasil. Que o autoritarismo empacou o sistema de ensino no País, levando o País a viver a tragédia da educação, nos nossos dias. Aliás, essa crise é resultante do modelo de educação que foi elaborado, legitimamente aliás, porque pelo Estado e não pela

sociedade, e não por educadores e educandos mas, muitas vezes, por generais. E esta política educacional foi intencionalmente adotada no País com objetivos claros, nítidos. A partir da elaboração do currículo — considero isso de fundamental importância — resolveram colocar em segundo plano ou até mesmo eliminar aquelas matérias que levam o jovem a pensar, a analisar, a estudar a organização social e política, não apenas agindo autoritariamente na elaboração de currículos, mas até mesmo expulsando do País inteligências notáveis. Eu me refiro a isso, porque aqui está, nesta sala, hoje, alguém que do País foi expulso e foi emprestar o brilho da sua inteligência a outras nações, no período de obscurantismo político no Brasil.

Aqui está o nosso colega, o brillante Senador Fernando Henrique Cardoso que esteve, durante um bom tempo, afastado das escolas brasileiras, expulso que foi pelo regime ditatorial. Portanto, o país perdeu muito, desperdiçou potencialidades extraordinárias que poderiam, ao longo desses anos, ter colaborado de maneira efetiva na solução de problemas nacionais.

Esta é uma questão fundamental.

A outra questão, que está diretamente ligada a esta, é a do acesso das camadas menos privilegiadas da sociedade à educação, porque se o Estado, com mãos de ferro, orienta e impõe normas, estabelecendo a política educacional do País, não paga pela educação e V. Ex^a poderá, com números afirmativos, informar a esta Casa, quanto a Secretaria de Educação do Paraná está gastando com a educação apenas de nível superior naquele Estado. E o Governo, negando-se a pagar pelo ensino no País, elitizou-o, transformando-o num privilégio de poucos, proporcionando, inclusive, o surgimento de escolas, especialmente de nível superior, transformadas em balcões para vendas de diplomas.

Portanto, Professora, gostaríamos de ouvir a sua análise a respeito dessa questão e, especialmente, se fosse possível, isso já pedimos ao Secretário de Educação de São Paulo, Professor Paulo de Tarso, as suas sugestões no sentido de que o ensino seja, realmente, gratuito em todos os níveis no País, acessível a todas as camadas da população.

Primeiramente, pretendemos saber se, no entendimento de V. Ex^a, isso é possível; entendemos isso possível, e se V. Ex^a entender isso viável, quais seriam as formas de o Poder Público viabilizar a gratuidade do ensino em todos os níveis no País?

Levanto duas questões, porque as considero de fundamental importância: a questão política na elaboração do modelo educacional e a possibilidade de acesso ao ensino por todas as camadas da população.

A SENHORA GILDA POLI — Respondendo ao ilustre Senador, começaria pelo problema da gratuidade de ensino.

Entendemos que é um direito, além de um programa de partido, mas cuja viabilização só será possível na medida em que, unidos, lutarmos por uma reforma tributária. Sem reforma tributária não é possível chegarmos ao nível de gratuidade de ensino.

O primeiro grau deverá ficar na responsabilidade dos Municípios, mas não com 2% do Orçamento.

O segundo grau, na responsabilidade do Estado, e o terceiro grau na responsabilidade da União. Mas isso só será possível através, repito, de uma reforma tributária que, além de nos permitir isso — viabilização da gratuidade do ensino — acabará também com essa subserviência dos Municípios ao Estado e do Estado ao Regime Federal; dará a possibilidade de autonomia, claro que dentro de uma constituição global, a esses Municípios, porque a grande romaria que se vê é a romaria dos Municípios para a Capital do Estado e, da Capital do Estado, para o nível federal. Essa é a grande romaria de pedidos que se faz. É um pedir constante e contínuo que não per-

mite a nenhum dos poderes trabalhar; o Município não trabalha, porque está amarrado pela falta de verba; o Estado não trabalha porque, além da falta de verba, ele tem que atender os pedidos dos Municípios e tem que ouvir, e tem que explicar; e o Governo Federal não trabalha e, por sua vez, sofre a pressão de todos os lados. É a grande descentralização que precisa ocorrer inclusive, e principalmente, a nível de Orçamento.

Além disso, pergunta-me o nobre Senador Álvaro Dias quanto o Estado do Paraná gasta com o ensino universitário. Eu diria que nós gastamos 50% da verba destinada à Educação, no Estado; porque o Estado do Paraná responde pelo ensino universitário em nosso Estado, e isso é um drama seriíssimo; não podemos abandonar as nossas universidades, porque ali é que se faz a pesquisa, ali é que se realiza o aprimoramento do saber e a libertação do indivíduo; mas, ao mesmo tempo, não podemos abandonar o que é prioritário, que é o ensino básico. Então, o Paraná está dividido e esfacelado: se atende ao ensino universitário peca, porque ele falta ao atendimento de base; se vai atender a base, entra em falência o ensino universitário.

É preciso, inclusive, rediscutir, a nível de Estado do Paraná — e a isso nós nos propomos — os verdadeiros anseios da população, porque a nossa população, por falta de debate, também não tem condições de saber direito o que quer. Se fizéssemos uma pesquisa, neste momento, no Paraná, que tipo de ensino queriam agora para as suas cidades, a grande maioria da população iria pedir cursos de Direito. Por que? Infelizmente, está na nossa formação cultural a necessidade de ser doutor. Nós precisamos, por formação histórica, ser doutor porque a nossa formação histórica foi a formação do fidalgo, e que o trabalho manual era relegado a segundo plano, em que carregar um pacote tirava totalmente o status; carregar um pacote era um crime, era um absurdo — isso era coisa de escravo. E, com essa mentalidade, fomos nos formando. Então, é preciso debate; muito importante esse debate a nível de Senado, importantíssimo. Mas é preciso que o debate sobre educação seja levado a todas as instâncias, a todas as comunidades, para que falem, para que as comunidades digam dos problemas que sentem em relação à população; e a grande maioria do nosso povo quer apenas uma coisa: que seu filho na escola saiba ler, escrever e contar. Não mais do que isso. Tão pouco. E nem esse pouco está recebendo.

Não sei se respondi a todas as questões.

O SR. ÁLVARO DIAS — Em relação à questão política.

A SR^a GILDA POLI — Pois não. Como dizíamos, a educação não pode ser separada da realidade política e social. Se tínhamos um período de autoritarismo, a educação refletiu esse período. Daí a necessidade da discussão ampla, para que possamos fazer as correções necessárias em currículo, em livro didático, inclusive ouvir a comunidade sobre os problemas do acesso desta comunidade à escola. Realmente, não podemos desvincular, não existe, na prática, uma desvinculação de político, econômico e social. Isso pode existir apenas numa análise teórica.

O SR. ÁLVARO DIAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado, Senhor Presidente.

Agradeço à Professora Gilda a possibilidade que nos deu, ao escutá-la, de travarmos um debate, essa troca de idéias, aqui.

Já que o Senador Álvaro Dias, com a generosidade que lhe é peculiar, referiu-se ao fato de que andei por fora do Brasil algum tempo, eu vou partir daí.

Algum tempo atrás, o então Diretor-Geral da UNESCO, Professor René Faure, me pediu que fosse a uma reunião em Beládio, na Itália, onde haveria uma discussão sobre a questão da educação na América Latina. Para essa discussão, ele convidou várias pessoas, especialmente presidentes de grandes instituições financiadoras como Ford Foundation, Rockefeller Foundation e o Presidente do Banco Mundial, na ocasião, MacNamara.

Eu estava bastante afastado da prática da educação no Brasil e procurei me informar um pouco para contribuir com alguma coisa, sobre o pensamento educacional brasileiro. Fiquei um pouco surpreso, na época, porque eu não via, pelo menos a partir do que consegui ler, as linhas fundamentais capazes de me orientar para que eu pudesse dizer: a questão está em tal ponto.

Eu me lembrei que, há 25 anos, eu trabalhei alguns anos com o Professor Fernando Azevedo, fui aluno dele, e trabalhei num centro de pesquisas educacionais, há 30 anos. Naquela época, o Anísio Teixeira era muito influente. Nós tínhamos freqüentes discussões e seminários com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho; e havia um pensamento sobre educação. O pensamento não era muito difícil de ser apreendido. Era simples. A idéia fundamental era que é preciso uma educação, uma generalização da educação de base, escola primária; gratuidade do ensino elementar, e uma educação que fosse mais voltada para os aspectos práticos da vida, dizendo isso de forma simples. A influência que o Anísio sofreu do pragmatismo era muito forte, ele tinha uma espécie de obsessão por esse tipo de questão.

Naturalmente, a outra questão era como é que se financiava a educação. Depois disso, durante décadas aqui no Brasil, durante as duas últimas décadas, vimos um enorme engorgitamento da questão educacional.

A universidade, como a Senhora mencionou, primou sobre o resto. Falava-se de escola de excelência; lembro-me de texto sobre escola de excelência; várias reformas foram feitas, inspiradas, talvez, no modelo americano, mas não se conseguiu fazer o que há nos Estados Unidos. Eu, por circunstâncias da vida, lecionei em várias universidades da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina. Vivi, muitos anos, por aí afora, o que dava para avaliar a diferença do que era uma universidade nos Estados Unidos, o que era uma escola primária nos Estados Unidos e o que era a retórica brasileira sobre como deveria ser a universidade. Não quero dar exemplo para não chocar inclusive amigos meus. Mas, do espírito de reforma que existiu nos Estados Unidos, o que se trouxe aqui foi um verniz. E o que houve com essa reforma universitária, mesmo a que veio antes de 1964, de que nós todos participávamos, foi muito mais um modo de falar do que propriamente um fazer. Um modo de falar, que resultou no fortalecimento da burocracia. E o que me assustou, em Beládio, ao tentar explicar o que me parecia mais adequado, o problema para mim, fundamental, é que houve uma tal burocratização no ensino, que aquilo que é essencial, que é a relação aluno-professor, se perdeu.

Vou dizer com toda franqueza: eu não acredito em nada que não parte da relação aluno-professor. Isso é fundamental. Se nós não tivermos condições de criar uma relação aluno-professor, na qual exista o que a Senhora disse aí, com muita propriedade, um compromisso, um compromisso que não pode ser com as técnicas somente.

Para quem conhece as universidades europeias, eu fui professor em Cambridge, na Inglaterra, é uma universidade bastante conhecida; a escassez de recursos é enorme, comparada com algumas universidades, até mesmo brasileiras, em certos departamentos, escassez relativa,

porque tem uma tradição, mas é enorme. E ninguém está tão preocupado com esta parafernália do que se imagina ser o símbolo da modernização do ensino. Enquanto que aqui, entre nós, me pareceu que o que galopou foi a burocracia e foram os prédios. Em alguns Estados que visitei, visitei, fazendo conferências aqui e ali, me impressionou profundamente verificar que as universidades, e mesmo as escolas secundárias, estavam extremamente bem dotadas de prédios relativamente vazios, e que, relativamente, já tinham a marca da sua decomposição física. Porque as cidades brasileiras são, como diz Lévi-Strauss sobre os Estados Unidos, são cidades que não chegam ao apogeu e já entram em decadência. As nossas universidades são um pouco assim, não chegam ao apogeu e já entram em decadência, até física. Porque tenho verificado, muitas vezes, nessas solenidades de colação de grau, em que às vezes somos levadas a participar: põem uniformes, imita-se o que se imagina seja o estilo inglês, o estilo não sei de onde. Eu fui professor na Sorbonne e jamais coloquei fardamento algum em cima de mim, para nenhuma solenidade. Eu verifico, às vezes, aquelas solenidades fantásticas, coloridas, lembrando corporações medievais, ao mesmo tempo em prédios ultramodernos e inadaptados, com muito vidro, às vezes em cidades bem torridas. Enfim, me parece que os problemas são desta natureza também. Quer dizer, o problema democrático, o problema de que se põe muita ênfase na base material, e que se perdeu o conteúdo fundamental. O que é que se vai dizer ao estudante? E qual é a inquietação que se tem, que o professor tem, que o aluno tem? Sem isso, não há nada que funcione.

Então, eu acredito, e gostei muito de ouvi-la, que, de fato, isso é o central. Porque há um problema que é o custo. A decoração custa dinheiro. E, num país como o nosso, onde a produtividade é baixa, e não vamos sair das nossas mazelas se não aumentarmos a produtividade, porque não há milagre possível, nós vamos ter que pensar em simplificar a educação. Nós não vamos poder generalizar a educação gratuita, sem simplificá-la. E devo dizer aqui à puridade, que a mim me parece que nós ensinamos muita coisa desnecessária. Há coisas que ensinamos, que nós sabemos que não servem para nada. Acho que se nós pudéssemos simplificar os currículos drasticamente, se tivéssemos a coragem da simplicidade drástica, seria um passo adiante. Por exemplo, no ensino de História, pelo menos na minha experiência e na de meus filhos, que hoje já são todos formados em universidades, se repete, desde o primário até o ensino superior, a mesma coisa, com a idéia de que se vai aprofundando um pouco mais. Não se aprofunda nada! Repete-se a mesma coisa até o cansaço. E digo História, poderia dizer uma porção de outras disposições. Naquela na qual eu sou mais familiarizado, que é a Sociologia, muitas vezes se dá uma formação que obriga à leitura de autores que não têm a menor importância. Escreveram há um século. Só isso. Se escrevessem hoje, não seriam lidos. E se faz um culto ao nada, há uma espécie de respeito a formas. Se nós não simplificarmos a educação, não vai ser possível generalizá-la, porque ela é muito cara, ela é muito custosa. Evidentemente, há um nível de saber que requer mais sofisticação, mas esse nível de saber se internacionaliza, queiramos ou não queiramos. Já a partir de um certo patamar, não há jeito. A comunidade científica é internacional, isso independentemente das posições de cada um de nós.

Uma boa parte que eu produzi, quando pude produzir alguma coisa, não foi nem aqui e nem na minha língua, porque não dá. Não é que não dê por não ser possível expressar na língua da gente, mas é que o número de pessoas que se interessam por esses temas é tão pequeno, que é melhor escrever numa língua que seja comum. Antigamente era o latim, agora é o inglês. Eu escrevo mal o inglês, não tenho nenhuma pretensão de ser craque nes-

sas matérias, mas é a verdade. Mas, de qualquer maneira, sou obrigado a isso. O uso dessa língua internacionaliza. É normal que assim seja. O que não é normal que assim seja é isso que é algo válido, um setor limitado de pessoas da comunidade cultural fica com uma aspiração para generalizar. Não dá! Não tem nenhum sentido. Nós temos que ter a coragem da simplicidade. E temos que ter a coragem de não sermos pedantes. Embora sabendo e podendo participar, não sermos pedantes, vermos as coisas como elas são. Porque elas são geralmente simples e fáceis de ser colocadas.

Então, acredito que, na sua linha de pensamento, que é a linha correta, para que nós possamos atender aos objetivos, Álvaro Dias disse e é verdade, não é só do PMDB, acho que é do Brasil, que é de generalizar a educação, assegurar gratuidade nos níveis adequados. Nós temos que ter também a coragem de simplificar, de jogar fora tudo aquilo que é redundante, de desburocratizar, que isso é urgente, de desburocratizar, e de voltar a valorizar a relação pedagógica direta. Acho que isso é um problema político. E quando vejo uma pessoa como a Senhora, que se nota com capacidade de liderança, isso é necessário, é essencial. Porque se não houver essa vontade de política de simplificar e de, realmente, permitir a democratização, não se vai adiante.

Eu me desculpo de não ter feito nenhuma pergunta à Senhora, mas, suscitado por sua exposição tão interessante, eu quis dar uma reação modesta.

Muito obrigado.

A SR^a GILDA POLI — Muito obrigada pela contribuição. Fico grata.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a Senadora Eunice Michiles.

A SR^a EUNICE MICHLIES — Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, ilustre Conferencista:

Em primeiro lugar, permita-me parabenizá-la pela exposição objetiva, corajosa, até um pouco dura, que toca um pouco os nossos brios.

Apenas, a bem da verdade, eu gostaria de fazer uma colocação. Parece-me que no decorrer da sua exposição e também na exposição do meu brilhante colega, Álvaro Dias, deu-se assim a conotação de que as coisas, em termos de educação, começaram a piorar drasticamente de 1964 para cá, ou por outra, que antes existia um panorama perfeito, e que, a partir de então, as coisas pioraram muito.

Apenas para recolocar as coisas como eu entendo, nós tivemos aqui, já, alguns conferencistas filiados a diversas correntes políticas, e há alguma coisa que me pareceu absolutamente igual, os pontos de vista são absolutamente idênticos. O que prova que toda a Nação brasileira, o que prova que todas as cabeças pensantes, neste momento, estão apreensivas com o nosso problema de educação. Haja vista o nosso Presidente, que é um homem do PDS, que é talvez um dos maiores entusiastas da educação. Não só entusiasta, um dos maiores reclamadores, uma das pessoas que mais têm feito críticas, pedidos, e tem se imposto nessa direção, de uma reestruturação, de tornar a educação, no Brasil, viável.

De maneira que ofereço apenas a colocação. Não é um privilégio de correntes políticas. É, nesse momento, uma preocupação de toda a sociedade brasileira.

E, também, só para complementar, Vossa Excelência dizia que a nossa educação é elitista já há muito tempo. É culturalmente elitista. Haja vista que carregar um pacote era uma coisa que atentava ao nosso status. De maneira que, então, os erros de educação, no meu entender, são erros acumulados. Seria assim irrelevante, se nós começássemos a discutir, agora, onde foi pior, se lá ou cá. Acho que isso é absolutamente irrelevante. Então, ape-

nas nesse ponto, eu gostaria de enfatizar: não é um assunto de Oposição: é um assunto de nós todos.

Agora, apenas duas questões para satisfazer a minha curiosidade, acerca de seu ponto de vista: a questão da aposentadoria, uma aposentadoria privilegiada do professor, que foi assim uma meta da Oposição, que foi assim uma bandeira desfraldada. Na sua visão isso não ajudou, não foi um ponto a mais nas nossas dificuldades educacionais no Brasil?

E mais alguma coisa, eu queria saber a sua opinião sobre o MOBRAL. Era só isso e muito obrigada.

A SR^a GILDA POLI — Respondendo à Senadora, eu diria que talvez tivesse ficado subentendido que começou em 64. Não dissemos isso. Que tenha piorado a partir daí, isso sim. Mas, que tenha começado, não, porque os problemas da educação, estou de pleno acordo, são problemas culturais, e remetemos inclusive às colocações do Professor Darcy Ribeiro, quando ele enfatiza esses nossos problemas culturais.

Quanto ao trabalho que o Senado, e principalmente a Comissão de Educação, vem desenvolvendo através da sua presidência, não temos absolutamente nenhuma crítica a fazer; ao contrário, temos só que apoiar, porque reconhecemos que é um trabalho realmente muito importante para a educação.

E muito nos agrada, muito nos enaltecemos saber que não há nada de partidário no problema da educação. Isso é muito importante, é muito importante mesmo, porque a educação não pode, não deve ser jamais um problema de partido; ela deve ser um problema de Nação, de povo.

Quanto a dizer que ela foi eletista, que ela é eletista, ela o é e sempre foi. Não dissemos que foi a partir de um momento histórico, ela foi a partir da nossa formação, que não foi uma formação autoritária a partir de 64, mas foi uma formação autoritária, paternalista, historicamente.

Quanto à minha opinião a respeito da aposentadoria, eu acho muito cedo para dizer se esta aposentadoria aos 25 anos de serviço contribuiu ou não para piorar a qualidade do ensino porque a medida é muito recente.

Este ano, no Paraná, é que as primeiras aposentadorias estão sendo efetivadas em função desta lei. Agora, o que eu diria é que esta aposentadoria aos 25 anos está relacionada apenas ao docente, e nós vimos no Paraná que a interpretação da emenda constitucional não foi feita desta forma, e aqui sim, houve um problema, mas problemas até políticos, porque professores que estavam fora de classe foram beneficiados. Então está havendo um parecer da Procuradoria Geral a este respeito, para que este benefício atinja apenas aos professores na docência, venha a valorizar aquele professor que está na sala de aula, na docência. Aí, sim, aposentadoria será um instrumento positivo, porque vai valorizar o professor em sala, porque nós começamos a perceber que o professor começa a fugir da sala de aula. E então, ao lado dessa política de valorização do docente, pretendemos, inclusive estamos fazendo estudos para, na prática, remunerar melhor o professor que se dispõe a ir para aquelas comunidades "rejeitadas"; são aquelas pequenas comunidades distantes que não têm qualquer conforto. Nós temos que valorizar o professor que lá está, porque o professor, à medida que se organizou, não tem nenhuma consciência política de sua organização de classe. Ele é altamente organizado no Paraná, mas ele está muito voltado para os seus interesses pessoais imediatos, a sua organização de classe ainda não atingiu aquele nível em que é capaz de ver o interesse da coletividade.

Então, nós estamos caminhando para isto, estamos criando instrumentos para esta valorização. Pretendemos que a aposentadoria em tempo especial para o professor, valorize este professor de dentro da sala de aula.

Eu não teria condições de análise porque as primeiras aposentadorias estão se efetuando agora.

Quanto ao MOBRAL, sinceramente, não atingiu os seus objetivos, porque o analfabetismo continua existindo em nosso País. Sou de opinião que os recursos que estão voltados para o adulto, esperando que ele, como analfabeto, atinja a idade adulta, sejam deslocados para facilitar o acesso e a permanência desta grande massa que será, depois, a massa analfabeto.

Acho que houve uma má alocação de verbas e uma má localização do problema. O problema não está aqui, na idade adulta, o problema está antes na base, na infância. Acho que deveria ser redimensionado.

Esta, a minha opinião.

E, aproveitando, eu gostaria de dizer a este Senado um dado que eu considero importantíssimo: dentro do Paraná, nessa grande eleição que realizamos para a escolha de diretores nas escolas públicas, a importância dela não está configurada no ato de votar, mas em todo o processo de envolvimento da comunidade e no processo de compromisso do professor com a sua realidade. Os Senhores Senadores e Deputados aqui presentes sabem o quanto o voto compromete, o quanto existe de cobrança em cima de um voto. O que eu gostaria de deixar claro é que, nessa eleição, nós tivemos a participação do analfabeto. O analfabeto votou para diretor e fez pronunciamentos importantíssimos, dizendo o quanto ele se sentia importante de ser chamado e de ser ouvido e isso, inclusive, como um passo para a sua motivação, para que ele passe a se interessar por outras formas de apropriação do saber. Com efeito, o saber não é só apropriado através da leitura, dentro da escola, da organização formal, mas, no próprio relacionamento e organização comunitária, porque se ele, o analfabeto, não escreve e não lê, ele ouve e discute e, daí, ter ele participado dos debates, da escolha, de ter levado o seu voto.

Este é um dado que consideramos importantíssimo na organização das comunidades e o primeiro grande passo para desburocratização da escola. Tirar aquele professor do seu pedestal, aquela autoridade que existe lá em cima, abrir a escola para que a comunidade nela penetre, e a comunidade se sinta responsável pela escola. Porque nós dizemos que a escola é da comunidade, mas nós fechamos a escola, levamos a chave da escola no bolso e a comunidade não tem direito de usar o campo, quando a escola possui um campo, uma quadra, um salão para as suas reuniões dos fins de semana.

Por que a comunidade não ter direito de usar essa escola para uma reunião, uma festa até de compadres? Por que não?

Desde que a comunidade zele, a comunidade se apossa da chave e nos devolve. Ela vai se sentir responsável à medida que usa; à medida que ela é rejeitada, ela rejeita aquela escola também e, ao invés de cuidar, ela vai destruir, e quem não utiliza diz: por que é que eu tenho de cuidar, se isto não é meu?

Então, nós pretendemos chamá-la e a resposta que tivemos nesse primeiro chamamento foi uma resposta altamente positiva: à comunidade, sem nenhum instrumento de coerção, participou em algumas escolas com 90% de presenças, em outras escolas a média, no Paraná, está em torno de 65% a 70%, sem nenhuma obrigatoriedade.

O único caso, e eu gostaria de registrar, porque exemplifica bem este problema de a comunidade sentir a escola como sua, é o caso do Colégio Estadual do Paraná, o maior colégio do Estado, o mais importante em termos de tamanho mas, no entanto, um colégio central, que recebe uma clientela de toda a grande Curitiba, e que, por isso mesmo, não reflete a comunidade. Foi o único colégio que teve apenas 30% da presença da comunidade.

Então, refletindo exatamente sobre uma ideia inicial, a tese que nós nos propussemos; a comunidade tem que

sentir a escola como sua, para participar e responder por ela. Então, esse colégio que não tem esse reflexo da comunidade, porque ele é central e recebe gente de todos os bairros, a comunidade não respondeu senão com 30% de presenças, os outros colégios de 65% a 70% e em pequenas localidades até com 90% de presenças.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Celso Sabóia.

O Sr. CELSO SABÓIA — Gostaria de fazer algumas perguntas sobre detalhes.

A SR^a GILDA POLI — Pois não.

O SR. CELSO SABÓIA — Quero esclarecer que não sou do ramo. Mas, antes disso, eu quero dar um depoimento nos termos do pronunciamento feito aqui pelo Senador Fernando Cardoso.

Esfetivamente, eu entendo que o nosso ensino está muito distorcido, muito preocupado com as aparências, e pouco com a substância do ensino. Lembro-me que um velho amigo meu, já falecido, e que conhecia o mundo todo, e tinha um grande senso prático, uma vez me relatou o seguinte: visitando a Finlândia, observou lá um conjunto de prédios que pareciam mais os nossos antigos quartéis, e eram as Universidades. Tinham um aspecto, uma edificação, uma construção modesta, muito econômica, mas tinham por dentro belíssimos laboratórios e grandes equipamentos; isso, ao contrário das nossas, que têm uma bela aparência, grande estrutura, grande anfiteatros, com muito poucos equipamentos. A minha pergunta é a seguinte, uma curiosidade: a Senhora afirmou que a escola incute nas crianças um sentimento de inferioridade. Eu gostaria de saber de que forma esse sentimento de inferioridade é incutido, e quem é o responsável por isso, por essa espécie de lavagem cerebral; são professores, currículos, colegas de maior capacidade intelectual ou econômica? E se, de fato, esse problema existe e é sério, como é que ele pode ser eliminado? Tenho algumas perguntas.

A SR^a GILDA POLI — Quer que eu vá respondendo aos poucos ou Vossa Excelência prefere fazer todas?

O SR. CELSO SABÓIA — Eu preferia fazer todas.

A SR^a GILDA POLI — Tudo bem.

O SR. CELSO SABÓIA — Tenho visto, não só a nobre conferencista, que está diariamente colocada na imprensa, nos debates, mas personalidades diversas defendendo esse ponto de vista da influência que deve haver, no engajamento das escolas politicamente engajadas. Eu pergunto: se a sociedade é pluralista, em que corrente a escola se engajará, já que os modelos defendidos pelas diversas correntes não são iguais?

A mim me parece que a influência das elites sobre as escolas é um truismo, as elites sempre influem sobre as escolas, depende de quem sejam as elites; a escola traduzirá sempre o pensamento da sua elite, capitalista, socialista, intermediária, porque a corrente dominante vai impor o seu ponto de vista.

Terceira, sobre sua observação sobre as pesquisas que não vão à frente, o que é verdade, porque lhes falta objetividade. Mas fez um comentário sobre as pesquisas, em que os resultados acabaram vendidos para entidade privada. Eu pergunto: qual é o mal de entidade privada, já que os recursos, em última instância, vêm da entidade privada, porque renda de Governo é imposto; logo, se retornar, não há nenhum inconveniente, não sei se a Senhora vê como inconveniente. Mas, se a entidade privada comprar o resultado da pesquisa, em última instância, foi a fonte de onde esta provém. E gostaria de fazer uma sugestão: a Senhora fez um programa final objetivo. Eu

acho que nós temos uma falha no Brasil, e teríamos que tentar corrigi-la; é a escola de tempo integral. A implantação gradativa na base de um percentual, por ano, da escola em que o aluno vá desde cedo e saia tarde, e esse modelo deveria ser implantado preferentemente nos bairros de periferia, como forma de proteger esse menor que está malalimentado, mal-intuído, que está sujeito, inclusive, às influências das ruas, e, ao mesmo tempo, que liberava a mão-de-obra feminina, para ajudar no orçamento familiar, e melhorar a renda das classes baixas. Eram essas as perguntas.

A SR^a GILDA POLI — Vou tentar responder àquelas todas que eu consegui anotar.

Primeiro, quando denunciamos as nossas universidades, denunciamos pelo que aí está. O que não significa que já não esteja havendo, a nível de Brasil, uma conscientização e uma discussão muito ampla, de como deve ser a nossa universidade. Discussão essa que está sendo realizada a nível nacional pelas entidades docentes. Há uma preocupação muito grande de que a universidade se volte à realidade nacional. É claro que tudo começa pelo debate, tudo começa por se perceber os problemas e se denunciar os desfeitos.

Eu gostaria de dizer que, no Paraná, nós já temos uma universidade que, ao se repensar, começa a escolher os novos rumos; é a Universidade Estadual de Maringá, que eu gostaria que eminentes personalidades que estão aqui tivessem a oportunidade de conhecer o que está realizando nesse sentido. Exatamente, a partir de Maringá, eu vou responder a sua última pergunta, quando o Senhor fala de escola de tempo integral.

Na Universidade de Maringá já começa um protesto neste sentido, um projeto que fará do estágio de seus alunos uma reunião de alunos carentes, alunos necessitados, em todos os níveis, e em todas as disciplinas, e em horário diferente daquele em que eles vão para a escola; eles terão aulas dadas por esses estagiários, que terão de fazer estágio; ao invés de o fazerem dentro da escola normal, haverá a criação dessas escolas, dessas salas especiais, com esses alunos da periferia, para que se faça exatamente essa, vamos chamar assim, recuperação paralela, esse esforço de aprendizagem, e até uma aprendizagem que, na escola formal, não está sendo dada. Este tipo de ação já está sendo desencadeado em Maringá. Eu gostaria que ficasse bem claro, que à medida que nós estamos fazendo propostas teóricas, nós estamos, ao mesmo tempo, começando a ação, porque é preciso que nós partamos para a ação.

Eu diria ainda: qual o problema, quem faz a lavagem cerebral. Não existe uma lavagem cerebral no sentido de lavagem cerebral; é o próprio relacionamento professor-aluno, tão bem colocado pelo nobre Senador Henrique Cardoso, e esse relacionamento, por não estar engajado em nossa realidade, por desconhecer os problemas reais atinentes àquele aluno que vem de uma região marginalizada, automaticamente reforça a sua marginalização, quando o aluno é reprovado, e quando ele, por não ter condição de acompanhar, evade-se da escola. É a própria estrutura que faz essa — eu não diria que há uma evasão escolar — eu diria que há uma expulsão escolar. A linguagem do professor, o próprio texto didático que fala de uma realidade que ele não conhece, os próprios temas que são pedidos em relação. Quando se pede a um aluno de favela que descreva a sua sala de estar, ele não tem sala, gente, como é que ele vai descrever o que não conhece. Eu vou dar um testemunho, um telefonema que eu recebi um dia: uma professora, que é minha amiga, ligava e me dizia: Gilda, porque ela é minha amiga tem plena liberdade de me tratar assim e vou limitar o meu relacionamento de Vossa Excelência só para ambientes formais, que eu acho que, como Secretária da Educação, eu tenho que estar muito próxima do professor. O pro-

fessor tem que dessagralizar esta autoridade, porque autoridade não se impõe pelo cargo que se ocupa, mas pela postura que se tem, pela seriedade com que se trabalha num cargo em que se está. Então, ela me dizia. Gilda, precisa fazer alguma coisa, porque é de uma região, de um bairro da minha cidade que conheço bem, porque estão pedindo para aquela criança que vêm da Vila da Antena, que é uma vilazinha de favelados que se formou em torno da antena de televisão; é um morro em que venta até dizer "chega" e cujas casas, são casas de favelas — estão pedindo a este aluno que compre um sabonete, que compre lantejoulas, que compre fita para fazer um estojo de sabonetes que deverá ser pendurado num lugar no guarda-roupa. Primeiro, tudo isso custa mil cruzeiros. O aluno não tem os mil cruzeiros para comprar, porque, se tivesse, ele iria comprar leite. Segundo, ele não tem nem roupa, quanto mais guarda-roupa. Então, é este tipo de ação que faz com que esta marginalização na escola seja reforçada. Não é lavagem cerebral. Ninguém pega o aluninho e fica falando para ele: você é pobre, você é burro, você é boba. Absolutamente. Mas a ação pedagógica é feita de uma forma tal, o que se pede é tão absurdo, que ele acaba chegando à conclusão, que ele é realmente um idiota. E não é isto que se quer, é este tipo de relacionamento que nós precisamos mudar.

É preciso que nós vejamos, em cada aluno que ali está, a criança que ele é. E ao indentificar a criança nós encontramos o aluno, e não buscarmos, em cada criança, ali dentro, um aluno, porque aí nós vamos rejeitar a criança, e, ao rejeitar a criança, esta vai se tornar nossa inimiga. Nós precisamos conquistá-la, nós precisamos admitir que temos criança e que estas crianças serão transformadas nos alunos, mas tudo vai depender do relacionamento, da função "educador-aluno". Isto é o básico, este é o grande compromisso político que nós temos. E como nós vamos chegar a isto? Exatamente, re-discutindo a educação, como nós estamos provocando as discussões no Paraná, com a presença do pai, com a presença do professor e com a presença do aluno, porque num processo educacional, o aluno é parte. Todo mundo fala, menos ele.

Nós, professores, e eu sou professora, temos um grave defeito: nós somos democratas perfeitos, no discurso, e somos terríveis tiranos autoritários na nossa prática. E é isto que nós precisamos transformar também e, quando eu digo isto nas minhas idas para o interior, eu geralmente sou vaiada, mas daqui a pouco começo a reflexão. E nós temos, exatamente, que provocar esta introversão do professor, ele precisa se analisar. É preciso, é urgente na educação, que a nossa teoria condizente com a nossa prática.

Eu diria, ainda, que o mal que eu vejo, nos projetos vendidos às entidades particulares, é que elas são entidades fora da nossa realidade. Então, elas conduzem o nosso Brasil para onde não nos interessa ir. Por quê? Uma plantação terrível de soja e deixamos de plantar arroz, feijão, milho, mandioca e tudo o que nós precisamos para comer, porque em cima disto está o interesse das multinacionais.

O que é mais importante para o povo brasileiro? Tudo isso tem que ser repensado. É um professor que não tiver uma análise muito grande, uma consciência muito grande da sua realidade como um todo, ele será uma geléia, uma geléia que ora vai para um lado, ora vai para outro, e não é isto que interessa a nenhum político, porque a toda classe política, a todo o povo brasileiro, interessa exatamente ver o nosso povo crescer, ser soberano, ser forte. É neste sentido que eu critico a venda das nossas pesquisas às entidades que têm interesses próprios que nem sempre e quase nunca são os nossos.

O SR. CELSO SABÓIA — A entidade privada é nossa. A Senhora abriu o leque privado e quem paga imposto são nossas entidades.

A SR^a GILDA POLI — O entendimento foi seu, Senhor Deputado. Tudo bem. E faríamos, diríamos o seguinte: elas devem estar voltadas para os interesses reais da nossa realidade. Fica bom assim, Deputado?

O SR. CELSO SABÓIA — Sim, está.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Professora Gilda Poli, eu tenho duas perguntas que não são minhas e uma sugestão, esta é a minha.

As perguntas são de um londrinense, Juarez Resende de Araújo, que me passou e me pediu que as fizesse.

Qual a sua opinião sobre a democracia e a autonomia universitárias?

E a segunda pergunta é a seguinte: a Senhora está a par da proposta pedagógica da educação libertadora, como saída para a educação do Paraná?

Então, são estas duas perguntas deste companheiro que estuda atualmente na UnB.

E, finalmente, a minha sugestão: eu gostaria que, da maneira como a Senhora ontem nos explicou, na reunião informal que fez conosco, também explicasse com todo aquele entusiasmo, a grande experiência, no Paraná, das eleições para as direções das nossas escolas, quer dizer, a projeção disso para o futuro, da maneira como ontem, com tanta ênfase e com tanto entusiasmo, a Senhora explicou aos Deputados naquela reunião. Muito obrigado.

A SR^a GILDA POLI — Ao responder ao nobre Deputado, acho que eu deveria até abrir um parêntese e pedir desculpas do meu entusiasmo. Realmente eu sou tão apaixonada pela educação, que, quando começo a falar em educação, eu acabo sempre me empolgando.

O SR. JOÃO CALMON — Por que pedir desculpas? A Senhora merece aplausos.

A SR^a GILDA POLI — Porque, às vezes pode até parecer estranho: a gente se torna mais tremendamente enfática e realmente é todo um projeto de vida que está atrás do nosso entusiasmo.

Então, eu começaria, se me permite, respondendo ao aluno, eu não sei, deve ser universitário, o Juarez, não sei se está presente, pois não.

Democracia e autonomia universitárias, elas devem coexistir, mas é preciso e importante que não confundamos democracia com anarquismo. Democracia significa diálogo, confronto, repensar e, principalmente, saber que, sempre, à frente de uma liberdade individual, poderá haver um projeto coletivo. É muito importante que tenhamos isto em mente, para que não caiamos, no que houve por exemplo, se me permitem, em São Carlos quando, à guisa de democracia, somem, por dia, cem livros da Biblioteca Universitária e ninguém pode chamar atenção, porque é fascismo, porque é autoritarismo; eu chamaría a isto de anarquismo.

É preciso lembrar que democracia é um projeto social e, como projeto social, ela pressupõe liberdade e responsabilidade. Autonomia universitária deve existir, é preciso que exista, e para que ela se consolide, é preciso, também, que ela possua autonomia de recursos. Precisamos chegar até a autonomia de recursos. Porque o que está havendo, infelizmente, em muitas das nossas universidades — e, agora, eu vou falar especificamente nas universidades do Paraná, até pelos menos há poucos meses atrás — o que havia era o seguinte: elas tinham total e plena autonomia para criar cargos, pagar altos salários com o dinheiro que o Estado lhes dava. O Estado passava recursos, e elas não queriam, ciosas da sua autonomia, prestar contas do que faziam com esse dinheiro. Então, é preciso que fique muito claro até onde essa autonomia pode existir. Ela só terá condições de ser plena, quando realmente for autônoma. Certo?

A educação libertadora, parece-me que ela permeia toda a proposta da Secretaria da Educação. É ela que está debaixo de toda a nossa atividade. É uma educação que propõe a libertar o homem do seu condicionamento; não formar o homem para um determinado mercado de trabalho, que hoje é um e amanhã pode ser outro. Mas possibilitar a esse homem o conhecimento dos seus direitos, o desenvolvimento da sua capacidade de escolha, de decisão, de tal forma que ele tenha condições de enfrentar os problemas e superá-los, de enfrentar inclusive modificações nesse tal mercado de trabalho, sobre o qual muito se precisaria discutir. Falemos, agora, especificamente em eleições. Por que nos propusemos às eleições para diretores no Estado do Paraná?

Exatamente porque sentimos que este seria o grande processo, um processo de chamamento da comunidade à escola. A respeito disso já tecí algumas considerações a propósito do modo como essa comunidade respondeu. Agora, o que nós não podemos é perder esse elan criado com as eleições. O que nós não podemos é perder a vinda dessa comunidade à escola, porque sempre o que ouviamos dos professores era que os pais não compareciam. E nós dizíamos: é porque a motivação não é forte; é porque nós só chamamos o pai para dizer: o seu filho não fez o dever de casa; o seu filho é um incompetente; o seu filho é isto; o seu filho é aquilo; etc. Chamamos os pais para dizer-lhes: olhem, quebrou-se aquele vidro, vocês vão ter que se organizar e fazer uma festinha de São João para arrecadar dinheiro para a escola! Mas, na hora de perguntar ao pai se a ação do professor era boa, se o livro didático era acessível ao seu orçamento, se o relacionamento entre professor e o aluno era o pretendido, nunca nós chamávamos o pai. Então, a partir de uma motivação intensa, a comunidade respondeu. Este é o grande primeiro momento. Além disso, essas eleições suscitaram coisas interessantíssimas dentro do Paraná. Nós soubermos, por exemplo, por telefone — eu não tenho ainda em mãos porque essas eleições se realizaram no dia 17, logo em seguida, eu viajei — mas nós sabemos que um diretor, para conseguir votos, prometeu a seus alunos que construiria uma escada rolante. (Risos.) E, então, houve assim, num primeiro momento — meu Deus, os alunos não sabem votar! Eu digo sempre: esta frase eu já ouvi tantas vezes: "O povo brasileiro não sabe votar; o aluno não sabe votar; o pai não sabe votar"; daqui a pouco, ninguém sabe votar e eu digo sempre: sabem votar, porque a presença dos senhores Congressistas, por exemplo, que são os dignos representantes do povo brasileiro, é a afirmação maior que nós temos de que o povo sabe votar.

Prosseguindo o nosso relato: então, o povo, neste caso, os outros candidatos à direção, escandalizados com tal fato, se reuniram e acabaram fazendo um documento, onde mostraram e discutiram com toda a comunidade quais as características e quais os predicados reais para a existência de um bom diretor. Bem, só isto, Senhores, já valeu a pena.

Outras aberrações que nós tivemos — como apareceu no Jornal Nacional, como o caso de certo professor do Colégio Estadual do Paraná que disse haver gasto quinhentos mil cruzeiros com as eleições. Eu gostaria de saber como é que ele conseguiu economizar tanto, sendo professor? (Risos.) É meio difícil de saber, de decifrar essa charada. No entanto, ele não conseguiu trezentos votos. O primeiro colocado, que não gastou nada, conseguiu dois mil e quinhentos votos; o que prova que o nosso estudante de segundo grau é muito mais esperto e muito mais sagaz do que nós ousamos acreditar. Os estudantes sabem a qualidade de um bom professor, eles sabem que um bom professor energético é importante. Eles gostam de um professor bonzinho quando eles querem malandrar. Mas na hora de eles escolherem e apontarem um bom professor, eles sabem escolher.

E lembremos outras tantas discussões. Por exemplo, esses analfabetos, as contribuições que eles deram, os

discursos que fizeram em torno do voto — outras coisas interessantíssimas que nós vimos. Por exemplo, num colégio que eu visitei, no dia das eleições, já no final da noite, porque estivemos recolhendo votos das 8 horas da manhã até as 10 horas da noite, o dia todo, para que a comunidade pudesse chegar à escola e escolhesse o melhor horário. Em Santa Felicidade, um bairro de Curitiba, chegamos à escola e vimos uma ordem, uma disciplina, uma organização perfeita: desde a porta desse colégio, alunos de segundo grau com caixinhas de sapato onde estavam todas as fichas, em que eles identificavam os eleitores; as mesas receptoras de votos, com seu presidente, os mesários, as urnas feitas também de caixa de papelão devidamente lacradas; eles encaparam as urnas, sem gasto, não precisou gasto nenhum, todas com fita e rubricadas as urnas e as cabines. Nós havíamos distribuído cartazes, convocando para as eleições e vimos, então, papelão, a exemplo do que se fez na grande eleição de 15 de novembro; então eles pegaram o papelão e fizeram aquele modelo e forraram com aqueles cartazes e estava lá a cabine indevassável, em que todos votavam. A escola toda, e toda a mesa receptora de votos estava toda fiscalizada, todo o trabalho feito exclusivamente por alunos de segundo grau.

Na contagem de votos, nas mesas apuradoras é que nós tivemos a presença dos pais e dos professores. Isto é mobilização! Isto é capacidade de criação, é a criatividade do nosso povo. Nós precisamos acreditar nele, nós precisamos ter a coragem de inovar. E esta foi, realmente, uma grande experiência. A partir daí, através desse compromisso assumido, porque vamos exigir que o candidato eleito coloque esse compromisso num local bem visível, para que toda a comunidade possa fiscalizá-lo, exigimos de todos um plano de trabalho, o seu compromisso de viabilizar o seu plano de trabalho. Quando muito, o que vai acontecer é que, nas próximas eleições, as promessas serão menores. Tenho a certeza disso.

O SR. CELSO SABÓIA — Professora, permita-me, eu me refiro à parte política, à retirada da política. Seria importante Vossa Senhoria dizer algo sobre a escolha.

A SR^a GILDA POLI — Sim, nobre Deputado. É uma outra coisa muito importante. Até então, todos os diretores — e me parece que eu deixei uma parte da sua pergunta sem responder — todos os diretores, até então, eram nomeados, designados por um comando político: era, ou o Prefeito, ou o Deputado mais votado da região. O chefe tirava um nome do colete e dizia: este vai ser o diretor. Que compromisso tinha este diretor com a comunidade? Nenhum! Compromisso nenhum. Então, a partir deste envolvimento da comunidade, o seu respaldo foi tão grande e disso temos certeza; por enquanto é uma lista tríplice, pretendemos chegar à eleição direta, pura e simples. Mas, já estamos recebendo pedidos de todos os envolvidos no processo, para que o primeiro mais votado seja o diretor e é esta a grande meta da Secretaria da Educação. Não haverá, absolutamente, não se pediu a ninguém nenhum atestado ideológico. O que se pediu, exclusivamente, foi plano de trabalho e currículo.

É muito importante que eu responda a uma parte das suas questões que ficou sem resposta. Quando Vossa Excelência me perguntou: politicamente, em que corrente a escola deve estar inserida? A corrente política nenhuma, porque não estamos falando aqui de uma política partidária, estamos falando de uma política no sentido do compromisso com a realidade social em que estamos engajados. E a realidade social do povo brasileiro é que a grande massa da população precisa da educação básica. Então, há um compromisso político de atender essa grande massa da população; há de haver uma prioridade no orçamento para a educação básica; há de haver uma prioridade, para que essa população chegue e permaneça na escola. É neste sentido o engajamento político que pretendemos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Registro a presença, neste plenário, do estudante Apolinário Rebe-lo, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti, penúltimo parlamentar inscrito.

O SR. HERMES ZANETI — Gostaria, em primeiro lugar, Presidente João Calmon, de cumprimentar Vossa Excelência e os membros da Comissão de Educação e Cultura, pela feliz iniciativa de trazer aqui o Secretário de Educação e Cultura, já antes de São Paulo e, agora, a Secretaria da Educação do Paraná.

Ao saudar, também, a Secretaria da Educação do Paraná, gostaria de dizer da satisfação de vermos que o Governo do Paraná escolheu uma educadora, professora comprometida com a transformação do processo educacional e, por decorrência, da estrutura social do Estado. Em consequência disso, também no País, essa escolha representa especialmente um gesto de valorização da mulher.

Nós sabemos que cerca de 80% dos educadores, das pessoas que, no Brasil, se dedicam ao trabalho de educar, são mulheres. Uma das razões da acentuada presença de mulheres na educação é que esta foi tida como um subemprego e era dada sempre ao homem a responsabilidade maior da manutenção do lar. Se houvesse um emprego, mesmo que marginal, então seria reservado para as mulheres. Seria este o caso da educação. Aliás, temos dados que demonstram que quanto mais elevado o nível de atuação do educador, mais há a presença masculina; quanto menor o nível de remuneração e atuação, em consequência da estrutura que se tinha no sistema educacional brasileiro, maior a presença feminina. Então aí iria uma das primeiras questões que gostaria de colocar para a Senhora Secretária. Se tem planos de buscar um equilíbrio de presença de homens e mulheres como educadores no Paraná, já que, a nível internacional, há, hoje, uma preocupação profunda no sentido psicológico de que a presença do homem, como educador, também é importante para a formação da juventude.

Um assunto também que nos preocupa, e em que gostaríamos de ouvir a opinião da ilustre Secretária, diz respeito a dois pontos: o primeiro, um grande trabalho — e aqui mérito ao Senador João Calmon e outros colegas aqui — foi desenvolvido, criando a década da Educação. Dentro disso veio o MOBRAL e todo esse trabalho. Porém, vendo os números, hoje, temos mais ou menos o dobro de analfabetos de quando surgiu o MOBRAL. Hoje, são 30 milhões de analfabetos brasileiros, com cinco anos ou mais. Estavamo — cheguei atrasado e por isso lhe peço desculpas se já se referiu a este assunto — nós estavamo numa reunião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, exatamente tratando desse tipo de problema.

Então, que planos tem a Senhora Secretária da Educação, para buscar a erradicação do analfabetismo, no caso do Paraná e, por extensão, eu diria no Brasil, por que vamos juntar esforços nesse sentido?

Por outro lado, a fonte que gera esse analfabetismo, hoje, é exatamente a escola de primeiro grau, através da evasão e da repetência.

Nós sabemos que o índice é violento e, em consequência disso, temos hoje 7 milhões de crianças, no Brasil, em idade escolar, fora da escola, dos sete aos quatorze anos, e sabemos que, no Paraná, também existe esse problema. Então, que planos teria, para trazer essa crianças na faixa etária obrigatória para a escola e mantê-las, no sentido de que cumpram o primeiro grau? Foi feita alguma referência por alto, mas gostaria de saber se tem já algum plano concreto ou mais objetivo.

Em quarto lugar, gostaria de ouvir que critérios — embora também isso tenha sido referido por alto — vai adotar a Secretaria para, da lista tríplice votada, extrair

um dos três que venha a ser o diretor? Quem vai fazer essa escolha e que critérios vão ser adotados?

A SR. GILDA POLI — Muitas das questões levantadas já foram respondidas.

O SR. HERMES ZANETI — Então, gostaria que não se retomasse, exatamente para não cansar o pessoal que está aqui presente e depois, oportunamente conversaria com Vossa Senhoria.

A SR. GILDA POLI — Seria o problema do MOBRAL, da evasão do primeiro grau, nós já falamos aqui. Então, permita-me não repetir e conversaria, depois, com Vossa Excelência.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A reunião está sendo gravada e taquigrafada.

A SR. GILDA POLI — Pois não.

A valorização do profissional, o homem, quando Vossa Excelência me perguntou o que faria para isso, eu concordaria, primeiro, que ocorreu realmente sempre assim em relação à mulher; de um modo geral, na nossa sociedade, ela foi marginalizada, deixando-se sempre para ela um trabalho de segunda classe, não que a educação o seja. Mas o problema era que a própria remuneração da profissão fazia com que fosse procurada por alguém que fosse apenas completar um orçamento. Não existe, especificamente, na Secretaria da Educação, uma preocupação em valorizar o trabalho do homem porque, primeiro, na Secretaria da Educação nós não costumamos, na nossa ação, separar em sexos. Achamos que existem apenas seres humanos. No relacionamento social, há uma diferença biológica e, no relacionamento de trabalho, existem seres humanos. Alguns homens com maior valor, ou algumas mulheres com maior valor e, inclusive, condicionados pelo próprio relacionamento, e muitas mulheres abusadas exatamente por toda uma estrutura montada sobre isso.

Como poderemos recuperar o homem na profissão de professor? Valorizando a profissão em si mesma. À medida que ela for valorizada, à medida que se devolver ao professor o seu lugar de destaque, como deve ter na sociedade, não um lugar de segundo plano, à medida que devolvemos ao professor a sua condição de, realmente, formador do pensamento da sociedade brasileira e, à medida que ele tiver a remuneração maior, automaticamente o homem virá compor as linhas desse trabalho.

Ele foi expulso, exatamente, pela desvalorização profissional e pela mística em que se envolveu o professor. Quando dissemos que é preciso retomar a consciência política, é exatamente retomar esse compromisso; deixar de se dizer que a profissão de professor é sacerdócio. Não, a profissão de professor é uma profissão como outra qualquer.

Os critérios para a lista tríplice.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Professora, permita-me, antes que responda ao ilustre Deputado, que coloquemos publicamente aqui a posição da Bancada Federal do PMDB que, inclusivamente, colocamos ontem na nossa reunião. Mais para o Deputado Hermes Zaneti e mais um adminículo, talvez, para que Vossa Excelência possa fazer a explicação final. É que nós entendemos, à unanimidade da Bancada Federal, e quero crer também que todos os parlamentares, a nível estadual, que deva ser a norma em se nomear, para os cargos de direção, aqueles que efetivamente foram os mais votados. A não ser um caso em que ganhasse a eleição um professor que, na sua campanha, tenha oferecido escadas rolantes, etc., um caso como esse. Mas é só para deixar assim, publicamente colocada, a posição da Bancada, mais como sugestão e não como uma decisão de Bancada.

A SR. GILDA POLI — Exatamente, nós agradecemos a sugestão da Bancada Federal, e gostaria de dizer que foi esta também a sugestão da Bancada Estadual, e realmente é este o pensamento da Secretaria da Educação.

Quando nos propusemos a lista tríplice, em nenhum momento achamos que seria outro critério, mas como a experiência é muito nova, muito pioneira, nem sabíamos, *a priori*, dizer os desdobramentos que poderiam haver, para prevenir. Eu acho que é importante que a autoridade também reserve para si alguns mecanismos de controle, quando a experiência é muito nova. Nós lançamos a lista tríplice num primeiro momento, como etapa de estudo, inclusive, e para suscitar a discussão.

Então, o primeiro grande critério realmente será o número de votos, respaldado porém pelo plano de trabalho. Porque não podemos deixar, em vista de casos que surgiram, que indivíduos com um plano de trabalho demagógico sejam eleitos diretores. Mas parece-me que a população não está votando nos demagogos, não.

Assim, à primeira vista, há uma análise muito superficial ainda. Estes seriam os critérios, em princípio. O currículo, o plano de trabalho, número de votos, na ordem inversa do que eu disse. Então, votos, plano de trabalho e currículo, também.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra, o nobre Deputado Santinho Furtado.

O SR. SANTINHO FURTADO — Doutora Gilda, nós concordamos com Vossa Excelência quando disse que o povo sabe votar. Por entendermos assim, por isso estamos exigindo eleições diretas para Presidente da República. Queremos dizer a Vossa Excelência que esta Casa se sente enraizada com a presença de Vossa Excelência, e nós estivemos aqui para sairmos cinco minutos após a sua conferência, pois tínhamos uma votação na Comissão de Agricultura, mas ficamos tão entusiasmados com a sua conferência que ficamos aqui, e perdemos até a votação. Gostei de saber que Vossa Excelência entende não somente de educação, mas nos mostrou também que entende de finanças e política, e, por fim, acabou demonstrando que entende também de agricultura. Nossos cumprimentos. Demonstra Vossa Senhoria que o nosso Governador, e nós temos certeza disso, fará uma grande administração no Estado do Paraná, pois nós, que participamos da sua administração em Londrina, já sabíamos disso, que o nosso Governador, José Richa, iria montar uma grande equipe, e demonstrou bem isso, trazendo Vossa Excelência como Secretária da Educação. Nossos cumprimentos pela presença de Vossa Excelência aqui e pelo seu conhecimento.

A SR. GILDA POLI — Eu agradeço, mas cada vez que vocês me fazem esse tipo de afirmação, vocês me comprometem mais. Porque, à medida em que acreditam na nossa pessoa, a nossa responsabilidade cresce, porque somos entendedoras de que precisamos responder aos compromissos que assumimos publicamente, com a ação. E afirmamos, nesta Comissão de Educação do Senado, o nosso empenho e a nossa seriedade em trabalhar pela educação, e, por isso, somos muito grata pela oportunidade que estamos tendo.

O SR. SANTINHO FURTADO — Professora, os estudantes de Farmácia pedem para agradecer a Vossa Excelência, os estudantes aqui presentes, a posição tomada por Vossa Excelência. Eles estão aqui presentes e mandam agradecer.

A SR. GILDA POLI — A Secretaria da Educação só tem a afirmar o seguinte: toda vez que a causa for justa e correta terá o apoio da Secretaria. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de dar a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, o nobre Senador Gastão Müller, gostaria de fazer rápida obser-

vação. Retificando a afirmação que ele fez; eu tenho cometido vários pecados veniais, ao longo de minha luta em favor da educação, mas a década da educação, que eu lancei, não foi responsável pela criação do MOBRAL.

O MOBRAL constituiu-se em um dos mais monstruosos fracassos da história da educação neste País. Foi graças a uma denúncia que eu fiz, da tribuna do Senado, que foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades do MOBRAL.

Essa CPI, infelizmente, não chegou ao seu término, porque a força avassaladora da maioria do Partido a que eu pertencia, a ARENA, (hoje pertenço ao seu sucedâneo, o PDS), determinou a suspensão imediata de todos os depoimentos, porque cada depoimento revelava mais um escândalo do MOBRAL.

Felizmente agora, depois que o Ministro Rubem Ludwig demitiu, por telefone, o Presidente do MOBRAL, Arlindo Lopes Corrêa, (o que me permitiu dar um viva a Graham Bell que permitiu esse tipo de demissão tão sumária), agora houve um redirecionamento dos recursos do MOBRAL, que estão agora sendo utilizados de preferência na área do Jardim de Infância.

Tenho o prazer de passar a palavra ao nobre Senador Gastão Müller, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Senhora Secretária, para os que estão sempre aqui a pergunta já está cabulosa, mas para a Senhora é novidade.

Eu queria que a Senhora diferenciasse, para mim, o analfabeto do deseducado. Porque não é todo o analfabeto que é deseducado, e há muito analfabeto educado e muito educado que é deseducado.

E, antes de terminar, eu quero me congratular com a Senhora, com o fato de não ter marginalizado o analfabeto nessas eleições. Porque, atualmente, o analfabeto é como a palavra "leproso". Tem que bater na boca como antigamente, o analfabeto é um marginal; quando nós sabemos que não é culpa dele. E que tem muito analfabeto sabidíssimo.

De modo que esse sintoma, de que se considerou o analfabeto uma pessoa não marginalizada em sociedade, já é um grande sintoma de evolução social e política do Paraná, liderado por Vossa Excelência. De modo que mando meus parabéns, e queria ouvir a opinião de Vossa Excelência.

A SR^a GILDA POLI — A respeito do analfabeto, é realmente aquilo que nós colocamos aqui. Ele é analfabeto, não porque o queira, mas porque não teve condições de deixar de ser. O que não significa que ele seja um mal-informado, que ele não tenha condições de julgar, que ele não tenha condições, noções de valor. Eu concordo plenamente com Vossa Excelência quando diz que há muita gente que se diz alfabetizada, e que, no entanto, não tem a capacidade de julgamento, noção de valor, que muito analfabeto possui. Eu considero o valor do analfabeto no seu relacionamento social: na sua organização, na sua comunidade de bairro é que ele cresce como pessoa capaz de opinar. Daí a importância que demos ao seu voto; e não nos arredemos. E gostaríamos que isto ficasse registrado, para que, futuramente, a nossa sociedade absolvesse o analfabeto para o voto, de uma forma geral, e não precisam temer, porque não é fácil calar o analfabeto; ele é muito sabido e, inclusive, isso será um estímulo para que ele queira o acesso a outros tipos de saber, que não apenas o saber formal.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de colocar duas perguntas.

Vossa Excelência se referiu ao regime autoritário que, realmente, causou muitos danos à área de educação em nosso País, e falamos muito na necessidade de democratização da educação. Quer dizer, para atingirmos esta meta, nós precisamos democratizar o País.

Quando eu recebi o título de cidadão do Paraná, fui saudado por um Deputado do PMDB, que se referiu duas ou três vezes a "esta Casa de Leis". Quando eu respondia à saudação, fiz um apelo para que não se continuasse a chamar a Casa a que nós pertencemos de Casa de Leis, porque nós não constituímos mais o Poder Legislativo. Somos muito mais um poder meramente homologatório. As leis deixaram de ser elaboradas pelo Poder Legislativo, pelo Congresso Nacional, pelas Assembleias Legislativas, pelas Câmaras Municipais. As leis, na sua esmagadora maioria, são elaboradas pelos Gabinetes dos tecnocratas.

Parece que é fundamental firmarmos este ponto: para que consigamos democratizar a educação, precisamos democratizar o País.

O segundo ponto é que eu fiquei espantado com a revelação de que, das verbas do Estado do Paraná, destinadas à educação, 50% se destinam ao ensino superior. Outro dia, diante de um caso, ocorrido na área da educação, lembrei-me de Sérgio Porto, aquele famoso cronista que escreveu uma crônica sobre "O Samba do Crioulo Doido".

Não dá para entender que, num País como o nosso, São Paulo, mantenha as universidades estaduais 100% gratuitas. O Paraná, seu vizinho, mantém as suas universidades estaduais pagas, e essas universidades consomem 50% dos recursos daquele Estado para educação, enquanto o Estado tem centenas de milhares de crianças, em flor, fora das escolas. Devemos ter, também, no Paraná, 77 a 85% das crianças que não terminam a escola do primeiro grau. Esta, pelo menos, é a média nacional. Francamente, eu não entendo que o Paraná possa destinar 50% das suas verbas educacionais para a manutenção de universidades estaduais que cobram anuidades dos seus alunos, segundo me parece. Logo num outro Estado vizinho do Paraná, Santa Catarina, encontrei estranha situação. Em Santa Catarina, o estudante entra na 1^a série e vai até a 5^a ou 6^a série na base de promoção automática, sem nenhuma aferição do rendimento. E isso não começou, infelizmente, em 1964, porque como muito adequadamente foi salientado aqui, ninguém pode criticar o Brasil antes e depois da Revolução, porque a educação sempre foi relegada a plano secundário neste País, desde o período colonial.

Por outro lado, ainda fiz uma outra observação aqui. Foi sobre um tema da maior importância, focalizado pelo Professor Darcy Ribeiro. Este mestre da educação defendeu a tese de que no Brasil se está cometendo um crime na área do primeiro grau. Estão sendo mantidos três, quatro turnos nas escolas de primeiro grau. Logo em seguida, o Professor Paulo de Tarso também, ex-Ministro da Educação, aqui chegou e revelou que, em São Paulo, há escolas até com cinco turnos. O Professor Darcy Ribeiro prometeu, aqui, solemnemente que, no Estado do Rio de Janeiro, seria eliminado o terceiro turno. Infelizmente, não há recurso para isso, e agora os jornais acabam de anunciar que, no Estado do Rio de Janeiro, será eliminado o terceiro turno, apenas, na primeira série do curso de primeiro grau.

O Professor Paulo de Tarso foi enfático: "São Paulo, que é o Estado mais rico da Federação, não tem nenhuma possibilidade de eliminar o terceiro turno", e defendeu a tese da Professora Eurides de Brito: num País em que se dá a prioridade a Itaipu, a usinas nucleares, a metrôs, é melhor que as crianças passem duas ou três horas na escola, do que não passem nenhuma, nem meia hora, sequer.

Eu gostaria que Vossa Excelência, com sua admirável autoridade na área da educação, com esta flama contagiosa, que não deve inspirar nenhum pedido de desculpas, deve provocar aplausos de todos nós, se manifestasse também sobre este problema, dos três ou quatro turnos, ou se o Paraná não está também enfrentando esta grave debilidade na sua área educacional.

A SR^a GILDA POLI — Eu começaria concordando com a necessidade da democratização fora da sala de aula, é evidente. E diria, só para reforçar um pouco mais o tema, que as eleições foram, realmente, o primeiro passo; o segundo será penetrar na escola, inclusive com a discussão do *curriculum*. Porque entendemos que as leis, as normas devem ser feitas pela comunidade que a elas estarão sujeitas, e concordamos, plenamente, que há necessidade de que o Poder Legislativo, realmente, volte a legislar. Isto é imprescindível, é uma bandeira que todos nós temos que levantar. E V. Ex^a diz que fica espantado com 50% dos recursos da educação do Paraná, destinados ao ensino superior. Eu, apesar de espantada, preciso conviver com ele, porque eu não tenho condições de fechar as faculdades. Tenho três universidades, e dez faculdades isoladas, e todas mantidas pelo Estado, o que foi, inclusive, um dos motivos da minha presença em Brasília. Com reitores das três universidades e representantes das faculdades isoladas, nós tivemos, ontem, uma audiência junto à Previdência, no sentido de sensibilizá-la para que pague os débitos das nossas universidades, das nossas faculdades estaduais, inclusive como contrapartida de um ensino que deveria estar sobre a responsabilidade da área federal e, infelizmente, está tudo nas costas do Estado. Porfiamos por que nos anistiem das dívidas que temos com a Previdência Social, que somam, só nestas três universidades e mais duas faculdades, quase 3 bilhões. Nós não temos condições de pagar, o Estado não tem condições de pagar, e as universidades menos ainda. Eu quero deixar claro que elas são pagas, mas as anuidades dos alunos representam apenas 7,2% do seu orçamento, porque são baixas, porque senão não haveria nem condições de freqüência.

Diríamos mais, que, no Estado do Paraná, o problema dos turnos — e quero deixar bem claro que, nesse problema de turno, não se conta o noturno, é turno diurno. São Paulo tem cinco turnos diurnos, não está se contando o noturno aí. Porque esta pergunta eu fiz ao Professor Paulo de Tarso e fiz ao Professor Darcy Ribeiro: são três turnos durante o dia, no Rio de Janeiro, e muito pior em São Paulo, cinco turnos, o que dá duas horas de permanência na escola; mal a criança chega, já está saindo.

No Paraná, felizmente, a grande maioria, e isto acho importantíssimo, a grande maioria de nossas escolas possui apenas dois turnos; temos pouquíssimas localidades com três turnos, mas temos na zona rural, as chamadas séries multisseriadas, aquela professorinha que está ganhando, em algumas cidades, e isto é uma denúncia também que fazemos, ganhando 13 mil cruzeiros mensais de salário. O prefeito, eu disse que ele tem que receber uma condecoração pela sua habilidade política, porque ele conseguiu convencer a essas professoras que não tinha condições, porque realmente não tinha, de dar 100% de aumento, o que faria com que elas fossem para 26 mil cruzeiros mensais; ele conseguiu convencê-las a receberem um aumento de 60% apenas, isso na cidade de Toledo, no Paraná. Não que o prefeito não entenda o problema, é que as prefeituras dos nossos municípios realmente estão falidas.

Então, há algumas comunidades que possuem as chamadas séries multisseriadas: primeiro, segundo, terceiro e quarto anos ao mesmo tempo, lecionados por uma professora que ganha 13 mil cruzeiros, agora com 60% de aumento. Isto temos no Paraná e vamos ter que melhorá-lo. Isto é um grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradecemos a V. Ex^a a admirável contribuição que deu a este ciclo de debates sobre Programas Alternativos para a Educação e a Cultura do Brasil.

A SR^a GILDA POLI — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Está encerrada a reunião. (Palmas.)

11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 1983

Às dez horas do dia onze de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Gastão Müller, Passos Pôrto, Octávio Cardoso, Martins Filho e Eunice Michiles, os Senhores Deputados Walter Casanova e Antônio Florêncio e os Senhores Genivan Josué Batista, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, e o Professor Levy de Assis Dantas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada, e, em seguida, convida o Professor Genivan Josué Batista, para ocupar lugar de honra à mesa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Professor Genivan, que presta seu depoimento sobre "Programa Alternativo para a Educação".

Após a exposição do Professor, usam da palavra, todos os presentes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento do ilustre convidado, assim como a presença dos Senhores Senadores, Senhores Deputados e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 11-8-83, REFERENTE À PALESTRA DO PROFESSOR GENIVAN JOSUÉ BATISTA, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

**PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CALMON.
VICE-PRESIDENTE: SENADOR GASTÃO MÜLLER.**

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Declaro iniciados os trabalhos da reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado, prosseguindo a série de depoimentos do Ciclo de Debates Sobre Programas Alternativos para a Educação e a Cultura no Brasil.

Já tivemos a honra de apresentar nesta Comissão os Secretários Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso, respectivamente dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e ambos ex-Ministros da Educação, a Professora Eurides Brito, membro do Conselho Federal de Educação e Secretária de Educação do Governo do Distrito Federal, e a Secretária de Educação do Estado do Paraná. Professora Gilda Poli Rocha Loures. Hoje temos o prazer e o privilégio de apresentar a contribuição do Professor Genivan Josué Batista, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

O Professor Genivan Batista concluiu os cursos de Pedagogia, Administração Pública e Odontologia e a sua experiência profissional é muito ampla. Ele foi professor de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, diretor de grupo escolar, diretor de ginásio, diretor de curso científico, diretor de escola normal, vice-reitor e reitor da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, em Mossoró, e funcionário do Banco do Brasil.

Com o maior prazer, concedo a palavra ao Professor Genivan Josué Batista.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Exmº. Senador da República, João Calmon, Srs. Senadores presentes, jornalistas, meu caro Professor Levi, eu começaria registrando o meu sentimento de alegria e agradecimento pela oportunidade que a Comissão de Educação do Se-

nado me confere em vir aqui, não proferir palestra, porque nós não teríamos essa pretensão, mas trazer depoimentos da vivência educacional do nosso Estado.

Sabemos que é exatamente nesta Casa que são proferidos os grandes discursos da inteligência nacional, que são proferidas também as palestras de profundidade intelectual. Nós trazemos, como disse inicialmente, realmente depoimentos. E nem gostaríamos de dizer que também trazemos, meu caro Senador, alternativas para a educação do País. E nós teremos de nos limitar bastante no que estamos fazendo no Rio Grande do Norte, que poderá servir, quem sabe, de algum subsídio para a educação nacional e poderá servir para que os Srs. nos dêem subsídios para levar para a educação do meu Estado.

E começaria caracterizando a problemática educacional do Rio Grande do Norte, que investe 14,2 bilhões na educação e que deixa muito a desejar para as nossas necessidades, para as nossas angústias, e esses recursos correspondem 18% do orçamento do nosso Estado. Temos 6.899 escolas, distribuídas na rede estadual, na rede municipal e na rede particular, com 12.000 a 13.000 salas de aula e uma clientela de 500.000 alunos no ensino regular, 450.000, em números redondos, no ensino de primeiro grau, e 50.000 alunos no ensino de segundo grau. Temos, através do ensino supletivo, 31.000 alunos e atendendo através da TV Educativa mais 30.000 alunos e, no pré-escolar, 31.000 alunos: há um déficit escolar de 90.000 crianças sem escolas. Nossa índice de repetência, que é um dos mais baixos do País, de 29,2%, cresce assustadoramente na primeira e segunda série do primeiro grau e a evasão chega a 15%, 14,2% no primeiro grau e 15% no segundo grau. Temos 24.000 servidores, 15.000 professores e, o restante são técnicos, temos 15.000 professores leigos. Estamos trabalhando com esses professores numa política realmente agressiva, através do Projeto Logus 2, entendendo que dessa maneira é possível diminuirmos o professor leigo, lá do nosso Estado. Mas, na medida em que o professor leigo se qualifica, ele rumo para a cidade e o quadro permanece quase o mesmo da zona rural. E parece que esse é um quadro nacional; nós vamos qualificando as pessoas para que elas fiquem na zona rural e elas vão migrando para as cidades, e vão continuando os professores leigos na zona rural.

Mas eu queria abrir um parêntesis, Senador João Calmon, para registrar a presença aqui do nosso conterrâneo, Senador Zézito, é também fazer um registro a um servidor do Sr., o Professor Levi de Assis Dantas, que foi meu mestre de curso ginásial. Sobre o Professor Levi, o mínimo que se pode dizer é que é realmente um homem inflexível no agir, intemperante no cumprimento do dever e religioso na fé. Jamais se desviou das diretrizes nobres do caráter e da dignidade. Ah, se o Rio Grande do Norte tivesse muitos Levis na Educação! Quando nos ensinava tinha apenas o curso ginásial e ensinava todas as séries do curso ginásial. E ninguém passou por suas mãos, como também pelas mãos do saudoso Monsenhor Valfredo Gurgel, que foi meu mestre, sem saber alguma coisa.

O SR. PASSOS PÔRTO — Que foi Senador.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — O Monsenhor foi Senador e Governador do Estado. E o Professor Levi e o Monsenhor Gurgel, que deve estar no céu, foram realmente orgulho do nosso Estado. Eu faço esse registro por um dever de gradidão e por um dever também de consciência. O Professor Levi foi um dos educadores que mais me marcou. Eu estudei em universidades até sofisticadas, nunca encontrei coisa igual, porque ele se preocupava desde os ensinamentos que continham seus livros até as lições de dignidade, de moral, nos ensinando até a fazer refeições através das aulas de cívildade, que, tristemente, desapareceram das escolas.

Este é o registro que eu queria fazer ao Professor Levi, muito mais por uma gratidão e por um dever de consciência. Há quantos anos nós não nos encontrávamos e ontem eu tive o privilégio de ser recebido no aeroporto pelo meu ex-mestre.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professor, permita-me convidar o Professor Levi Dantas para sentar aqui no nosso plenário da Comissão.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Então, feita essa característica da educação do nosso Estado, e o Sr. leu ai nosso currículo, eu tive essa vivência educacional, eu ensinei e dirigi todos os níveis educacionais: o grupo, o ginásio, o curso científico, a escola normal, e ensinei e dirigi a Universidade Regional do Rio Grande do Norte, que é a mais sofrida Universidade brasileira. E com essa experiência eu me conscientizei de que a verdade educacional estava na escola, que nós tínhamos que buscar na escola essa verdade e termos a humildade de reconhecer que, mesmo a mais modesta escola, espalhada neste País, tem muita coisa a nos ensinar. Eu costumo dizer que não há escola, por maior e por mais sofisticada que tenha, que não tenha algo a aprender, nem por menor e mais modesta que seja, que não tenha algo a ensinar. Dentro desse princípio eu comprehendi que a verdade estava na escola e passei a fazer um trabalho, no meu Estado, de consulta a todas as regiões educacionais do Estado. Nessas regiões nós escutamos as lideranças políticas, as direções de escolas, os professores, os líderes comunitários, os clubes de serviços, e voltamos para a Secretaria da Educação com esse diagnóstico da região. E confesso aos Srs. que, através disso, nós estámos descobrindo caminhos alternativos que diminuem as nossas necessidades, as nossas carências nas escolas. Então é a escola que nos ensina a dirigir a educação do Estado. Eu poderia até dizer, Srs. Senadores, e Srs. aqui presentes, que foram exatamente essas visitas, e que a simples visita de um Secretário de Estado a uma região gera compromissos e, gerando compromissos, gera também uma capacidade criativa: e gerando a capacidade criativa aparecem algumas soluções que amenizam aquele quadro de tristeza, de dificuldades e de angústias que vivem as escolas, sobretudo as escolas das cidades menores. E por isso nós descobrimos que tínhamos que mandar algo para essas escolas e conseguimos. Hoje, no Rio Grande do Norte, não há uma só escola estadual que não tenha o mínimo de material para que ela funcione, através de alternativas nos minguados recursos que recebemos do Estado e da União, então, dentro desse princípio, escutando a escola, nós descobrimos essa forma que gera repercurssões e as manifestações são as maiores possíveis quando estamos chegando a essas regiões porque eles nunca viram na história da educação do Rio Grande do Norte um Secretário entendendo que a verdade educacional estava na escola. Partimos, então, para uma série de processos, inclusive da descentralização de recursos, onde a própria escola faz a sua ampliação, faz a sua recuperação. Há pouco, eu dizia a um jornalista que reconhecíamos que a carência de recursos é muito grande e que tínhamos que descobrir meios alternativos e eu citava um exemplo e uma experiência que vivemos lá em Natal, de uma escola em que fizemos uma licitação para limpar essa escola e a firma que ganhou cobrou 2 milhões de cruzeiros. Nós demos 300 mil cruzeiros à direção da escola e ela limpou toda a escola. Então, são meios alternativos que temos que descobrir, já que não nos mandam recursos necessários para que possamos, realmente, dar o mínimo de condições a escola para, depois de oferecer o mínimo, possamos exigir o mínimo dos educadores. Então, nós estamos preocupados em oferecer o mínimo para, em seguida, exigir o mínimo e tirarmos o País dessa verdadeira cegueira intelectual que se estende no País inteiro, onde ninguém mais sabe ler, nem sabe contar e nem sabe es-

crever e começa no ensino de primeiro grau e termina na universidade. Às vezes, ninguém mais do que o Sr. sabe, encontramos alunos de universidades sem saber taboada, sem saber fazer um bilhete. Passa pelo primeiro grau, pelo segundo grau e termina o terceiro grau dentro desse quadro que, realmente, deixa a Nação estarrecida e deixa os educadores preocupados. E, ainda em resposta a essas consultas, passamos a fazer treinamento do pessoal em todas as regiões educacionais do nosso Estado e partindo, também, ao lado de um processo de conscientização do educador de que se ele quiser ele diminui em muito esse índice de repetência que nós mostramos. Na hora em que ele se conscientizar que é possível render mais, depois de oferecermos as condições mínimas para o funcionamento da escola, ele passe a cumprir, também, com o mínimo de obrigações que tenha. Eu admito, mesmo com esse salário que nós pagamos aos educadores que, realmente, é de envergonhar a educação do País. No nosso Estado há municípios que pagam 460 cruzeiros a um professor primário, 500 cruzeiros a um professor Primário. No quadro do Estado melhora um pouco — eles ganham do salário mínimo a 106 cruzeiros — é o professor de nível superior. Mas, nós temos municípios no Rio Grande do Norte que pagam 460 cruzeiros a um professor e outros pagam 500 cruzeiros, 2 mil, 3 mil curzeiros ao professores. Isso é muito comum na educação dos municípios, lá do nosso Estado. Estamos partindo para este processo de conscientização dos educadores de que eles devem dar a sua parcela para que não possamos desperdiçar — no nosso caso, 30% através da repetência e 15% através da evasão. Como nós podemos fazer a expansão da rede escolar se não combatemos a repetência e se não combatemos a evasão? Vamos cuidar primeiro desses dois quadros para, em seguida, começarmos a nos preocupar com a expansão da rede escolar que não é tão difícil em termos de recursos mas é muito difícil em termos de manutenção. Sabem V. Ex's que a manutenção de uma escola durante um ano é superior ao valor de sua construção. Então, construir a escola é o processo mais fácil. Difícil é mantê-la e essa é a preocupação dos Estados e, especialmente, do Rio Grande do Norte. Vamos proporcionar escolas às crianças, de qualquer maneira, em casas alugadas, em galpões porque estamos partindo para isto, barateando os custos e descobrindo, também, no nosso processo educacional, uma secretaria grande, com 70% do funcionalismo e esse é um quadro nacional, e que acho que é possível nós descobrirmos servidores ociosos, cedidos a outras instituições e que possam ocupar esses lugares que deveremos descobrir para proporcionar às 90 mil crianças sem escolas no Rio Grande do Norte. A descentralização dos recursos, sobre a qual já falamos, no meu entender — e apresentei essa proposta na SUDENE, em Recife, e os representantes do Ministério da Educação viram com simpatia e os outros secretários aprovaram. Tem que haver flexibilidade de recursos para que possamos trabalhar através dessa forma, pois encontramos muitas dificuldades legais junto aos Tribunais de Contas dos próprios Estados. Vamos vencer essas dificuldades; há um empenho grande de se vencer e nós podemos duplicar, como disse inicialmente, os nossos recursos que são muito poucos. O nobre Senador João Calmon comunicava-me que, realmente, o grande problema da educação nacional é a falta de recursos. Se nos dessem recursos nós não teríamos este quadro. A merenda escolar, geralmente só a partir do segundo semestre é que começa a chegar e basta uma falha desse setor para que tudo aquilo de positivo que se faça na educação seja desmoronado pela repercussão que é grande e imensa da falta da merenda escolar nas escolas. Esta é uma preocupação que já existe dos Secretários de Estados e nós fizemos uma proposta para que, a partir do próximo ano, começassem a liberar 25% dos recursos destinados à merenda escolar, aos próprios Estados para que eles adquirissem na própria região o alimento a ser

distribuído, aonde for possível, às escolas, até como uma forma de hábito alimentar. Foram propostas que o Ministério da Educação trouxe para apreciarmos mas sentimos, de inicio, da FAEM, que não havia muita disposição e muita simpatia para a proposta. Fizemos assinatura de convênio com todas as prefeituras municipais, dentro daquela preocupação de que, enquanto, também, não se valorizar o município, ele não sai porque não pode mesmo, desse quadro de dificuldades de pagar a uma professora 460 cruzeiros por mês. E o direito dos servidores que eles requerem e quase sempre se concede depois de dois ou três anos, porque a estrutura das Secretarias da Educação não permite que isto seja feito automaticamente e nós começamos a nos preocupar com isto. A suntuosidade das escolas — nós vemos algumas escolas, inclusive no nosso Estado, as escolas construídas pelo PREMEN, com laboratórios sofisticadíssimos, encaixotados a vida inteira, sem os educadores saber usá-los, quando se poderia construir duas ou três escolas como aquela escola, escolas modestas, escolas que apenas fossem saudáveis, nós partimos para escolas suntuosas e isto chega às universidades, universidades caríssimas, quando se poderia construir universidades modestas e os recursos poderia, assim serem duplicados. Deveríamos, realmente, na escola de primeiro grau, a ensinar a ler, a contar e a escrever. Esta é a preocupação básica que nós temos, já que eles estão saindo daquele aglomerado de disciplinas e eles saem sem esta coisa básica que é ler, contar e escrever. O currículo para um aluno da primeira série do primeiro grau, uma criança que está aprendendo a ler, compõe-se de 9 disciplinas. Por que não deixar apenas Português e Matemática para que esse aluno aprenda um pouco da alfabetização e um pouco a contar, mas enche-se a cabeça de uma criança com 6 ou 7 anos de idade com 9 disciplinas! Esta é uma falha, que me parece, curricular das mais graves. Vamos deixar para introduzir as outras disciplinas nas séries seguintes e não querer que uma criança de 6 anos ou 7 estude 9 disciplinas.

O SR. PASSOS PÓRTO — Quais são as outras, Professor — só para citar as 9?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Português, Matemática, Estudos Sociais, Geografia, História, OSPB, Religião...

O SR. PASSOS PÓRTO — Seria na primeira série?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Exato, na primeira série do primeiro grau.

O SR. PASSOS PÓRTO — Tem problemas brasileiros?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Tem Problemas Brasileiros quando uma criança não sabe sequer ler. Então, deveria haver uma preocupação nesse sentido, pois parece-me que se ensinássemos uma criança a ler, porque ela souber ler, ela poderá consultar um livro de Ciência, um livro de Geografia ou um livro de História. Sem que ela aprenda a ler, como é que ela vai aprender essas outras disciplinas? Vamos fazer, no Rio Grande do Norte, o concurso público, essa é uma das formas mais eficientes da seleção dos educadores, para que não se gaste milhões e milhões de cruzeiros em aperfeiçoamento de professores às vezes formados.

O SR. PASSOS PÓRTO — Professor Genivan Josué Batista, o currículo do ensino de 1º grau não é o que o Conselho Estadual de Educação estabelece?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — É, disciplina pelo Conselho. Então, um trabalho que poderia partir aqui dos Srs., essa preocupação de não jogar tantas disciplinas em crianças, que ainda estão aprendendo a

falar — 6 ou, 7 anos de idade. Estamos fazendo, como experiência, eleições de diretores na capital do Estado, e estamos também consultando a comunidade escolar para que os próprios professores digam como é possível melhorar o ensino, e, de posse desses documentos, nós retornaremos em seguida à escola, e deles vamos cobrar o que eles disseram que era possível com os recursos existentes, com a realidade existente na própria escola, a fim de melhorar as condições do ensino da escola onde eles trabalham. Nós queremos trabalhar escutando, ouvindo a escola, e vamos começar nossa experiência na capital, que é mais fácil, elegendo os diretores — a própria comunidade elege o diretor, já que isso é um trabalho muito difícil no interior. É muito difícil nós chegarmos a eleger o diretor no interior, pelas dificuldades políticas, que certamente encontraremos em cada município.

Entende o Secretário de Educação que há, também, muita gente ganhando da educação e fazendo outra coisa. E nós vamos introduzir, muito inspirados na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, que introduziu o cheque salário das escolas, vamos mandar os pagamentos dos servidores para a própria escola, para, dessa maneira, descobrirmos aqueles servidores que realmente não prestam mais serviços àquela escola. Assim, eles aparecem, e aparecendo, nós vamos lotá-los em outro estabelecimento de ensino, que realmente estão carentes de servidores. E, na expansão do que pretendemos fazer, e que de vez em quando temos medo porque não podemos mantê-las, quem sabe se esses elementos, que certamente aparecerão, não irão suprir essas necessidades. São essas as características do que estamos fazendo no Rio Grande do Norte, e eu queria colocar-me agora, à disposição dos Srs., para tirar algumas dúvidas que possam existir, e também para levar subsídios para o Rio Grande do Norte, e lá, com a experiência que os Srs. tenham ouvido, realmente, as grandes experiências educacionais do País, possamos nós, no Rio Grande do Norte, descobrir os verdadeiros caminhos educacionais que o nosso Estado está precisando. Esse é um plano de trabalho que nós temos e que poderá servir de exemplo, quem sabe, para outros Estados, e poderá ser melhorado, talvez, com a experiência dos Srs. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Agradeço ao Professor Genivan Josué Batista a sua preciosa colaboração. Agora vamos iniciar os debates. O Senador Passos Pôrto deseja fazer uma indagação.

O SR. PASSOS PÓRTO — Sr. Presidente, Sr. Professor Genivan Josué Batista, estamos muito satisfeitos com a sua exposição, ela foi modesta, mas retratou a grandeza do esforço que o Sr. e que o Governador do Rio Grande do Norte estão fazendo em favor do ensino. Observamos que a sua exposição seria aquela que faria também o Secretário de Educação do meu Estado, todos com os mesmos problemas de recursos, com os mesmos problemas de evasão escolar, com os mesmos problemas de alimentação do estudante, e com os problemas da nossa formação cultural, decide enveredar a escola pelos interesses políticos locais, as perturbações que sofrem as professoras, os professores, e, sobretudo, o baixo salário, quer dizer, um salário que chega a ser uma calamidade — e o Sr. disse nesse instante aí que um professor lá do Município do seu Estado está ganhando quinhentos cruzeiros — a gente chega até a não acreditar que o valor de uma carteira de cigarro seja a mensalidade de um professor, porque se fosse ainda, meio salário mínimo, um terço do salário mínimo, mas, quinhentos cruzeiros??!

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — E o cigarro não pode ser bom.

O SR. PASSOS PÓRTO — Não dá nem para se discutir o problema da educação. Mas, eu me lembrei no curso de sua exposição, tendo aqui um colega que foi Deputado Federal, e depois Prefeito de Natal, esqueci o nome

dele agora, ele até foi caçado pela Revolução e já morreu, mas ele começou...

O SR. MARTINS FILHO — Djalma Maranhão.

O SR. PASSOS PÓRTO — ... ele começou uma experiência interessante em Natal, e foi o primeiro a se despir dessa ostentação da escola pública brasileira, prédios suntuosos, como o Sr. acabou de dizer, mas, inegavelmente, sem eficiência — ele começou a fazer aquelas escolas rústicas em Natal, como uma forma de baratear o custo de instalação da escola e, de uma certa forma, com isto difundir e multiplicar o número de unidades de ensino. Aqui mesmo nesta Comissão veio o Professor Darcy Ribeiro, que é Secretário de Cultura do 1º Estado Socialista brasileiro, que é o Estado do Rio de Janeiro, declarado pelo seu Governador, e ele disse o seguinte: que a escola é a cara do Estado, é a feição de um Governo, e do Estado, que a escola deve ser ampla, confortável, rica...

A SR^a EUNICE MICHILES — Prédio mais bonito da comunidade.

O SR. PASSOS PÓRTO — ... prédio mais bonito da comunidade, então, eu fiquei em dúvida como eu poderia seguir o meu caminho na busca de conhecimento sobre o ensino. Enquanto ele dizia isto, o Sr. acabou de dizer aí que estão procurando, inclusive, fazer escola com o apoio da comunidade, dos alunos etc., não era isto? Qual seria a sua opinião sobre este problema, quer dizer, esta opinião do Professor Darcy Ribeiro?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Se há uma coisa que me entristece quando eu chego em uma escola é ela ser rica; eu acho que a escola não pode ter o direito de ser rica. Agora, me entristece também, quando eu chego em uma escola e ela não é saudável, limpa. Eu quero mesmo é que as escolas lá do Rio Grande do Norte sejam limpas, sejam saudáveis, porque os educadores, os servidores vão sempre se apresentar também com esse aspecto. Se o Governo do Rio de Janeiro, que é um Governo Socialista, se preocupar em fazer escolas ricas, ele não vai chegar a realizar os sonhos que ele está sonhando, porque ele não vai construir mesmo as escolas que precisa, e eu conversei com a Professora Terezinha, que foi Secretária de Educação lá do Rio de Janeiro, no Governo ainda de Lacerda, e ela me disse que na época de Lacerda havia mais alunos matriculados no Rio de Janeiro do que hoje. Quem sabe se não é a preocupação do atual Secretário em construir escolas suntuosas, escolas ricas? As universidades estão aí, decepcionadas com aquelas que foram realmente suntuosas e muito ricas. Nós sabemos que a universidade mais modesta deste País, em termos de prédio, é a UNICAMP, e é o maior centro de pesquisa do País, e a Faculdade de Medicina de Juiz de Fora se instalou numa velha escola rural abandonada, e os laboratórios de clínica médica se instalaram exatamente nos galinheiros da escola e, no entanto, é respeitada hoje, porque educação a gente faz mesmo é com inteligência, não é com prédios suntuosos e prédios caros; quando se sabe que não existem recursos para a educação, pensar-se em construir escolas ricas, suntuosas e laboratórios sofisticados, quando a própria universidade não está sabendo usar os seus próprios laboratórios, e destinar laboratórios desse tipo para alunos de 1º e 2º graus, parece-me realmente que é desperdiçar recursos. Eu prefiro, ao invés de construir uma escola rica, construir duas, três ou quatro escolas modestas e limpas.

O SR. PASSOS PÓRTO — Professor Genivan Josué Batista, o Sr. falou aí, que aliás é o velho e crônico problema de falta de recursos para o ensino no Brasil, e isso eu tenho ouvido ao longo dos anos, que os recursos são implementados, muitas vezes são ampliados, e acaba tendo sempre a mesma reclamação — não há recurso para a educação, não chegam, estabelecem-se percentagens na Constituição e não chegam os recursos. Eu per-

guntaria, será que realmente a causa primordial dessa calamidade do ensino no Brasil, sobretudo, nessa progressão de um processo de analfabetismos não estar na falta de motivação dos professores, na qualidade do ensino, na motivação à comunidade? Quer dizer, em nenhum desses países que eu leio, e que fizeram a revolução de ensino, foi o problema de recursos o motivo fundamental. Há de haver eu tenho a impressão, talvez, seja uma conscientização nacional e a nível mesmo de Estado, de que o professorado tem que sair do dia-a-dia, quer dizer, da vida dele, para se transformar realmente naquilo que era no passado; o professor era um sacerdote, e teria de se dedicar como um sacerdote, e era um homem que teria de ter a vocação e o destino da pobreza. Eu tenho a impressão de que nós temos de por isto, talvez, esta série de depoimentos aqui sobre alternativas para a educação nós temos de criar no Brasil uma motivação para o problema do ensino, sem nos preocuparmos com esse problema de recursos, porque se fosse lembrado que só através de recursos nós faremos, vai acontecer o seguinte: são suplementados os recursos lá para o Rio Grande do Norte; não seria o senhor, mas sendo outro secretário, faria novos prédios e instalações ricas, mandaria buscar equipamentos até no exterior, e depois o professor não está sendo bem pago, vai ter que melhorar; e quando resolver esta parte infra-estrutural o estudante acaba não recebendo os ensinamentos básicos indispensáveis. Não acha o senhor que nós tínhamos de criar no Brasil, e as Secretarias de Educação deveriam ser incumbidas, um processo qualquer de motivação, não só do professor, evidentemente, mas também dos pais e da sociedade local, para que o ensino seja matéria, como disse Getúlio Vargas, naquele edifício do MEC no Rio de Janeiro: "Educação é matéria de salvação nacional." Quer dizer, é uma matéria de salvação nacional. Temos de encarar educação como um problema de salvação nacional e que deve ficar além dessas motivações que temos ouvido, qui, ao longo dos depoimentos. Não acha o senhor isso?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Eu concordo plenamente com o senhor. Eu disse aqui, na nossa discussão inicial, que acho que nós temos que buscar, na educação do passado, muitas soluções para os problemas da educação do presente; nós precisamos imitar muito o passado, em termos de educação, porque no passado o educador não ganhava coisa alguma, e está aí o professor Levy, que ensinava quase gratuitamente; e hoje fiz essas referências mercedidamente a ele; pois o Rio Grande do Norte é agradecido ao seu trabalho educacional.

Então, não se ganhava no passado e a educação era melhor, porque havia uma preocupação do educador por aqueles padrões intelectuais, de moral e de dignidade. Hoje a seleção dos educadores foge muito a isso, e o educador, ao passar, muitos deles, nós não gostaríamos que nossos filhos tivessem o comportamento que alguns educadores de hoje têm. Então, dentro desse processo de conscientização, que o senhor colocou muito bem, acho da maior valia, conscientizar o educador de que pode melhorar esse quadro. E eu digo aos nossos professores, inclusive em grandes assembleias, sobretudo naquelas assembleias reivindicatórias, de que nós precisamos melhorar o nosso produto para, em seguida, reivindicar melhores salários. Na hora em que o nosso produto for bom nós vamos nos impor, mas se vendermos um produto como o que está aí, a educação, que eu chamo de gagueira intelectual, onde não se saber ler nem escrever mais, é difícil que pesem essas reivindicações de melhoria de salário. Não é o caso dos 500 cruzeiros que o município para a determinada professora, mas um professor com 112 mil cruzeiros, 106 mil cruzeiros, como é o caso do Rio Grande do Norte, isto é pouco; mas, dentro da realidade lá do nosso Estado, já não é salário tão baixo. Então, se partissemos — e comecei a defender isso — para conscientizarmos determinados educadores de

prestígio na comunidade, e eles passariam a defender essas teses de conscientização do educador, de que ele pode melhorar, chegar na hora certa, sair na hora certa, etc. Eu fiz, quando dirigia a universidade, um levantamento de quantas aulas os alunos tinham por dia, e eles recebiam duas aulas, ele ministrava aula; às vezes ele entra e não ministra aula; então é um quadro que realmente nos deixa preocupados. Para que gastarmos em treinamento de pessoal, que já é de nível superior, quando nós não estamos conseguindo levá-la à sala de aula? Eu disse assim: vamos levar o professor à sala de aula, porque eu me encontrei com um aluno na periferia da cidade e ele me disse que quando tinha era no máximo duas aulas por dia; então nós temos que nos preocupar em levar o educador para a sala de aula, para em seguida começarmos a nos preocupar com esses cursos de aperfeiçoamento, em que o MEC manda às vezes, recursos substanciais, dentro dos recursos que vão para o Estado, para essa espécie de treinamento. Nós estamos realmente já agraduados, mas não vamos oferecer treinamento para o elemento que já é graduado; nós vamos oferecer para a professora leiga, esta sim, e vamos fazer com que o elemento graduado vá à sala de aula. O senhor tem razão quando diz, enquanto não conscientizarmos o educador de que ele também é responsável, e de que ele pode melhorar, juntamente com o apoio governamental, o quadro, parece-me que vai permanecer assim.

O SR. PASSOS PÓRTO — Para não estar também aborrecendo, aqui, os outros colegas que também querem indagar, eu farei a última pergunta. É o seguinte: o senhor falou aí que vai fazer eleição dos diretores dos colégios na Capital, visto que no interior não é possível. Eu vi que já foi feita essa experiência lá no Paraná. O senhor acha que vai resolver? Que isso ajudará a resolver o problema de educação, quando se puser um diretor sobre a política eleitoral, mesmo que os eleitores sejam os pais, os alunos, quer dizer, o poder vai sair do Secretário de Estado para a comunidade; a comunidade vai eleger o diretor; o diretor, evidentemente eleito, vai ficar comprometido com aqueles cabos eleitorais, ou elementos influentes na comunidade que o fizeram diretor. O diretor tem algumas competências, algumas atribuições que terão que ser distribuídas com aqueles que colaboraram na sua eleição, isso é um processo normal. Eu, apesar da minha vocação democrática, e de achar que deve ser democrática, eu queria saber o seguinte: será que essa experiência é válida na região, sobretudo região como a nossa, onde a gente tem que adotar também, decisões de cima para baixo, de caráter, às vezes, até coercitivo, porque é preciso se obrigar a criar responsabilidade. E um homem que é eleito, ou uma mulher que é eleita diretora de uma instituição dessas, ele ou ela já chegam ao cargo vinculados aos eleitores que o fizeram diretor.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — A legislação não permite que haja eleições para diretores de escola. Mas a experiência que nós estamos tendo, na Capital, está sendo boa. A Secretaria de Educação vai à escola, eu vou à escola, discutimos com a comunidade escolar, levamos as nossas intenções da escola, os nossos planos, a maneira de trabalhar, de valorização da escola e eles apresentam uma lista tríplice. E esses elementos, realmente, os que foram escolhidos, nós temos os colégios maiores lá de Natal, que é o Ateneu, o Churchill, e o Frei Miguelinho; esses elementos estão sendo os mais entrosados com a Secretaria de Educação, comprometidíssimos com a Secretaria e com as linhas da Secretaria de Educação; é evidente que nós trabalhamos esses elementos.

O SR. PASSOS PÓRTO — Quer dizer: há uma indicação de três nomes, não é isso?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Há uma indicação de três nomes com a participação da Secretaria de

Educação, consultando a escola, levando uma proposta, usando argumentos. E dentre esses três nomes nós escolhemos aqueles que mais convém à Secretaria de Educação, pois são os diretores que têm mais problemas em seus colégios; são os diretores que mais estão colaborando e andando dentro das linhas da Secretaria de Educação.

O SR. PASSOS PÓRTO — É porque eu vi no Paraná, pela televisão, eleição mesmo direta, sufrágio universal, e o pessoal participando...

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Todo o Estado.

O SR. PASSOS PÓRTO — É todo o Estado, eu vi. Então eu disse: Será, meu Deus, que isso vai ajudar, realmente, a melhorar o ensino?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Essa do Estado é perigosa.

O SR. PASSOS PÓRTO — Então eu digo: em todo o caso o Paraná já tem outras condições, talvez até possa, mas não sei se este é o caminho alternativo para resolver o problema da administração escolar.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Eles fizeram em todo o Estado?

O SR. PASSOS PÓRTO — Em todo o Estado.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — No nosso caso é por ocasião da vacância, em que nós fazemos naquela escola. Mas se anunciar eleição para todo o Estado isto é um perigo. Numa escola em que o diretor renunciou, o diretor saiu, então nós trabalhamos aquela escola. Por isso nós só temos três casos, apenas, em Natal. Se se anunciar uma eleição para diretores, em todo o Estado, será um perigo, pois se perderá totalmente o comando das escolas.

O SR. PASSOS PÓRTO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Eu queria ter o prazer de anunciar a palavra do nobre Senador Octávio Cardoso e, em seguida, do Deputado, também gaúcho, Walter Casanova.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Professor Genivan, fiquei um pouco intrigado com a sua observação contra o extenso currículo do curso primário, se o Conselho Estadual de Educação tem competência para estabelecer-lo, e o Secretário, supostamente, deve ter alguma influência sobre o Conselho Estadual de Educação. Então, não comprehendi bem qual é a dificuldade que o Sr. encontraria na redução ou adequação deste currículo do primário às condições do seu Estado.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Nós estamos com pouco mais de quatro meses de administração, estamos detectando esses problemas agora, mas isso é também uma diretriz nacional, coisas básicas que o Conselho Federal de Educação também participa. Não é só a nível de Conselho Estadual que nós podemos alterar este quadro. Ele parte, lá do Rio Grande do Norte, mas vem parar no Conselho Federal de Educação que dá as diretrizes nacionais. Então, não é tão fácil, como parece, diminuir; mas nós estamos levando esta proposta na reunião da Secretaria de Educação, para que realmente se convença de que se deve diminuir esse aglomerado de disciplinas para uma criança de 7 ou 8 anos, e que também seja apreciado a nível nacional.

A SR^a EUNICE MICHALES — V. S^a me permitiria um aparte, que é exatamente em relação a este assunto, V. Ex^a também me permitirá, Senador Octávio Cardoso?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ora, como não, com muito prazer.

A SR^a EUNICE MICHALES — Gostaria, neste momento, de trazer a minha experiência como alfabetizadora. Acho que na minha visão não se teria por que, eu, pelo menos, como alfabetizadora, jamais gostaria que se diminuisse o currículo e vou explicar por quê. Porque num período de 3 ou 4 horas em que se tem que manter a criança atenta a essas aulas, uma criança de 7 anos, se nós formos ficar o tempo todo apenas dando Linguagem, que era como se chamava naquele tempo, e Aritmética, era uma coisa absolutamente maçante. Então, as melhores aulas eram de Geografia e de História. Eu lembro-me que nós tínhamos uma caixinha de areia em que nós fazíamos montanhas, explicava-se o que era montanha, o que era vulcão, a gente colocava um papel e saía fogo, quer dizer, tornar essas aulas agradáveis é que me parece o mais importante. Noutro dia, contávamos a história de uma moça que se chamava Isabel e que era princesa, quer dizer, sem o compromisso de que a criança decorasse aquilo tudo, mas díavamos noções. Levávamos para visitar a prefeitura, "isso aqui é a prefeitura, aqui mora o prefeito". Enfim, acho que é uma questão de adequar ao nível mental, a produção intelectual da criança naquele momento. Quer dizer, tornar 4 horas, não apenas em lição de aprender ler ou contar, porque do contrário é um negócio absolutamente maçante. Expliquei o que é o pôr do sol, o nascer do sol, como lição, acho que o mais interessante para a criança, naquele momento, é exatamente isto. Então, não sei bem se a proposta de diminuir o currículo seria recomendável. Se eu fosse professora, hoje, eu batalharia contra. Desculpe-me Senador.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Não tem do que se desculpar, eu não advoguei a redução do currículo, eu só registrei que estava intrigado que o Secretário da Educação não pudesse influir junto ao seu Conselho, se é que entende que o currículo deva ser reduzido. Eu só estava intrigado por isso. Na verdade, também, não participo desta hora da saudade de que o ensino antigo, desculpas ao venerado professor, que o ensino antigo era muito bom e que hoje nós temos analfabetos de 3º Grau, isto é, aqueles que saem da universidade analfabetos. Na verdade, acho que temos áreas boas de ensino no País e áreas extremamente carentes, como é o caso, e aceito e respeito o depoimento de V. Ex^a quanto às condições do seu Estado. Nós todos sabemos, também, as distorções que cometemos neste País. Aqui mesmo pertinho de Brasília, tem uma escola chamada ESAF, que é a Escola Fazendária, que tem, não me lembro bem, mas imagino que deva ter dois campos de futebol, três quadras de tênis, piscina, pista olímpica, alojamento de professores, sala de projeção, sala de televisão, parece que só não tem é instalações para alunos. Então, estive lá e a pessoa que me mostrou, muito orgulhosa, aquele prédio, que imaginou que a Suécia, a Alemanha Ocidental, a França e outros países, não tenham. Nós, realmente, às vezes, cometemos este tipo de exageros de agarrar uma escola do PREMEN, por exemplo, que poderia ficar bem num Estado como o Rio de Janeiro ou São Paulo, e levarmos para um carente centro urbano de um Estado que vive à mingua de recursos para a educação. Acho que há outros problemas de afrouxamento de disciplina que não têm nada a ver com o curso. Nós somos, de um modo geral, o brasileiro, muito complacentes com o cumprimento do dever e com a aplicação da lei. Isso de o professor não comparecer à aula é um desastre e nós todos sabemos disso. Nós até gostávamos na época de algum tipo de professor que nos dava um certo lazer na carga horária do dia. Mas, então, professor, eu não duvido, absolutamente, do depoimento que V. S^a acaba de fazer, mas apenas registraria que não acho que sejam impossíveis as condições hoje, de ensinar a ler ou a escrever tabuada, e tal, desde que se adote uma disciplina nas escolas. Acho que nem é preciso mandar os cheques para as escolas, a fim de saber quem é lotado, basta pegar a folha de paga-

mentos e a lista dos professores, que lá as encontrariam. Acho que aí é uma questão, — claro, V. S^a está chegando — apenas de fazer com que todos os diretores, os responsáveis ajam com exação e encontrarão, naturalmente, os ausentes e os relapsos.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Então, respondendo à Senadora, nós não defendemos também que a criança passe 4 horas recebendo apenas lições de Português e de Matemática; que se faça exatamente como a Sr^a fez, quando alfabetizava, ensinando essas duas disciplinas, mas também há essa parte, em que vai mostrar o nascer do sol à criança, pois a maneira como ela está sendo ministrada e no caso específico da Sr^a, é realmente Geografia, mas é uma Geografia que leva muito mais ao lazer, e não aquela em que a criança passa 4 horas na sala de aula recebendo lições no quadro-negro, de Geografia, de História e do OSPB. Essa é a parte que não deveria existir, não cansar a criança com essas disciplinas, quando ela ainda não sabe nem ler ou contar. Então, que existisse isso que a Sr^a adotava, pelo grau que a Sr^a tem e por isso a Sr^a está aí, e cresceu tanto e criou essas condições de alfabetizar a criança sem cansá-la, porque no fim o que a Sr^a fazia era isso, ensinar a ler e a contar, e quando elas começavam a cansar a Sr^a percebia, pela sensibilidade que tem, que deveria levar a criança para olhar o sol nascer e ali ela estava recebendo lições de Geografia, sem nem saber que as recebia.

Então, concordo plenamente com a Sr^a. O que eu discordo é que essas disciplinas todas sejam dadas no quadro-negro, durante 4 horas, porque a criança chega cansada e eu tenho criança de 7 anos. Sobre a colocação do Senador Octávio Cardoso, não é tão fácil descobrir, através da fórmula que o Sr. sugeriu, é muito difícil, como é difícil, porque nós não temos estrutura, nas Secretarias de Educação, suficiente para isso. Descobrir se a diretora...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Se a diretora não manda o atestado de efetividade não sai o pagamento.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Mas nós não trabalhamos com atestado de frequência, porque as normas de educação em quase...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Mas nada proíbe que se trabalhe.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Nada proíbe, mas quase todas as Secretarias de Educação do País enfrentam esse quadro grande. Olhe, um governo socialista, no Rio de Janeiro, introduzindo para descobrir.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Não considero esse governo modelo de muita coisa não, porque nós conhecemos esse Governador lá do Rio Grande do Sul, aliás o Senador João Calmon o conhece muito bem. Eu estava dizendo que não gosto de adotar o governo do Rio de Janeiro como modelo para muita coisa, porque conheço o Governador lá do Rio Grande do Sul e estava dizendo que V. Ex^a também o conhece.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — O Deputado gaúcho do PDT, também terá a oportunidade...

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Nós, quando colocamos este aspecto do salário educação, do cheque educação, não queremos também fazer isso para projetar o governo, e achar que ele realmente deve ser o modelo. Em absoluto. Porque são coisas que os outros Secretários de Educação do País todo estão pensando que poderiam dar um outro nome a isso. Ele deu o cheque salário, e dizemos isso exatamente porque ele quer descobrir, o governo que se preocupa em dar satisfação ao povo, — é isso que eu quero colocar — está fazendo isso, não é?

Mas, todas as Secretarias de Educação, meu caro Senador, inclusive de seu Estado, têm sérias dificuldades para localizar o seu pessoal.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Claro, que tem, concordo.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Porque, realmente é 70% dos servidores estaduais, e o órgão, as unidades setoriais de administração das Secretarias de Educação têm a mesma estrutura da Secretaria de Administração, da Secretaria de Planejamento, que às vezes têm cem funcionários. Então, não é fácil, é muito difícil. Através do atestado de freqüência, que também é uma forma, mas ainda se torna muito difícil, porque as experiências estão aí em todos os Estados, provando que não é possível, porque nós não estamos estruturados ao ponto de saber que, às vezes, o servidor que pega a sua exoneração e viaja para São Paulo, não chega a ser concretizada. Porque há um número grande de servidores e estrutura não permite isso. Isso existe em todos os estados da Federação, e já estivemos reunidos com o Secretário da Educação e o depoimento é um só. De forma que nós estamos entendendo e os outros colegas que a forma mais prática de localizar esses servidores, que, às vezes, até pediram a sua exoneração, mas continua ainda dos seus salários indo para o banco, e ele manda uma procura e continua recebendo. Nós achamos que a forma mais eficiente é mandar o cheque dele, o contracheque dele para sua própria escola.

O SR. SENADOR (Fora do microfone) — A Secretaria Eurides Brito revelou que a professora A, ganha 130 mil cruzeiros por mês, a professora B, 260 mil cruzeiros por mês e a professora C, 356 mil por mês, contra os 400 ou 500 cruzeiros por mês de uma professora do Rio Grande do Norte.

Eu acho que uma excelente oportunidade que nós estamos tendo de estabelecermos um contraste entre o Brasil rico e o Brasil pobre. Foram apresentados aqui quatro Secretários da Educação, de São Paulo; do Rio de Janeiro, do Distrito Federal e do Paraná. E agora, nós estamos vendo este quadro dramático do Rio Grande do Norte, que é um dos Estados mais pobres da Federação.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a nobre Senadora Eunice Michiles.

A SR^a EUNICE MICHILES — Sr. Presidente, Sr. Secretário da Educação, eu quero congratular-me pela maneira objetiva, simples e clara com que V. Ex^a apresentou aqui a sua experiência, a sua realidade. E, apenas para complementar aquilo que já tinha dito, eu gostaria de fazer uma pergunta. Gostei muito da colocação que fez no sentido de que numa licitação de dois milhões de cruzeiros, a pintura da escola, o conserto da escola foi feito com 300 mil cruzeiros.

Uma pergunta: era um diretora ou um diretor?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Era um diretor.

A SR^a EUNICE MICHILES — Lamentavelmente. Eu queria reafirmar uma tese de que a mulher é muito mais capaz de fazer as coisas de uma maneira mais barata. Mas, mesmo assim, nesse momento eu repito: acho que a mulher tem uma capacidade enorme de fazer multiplicar, se despertado nela esse sentimento, pela sua experiência, do dia-a-dia na sua casa, em que ela tem que multiplicar aquele pouquinho de dinheiro; isso também pode ser levado a nível de diretores dos grupos escolares. Acho que elas fariam muito bem esse tipo de coisa. Fazer multiplicar esse pouco que têm.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Senadora, não precisava ter corrido esse risco. Bastava ter invocado o nosso testemunho, e nós apoiáramos.

A SR^a EUNICE MICHILES — É, realmente, não foi muito estratégico, a estratégia falhou.

Mas, eu gostaria também de considerar o seguinte: hoje se discute muito se o ensino é melhor ou pior do que no passado, que o Senador Cardoso acha que não, que hoje é talvez melhor. Eu não peguei elementos para julgar, vamos dizer assim, num todo, num global, mas, no dia-a-dia, nos contatos que a gente tem, dá a impressão de que houve realmente uma grande queda da qualidade do ensino, e isso não só de algum tempo para cá, mas de muito tempo para cá. Por exemplo, eu poderia citar o seguinte: a minha mãe fez até o ginásio, mas naquele tempo quando a pessoa saía da quinta série do ginásio, tinha uma formação muitíssimo sólida, ela fala hoje muitíssimo bem o inglês que aprendeu na escola. Já na minha geração, a gente tinha noções de inglês. Só como exemplo. E eu tenho um exemplo bem próximo a mim, que é uma pessoa do meu gabinete, que é professora de português, já fez o mestrado, e parece que ela continua ainda se aperfeiçoando, e, na verdade, não sabe redigir. Então, eu me pergunto: a gente terminava, no meu tempo, o curso secundário, a gente fazia aquela dissertação desde aqueles quadros: eu vejo isso, eu vejo aquilo, mas, desenvolvia, a gente começava do primeiro ou segundo ano primário fazendo aqueles quadros clássicos, todos nós que somos daquela geração, sabemos que vinham aqueles quadros, o aluno fazia a descrição e isso desenvolvia a sua capacidade de descrever. E eu percebo que a geração de hoje, realmente, não sabe redigir coisa alguma. Eu acredito que essas pessoas realmente possam manter um bom nível, mas como um todo, como um grosso me parece realmente que alguma coisa está faltando.

Por exemplo, o que aprendi de tabuada, o que aprendi de verbo, eu aprendi no meu segundo ano primário. E hoje, V. Ex^a me diz exatamente isso: há pessoas que saem do terceiro grau e têm dificuldades. Eu não sei bem onde é que está errado, mas acho que é questão de cobrar o currículo: não se passava de um ano para o outro, se se perdesse uma matéria. Hoje tem aquela história de que o aluno pode ficar de recuperação, de que o aluno pode ficar traumatizado por não ter acompanhado, enfim, no meu tempo só passava quem realmente passasse em tudo. Não tenho condições de julgar o que é pior, ou o que é melhor. O fato é que eu sei que o nível das pessoas que estão saindo hoje do curso superior, não equivale ao curso médio da minha geração.

Apenas para concluir, uma coisa que me chamou a atenção é que no Amazonas a merenda escolar já estimula que se use produtos regionais. Isso já não está acontecendo no seu Estado?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Não senhora.

A SR^a EUNICE MICHILES — Lá nós já estamos usando o guaraná, e isso poderia até servir como elemento de argumentação a V. Ex^a. Lá no Estado do Amazonas já se compra grande porte de guaraná, para fazer o xarope de guaraná e ser distribuído na merenda escolar, com o estímulo da FAE.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — E o Estado do Amazonas, ele não contribui com a maior parte da merenda escolar? São Paulo, Rio? Aí nesse caso fica a nível só do Governo Estadual.

A SR^a EUNICE MICHILES — Quanto eu saiba, é o seguinte: todo material da merenda escolar é do Governo Federal, apenas a administração hoje é que é regional, me parece, mas os elementos, o alimento que vai, o gênero, é do Governo Federal. E lá, há o estímulo para que esse dinheiro que eles gastariam seja feito com compras de artigos regionais, inclusive, já há uma procura de outros elementos. Quer dizer, não só o guaraná, mas o que se poderia fazer para acrescentar mais alguma coisa regional na merenda escolar. Parece-me que é alguma coisa assim muito interessante.

Mas, no mais, apenas para lamentar o fato, que me parece até uma denúncia, quando V. Ex^a diz que há professores ganhando 500 cruzeiros. Isso eu acho que daqui desta comissão deveria sair alguma coisa, como sugerir ao Sr. Presidente, no sentido de um esclarecimento à Nação, de um grito, que realmente essas diferenças são inaceitáveis. Que alguma coisa fosse feita pelo menos para equalizar um pouco mais, e diminuir um pouco essas diferenças regionais. Muito obrigada.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Os Srs. estão ouvindo o primeiro secretário da educação do Nordeste, certamente irão ouvir outros, e eles trarão depoimentos desse tipo, que há muitos municípios, não só no Rio Grande do Norte, no Nordeste, pagando 500 cruzeiros 460 cruzeiros a uma professora primária.

O SR. JOÃO CALMON — Permita-me um adendo. A nobre Senadora Eunice Michiles referiu-se a 500 cruzeiros, o secretário chegou a falar em 460 cruzeiros. Mas, permita-me fazer uma revelação ainda mais estarrecedora. Nas peregrinações que eu tenho realizado pelo Brasil todo, cheguei à Bahia, que até 1970, de acordo com o censo daquele ano era o recordista nacional de analfabetismo. Em contato com o governador do Estado, Professor Roberto Santos, ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, e comentando os salários das professoras primárias municipais, ele me fez a seguinte revelação: no interior da Bahia há centenas e centenas de mocinhas que dão aulas nas escolas primárias municipais, sem receberem 10 centavos sequer, na esperança de um dia serem incluídas na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação ou da Secretaria Estadual de Educação.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Ainda, complementando a colocação da Senadora, quando fez a pergunta se tinha sido uma diretora, quero registrar que a grande maioria das escolas lá do Rio Grande do Norte são entregues a mulheres. E, no caso específico de carteiras, nós fizemos a licitação para a aquisição de carteiras e elas nos custavam 18 mil cruzeiros. Nós entregamos a uma diretora para confeccionar essas carteiras em sua própria cidade e ela confeccionou a 4 mil cruzeiros. Daí é que nasceu a nossa idéia de descentralizar os recursos e birôs e carteiras que sejam feitas na própria região porque vai gerar inclusive empregos e saí mais barato e mais eficiente. Bem mais eficientes. Às vezes não saem com o acabamento que as carteiras das grandes indústrias nos chegariam, mas saem bem mais eficientes essas carteiras. Vamos, inclusive, começar já no próximo ano, a proporcionar às crianças, da 1^a e 2^a séries do 1º grau, fardas que serão confeccionadas pelos seus próprios pais, pagos pela Secretaria da Educação, para, numa fase seguinte, introduzirmos um projeto do Governador do Estado, em que, ao invés de se usarem alpargatas japonesas, no Rio Grande do Norte, se usem alpargatas de couro o que vai gerar mão-de-obra lá para o Estado e empregos, nós vamos no ano seguinte pensar, tirando esses projetos que nós recebemos do Ministério da Educação, ao invés de proporcionar cursos para quem já é formado, tirarmos recursos desses projetos e proporcionarmos isso, exatamente, à clientela mais pobre, à clientela da periferia pobre das cidades lá do Rio Grande do Norte.

Era o depoimento que eu queria dar para a Sr^a e, ainda, para o Senador do Rio Grande do Sul, Senador Octávio Cardoso, quando eu me referi ao ensino do passado eu disse que era preciso buscar na educação do passado muitas soluções, não todas, mas muitas soluções para a educação do presente. Porque no passado não saía ninguém do curso ginásial analfabeto. Não saía mesmo, ele tinha que ficar repetindo até que ele ficasse realmente alfabetizado. Hoje, sai. E, eu vou mais, saem das universidades e não é só da Universidade do Rio Grande do Norte, saem daqui de Brasília também, do Rio Grande do Sul, da USP de São Paulo...

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Eu sei professor, nós estamos de acordo, o que eu dizia é que isso tinha pouca vinculação com a carência de recursos, e tinha mais vinculação com a disciplina e a exação no cumprimento do dever. Aí, estamos entendidos.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Só para concluir, Senador, eu vou citar dois fatos que aconteceram comigo no Rio Grande do Norte. Eu era Reitor da Universidade e Membro do Conselho Universitário, evidente. Um dia fui discutir as provas objetivas do vestibular. Eu achava que era errado e que levava a gagueira intelectual como eu me referi, onde a criança não escreve mais coisa nenhuma e nem o professor escreve, porque o livro já vai fabricado apenas para ele preencher o quadro e a resposta está na página seguinte. E, lá gerou discussões, no Conselho Universitário. E eu, para argumentar com eles, matriculei o vigia do *campus* universitário, que é analfabeto, no vestibular. Escolhi, evidentemente, a área mais fácil, e naquela época era classificatório, bastava você descolar de nota zero, que existindo uma vaga a pessoa se matriculava. Matriculamos o vigia, analfabeto, no vestibular, meu caro Presidente da Comissão de Educação, e ele tirou 2,4. Ele chegou para preencher a prova e nós dissemos: basta que você escolha o quadro que mais lhe agrada. Respondeu mais rápido do que qualquer um de nós responderíamos e tirou 2,4 no vestibular e passou.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Na sua universidade, em Mossoró ou na Universidade Federal?

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Não, parece que não me coloquei bem. No Conselho Universitário da nossa Universidade, nós simulamos. Eu defendia que as provas objetivas deveriam se acabar, tirar aquilo do vestibular e botar o aluno para escrever no vestibular. Já que as provas do vestibular eram só na base da cruzinha. Então, gerou discussão e eu para argumentar que o sistema estava errado disse: simbolicamente vamos matricular o vigia da universidade. Eu escolhi a área mais fácil é claro. Levamos a prova para o rapaz e ele respondeu mais rápido do que qualquer um de nós responderia. Tirou 2,4 e passou. Aí eu disse para os conselheiros: olha, contra fatos não há argumentos; um homem analfabeto passa no vestibular e passaria em qualquer um do País, porque precisa muito azar, em 180 questões, não se acertar nenhuma. E os Srs. sabem que havia épocas em que bastava existir a vaga disponível, em determinadas áreas em que não havia interesses, bastava tirar diferente de zero para se matricular. Então, em 180 questões não acertar nenhuma? Aí passou-se, a partir daí, a se introduzir 30% das questões subjetivas. E teve outra ainda no ensino de 1º e 2º graus, quando eu dirigia escolas, eu trouxe para a Secretaria de Educação um bilhete de um aluno que tinha passado no ensino supletivo, na época do madureza em 1º grau e 2º grau e estava fazendo Direito. Ele me mandou um bilhete e eu levei este bilhete para aumentar lá nesse órgão, eminentemente técnico, da Secretaria. Quando eu levantei a tese de se colocar provas subjetivas para os alunos, para eles aprenderem a escrever, caiu aquele mundo em cima de mim dos técnicos da Secretaria de Educação que hoje dirijo, e eu usei como argumento o bilhete e perguntei para eles: quais dos senhores teriam coragem de aprovar esse aluno num exame de admissão? E, a partir daí, e ainda hoje existem 30%, também, nos exames supletivos, e o aluno tem que escrever. Isso são exemplos que a gente vai buscar na educação do passado para melhorar muito os problemas da educação do presente.

Era o registro que eu queria fazer, de fatos que existiram lá e poderão existir em qualquer universidade, desde que seja classificatório, existem áreas, os Srs. sabem, existem cursos sem nenhum interesse da maioria dos alunos em que basta se matricular para esse exame vestibular,

lar, que tirando nota diferente de zero, que ele consegue a sua matrícula.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professor, só para ilustrar a sua tese. No seu Estado, no Rio Grande do Norte, o reitor da Universidade Federal, Diógenes da Cunha Lima, decidiu exigir para o ingresso nas universidades a nota mínima 4. Em consequência dessa sua decisão ficaram sem preenchimento quase 2 mil vagas, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No entanto, há uma revelação ainda mais dramática, o padre José Vasconcelos, que foi Presidente do Conselho Federal de Educação, revelou, nesta Comissão, que no Ceará, há alguns anos, se inscreveram para o vestibular, 78 mil candidatos. Se tivessem sido respeitados os critérios de admissão à universidade, que vigoravam na década de 40, apenas 178 candidatos teriam ingresso na universidade.

Essa, realmente, é uma situação dramática, não apenas no Rio Grande do Norte, que é um Estado pobre, também no Rio de Janeiro e em outras unidades da Federação. Nos países mais desenvolvidos considera-se que 30% dos alunos que terminam a escola de 2º grau, não têm capacidade intelectual suficiente para ingressarem nas universidades.

Com a palavra o nobre Deputado Walter Casanova, que é membro titular da Comissão de Educação e Cultura, representante do PDT.

O SR. WALTER CASANOVA — Sr. Presidente, João Calmon, Sr. Secretário da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, Genivan Josué Batista, Srs. Senadores e demais Senhores e Senhoras:

Inicialmente, eu me congratulo com V. Ex*, Sr. Secretário, pelo brilhantismo de sua palestra que foi concisa, bastante objetiva, clara e muito honesta, dizendo realmente o que ocorre naquele sofrido Estado do Rio Grande do Norte, como nos demais estados do Norte e Nordeste.

Eu gostaria que V. Ex* me esclarecesse, se esse fato de salários aviltantes ocorre somente com as escolas públicas do seu Estado, e se ocorre também na capital do Estado, ou se ocorre também com as escolas privadas.

Eu gostaria, se V. Ex* preferisse, que me respondesse às perguntas uma a uma, para podermos discutir alguma coisa a respeito.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — O salário a que nós nos referimos, de 460 cruzeiros, de 500 cruzeiros, ocorre no interior do Estado. Na capital não, lá paga-se salário até melhor do que o Estado, o Estado paga, do salário mínimo a 106 mil cruzeiros ao professor. O professor leigo do Estado ganha o salário, e o professor qualificado, formado em curso de Pedagogia ganha 106 mil cruzeiros. Esse quadro de 460, 500 cruzeiros, que realmente existe, e nós assinamos convênio agora com todos os municípios do Estado exatamente para melhorar esse quadro, dando alguns recursos para os municípios melhorarem esse quadro; mas quando distribuímos, chega nos municípios 2, 3 mil cruzeiros a mais. Esse quadro a que me referi, são de determinados municípios do Rio Grande do Norte, municípios realmente muito pobres. O município de Natal paga melhor do que o Estado do Rio Grande do Norte. Daí houve um movimento reivindicatório dos professores estaduais, pleiteando a equiparação salarial com os professores do município de Natal. Há escolas particulares muito modestas, de periferia que fazem esse trabalho de obstinação que o Senador colocou, ficam realmente trabalhando de graça para um dia terem a oportunidade de ganhar esse tipo de salário.

Essa é uma realidade que realmente existe, e os Senhores vão encontrar em todos os Estados nordestinos. Inclusive na Bahia, que ele já citou, que é um dos estados nordestinos privilegiados.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Vou dar mais um exemplo, com a sua permissão. Uma vez fui convidado para falar sobre educação no município de Sobral, Estado do Ceará. Constatei que naquele município, que é dos mais importantes do Ceará, uma professora primária municipal ganhava a metade do que recebia um presidiário.

O SR. WALTER CASANOVA — Naturalmente essas escolas particulares da periferia, ou do interior que pagam salário não devem ter lucro bastante grande, ou talvez nem tenham lucro. Eu acredito que V. Ex* esteja a par dessa situação. Eu até perguntaria a V. Ex* se nos poderia dizer alguma coisa a respeito disso. Porque a escola particular, de modo geral, é uma empresa e deve até ser não só considerada, mas ela própria deve se considerar como empresa para evoluir.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — As escolas particulares do Rio Grande do Norte, quase todas recebem contribuição do Estado, inclusive com cessão do pessoal. Há, inclusive, algumas delas, que 100% dos servidores são estaduais. Esse tipo de escola é muito mais uma escola feita na base da obstinação, não há como, a periferia é muito pobre, o aluno não tem como pagar. Os servidores das escolas particulares conseguem que se oficialize essa escola, mas realmente não há como ela conseguir lucratividade numa escola daquele tipo, uma escola realmente muito pobre, com uma clientela muito pobre mesmo.

O SR. WALTER CASANOVA — Perfeitamente, obrigado.

Sobre qualidade de ensino, eu entendo que a conscientização que nós estamos querendo fazer do nosso professorado é da maior importância possível, porque o sucesso da nossa educação depende principalmente do educador, do professor educador. Não me parece que a suntuosidade dos prédios escolares, o conforto que o aluno possa encontrar num educandário sejam fatores decisivos para aprendizagem. Muito mais importante é o comportamento do professor dentro da sala de aula e fora dela, claro, mas principalmente no seu interior. E a consciência do professor de que, ao terminar a sua aula, os seus alunos realmente aprenderam, porque se isso não ocorrer, se o professor não sair da sala de aula com essa certeza, ele não terá ensinado, se os alunos não aprenderam. Ele terá tentado ensinar, ele fez uma tentativa e não conseguiu, os alunos saem sem aprender. Esse é o maior drama que nós temos no ensino em todos os níveis. É necessário que o nosso professor se conscientize da sua importância, e que não abandone a sala de aula sem essa convicção, de que realmente ensinou, de que realmente seus alunos aprenderam. Lamentavelmente isso não está acontecendo, mas nós vamos lutar no sentido de que isso ocorra, e é para isso que nós estamos aqui.

Sobre esses pagamentos em cujos valores nos é difícil acreditar, e também sobre a qualidade do ensino; no momento em que nós possamos mudar a nossa política educacional, a nível nacional, e adequá-la à nossa realidade, porque nós temos que partir da nossa realidade, enquanto não o fizermos não vamos resolver os nossos problemas educacionais, nem os de outra natureza; então, no momento em que nós pudermos mudar a nossa política educacional, o nosso sistema nacional de educação, no momento em que nós deixarmos de custear os estudos, a nível superior, de estudantes abastados, de estudantes em cujas preocupações se é que as têm há de ter vaga na Universidade para os seus suntuosos automóveis no parque de estacionamento, enquanto o nosso sistema educacional continuar custeando os estudos de quem não precisa desta ajuda, em prejuízo de milhões de brasileiros analfabetos, em prejuízo de criancinhas que não têm a escola primária, não resolveremos o nosso problema educacional.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em prejuízo de 87% das crianças brasileiras que não concluem a escola de primeiro grau.

O SR. WALTER CASANOVA — Vejam a grandiosidade do problema. É necessário que nós despertemos para a nossa realidade, e que partamos para a busca de soluções, para o encontro de soluções adequadas. Nós temos que governar, que legislar para valer. Nós temos que despertar, é possível que alguém chegue e nos acuda, talvez até o FMI esteja fazendo isso. Mas é lamentável que venham do exterior nos acordar. De modo que eu acredito que esses problemas salariais, os problemas de qualidade de ensino, o problema do analfabetismo e tantos outros que nos afligem e que são como um freio ao nosso desenvolvimento se resolverão no momento em que nós despertarmos para a nossa realidade, e que encontrarmos soluções adequadas, partindo do real. E eu acredito que seja isto, que S. Ex^t, o Governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola, esteja tentando fazer, partir da realidade. Quando o Secretário de Educação do Rio de Janeiro, segundo o nobre Senador, disse nesta Comissão, que seria muito importante que os colégios fossem prédios suntuosos. Não foi isso que ele falou?

O SR. JOÃO CALMON — Ele não utilizou o adjetivo "suntuoso." Ele disse que seria desejável que a escola fosse sempre uma casa mais vistosa,...

O SR. WALTER CASANOVA — Seria desejável.

O SR. JOÃO CALMON — ... mais impressionante do lugar, ele não usou o termo "suntuoso".

O SR. WALTER CASANOVA — Perfeito, é natural que se nós estivéssemos vivendo em outra realidade, com disponibilidades financeiras, numa situação econômica que não nos causasse preocupações, como está causando, então nada melhor do que tivéssemos escolas lindas, suntuosas até, se tivéssemos condições para isso. Mas, o Governo do Rio de Janeiro jamais pensou nisto. Ele está preocupado em resolver o problema das crianças que não têm escolas, ou vão para a escola famintas às vezes. Nós temos 500 mil crianças fora da escola no Rio de Janeiro, 500 mil, enquanto V. Ex^t tem no seu Estado 90 mil, claro, proporcionalmente à população. Então como é que um Governador que tem 500 mil crianças fora de escola, vai pensar em construir prédios sofisticados, para resolver o problema educacional? De modo que deve ter havido um engano nesta parte. Quanto a ser o Governo do Rio de Janeiro um modelo para os demais, eu lhes confesso que, absolutamente, é outra coisa que jamais deve ter pensado S. Ex^t o Governador. Ele não se preocupa com isso, ele quer acertar partindo da realidade social que encontrou no Estado. Evidentemente se ele fizer uma coisa importante, correta e que der certo mesmo, depois de comprovado eu acredito que seria uma questão de bom senso outras pessoas fazerem a mesma coisa. Assim como ele vai copiar de V. Ex^t o que de importante V. Ex^t fizer lá, como esse exemplo, aliás ele já está fazendo também no Rio de Janeiro. Se uma empresa lhe cobra dois milhões para fazer uma obra, e V. Ex^t consegue fazê-la por trezentos mil cruzeiros, é um exemplo a ser copiado, não é mesmo? De modo que nós temos é que trocar experiências, e é por isso que nós estamos aqui. Ninguém quer servir de modelo para outro, mas se puder servir de modelo, tanto melhor, tanto mais útil será. E a pessoa que tiver chance de empregar aquelas técnicas governamentais, que porventura resolverem os seus problemas, só não o fará, se não usar de bom senso.

Deixa eu ver mais uma pergunta que eu gostaria de fazer a V. Ex^t sobre as eleições para diretor, me parece muito importantes, principalmente se foram feitas à nível de comunidade, não é? A nível da comunidade, a comunidade se manifesta, isto porque sendo o Diretor eleito pela comunidade, evidentemente essa própria comunidade vai colaborar de todas as maneiras possíveis

com esse diretor, com essa escola, e é preciso que haja integração, escola-comunidade-família. De modo Sr. Secretário, eram essas as colocações que eu gostaria de fazer, e agradeço a oportunidade de usar da palavra. Muito obrigado.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Eu quero também congratular-me com o Deputado do Rio Grande do Sul. Não é comum um deputado de oposição defender o ensino pago para aqueles que realmente podem pagar. Apenas 25% do ensino universitário é que é o oficial, 75% é o ensino particular; então, esses 25% gastam talvez mais em educação do que os 75%. Está exatamente dentro do depoimento do nobre Deputado do Rio Grande do Sul, que realmente, e os estudantes do ensino universitário oficial, geralmente são os mais abastados, e eu defendi muito isso no Conselho de Reitores, porque são as universidades melhores. É evidente que há universidades particulares, tem a estadual como a USP, tem a PUC no Rio de Janeiro, tem universidades boas, mas, em regra, as universidades oficiais são as melhores. E o aluno mais abastado, ele tem um ensinamento melhor, porque ele tem o professor particular etc., e ele consegue chegar à universidade oficial mais fácil do que o aluno carente. Então, que esses alunos pagassem, realmente os que pudesssem, porque a grande maioria, quando chega à universidade, não tem lugar de estacionamento, os alunos todos têm realmente o seu transporte.

Concordo plenamente com V. Ex^t, e o parabenizo, principalmente porque, sendo o Sr. um Deputado de oposição, defende realmente coisas lógicas, coerentes, como pagar o ensino quem realmente pode. Afé que começamos a melhorar esse quadro nacional de dificuldades de recursos para a educação no País.

O SR. WALTER CASANOVA — E sobre esse aspecto de dever pagar quem pode, parece-me que isso deveria ocorrer, desde o pré-escolar, mesmo que a escola pública de 1º grau deva ser para todos, é natural, parece-me que, aqueles que podem pagar, devem colaborar para o bem da Nação. Então, eu defenderia o ensino pago desde o pré-escolar, para os que podem pagar. E recordaria que a cada universitário mantido nas universidades pelo Governo, ficam sem escola primária sem crianças carentes. Então é mais um drama que nós resolvemos assim que pudermos adequar o nosso sistema educacional, a nossa política educacional a nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Martins Filho, penúltimo debatedor; o último será o Deputado Antônio Florêncio, que também nos honra com a sua presença.

O SR. MARTINS FILHO — Sr. Presidente, Sr. Secretário da Educação do Rio Grande do Norte, professor Genivan Josué Batista, e outros parlamentares. Em rápidas palavras eu gostaria apenas de felicitar o professor Genivan pela palestra clara, simples e objetiva. Ele trouxe aqui a realidade de um Estado, que eu bem conheço, o Rio Grande do Norte. E, ao mesmo tempo, quero trazer a minha concordância, quando ele afirma que, na realidade, em muitos municípios a política local é um entrave a que se implante uma política educacional séria e voltada única e exclusivamente para o interesse da comunidade. Isso é uma realidade que eu conheço. Gostaria de, não discordar mas, levantar as minhas dúvidas em relação ao sucesso da entrega dos cheques nas escolas. Pois bem, se o professor, que não está prestando serviço naquela escola, mas lá está lotado, e continua a receber os seus salários, é de se levantar dúvida em relação ao Diretor, ao administrador daquela escola porque ele não comunicou se aquele professor está lotado ou não naquela escola. Se o Diretor não comunicou à secretaria que ele não está trabalhando, ela vai continuar a entregar os cheques para o professor, porque, na pior das hipóteses, ele é conivente com aquele estado de coisas. E foge ao controle da secretaria o direito de encon-

trar um meio em que a secretaria pudesse conseguir um controle mais rígido. Porque se ele não está trabalhando e continua recebendo, esta lotado naquela escola, a falta é da direção da escola que não comunicou. Quero ao mesmo tempo, congratular-me pela implantação da eleição para a direção da escola. Isso é muito importante pois se a própria comunidade envolvida diretamente com aquela escola vai eleger o seu dirigente, consequentemente eles vão procurar escolher o melhor. Não vão deliberadamente escolher um que vá trazer dificuldades, ou entrar em uma boa política naquele educandário. Tenho uma experiência de dezoito anos como prefeito de um pequeno e pobre município do interior do Estado do Rio Grande do Norte. Só que o nobre Secretário de Educação e Cultura já deve, talvez, ter visitado este pequeno município e deve ter encontrado uma realidade diferente dos outros, porque nós sempre aplicamos uma média superior a 30%, durante todo o período em que fomos prefeitos, na educação. Uma realidade tão palpável, que vejam bem, o município, na sua totalidade, no meio rural e urbano, detém 74 salas em 23 escolas. E o Estado tem apenas uma entre cinco salas construídas quando eu fui prefeito, em convênio, porque nenhuma empresa se habilitou a construir aquela escola. Eu assumi um termo de responsabilidade junto à Secretaria de Educação e Cultura para construir aquela escola. E vejam bem, recordo-me que a soma era de 70 mil cruzeiros. Quando concluímos a escola, fomos devolver uma determinada importância à Secretaria e o Secretário de Educação e Cultura disse-me: não faça isso, aplique em outra obra, porque vai desmoralizar os nossos engenheiros que orçaram aquela escola. Então, construímos o **forum municipal** com o recurso da sobra da escola de cinco salas. Se não me engano isso ocorreu em 1966. Então, construímos um prédio de cinco salas e mais o **forum municipal**, com Sede, três cartórios, dependências para o juiz e o promotor com aquele mesmo recurso. Então, aquele município tem 54 salas de aula, em 23 escolas, sendo 36 salas de aula na zona urbana e 18 na zona rural. Estes prédios da zona rural nós construímos na base do mutirão, em benefício da comunidade. Eles elegiam o administrador e a prefeitura participava apenas com o equipamento; o cimento e os tijolos era a própria comunidade que participava com aquelas despesas. Recordo-me que fiz uma prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, que baixou em diligência, porque construímos, se não me engano 11 salas de aulas por uma quantia irrisória. Veja bem como o sistema do Brasil é difícil: encontrei dificuldade de prestar contas, porque era tão irrisório o valor do custo da construção das salas de aula, que o Tribunal baixou em diligência para que a administração prestasse esclarecimentos. Tivemos que nos deslocar até o município para ouvirmos os esclarecimentos, porque o custo das salas de aula tinha sido muito baixo.

Quando assumi a prefeitura havia um ato do prefeito anterior obrigando os alunos a freqüentarem as aulas fardados. Isso criou um problema, porque todo dia chegava uma mãe pedindo-me dinheiro para comprar uma farda. Então, liberei o uso da farda. O aluno podia ir à aula de qualquer maneira. Recordando até aquela campanha encetada pelo então prefeito da cidade de Natal Djalma Maranhão, citado aqui pelo Senador Passos Pôrto “e que dizia: de pé no chão também se aprende a ler”. Então, os alunos passaram a freqüentar as aulas vestidos de qualquer maneira.

São essas as minhas palavras. Quero congratular-me e colocar-me à inteira disposição do Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte para tudo aquilo que estiver ao meu alcance aqui no Senado Federal, e que diga respeito aos interessados do Rio Grande do Norte e que mereça assim a minha participação e o meu apoio. Temos aqui um batalhador incansável, que é o Presidente desta Comissão, Senador João Calmon, a quem quero felicitar por esta iniciativa de trazer a esta Comissão todos os Secretários de Educação e

Cultura do Brasil, para esta realidade nacional. Isto é muito importante.

Queria frisar que quando eu era prefeito estabelecimos o salário mínimo para os professores de nível inferior, por exemplo, o professor leigo recebia o salário mínimo, os outros um salário mínimo de acordo com a carga horária.

Eram estas as minhas palavras e levar ao conhecimento dos que estão aqui conosco, participando desta reunião, que o Prof. Genivan Josué Batista é de origem humilde e teve uma carreira brilhante no setor educacional, sendo diretor de escolas de primeiro e segundo graus, reitor da universidade, e, hoje, Secretário de Educação e Cultura do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Florêncio.

O SR. ANTÔNIO FLORÊNCIO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. expositor, Dr. Genivan Josué Batista, lamento não poder assistir a toda a sua palestra e os debates, porque estava preso em outra comissão. Não tive a satisfação de ouvi-lo, muito embora conheça a sua luta com relação à tarefa de que foi incumbido pelo Governador do nosso Estado.

Gostei imensamente de ouvir os debates.

Aquilo que disse V. S^{ta} sobre as distorções no ensino superior e no ensino fundamental, vem preocupando a todos nós, parlamentares, com relação à educação em nosso País. Tivemos oportunidade de fazer indagações, em outros países, sobre este mesmo problema, e ficamos sabendo que nesses países mais desenvolvidos já mudou completamente essa concepção, ou seja de ensino superior gratuito, praticamente ele não existe e, mesmo nos países socialistas, onde existe é feita uma seleção tão rigorosa que é motivo de grandes festividades no dia em que aqueles aproveitados, os eleitos, se deslocam para a universidade. Quem já visitou a China, pois já visitei este país, pôde constatar que isso faz parte até de encenações do teatro, estas pela importância que eles dão ao fato de terem sido eleitos ou escolhidos para frequentarem uma universidade. Países desenvolvidos, como a Alemanha Oriental — país onde o ensino superior é gratuito — modificaram o currículo do ensino fundamental para que o menor número possível de estudantes atingissem o ensino superior ou seja o 3º Grau. Eles têm um ensino fundamental de dez anos de duração, sendo de sete anos de ensino fundamental e três anos de ensino de 2º Grau. Sendo que estes três anos do ensino de 2º Grau são dedicados a uma profissão. É um ensino inteiramente profissional. O aluno sai deste ensino capacitado a assumir uma profissão. Os que restam para o 3º Grau, para o ensino superior, são exatamente aqueles que vão se dedicar à pesquisa, ou ao magistério, a educação. Isso representa 10% a 12% dentre aqueles que terminaram o 2º Grau: o restante considera-se capacitado para exercer uma profissão. Existe um diferencial muito pequeno em relação à a remuneração daqueles que têm apenas o 2º Grau completo e daqueles que vão para o 3º Grau.

Dai, entende este Parlamentar, que já está havendo neste País, uma conscientização desse fato. Aliás, já houve uma tentativa por parte do Ministro de Educação e Cultura anterior, o Coronel Ludwig. Ele tentou, ensaiou ou seja colocou o balão de ensaio para ver se havia uma aceitação por parte das comunidades universitárias, do pagamento daqueles que realmente podem pagar o seu estudo no ensino superior. E a reação foi violenta, justamente daqueles que não necessitam disso. A reação partiu justamente dos estudantes das universidades federais, onde 70/80% dos alunos que frequentam estas universidades podem pagar os seus estudos. São aqueles, como disse o Professor, que frequentavam as melhores escolas. Posso até citar o meu exemplo. Tenho dois filhos que já terminaram o ensino superior há algum tempo, e quando fizeram o vestibular, sem ter feito um único dia de cursi-

nho, um passou em duas universidades e o outro em três, ao mesmo tempo.

Eu tenho uma filha, por exemplo, que ela estava fazendo Letras na Universidade Católica, e, no meio do ano, desistiu pois achou que não tinha vocação para aquilo; fez outro vestibular para Arquitetura passou. Daí estar provado que aqueles que freqüetaram boas escolas, desde o primário, estavam preparados para fazer o vestibular, enquanto isso os pobrezinhos, que frequentam as escolas públicas, nunca chegarão à Universidade Federal, sem fazer um rigoroso curso dos chamados cursinhos, que é uma verdadeira fábrica de arranjar dinheiro. Hoje, isso é uma das indústrias mais lucrativas que existem neste País, e que nós deveremos combater e acabar com elas. Congratulo-me com V. Ex^{ta} e com nosso companheiro que, também, apesar de ser um Deputado de oposição, já está conscientizado deste fato. Ele pode juntar-se a nós e àqueles que já têm consciência de que o ensino superior, é claro, necessita de recursos, a Universidade Federal necessita de recursos, mas que esses recursos sejam destinados à ciência, à tecnologia, à ampliação de seus laboratórios, à criação de novos laboratórios, para não acontecer o que hoje acontece neste País afirma que as Universidades são completamente desaparelhadas, sendo que a nossa do Rio Grande do Norte, é considerada uma das melhores aparelhadas do País. Entretanto, nós achamos que falta muita coisa ainda, os nossos formandos que terminam o curso e necessitam fazer um curso de extensão, ou seja, fazer o mestrado ou doutorado, até há pouco tempo todos teriam que se deslocar do Estado. No momento nós já temos a maioria destes cursos no próprio Estado. Esse é o depoimento que eu gostaria de dar e de me congratular com V. Ex^{ta} pelo excelente trabalho que está fazendo no Rio Grande do Norte, dando uma contribuição inestimável ao nosso Estado, e, quem sabe, com esta palestra e outras que V. S^{ta} poderá fazer em outras localidades que possam irradiar as suas idéias, é uma grande contribuição ao próprio Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Gastão Müller, que é Vice-Presidente desta Comissão.

GASTÃO MÜLLER — Sr. Secretário, eu tenho, sistematicamente, nas reuniões a que compareci, a todas, menos a primeira, em que eu estava, por motivos particulares fora de Brasília, feito, como último interpellador, uma pergunta de cunho teórico. Quero sentir o pensamento de V. Ex^{ta} sobre o seguinte: ler, escrever e contar, alfabetizar somente, é a questão? V. Ex^{ta} deu muita ênfase a isso ou o problema é educar, no sentido amplo da palavra, e pelo que eu senti o comportamento do Prof. Levy Dantas, foi esse, foi acima de tudo um educador, tanto que marcou na personalidade de V. Ex^{ta}, que sempre o está homenageando como um grande educador; ele não foi um alfabetizador, não ensinou somente a ler, escrever e contar. Então, o meu problema é o seguinte, minha conclusão para perguntar é a seguinte: a problemática é educar no sentido de educar ou simplesmente orientar a aprendizagem? Na Pedagogia não se fala em ensinar onde o professor por 25 anos não ensina, orienta a aprendizagem, de ler, de escrever e de contar. De modo que eu queria que V. S^{ta}, em rápidas palavras, expusesse o seu pensamento, sem nenhum compromisso.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Eu entendo, nobre Senador, que o problema é muito mais educar do que ensinar a ler, a escrever e a contar. O problema é que não se está fazendo nem uma coisa nem outra, nem se está ensinando a ler e a escrever nem se está educando, e eu me esqueci de colocar, foi importantíssima a colocação do que V. Ex^{ta} fez, porque eu iria cometer este pecado, que não cometí com o Professor Levy Dantas, tem que ser como o Prof. Levy, ensinar a escrever a contar e educar a pessoa para a vida. Se nós olharmos os educadores

de hoje, se V. Ex^{ta} reunir os educadores de seu Estado numa assembleia, verá seus educadores chegarem, uns de bermuda, outros cabeludos, barbudos, sujos e o Sr. vai interrogar, como pode essa geração de educadores, educar a geração de crianças deste País. Então, este é que é o grande problema, e quando eu digo, meu caro Deputado do Rio Grande do Sul, que a gente tem que buscar no passado muitas soluções para a educação do presente, muitas e não todas, ainda existe muita coisa boa nesse País em termos de educação, é isso, é se imitar a educação do passado educando a criança e ensinando também a ler, porque hoje não existe, eu tenho experiência universitária, porque estudei em 3 universidades e dirigi universidade e dirigi grupo. O que eu trago aqui são depoimentos vivenciados. Eu não tive a preocupação de pesquisar nos livros e até na biblioteca do Senador João Calmon, Presidente da Comissão, como eu poderia buscar naqueles livros tantas coisas para trazer para os Srs. que os Srs. são habituados a ouvi-las e que eu disse inicialmente, há discursos de inteligências nacionais e há palestras educacionais de profundidade intelectual, estas os Srs. são habituados a ouvi-las. E trouxe experiências vividas dentro da própria escola. Como disse o Senador Martins Filho, eu venho de origem muito humilde, eu nasci na zona rural em casa de piso e parede de barro e aprendi a ler nas madrugadas, antes de ir, com meu pai, para o curral, que morava em fazenda sem ser dele, para tirar o leite com ele. Então eu trago depoimentos que eu vivi na própria escola, quando fui aluno de Levy, e fui aluno mediocre, porque não tive primário, eu fui um ginaziano mediocre. Eu fiz o primário em um ano, vim da zona rural aprendi a ler e decorei todo o exame de admissão. Nas provas orais do Prof. Levy eu sempre me saía bem, nas provas escritas eu não me saía bem e quando eu comparo meu ginásio, que foi mediocre da época, com os ginásios bons de hoje, afé que eu me convenço de que o passado era melhor em termos de educação. Eu concordo plenamente com o Sr. e agradeço essa sua colocação, porque ia me esquecendo. O problema da educação é muito mais do que o problema da instrução, nós queremos fazer as duas coisas (Palmas!).

O SR. JOÃO CALMON — Eu gostaria seguindo a linha que tenho adotado na frente dessa Comissão, de dar uma oportunidade ao Prof. Levy Dantas, que foi o mestre-escola do Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, Prof. Genivan Josué Batista, para nos dar a sua contribuição neste momento, já que nesta Comissão têm a palavra também cidadãos que não são detentores de mandato parlamentar. Com a palavra o Prof. Levy Dantas, que me dá o privilégio de contar como um dos meus colaboradores no meu gabinete no Senado.

O SR. LEVY DANTAS — Eu fico muito orgulhoso de ter sido citado por um de meus ex-alunos, e, agora, pelo Senador João Calmon, Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Agradeço ao professor Genivan Josué Batista, Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, pelas palavras de carinho a mim dirigidas e congratulo-me com o meu ex-aluno pelo brilhante depoimento prestado a esta Comissão.

Agradeço também ao Senador João Calmon, o grande convededor do problema educacional do nosso País, pela oportunidade que me concedeu em participar desta reunião e congratulo-me, mais uma vez, com a Comissão de Educação e Cultura do Senado pela feliz iniciativa de convidar os Secretários de Educação dos Estados para prestarem seus depoimentos sobre a Educação.

O SR. JOÃO CALMON — Antes de encerrar a reunião eu gostaria de declarar, sem querer lisonjear o professor Genivan Josué Batista, que ele prestou, hoje, nesta comissão, o mais emocionante depoimento que nós tivemos oportunidade de ouvir, ao longo desta série de debates sobre programas alternativos de para a Educação e a

Cultura. Recebemos aqui 2 ex-Ministros da Educação, Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso, a Profª Eurides Brito, que é uma eminentíssima educadora, membro do Conselho Federal de Educação, e recebemos a Secretaria de Educação do Paraná, um dos Estados mais ricos da Federação. Entretanto, o depoimento mais emocionante foi, sem dúvida alguma, o do Prof. Genivan Josué Batista. A sua tarefa é realmente gigantesca.

Os quadros do IBGE, no Censo de 1980, revelam que o Rio Grande do Norte tinha, em 1980, 46,6% de analfabetos, acima de 15 anos de idade. Este quadro, que depois vou oferecer ao professor, é especificamente em relação ao Rio Grande do Norte, a uma taxa de analfabetismo de 45,03%, taxa inferior à do Estado de Alagoas, que hoje é o Estado recordista de analfabetismo no Brasil, sendo suplantado, entre 70 e 80 pelo Estado da Bahia.

Então, essa tarefa realmente é gigantesca e não poderá ser realizada na base desses recursos extremamente reduzidos com o que conta a educação num Estado pobre como o Rio Grande do Norte. Segundo ele nos revelou aqui o Rio Grande do Norte reserva 18% do seu orçamento estadual para a educação. Obviamente esse é um percentual que não permite resolver o problema dramático da educação de um Estado com as características do Rio Grande do Norte.

Por isso mesmo é necessária uma reforma tributária, porque se continuarmos com a legislação atual, em que os municípios só dispõem de 4 ou 5% do total dos tributos neles arrecadados, pois o resto vai para a União e uma pequena parte para os Estados, então nós temos de promover uma reforma tributária justa.

De acordo com a UNESCO, o Brasil está abaixo de 79 países, em despendos públicos com a educação em relação ao Produto Nacional Bruto.

Desejo agradecer, com a maior efusão, ao professor Genivan Josué Batista a preciosa contribuição que S. Exa. deu à esta Comissão na série de debates relativos a Programas Alternativos para a Educação e a Cultura em nosso País.

O SR. GENIVAN JOSUÉ BATISTA — Agradeço esta oportunidade, e os Srs. podem imaginar o quanto é difícil para um secretário embrionário — estou com 4 meses na Secretaria de Educação, num Estado pobre — vir discutir com os Srs. que são realmente os espelhos da educação nacional, como o Presidente desta Comissão, Senador João Calmon; o País inteiro o escuta, o respeita e o obedece, não deixa de ser realmente para mim um momento de muita emoção e também ao mesmo tempo de muita alegria. Eu posso dizer, meu caro Presidente João Calmon, que das alegrias que já desfrutei e das

emoções que já senti, recebi hoje a maior das minhas alegrias e a mais profunda das minhas emoções. Alegria de encontrar esse velho educador do passado a quem tanto devo e a emoção de ser escutado pelos Srs. Senadores da República, deputados federais, meus conterrâneos José de Souza Martins, Antônio Florêncio de Queiroz, lá do Rio Grande do Norte. Muito obrigado aos Srs. que vieram nos prestigiar e, sem dúvida, a sua presença deu-me mais estímulo para, no final, eu ainda receber — e sei que foi por generosidade — essa manifestação de carinho, essas palavras de apreço, de solidariedade e de estímulo para que, eu juntamente com os ensinamentos que agora recebi, descubra, depois desse estímulo do Presidente da Comissão Senador João Calmon, que me tributo tantos adjetivos, e que me estimula a cada vez mais seguir essa trajetória educacional. Vou levar para o Rio Grande do Norte esses estímulos e vou dizer ao Rio Grande do Norte que aqui aprendi alguns caminhos da educação no País. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 30 minutos.)